

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ESTEVAN FELIPE PIZARRO MUÑOZ

**MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS:
UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL COMPARADA ENTRE BRASIL E CHILE**

Porto Alegre
2019

ESTEVAN FELIPE PIZARRO MUÑOZ

**MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS:
UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL COMPARADA ENTRE BRASIL E CHILE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo André Niederle

Porto Alegre
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Muñoz, Estevan Felipe Pizarro
Mercados das agriculturas familiares e camponesas :
uma análise institucional comparada entre Brasil e
Chile / Estevan Felipe Pizarro Muñoz. -- 2019.
267 f.
Orientador: Paulo André Niederle.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Sistemas alimentares. 2. Mercados. 3. Movimentos
sociais. 4. Redes alimentares alternativas. 5.
Agriculturas familiares e camponesas. I. Niederle,
Paulo André, orient. II. Título.

ESTEVAN FELIPE PIZARRO MUÑOZ

**MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS:
UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL COMPARADA ENTRE BRASIL E CHILE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 10 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo André Niederle - Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Daniela Oliveira
UFRGS

Prof. Dr. Oscar José Rover
UFSC

Prof. Dr. Segio Gómez Echenique
FAO/FLACSO

Prof. Dr. Sergio Schneider
UFRGS

À Luana, minha companheira de vida, e nosso bendito fruto Gael, o menino *Newen*.

AGRADECIMENTOS

Se tem uma coisa que nós, acadêmicos, devemos aprender a fazer durante a nossa jornada, é agradecer. Nada seria possível nas nossas pesquisas (seja qual for a natureza dela) sem o fundamental apoio de pessoas, organizações e redes de cooperação. Somos seres sociais e, portanto, profundamente interdependentes das relações que se formam de maneira dinâmica e imprevisível. Além disso, sou adepto de que somos muito mais do que matéria condensada, o que significa também agradecer o mistério que nos acompanha em cada passo que damos ou deixamos de dar. Não sei o nome disso e se existe uma definição exata, não importa, apenas agradeço a chance de estar aqui, neste momento, para a realização desse labor.

A minha companheira de vida, Luana, terá o meu agradecimento primeiro e mais importante. Desde o final do meu mestrado (2007) nosso amor cresceu e transbordou. Te amo gata! Decidimos juntos formar um ninho e colocar um filhote no mundo que nos dá diariamente muitas alegrias e preocupações, ao mesmo tempo em que nos exige uma transformação permanente como seres humanos diante de uma das mais nobres missões humanas que é a criação/educação de uma criança. O nome desse *newen* (energia em mapundungun) é Gael (você é meu amigo?) e chegou nas nossas vidas para sentar na ‘janelinha do ônibus’ da nossa história. Te amo meu moleque! À vocês dedico esta tese (minha amante) e peço humildemente desculpas pelo tempo subtraído na nossa convivência. “Trabalhar é minha sina, mas eu gosto mesmo é d’ocês!” – adaptado da linda canção interpretada pelo Alceu Valença. Além de nós três, preciso agradecer também às meninas não humanas que fazem parte da nossa família: nossa amada Pancha (felina) e Frida (canina) que são nossas companheiras inseparáveis. Agradeço também aos nossos pets que não estão mais entre nós, a Joplin (eterna popó), o Osama (agora você seria doutor) e a Polaca (cadê você?). Juntos, formamos uma unidade indivisível que foi essencial para que eu pudesse ser capaz de chegar onde eu cheguei. Obrigado família! Vocês são a minha fortaleza!

A partir de agora precisarei ser mais conciso, se não, ninguém vai ler os agradecimentos, rs. Falando em família, indo além do núcleo familiar que Luana e eu construímos, ganhei também uma enorme família pelo lado dela: César, Rafael, Zélia, Alba, Zé, Nicolau e Adonis (além dos queridos prim@s e respectivos companheir@s). Agradeço de coração todo o acolhimento com muito afeto, confiança e apoio! Do meu lado, minha gratidão e admiração é eterna pela minha origem: Patricia, Patricio, Andréa, Viviane e Sara (vocês permitiram que esse passarinho aqui pudesse voar! Obrigado!). Agradeço também à Paola, ao Fernando e à Telma, o novo núcleo familiar do meu pai. Além disso, agradeço aos meus queridos familiares do Chile: Teresa, Rosy, Tito, Alicia, Sônia e Juan (*in memoriam*), que junto aos esposos, filh@s e respectivos companheir@s, foram essenciais também no meu processo de coleta de dados do caso chileno. Gratidão família de sangue! Como família não é só sangue, é também sintonia, sou muito grato aos meus grandes parceiros dessa vida! Como vai ser impossível nomear todos, não vou nomear ninguém, eles/elas sabem quem são! Levo tod@s vocês junto comigo! Valeu amig@s!

Sou muito grato ao meu orientador Paulo Niederle. Paulo, encontrei em ti um parceiro para tensionarmos as ideias e construirmos juntos novas sínteses. Obrigado Mestre pela tua disponibilidade, agilidade e capacidade ímpar de compreensão. Te admiro pacas e sou realmente grato pela tua efetiva orientação! Agradeço também aos nobres Professores que compuseram a minha banca de defesa de tese, Daniela Oliveira, Oscar Rover, Sérgio Gómez e Sérgio Schneider: obrigado pelas grandes contribuições dadas para o meu estudo!

Sou muito grato aos integrantes do PGDR/UFRGS – estudantes, professores e técnicos. À minha tuma do mestrado e doutorado, valeu pela parceria do encontro e da convivência! Aos meus professores, muita gratidão pelos aprendizados! Aos técnicos, vocês são show! Um agradecimento especial para Macarena e Dani pelo exemplo do funcionalismo público. Agradeço também aos integrantes do GEPAD pelo alto nível do debate! Valeu gente querida!!! Agradeço à FAO/RLC pela oportunidade de estágio doutoral – especialmente à Duca pela confiança. Agradeço aos meus camaradas da capoeira angola pela ginga na roda da vida: Raízes do Sul (CM Jean) e Ginga Erê (CM Téó): Axé! Agradeço à UFSC pela minha liberação ao doutorado, especialmente à Professora Zilma Peixer, na qual estendo os agradecimentos aos meus colegas do Centro de Ciências Rurais. Falando em UFSC, jamais esqueceria do meu ninho acadêmico: o NINEIT e o LECERA, nas pessoas dos meus eternos Mestres: Valeska, Ribas e Liane. Aproveito a oportunidade também para agradecer aos meus novos colegas da *Universitat di Bari Aldo Moro*, Itália, onde estou no momento em um período de ‘visiting researcher’ sob a supervisão e super apoio do Professor Bernardo de Gennaro. Gratidão!

Essa pesquisa apenas foi possível porque muita gente colaborou. Gente que acredita e trabalha para além do seu umbigo. Pessoas que dedicam suas vidas para as ações coletivas que trazem e trarão melhorias para o nosso futuro comum. Obrigado de todo coração aos companheiros das organizações dos movimentos sociais pesquisados, das empresas, do INDAP, da FAO por abrirem suas portas, projetos e utopias para o meu estudo no Brasil e no Chile. Não consigo nomear todas as pessoas e organizações que me ajudaram/ajudam nessa árdua jornada científica, mas carrego no peito o sentimento de gratidão. O meu intuito é somar! Não quero dividir! A América Latina tem muito a ensinar, e todos nós temos muito a aprender!

Vamos todos?

Gratidão!!!

Estevan Felipe Pizarro Muñoz

Bari, Puglia, Itália, verão de 2019.

*“Prometemos una vida de derroche y despilfarro.
En el fondo constituye una cuenta regresiva contra la naturaleza y contra la humanidad como futuro.
Civilización contra la sencillez, contra la sobriedad, contra todos los ciclos naturales.
Pero peor,
"civilización" contra la libertad que supone tener tiempo para vivir.
De las relaciones humanas, lo único trascendente:
amor, amistad, aventura, solidaridad, familia...
Hoy, es tiempo de empezar a batallar para preparar un mundo sin fronteras.
La economía globalizada no tiene otra conducción que el interés privado de muy pocos.
La gran tarea para nuestros pueblos, en nuestra humilde manera de ver... es el todo.
Sería imperioso lograr consensos planetarios para desatar solidaridad hacia los más oprimidos.
Castigar impositivamente el despilfarro y la especulación,
Movilizar las grandes economías, no para crear descartables con obsolescencia calculada,
Sino bienes útiles, sin frivolidades para ayudar a levantar a los más pobres del mundo.
Si, la alta política entrelazada con la sabiduría.
Nuestra época es portentosamente revolucionaria como no ha conocido la historia de la humanidad,
pero no tiene conducción consciente.
O menos, conducción simplemente instintiva.
Mucho menos, todavía, conducción política organizada.
Porque ni siquiera hemos tenido filosofía precursora.
Necesitamos gobernarnos a nosotros mismos, o sucumbiremos.
Este es nuestro dilema.
Pensemos en las causas de fondo, en la civilización del despilfarro,
En la civilización del insistir que lo que estas tirando es tiempo de vida humana malgastado,
derrochando en cuestiones inútiles.
Piensen que la vida humana es un milagro, que estamos vivos por milagro y nada vale más que la vida.
Y que es nuestro deber biológico y por encima de todas las cosas
Respetar la vida y impulsarla.”*

Discurso: José Mujica na ONU em 2013, selecionado e musicado por *Newen Afrobeat*, para a introdução da música Santiago.

*“As pessoas não são más irmão,
Só estão perdidas.
Ainda há tempo!”
(Criolo)*

RESUMO

O regime alimentar corporativo possibilitou o crescimento das escalas de produção-distribuição-consumo, bem como a transformação das qualidades dos alimentos pelas agroindústrias, mas engendrou uma crise civilizatória diante das externalidades negativas não contabilizadas. Como contramovimentos na perspectiva Polanyiana, as agriculturas familiares e camponesas buscam constituir processos de resistências, fortalecendo a condição camponesa, a resiliência dos agroecossistemas, e promovendo a produção de alimentos saudáveis, as quais conformam mercados alimentares como resultados não projetados de suas ações coletivas. Esta tese de doutorado analisou a construção social dos mercados das agriculturas familiares e camponesas no Brasil (Região Sul) e no Chile (Região Centro-Sul) por meio da atuação das organizações dos movimentos sociais em face das transformações do regime alimentar corporativo. Realizou-se uma análise institucional comparada de ambos os países, com um recorte histórico a partir dos golpes militares da segunda metade do século XX, quando se evidenciaram as transformações das agriculturas e movimentos sociais do campo. A partir disso, o foco do estudo voltou-se às organizações das agriculturas familiares e camponesas no Brasil (MST) e no Chile (ANAMURI, MAELA e MUCECH) que possuem interfaces com mercados alimentares e analisou-se o seu papel enquanto atores desafiantes do campo de ação estratégica hegemônico pelo regime alimentar corporativo. Enquanto, no Brasil, o MST mobiliza e desenvolve uma diversidade de ações produtivas e comerciais, no Chile revela-se a dificuldade de ANAMURI, MAELA e MUCECH em constituírem os mesmos avanços. Isso acarretou uma alteração do caso chileno, onde o INDAP, ou seja, o Estado, assumiu centralidade nos mercados alimentares. Os principais resultados da pesquisa apontam que, nas duas últimas décadas, contramovimentos à expansão do regime alimentar corporativo abriram espaços para diversas modalidades de mercados alimentares, atribuindo novos papéis de agentes econômicos às organizações dos movimentos sociais, o que permitiu conformar trajetórias inovadoras de desenvolvimento. No entanto, tais iniciativas não representam uma disputa de um mercado capitalista *per se*, como idealiza o *mainstream* da teoria econômica. Trata-se da construção social de mercados que possuam viabilidade multidimensional (social, econômica, ambiental e cultural), ao mesmo tempo em que se articula com os princípios e valores que norteiam as organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas, onde bandeiras políticas como soberania alimentar, agroecologia e *buen vivir* ganharam centralidade e revelam tentativas de re-enraizamento desses mercados.

Palavras-chave: Sistemas alimentares. Mercados. Movimentos sociais. Redes alimentares alternativas. Agriculturas familiares e camponesas.

ABSTRACT

The corporate food regime allowed the growth of production-distribution-consumption scales, as well as the transformation of food qualities by agroindustries, but it generated a civilizing crisis in the face of negative externalities not accounted. As countermovements in the Polanyian perspective, family and peasant farming seek to build resistance processes, strengthening the peasant condition, resilience of agroecosystems, and promoting the production of healthy foods, which shape food markets as unpredicted results of their collective actions. This doctoral thesis analyzed the social construction of the markets of family and peasant agriculture in Brazil (South Region) and Chile (Central-South Region) through the performance of social movements' organizations in the face of transformations of the corporate food regime. A comparative institutional analysis of both countries was carried out, with a historical cut starting from the military coups of the second half of the 20th century, when the transformations of the agricultural and social movements of the countryside were evidenced. Then, the study focused on the organizations of family and peasant farming in Brazil (MST) and Chile (ANAMURI, MAELA and MUCECH) that have interfaces with food markets and their role was analyzed as challenging actors of the strategic action field dominated by the corporate food regime. While in Brazil, the MST mobilizes and develops a diversity of productive and commercial actions, in Chile it is exposed that ANAMURI, MAELA and MUCECH have difficulty on achieving the same advances. This led to a change in the Chilean case, where INDAP, or the State, assumed centrality in the food markets. The main results of the research indicate that, in the last two decades, countermovements to the expansion of the corporate food regime opened spaces for different food market modalities, attributing new roles of economic agents to social movements' organizations, which enabled the emergence of innovative trajectories of development. However, such initiatives do not represent a dispute for a capitalist market *per se*, as the mainstream of economic theory devises. It is the social construction of markets that may have multidimensional viability (social, economic, environmental and cultural), at the same time as it is articulated with the principles and values that guide the organizations of family and peasant farming social movements, where political flags such as food sovereignty, agroecology and *buen vivir* have gained centrality and reveal attempts to re-embeddedness these markets.

Keywords: Food systems. Markets. Social movements. Alternative food networks. Family and peasant farms.

RESUMEN

El régimen alimentario corporativo permitió el crecimiento de las escalas de producción-distribución-consumo, así como la transformación de las calidades de los alimentos por parte de las agroindustrias, pero generó una crisis civilizadora ante las externalidades negativas no contabilizadas. Como contramovimientos desde la perspectiva Polanyiana, las agriculturas familiares y campesinas buscan construir procesos de resistencia, fortaleciendo la condición campesina, la resistencia de los agroecosistemas y promoviendo la producción de alimentos saludables, que dan forma a los mercados alimentarios como resultados imprevistos de sus acciones colectivas. Esta tesis doctoral analizó la construcción social de los mercados de la agricultura familiar y campesina en Brasil (Región Sur) y Chile (Región Centro-Sur) a través del desempeño de las organizaciones de movimientos sociales frente a las transformaciones del régimen alimentario corporativo. Se realizó un análisis institucional comparativo de ambos los países, con un corte histórico de los golpes militares de la segunda mitad del siglo XX, cuando se evidenciaron las transformaciones de las agriculturas y de los movimientos sociales del campo. A partir de esto, el enfoque del estudio se dirigió a las organizaciones de las agriculturas familiares y campesinas en Brasil (MST) y Chile (ANAMURI, MAELA y MUCECH) que tienen interfaces con los mercados alimentarios y fue analizado su papel como actores desafiantes del campo de acción estratégica hegemonizado por el régimen alimentario corporativo. Mientras que, en Brasil, el MST moviliza y desarrolla una diversidad de acciones productivas y comerciales, Chile revela la dificultad de ANAMURI, MAELA y MUCECH para hacer los mismos avances. Esto llevó a un cambio en el caso chileno, donde INDAP, o sea, el Estado, asumió una posición central en los mercados alimentarios. Los principales resultados de la investigación indican que, en las últimas dos décadas, la lucha contra la expansión del régimen alimentario corporativo ha abierto espacios para diferentes modalidades de mercados alimentarios, atribuyendo nuevos roles de agentes económicos a las organizaciones de movimientos sociales, lo que permitió configurar trayectorias de desarrollo innovadoras. Sin embargo, tales iniciativas no representan una disputa por un mercado capitalista *per se*, como lo establece el *mainstream* de la teoría económica. Se trata de la construcción social de mercados que tengan viabilidad multidimensional (social, económica, ambiental y cultural), al mismo tiempo que se articulan con los principios y valores que guían a las organizaciones de los movimientos sociales de las agriculturas familiares y campesinas, donde banderas políticas como la soberanía alimentaria, la agroecología y el buen vivir han adquirido una posición central y revelan intentos de re-enraizamientos de estos mercados.

Palabras-clave: Sistemas alimentarios. Mercados. Movimientos Sociales. Redes alimentarias alternativas. Agriculturas familiares y campesinas.

LISTA DE BOX

Box 1 - Feiras diretas e a complexa interação com o regime dominante	103
Box 2 - Loja da reforma agrária	107
Box 3 - Uma experiência de <i>e-commerce</i> da reforma agrária em Porto Alegre.....	109
Box 4 - O arroz orgânico Terra Livre.....	111
Box 5 - O arroz orgânico Terra Livre também abastece os mercados institucionais ...	114
Box 6 - AEcoferia de La Reina, Santiago, Chile.....	169
Box 7 - Tienda Mundo Rural Escuela Militar – Santiago	173
Box 8 - Mi Huerto Web.....	175
Box 9 - A COOPEUMO	177
Box 10 - Os Vinhos Lautaro.....	180

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Feira da reforma agrária em um <i>shopping center</i> de Porto Alegre.....	104
Figura 2 - Gôndola com produtos da Loja da Reforma Agrária.....	107
Figura 3 - Delineamentos da comercialização e agregação de valor do INDAP	166
Figura 4 - <i>Ecoferia de La Reina</i>	169
Figura 5 - <i>Tienda Mundo Rural – Estación Metro Escuela Militar</i>	173
Figura 6 - Governantes do Brasil e do Chile desde os golpes militares	190
Figura 7 - Modelos econômicos do Brasil e do Chile após os golpes militares	192
Figura 8 - Marcos institucionais da agricultura brasileira e chilena.....	196
Figura 9 - As interfaces entre MST, ANAMURI, MUCECH e MAELA.....	209

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese dos dados primários da pesquisa.....	29
Quadro 2 - Resumo dos três regimes alimentares	34
Quadro 3 - Tipologia dos mercados da agricultura familiar.....	64
Quadro 4 - Síntese das variáveis utilizadas no estudo.....	66
Quadro 5 - Organizações da AFC chilena participantes da mesa de diálogo político-social com INDAP.....	160
Quadro 6 - Semelhanças das trajetórias institucionais do Brasil e do Chile após os golpes militares	194
Quadro 7 - Semelhanças do lugar da agricultura nas trajetórias institucionais do Brasil e do Chile	201
Quadro 8 - Características das organizações das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e Chile	204
Quadro 9 - Principais repertórios de contenção do MST, ANAMURI, MAELA e MUCECH206	
Quadro 10 - Mercados alimentares objetos de estudos do Brasil e do Chile	210
Quadro 11 - Síntese das feiras selecionadas no estudo.	212
Quadro 12 - Síntese dos pontos varejistas selecionados no estudo	216
Quadro 13 - Síntese dos <i>e-commerce</i> selecionados no estudo	219
Quadro 14 - Síntese das cooperativas que abastecem os mercados convencionais.....	222
Quadro 15 - Síntese das cooperativas que abastecem os mercados públicos e institucionais	226
Quadro 16 - Enquadramentos interpretativos dos mercados alimentares.....	229
Quadro 17 - Trechos de entrevistas das lideranças sobre mercados alimentares	231

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	– Associação Brasileira do Agronegócio
ABC Paulista	– Região Metropolitana de São Paulo formada por Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano
AFC	– <i>Agricultura Familiar Campesina</i>
AI	– Ato Institucional
ALN	– Ação Libertadora Nacional
AMAPs	– <i>Association Pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne</i>
ANAMURI	– <i>Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indígenas</i>
APEC	– Associação de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
APICOOP	– <i>Cooperativa Apícola de Chile</i>
ARENA	– Aliança Renovadora Nacional
ASA	– <i>Alianza por la Soberanía Alimentaria de los Pueblos de América Latina y Caribe</i>
AS-PTA	– Assessoria e Projetos em Agroecologia
ATES	– Assistência Técnica, Ambiental e Social à Reforma Agrária
CAI	– Complexo Agroindustrial
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CET	– <i>Centro de Educación y Tecnología</i>
CI	– Consumo Intermediário
CIA	– <i>Central Intelligence Agency</i>
CLAC	– <i>Coordinadora Latinoamericana y del Caribe de Pequeños Productores y Trabajadores de Comercio Justo</i>
CLADES	– <i>Consortio Latinoamericano de Agroecología y Desarrollo</i>
CLOC	– <i>Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo</i>
COCEARGS	– Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
CONAB	– Companhia Nacional de Abastecimento
CONAGRO	– <i>Confederación Nacional Campesina y Trabajadores del Agro de Chile</i>
CONAPROCH	– <i>Consejo Nacional de Productores de Chile</i>
CONC	– <i>Coordinación de Organizaciones Nacionales Campesinas</i>
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOPAN	– Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita

COOPAT	– Cooperativa de Produção Agropecuária de Tapes
COOPERAV	– Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão
COOPEUMO	– <i>Cooperativa Campesina Intercomunal Peumo Ltda.</i>
COOPTEC	– Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em áreas de Reforma Agrária
COOTAP	– Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
COPROFAM MERCOSUR	– <i>Confederación de Organizaciones de Productores Familiares del MERCOSUR</i>
CORA	– <i>Corporación de la Reforma Agraria</i>
CPA	– Cooperativa de Produção Agropecuária
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CSA	– <i>Community Supported Agriculture</i>
DC	– <i>Democracia Cristiana</i>
DHAA	– Direito Humano à Alimentação Adequada
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESG	– Escola Superior de Guerra
EUA	– Estados Unidos da América
FA	– <i>Frente Amplia</i>
FAO	– Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FASE	– Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FDI	– <i>Foreign Direct Investment</i>
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FIDA	– <i>Fondo Internacional para el Desarrollo Agrícola</i>
FLO	– <i>Fairtrade Labelling Organizations International</i>
FMI	– Fundo Monetário Internacional
GAS	– <i>Gruppi di Acquisto Solidale</i>
GIA	– Grupo de Integração Agroecológica
Ha	– Hectare
HRB	– <i>Hectárea de Riego Básico</i>
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM	– <i>International Federation of Organic Agriculture Movements</i>

IMO	– Instituto do Mercado Ecológico
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização Agrícola
INDAP	– <i>Instituto de Desarrollo Agropecuario</i>
IoT	– <i>Internet of Things</i>
JUNAEB	– <i>Junta Nacional de Auxílio Escolar e Becas</i>
MAB	– Movimento dos atingidos por barragens
MAELA	– <i>Movimiento Agroecológico Latinoamericano</i>
MAPA	– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MAPU	– <i>Movimiento de Acción Popular Unitario</i>
MASTER	– Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MATOPIBA	– Região considerada a grande fronteira agrícola brasileira da atualidade, compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MHW	– <i>Mi Huerto Web</i>
MMC	– Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	– Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	– Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MUCECH	– <i>Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile</i>
NAFTA	– <i>North American Free Trade Agreement</i>
NEI	– Nova Economia Institucional
NSE	– Nova Sociologia Econômica
NTAE's	– <i>Non-traditional agricultural export</i>
OCDE	– Organizações para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento
ODEPA	– <i>Oficina de Planificación</i>
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
OPAC	– Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos

PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	– Plano de Ação Econômica do Governo
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PDS	– Partido Democrático Social
PGDR	– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS
PIB	– Produto Interno Bruto
PLANAPO	– Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	– Plano Nacional do Desenvolvimento
PNRA	– Plano Nacional de Reforma Agrária
PRN	– Partido da Reconstrução Nacional
PROÁLCOOL	– Programa Nacional do Alcool
PRODESAL	– <i>Programa de Desarrollo Local</i>
PROINF	– Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira
PT	– Partido dos Trabalhadores
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
REAF	– Reunião Especializada da Agricultura Familiar
RMPOA	– Região Metropolitana de Porto Alegre
RN	– <i>Renovación Nacional</i>
SAN	– Segurança Alimentar e Nutricional
SAT	– <i>Servicio de Consultoría Técnica</i>
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SERCOTEC	– <i>Servicio de Cooperación Técnica</i>
SNCR	– Sistema Nacional de Crédito Rural
SNI	– Serviço Nacional de Informações
SOBAL	– Soberania Alimentar
TAM's	– <i>Transnational Agrarian Movements</i>
TIC's	– Tecnologias da Informação e Comunicação
TLC	– Tratado de Livre Comércio
UDI	– <i>Unión Demócrata Independiente</i>

UDN	– União Democrática Nacional
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina
UNAF	– <i>Unión Nacional de la Agricultura Familiar Campesina Cooperativa</i>
UOC	– <i>Confederación Nacional Unidad Operario-Campesino</i>
UP	– <i>Unidad Popular</i>
URRS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAB	– Valor Adicionado Bruto
VPB	– Valor Bruto da Produção
VPR	– Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
2	MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ALIMENTARES.....	32
2.1	SISTEMAS ALIMENTARES CONTEMPORÂNEOS: HEGEMONIA DAS GRANDES CORPORAÇÕES E CRISE CIVILIZATÓRIA	33
2.2	OS PAPÉIS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS ORGANIZADAS: RESISTÊNCIAS E OUTRAS PERSPECTIVAS PARA OS SISTEMAS ALIMENTARES VIA AÇÃO COLETIVA	40
2.3	MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS: UMA LEITURA PELA TEORIA INSTITUCIONAL.....	46
2.4	A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS ALIMENTARES POR MEIO DA AÇÃO COLETIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA.....	53
2.5	MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL E MULTI-ATOR	59
3	BRASIL: DA DITADURA AO LIBERAL-NOVO-DESENVOLVIMENTISMO, MST COMO ATOR RELEVANTE DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS, E PROTAGONISMO NA CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ALIMENTARES.....	67
3.1	A TRAJETÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL A PARTIR DO GOLPE MILITAR.....	67
3.1.1	O golpe militar de 1964 e o período ditatorial (1964-1985)	70
3.1.2	O primeiro ciclo da democracia brasileira pós-ditadura (1985-2002).....	75
3.1.3	A ascensão e crise do PT (2003-2018)	79
3.2	O LUGAR DA AGRICULTURA NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA BRASILEIRA .	83
3.2.1	A agricultura brasileira a partir do Golpe Militar de 1964.....	85
3.2.2	A agricultura brasileira a partir da Nova República	88
3.2.3	A agricultura brasileira a partir dos governos do PT	92

3.3	O MST E SUAS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ALIMENTARES	96
3.3.1	MST: uma breve contextualização.....	97
3.3.2	Os mercados alimentares articulados pelo MST	101
3.3.3	Como as lideranças do MST interpretam suas estratégias demercados alimentares.....	115
4	CHILE: DA DITADURA AO NEOLIBERALISMO, FRAGMENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO ESTATAL PARA A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ALIMENTARES DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS.....	129
4.1	A TRAJETÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA DO CHILE A PARTIR DO GOLPE MILITAR.....	129
4.1.1	O golpe militar de 1973 e o período ditatorial (1973-1989)	132
4.1.2	O primeiro ciclo da democracia chilena pós-ditadura (1989-2009)	137
4.1.3	A volta da alternância do poder (2010 – 2017).....	141
4.2	A TRAJETÓRIA DA AGRICULTURA CHILENA A PARTIR DO GOLPE MILITAR.....	144
4.2.1	A agricultura chilena durante a Ditadura Militar (1973 – 1989).....	147
4.2.2	A agricultura chilena nos governos da ‘Concertación’ (1990 – 2010)	152
4.2.3	A agricultura chilena nos últimos 8 anos (2010 – 2017).....	156
4.3	OS MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS NO CHILE E AS ESTRATÉGIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO	158
4.3.1	Um panorama das atuais organizações dos movimentos sociais do campo chileno	159
4.3.2	Os mercados das agriculturas familiares e camponesas no Chile e a centralidade do Estado	164
4.3.3	Como as lideranças das organizações dos movimentos sociais chilenos interpretam os mercados alimentares.....	181

5	OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE INSTITUCIONAL COMPARADA DO BRASIL E CHILE	189
5.1	AS TRAJETÓRIAS POLÍTICO-ECONÔMICAS.....	189
5.2	AS TRAJETÓRIAS DAS AGRICULTURAS	195
5.3	AS ORGANIZAÇÕES DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS.....	202
5.4	OS MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS COMPARADOS.....	210
5.5	COMO AS LIDERANÇAS DAS ORGANIZAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS INTERPRETAM SUAS PRÁTICAS DE CONSTRUÇÃO DE MERCADOS.....	228
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
	REFERÊNCIAS.....	246

1 INTRODUÇÃO

As complexas faces dos sistemas alimentares contemporâneos têm ensejado uma diversidade de estudos que apontam para a importância da reflexão interdisciplinar. As temáticas agropecuárias, agrárias, industriais, ecológicas, de saúde coletiva e de consumo apontam para ricos e profícuos debates sobre as transformações da “questão alimentar”. Uma dessas leituras provém da teoria dos regimes alimentares (Friedman e McMichael, 1989), a qual apresenta um quadro geral de referência histórica das transformações do capitalismo, entendida a partir da perspectiva da agricultura e alimentação. Por meio dessa visão macro, depreende-se a dinâmica na qual se inserem os sistemas alimentares atuais. McMichael (2016) aponta que vivemos no ‘regime alimentar corporativo’, o qual representa o projeto de globalização neoliberal. Suas características centrais são a hegemonia dos conglomerados empresariais transnacionais e a estreita correlação com o capital financeiro, o qual influencia no controle das regras, na especulação dos preços agrícolas e na utilização de novas tecnologias (McMICHAEL, 2016; CABEZA, 2010; TETREAUULT, 2015).

Embora capazes de proporcionar uma circulação global de alimentos e de *commodities* de maneira cada vez mais rápida e em enorme escala, o regime alimentar corporativo vem acarretando significativos impactos socioambientais e à saúde pública. Sua dinâmica de funcionamento é baseada na desregulamentação dos mercados, privatização dos bens comuns e crescimento de corporações transnacionais oligopolistas. Esses processos vêm causando profundos problemas para as populações urbanas e rurais do mundo. Para as populações urbanas, as questões da segurança do alimento e de saúde coletiva têm representado crescentes preocupações com o que chega à mesa das famílias. O uso abusivo de agrotóxicos, utilização de produtos transgênicos e o ultraprocesso dos alimentos têm causado o crescimento preocupante da obesidade e de doenças a ela associadas (cardíacas, hipertensão e diabetes). Para as populações rurais, além destes mesmos problemas, o processo de desterritorialização da agricultura – que desconecta e descontextualiza processos produtivos e culturas regionais –, tem reduzido a capacidade de resiliência dos agroecossistemas e do tecido sociocultural das comunidades. Em síntese, há um alto custo social e ambiental não internalizado nas atividades econômicas empresariais dos sistemas alimentares contemporâneos (PETERSEN, 2013; PLOEG, 2008; HOLT-GIMÉNEZ, 2012; CRUZ; MATTE; SCHNEIDER, 2016; MILONE; VENTURA, 2016; OSTROM, 1985).

Diante desse cenário, inúmeras ações coletivas são constituídas com a perspectiva de representarem contramovimentos (POLANYI, 2000) ao *modus operandi* do Regime Alimentar Corporativo e à crise civilizatória que a mesma engendrou (McMICHAEL, 2016; PLOEG, 2008; BORRAS JÚNIOR; EDELMAN; KAY, 2008; CABEZA, 2010; LASSO, 2013; SEVILLA-GUZMÁN, 2011; GLIESSMAN, 2009; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, ESCHER, 2016, entre outros). Cruz, Matte e Schneider (2016) sintetizam essa crise a partir dos seguintes aspectos: nova equação alimentar, invisibilidade da questão alimentar e paradigma da saúde. No que tange à nova equação alimentar, os autores destacam que é preciso levar em consideração elementos que possam responder simultaneamente às questões alimentares (tanto o risco da escassez quanto da perda da qualidade nutricional), demográficas (urbanização) e ambientais (fontes de energia renováveis e redução do desperdício). O segundo aspecto da crise refere-se à ‘invisibilidade da questão alimentar’ e está relacionada com o fato dos processos de produção de alimentos estarem cada vez mais nas margens da geografia das cidades e da relação das pessoas com os alimentos. Por fim, no que se refere às questões de saúde coletiva, os autores apontam que, ao invés dos problemas crônicos de desnutrição e fome, o novo problema que atinge a maior parte da população mundial está relacionado com a obesidade e o crescimento de doenças (cardíacas, hipertensão e diabetes). Tais questões estão diretamente associadas com uma alimentação crescentemente ultraprocessada e concentrada nas mãos de oligopólios multinacionais, o que vem causando uma série de efeitos colaterais na saúde das pessoas, sejam produtores ou consumidores, e nos ecossistemas (CRUZ; MATTE; SCHNEIDER, 2016). Em suma, apesar dos significativos avanços da ciência e tecnologia nos sistemas alimentares contemporâneos, o discurso da eficiência, produtividade e competitividade das empresas agroalimentares globais não se sustenta quando confrontados com as várias dimensões (econômica, ecológica, alimentar, energética e ética) que apontam para uma crise civilizatória. Tais elementos representam importantes motivações que justificam o presente estudo.

Em face disso, as ações coletivas promovidas pelos movimentos sociais que se agrupam sob as bandeiras da agroecologia, da soberania alimentar e do bem viver tem ganhado força no campo dessas alternativas possíveis. Suas propostas destacam o papel das agriculturas familiares e camponesas, seja denunciando as contradições do regime alimentar corporativo, seja construindo estratégias de sobrevivência adaptadas ao seu modo de vida (MANÇANO, 2015; ACOSTA, 2008; PETERSEN, 2013). Com efeito, na América Latina é possível observar o surgimento e o amadurecimento de inúmeras experiências econômicas

que possuem uma produção sob os princípios da agricultura orgânica e da agroecologia – oriundas das ações coletivas vinculadas com o universo das agriculturas familiares e camponesas – e que são responsáveis por parcelas representativas dos sistemas alimentares locais/regionais/nacionais (ALTIERI, 2016; FAO, 2017). E aqui reside um aparente paradoxo que merece mais atenção: historicamente, diante da influência marxista, as organizações vinculadas aos movimentos sociais do campo se opuseram – ao menos criticaram fortemente – as alternativas econômicas que envolvessem a dimensão mercadológica (haja vista os conceitos de mercantilização e fetichização); enquanto que, recentemente, são cada vez mais expressivas as experiências de construção social de mercados promovidas por essas mesmas organizações de movimentos sociais.

Compreender esse tensionamento é outra questão que motiva o presente estudo. Por ‘movimentos sociais’, considera-se a abordagem proposta por Alonso (2009) e sua definição como ações coletivas coordenadas em favor de interesses e/ou programas compartilhados. Um desses repertórios se refere à criação de organizações - que mobilizam pessoas e recursos em prol de objetivos comuns - nos quais se destacam as associações, cooperativas e sindicatos quando se considera a realidade rural (GEHLEN; MOCELIN, 2018). Historicamente, os ‘velhos movimentos sociais’ – dentre os quais se inserem os movimentos camponeses – possuem suas práticas baseadas no conflito e na orientação de demandas voltadas ao Estado e, por vezes, criando organizações próprias para realizar essa mediação. De outro modo, os ‘novos movimentos sociais’, além da perspectiva de conflito, que permanece importante, apresentam um repertório de ações coletivas mais diversificado, abarcando práticas como o associativismo, o voluntariado, o trabalho das organizações não governamentais e das organizações religiosas, o consumo coletivo e consciente, e o ativismo institucional, as quais são também possibilidades de se mobilizar socialmente em prol de determinadas causas. Assim, grupos difusos buscam a constituição de uma nova cultura política para ressignificar a economia (WEBER, 2015) a partir de práticas inovadoras, integrando diferentes dimensões éticas e estéticas (ALONSO, 2009; SILVA, 2010; NIEDERLE; WESZ JÚNIOR, 2018). Certamente, as transformações dos repertórios de ação coletiva associadas aos ‘novos’ movimentos sociais acabam por influenciar o campo de ação estratégica (FLIGSTEIN, 2001; 2007) dos ‘velhos’ movimentos sociais, o que não apenas dificulta este tipo de diferenciação, como também complexifica a compreensão dos seus repertórios de ação para a construção de mercados alimentares.

Desde os anos 1980, a literatura vem questionando a visão ortodoxa da teoria econômica que apregoa a lei da oferta e demanda e a autoregulação pelo sistema de preços como o mecanismo exclusivo de funcionamento da economia capitalista. Inúmeras correntes teóricas têm apontado os limites dessa visão simplificadora da realidade, destacando-se as abordagens que se inserem sob o guarda-chuva da teoria institucionalista. Para a economia institucional original, os mercados são estruturas sociais regidas por normas, regras, tradições e costumes construídos pelas relações entre os atores sociais. Desse modo, importa compreender os processos de construção, estabilização, declínio e mudanças das instituições, o que está associado aos conflitos de interesse e valores entre os participantes dos mercados (MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER, 2016; ALLAIRE, 2016; ABRAMOVAY, 2004; HODGSON, 1997; FLIGSTEIN, 2001).

Novos mercados alimentares têm apontado na direção do que Goodman (2003) denomina de *'quality turn'*, na medida em que a questão agroalimentar incorpora a qualidade como atributo essencial de regulação das transações econômicas. Como demonstram vários estudos, atualmente verifica-se uma crescente tendência de produções diferenciadas que levam em consideração as características que se apresentam, por exemplo, nos produtos artesanais, tradicionais, caseiros, coloniais, orgânicos, agroecológicos, solidários, com indicação geográfica, sustentáveis, religiosos, sem transgênicos, *fair trade* e *slow food*. Além disso, é importante destacar que essa dinâmica compreende distintos mercados, inclusive aqueles de commodities que, outrora, se imaginava atuar apenas a partir da regulação por preços (PORTILHO, 2009; WILKINSON, 2016; NIEDERLE, 2014).

De maneira concomitante às transformações na esfera da produção, importantes alterações vêm ocorrendo também na esfera do consumo, onde o comportamento passivo do consumidor é substituído por um posicionamento proativo e político (*boycott* e *buycott*). Questões como denominação de origem, segurança alimentar e nutricional, impactos sociais e ecológicos, passam a ser valorizadas no processo de tomada de decisão sobre o que consumir. Fatores culturais, psicológicos e ligados ao estilo de vida, além das próprias tendências de consumo alimentar, também exercem influência no processo de escolha dos alimentos. Dessa forma, cada vez mais, a dinâmica dos mercados distancia-se do modelo idealizado pelo *mainstream* da ciência econômica (HODGSON, 2017; FLIGSTEIN, 2001; BATALHA; LUCCHESI; LAMBERT, 2014).

Este é o caso dos mercados construídos pelas ações coletivas das agriculturas familiares e camponesas, principalmente quando se focalizam iniciativas que apontam para a

integração entre o potencial endógeno da agricultura camponesa (SEVILLA-GUZMAN, 2011) e as novas demandas dos cidadãos-consumidores (OOSTERVER; GUIVANT; SPAARGAREN, 2010). Estes mercados são expressões de importantes transformações na dinâmica tanto da produção, quanto do consumo dos alimentos, conformando uma diversidade de lógicas sociais que agregam desde a perspectiva industrial dominante (NIEDERLE, 2017), passando pelas lógicas estéticas dos consumidores ‘ego-trip’ (GUIVANT, 2003) até as redes agroalimentares alternativas (GOODMAN, 2017), nos quais predomina uma lógica de “mercados cívicos e/ou cidadãos”, ou seja, em que há um forte componente ético na ação econômica.

Tendo esse debate como pano de fundo, a presente tese de doutorado parte da seguinte questão norteadora: *como as lideranças das organizações vinculadas aos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas do Chile e do Brasil interpretam suas experiências de construção social de mercados?* Trata-se de um problema que requer uma análise institucional comparada entre as realidades brasileira e chilena. Esta abordagem será delineada pela articulação da leitura macroinstitucional proporcionada pela Teoria dos Regimes Alimentares (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989) com perspectiva mesoanalítica da teoria dos Campos de Ação Estratégica (FLIGSTEIN, 2001) – tendo as lideranças das organizações dos movimentos sociais o papel de “atores hábeis” (FLIGSTEIN, 2007) da construção dos mercados, razão pela qual interessa compreender suas interpretações a respeito desse fenômeno. Ademais, associa-se o referencial destas abordagens com a tipologia proposta por Schneider (2016), a qual permite uma identificação dos elementos institucionais que orientam os diferentes mercados das agriculturas familiares e camponesas em ambos os países.

O ponto de partida desta tese foi a região sul do Brasil pela razão central de ser o *locus* de atuação profissional do autor. Desde 2000, tenho a oportunidade de desenvolver trabalhos nesta região como estudante, técnico de extensão rural, professor de ensino técnico e universitário, consultor governamental e integrante da iniciativa privada. Nestes trabalhos foi possível observar a heterogeneidade das agriculturas familiares e camponesas, bem como das experiências de mercados que as mesmas têm desenvolvido com vistas a garantir a reprodução social das famílias de agricultores. Para a análise institucional comparada dos mercados alimentares foi selecionado o Chile. A justificativa para a escolha do Chile está, primeiramente, na minha descendência – sou filho de mãe e pai chilenos e com exceção de minhas irmãs, o restante da família é de nacionalidade chilena –, o que me motivou a

compreender com mais profundidade o contexto dos meus ancestrais. Além disso, no Brasil há pouco conhecimento da realidade das agriculturas familiares e camponesas chilenas, especialmente no que se refere aos mercados alimentares. Outro elemento que destaca a importância da escolha do Chile para a análise comparada está na sua trajetória político-econômica, a qual destoa dos demais países da América Latina, especialmente pelo caráter ultraliberal (GARRETÓN, 2012; VARGAS, 2012; KAY, 2002). Tais aspectos alçaram a economia chilena – ao menos do ponto de vista retórico – à uma das mais desenvolvidas da América Latina. Essa questão ganha centralidade nos dias atuais, devido à insistência do governo nacional vigente em utilizar o modelo chileno como exemplo a ser seguido pelo Brasil. Desse modo, compreender a trajetória chilena e sua atual conjuntura se tornou essencial para o momento político atual.

As hipóteses delineadas para responder à questão de pesquisa acima sugerem que:

- a) as trajetórias dos dois países criaram diferentes condicionantes institucionais e organizacionais para a ação coletiva das organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas em cada contexto, o que implica que suas iniciativas de construção de mercados sejam heterogêneas;
- b) apesar disso, as organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas brasileiros e chilenos selecionados neste estudo convergem no que tange à compreensão dessas iniciativas como contramovimentos ao regime alimentar corporativo;
- c) ademais, os mesmos compreendem que a ação coletiva das agriculturas familiares e camponesas no que tange à construção de novas relações econômicas pode ser um elemento de desestabilização dos campos de ação estratégica (mercados) controlados pelo regime alimentar corporativo.

A partir destas hipóteses, foi constituído o seguinte objetivo geral: analisar a construção social dos mercados das agriculturas familiares e camponesas no Brasil (Região Sul) e no Chile (Região Centro-Sul) por meio da atuação das organizações dos movimentos sociais em face das transformações do regime alimentar corporativo. Este é complementado por três objetivos específicos:

- a) reconstituir e comparar as trajetórias macroinstitucionais do Brasil e do Chile pós-ditaduras e o seu impacto nas agriculturas e movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas de cada país;

- b) compreender e comparar como as lideranças das organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile interpretam as transformações dos sistemas alimentares e se posicionam como atores desafiantes ao regime alimentar corporativo;
- c) caracterizar e comparar os mercados das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile, identificando seus atores, infraestruturas e dispositivos institucionais.

Além da questão da crise civilizatória e a urgência de soluções viáveis e adaptadas às realidades das agriculturas familiares e camponesas no contexto latinoamericano, outra justificativa do presente estudo se relaciona com a necessidade da organização econômica para além das unidades de produção agropecuária. Ou seja, os diversos elos das cadeias produtivas dos sistemas alimentares necessitam receber maior atenção por parte dos estudiosos, na medida em que a agricultura familiar é responsável pela maior parte dos alimentos produzidos nos países em desenvolvimento¹ (FAO, 2017). O chamado ‘gargalo da comercialização’ se apresenta repetidas vezes e nos mais variados contextos, destacando a importância de se analisar os aspectos que se expressam ‘fora da porteira’. Com a necessidade da organização dos agricultores familiares e camponeses como condição *sine qua non* de sobrevivência nos sistemas alimentares contemporâneos, novos empreendimentos econômicos estão sendo constituídos tendo os agricultores familiares e camponeses como protagonistas, os quais possuem em sua gênese uma outra racionalidade econômica que não meramente a maximização dos lucros.

Tais iniciativas vão ao encontro da tese institucionalista da construção social de mercados e se expressam de forma diversa pelas mais diferentes correntes do pensamento, tais como: Economia Solidária, Agricultura Alternativa, Empreendimentos Autogeridos, Cooperativas Democráticas, Agroecologia, Circuitos Curtos de Comercialização, Arranjos Produtivos Locais, Desenvolvimento Local, Territorial, Sustentável, dentre tantas outras denominações que buscam destacar alternativas aos modelos hegemônicos dos sistemas alimentares do capitalismo contemporâneo representado pelo regime alimentar corporativo. Compreender de que maneira vem ocorrendo a constituição e o funcionamento dessas

¹ Nesse contexto, é válido destacar o papel da FAO com o lançamento da ‘Década da Agricultura Familiar’ que se estenderá até 2028 e que possui o objetivo de colocar em prática um plano de ação global contra a fome, a obesidade e a pobreza, ao mesmo tempo em que organiza sistemas produtivos sustentáveis (FAO, 2019), os quais se inserem na agenda 2030 da ONU e os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030, 2019).

experiências, como as relações sociais e profissionais são estabelecidas, o modo de funcionamento das redes de intercooperação e intracooperação, bem como o potencial inovador da agricultura familiar e camponesa são justificativas que estiveram na origem desta tese.

Por fim, destaco duas outras motivações que justificam a reflexão desse debate no contexto latino-americano:

- a) a participação em eventos do projeto da *'Alianza por la Agroecología'*, que representa uma plataforma que reúne organizações de movimentos sociais de sete países – Bolívia, Nicarágua, Paraguai, Guatemala, Equador, Colômbia e Brasil –, que buscou apontar possíveis caminhos para um desenvolvimento rural com base ecológica tendo em vista a crise socioeconômica e ambiental da América Latina; e
- b) o estágio doutoral realizado no Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) para América Latina e Caribe, localizado em Santiago, Chile. Entre novembro de 2017 e abril de 2018 atuei vinculado à FAO como consultor voluntário da Iniciativa Regional 2 – Agricultura familiar e sistemas alimentares inclusivos para o desenvolvimento rural sustentável –, sob supervisão geral do Oficial de Políticas, Luiz Carlos Beduschi e supervisão direta da Oficial de Alianças, Dulclair Sternadt. Esta experiência enriqueceu significativamente a pesquisa de doutorado e possibilitou o estudo comparado.

A metodologia utilizada na pesquisa pode ser considerada como descritiva-analítica. Buscou-se levantar as principais características dos mercados organizados pelas organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas no Brasil e no Chile. Quanto aos meios, a pesquisa pode ser considerada como uma pesquisa bibliográfica e de campo (TRIVIÑOS, 1987; VERGARA, 1997). Os dados primários foram coletados por meio de visitas técnicas, da observação direta e participante, de registros audiovisuais e em caderno de campo, pela participação em eventos técnicos, bem como pela aplicação de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas com pesquisadores, especialistas, representantes de órgãos financiadores e agentes dos mercados alimentares das agriculturas familiares e

camponesas.² O quadro a seguir sintetiza o perfil e os temas abordados das entrevistas realizadas:

Quadro 1 - Síntese dos dados primários da pesquisa

Entrevistados	Descrição do Perfil	Número de Entrevistas	Temas abordados nas entrevistas
Acadêmicos (EA)	Professores e Pesquisadores.	14	- Correntes teóricas possíveis para o fenômeno abordado; - Interpretações sobre o problema de pesquisa da tese; - Orientações teóricas-metodológicas;
Agentes de Mercado (EM)	Trabalhadores dos canais de comercialização pesquisados.	12	- Relato sobre a constituição e o funcionamento do canal de comercialização; - Descrição da atividade realizada; - Principais avanços e limites encontrados; - Perspectivas para o futuro dos empreendimentos econômicos;
Técnicos (ET)	Técnicos das organizações dos movimentos sociais e instituições de apoio.	14	- Descrição da atividade realizada e da organização a qual pertence; - Principais ações de apoio aos mercados alimentares; - Perspectivas para o futuro dos mercados alimentares;
Políticos (EP)	Dirigentes das organizações dos movimentos sociais.	15	- Apresentação da organização a qual pertence e o papel exercido; - Interpretação da atual conjuntura dos mercados alimentares; - Perspectivas para o futuro dos mercados alimentares;

Fonte: Elaboração própria (2019).

Os dados secundários foram coletados por meio de estudo de referenciais bibliográficos, relatórios de pesquisa, sítios eletrônicos e dados internos das organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas. Para a análise e interpretação dos dados, foi utilizada uma abordagem quali-quantitativa, em que as informações coletadas foram codificadas e posteriormente interpretadas a partir das estruturas analíticas propostas pelo presente estudo. Foi utilizado o *software* de referenciamento bibliográfico *Mendeley* para o suporte na análise dos artigos científicos. Para as entrevistas gravadas, em virtude do número e do tempo disponível para realização do estudo, optou-se pela não transcrição integral de seu conteúdo, mas pela organização das ideias centrais e destaques de determinados trechos considerados como mais relevantes (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2008; CHIZOTTI, 2001).

² Vale ressaltar que boa parte das entrevistas foram realizadas pessoalmente, mas também foram utilizados de outros meios como telefone, correio eletrônico e entrevistas *on-line* (*skype* e *whats app*) como ferramentas complementares (nota do autor).

Outra escolha metodológica essencial diz respeito à escolha das organizações dos movimentos sociais para a análise, que representam apenas uma amostra dos dois países, sem a intenção de esgotar a diversidade dos mesmos. No Brasil focalizamos as experiências de mercados alimentares construídas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para tanto, foram entrevistadas lideranças em Porto Alegre, Florianópolis, Brasília e São Paulo. Do ponto de vista das iniciativas observadas, optou-se por analisar os mercados alimentares desenvolvidos na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. No Chile, não foi possível identificar uma única organização de movimento social que pudesse ser comparado com o porte, a complexidade e as experiências de mercados alimentares desenvolvidas pelo MST. Desse modo, após muitas idas e vindas para definir os atores do caso chileno, foi identificada a *'Alianza por la Soberania Alimentaria'*. Esta instância representativa constituída pela FAO/RLC na América Latina é um elo entre o MST e as organizações dos movimentos sociais chilenos, dentre os quais se destacam aqueles que foram selecionados para a pesquisa: *Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indígenas* (ANAMURI), *Movimiento Agroecológico Latinoamericano* (MAELA) e *Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile* (MUCECH). Por sua vez, as experiências analisadas no Chile encontram-se mais dispersas – em Santiago, Curicó e Peumo –, seguindo a própria característica das organizações dos movimentos sociais deste país. Os atores sociais das agriculturas familiares e camponesas desta pesquisa foram entrevistados na região centro-sul do Chile, que compreende de Santiago a Temuco.

Esta tese está organizada em cinco capítulos, além desta introdução. No capítulo 2 é apresentado o conjunto de teorias que perpassam pelas temáticas centrais dos mercados, da alimentação, da agricultura e dos movimentos sociais. O objetivo desse capítulo é constituir o arcabouço teórico-metodológico que visa sustentar a análise institucional comparada dos mercados alimentares organizados pelas organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile. No capítulo 3 é apresentado o caso brasileiro. Para tanto, realiza-se uma análise da trajetória histórica da política e da economia do Brasil após o golpe militar de 1964, a qual permite evidenciar as transformações ocorridas na agricultura brasileira e o papel desempenhado pelos movimentos sociais do campo. A partir desse debate, o capítulo focaliza a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a construção dos mercados alimentares e a interpretação das suas lideranças sobre os mesmos. No capítulo 4 é apresentado o caso chileno. Aqui a opção foi um recorte histórico do período pós-golpe militar de 1973 para analisar a trajetória histórica da política e

da economia no Chile, o que permite evidenciar as transformações ocorridas na agricultura chilena, bem como o papel desempenhado pelos movimentos sociais do campo. A partir desse debate, o capítulo analisa a ação de três organizações da AFC chilena (ANAMURI, MAELA e MUCECH) para a construção dos mercados alimentares e a interpretação das suas lideranças sobre os mesmos. O capítulo 5 realiza a análise institucional comparada entre os casos do Brasil e do Chile, comparando:

- a) as trajetórias político-econômicas;
- b) as trajetórias das agriculturas;
- c) as organizações das agriculturas familiares e camponesas;
- d) os mercados das agriculturas familiares e camponesas; e
- e) a interpretação das lideranças das organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas sobre os mercados alimentares constituídos.

Por fim, o capítulo 6 apresenta as considerações finais, evidenciando os principais resultados obtidos e as perspectivas de agenda de pesquisa desta temática de estudo.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ALIMENTARES

O presente capítulo apresenta o arcabouço teórico-metodológico que sustenta a análise institucional comparada dos mercados alimentares construídos pelas organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile. Para tanto, mobiliza um conjunto de teorias que perpassam pelas temáticas centrais dos mercados, da alimentação, da agricultura e dos movimentos sociais, as quais nem sempre dialogam ou convergem. As interfaces entre essas quatro grandes temáticas revelam um processo de efervescência teórica, na medida em que abordagens outrora isoladas necessitam construir novos vínculos, notadamente no que tange à interpretação da relação controversa e polêmica entre mercados e movimentos sociais.

O capítulo subdivide-se em cinco seções. Na primeira seção, os sistemas alimentares contemporâneos são analisados pela ótica da teoria dos Regimes Alimentares (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989), a qual fornece uma macro análise dos processos de transformação do capitalismo a partir da revolução industrial, com destaque para o lugar desempenhado pela agricultura e alimentação. O dilema evidenciado neste contexto é que, concomitantemente ao processo de crescimento das escalas globais de produção e transformação das qualidades dos alimentos pelas agroindústrias, uma crise civilizatória se avizinha diante das irracionalidades empresariais e externalidades não contabilizadas pelos sistemas alimentares globais (SEVILLA-GUZMÁN, 2011; PETERSEN, 2013).

Na segunda seção demonstra-se como, diante desse contexto, as ações coletivas das agriculturas familiares e camponesas buscam constituir processos de resistências e contramovimentos (POLANYI, 2000), fortalecendo a condição camponesa (PLOEG, 2016) e a resiliência dos agroecossistemas (GLIESSMAN, 2009), e promovendo a produção de alimentos saudáveis para a população. Assim, conceitos como segurança alimentar e nutricional, soberania alimentar, agroecologia e bem viver ganham centralidade como bandeiras de luta de movimentos sociais, especialmente da Via Campesina, para representar alternativas factíveis que trafeguem em direção a sistemas alimentares sustentáveis (FAO, 2017).

Na terceira seção discute-se como essas estratégias das agriculturas familiares e camponesas, e das suas organizações de movimentos sociais, acabam invariavelmente estabelecendo interfaces com os mercados. Historicamente interpretado como um dos pilares do capitalismo pelos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas, os

mercados são tratados com resistências e desconfianças. Esta seção desconstrói a visão dominante dos mercados oferecida pela teoria econômica da escola neoclássica, para então constituir uma outra referência a partir das leituras da teoria institucional, especialmente da Economia Institucional Original (WILKINSON; RAMA, 2018; SCHNEIDER, 2016; HODGSON, 2017; FLIGSTEIN, 2001).

Na quarta seção reflete-se sobre as ações coletivas organizadas das agriculturas familiares e camponesas com o intuito de construir mercados alimentares com outros níveis de compreensão. Nesse sentido, as discussões sobre redes alimentares alternativas e mercados cívicos (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012; CUCCO; FONTE, 2015) são mobilizadas para interpretar a construção de mercados a partir da renovação dos repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais (SILVA, 2014; FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Por fim, a última seção apresenta o constructo teórico constituído pela discussão teórica dos mercados, agricultura, alimentação e movimentos sociais para a realização da análise institucional comparada entre o Brasil e o Chile.

2.1 SISTEMAS ALIMENTARES CONTEMPORÂNEOS: HEGEMONIA DAS GRANDES CORPORACÕES E CRISE CIVILIZATÓRIA

A maneira como os alimentos se movimentam desde os agricultores até os consumidores mudou radicalmente desde a Revolução Industrial, no final do século XVIII, acompanhando as profundas transformações das economias nacionais até o capitalismo globalizado dos dias atuais. Inicialmente circunscritos a uma dimensão espacialmente local e temporalmente imediata, os alimentos transformaram-se em *commodities* que circulam globalmente. Técnicas de manejo industrial permitiram mitigar o problema da perecibilidade, aproximando-os da lógica dos bens de consumo duráveis (FRIEDMANN, 2000; GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

O sistema alimentar global possui suas origens no último quartel do século XIX na Grã-Bretanha, que era então a potência comercial dominante no mundo. As primeiras grandes corporações agrícolas com alcance global surgiram por uma série de razões, tanto tecnológicas quanto institucionais. O trabalho agrícola foi mecanizado; agroquímicos foram inventados e comercializados; trens, navios e portos revolucionaram o transporte; e novas tecnologias melhoraram a preservação e armazenamento de alimentos. O livre comércio removeu as barreiras tarifárias, e os mercados futuros superaram a escassez de capital

vendendo as colheitas antes mesmo que as sementes fossem colocadas no solo (AGRIFOOD ATLAS, 2017).

Esse panorama de transformações é analisado por Friedmann e McMichael (1989) por meio da abordagem dos Regimes Alimentares. Segundo McMichael (2016), essa abordagem busca traçar uma análise macro do sistema agroalimentar global para especificar as relações entre a ordem mundial e o comércio agroalimentar, detalhando a construção política das ordens agroalimentares que, ao mesmo tempo, moldam e são moldadas pela dinâmica de acumulação capitalista específica a cada momento histórico. O autor destaca que o conceito de regime alimentar “[...] concretiza relações históricas entre construção do Estado, colonização de terras/fronteiras, rotas de alimentos, agroindustrialização, padrões alimentares, estratégia corporativa transnacional e movimentos de protesto alimentares e agrários” (McMICHAEL, 2016, p. 27).

A teoria dos Regimes Alimentares considera a existência de três períodos distintos dos sistemas agroalimentares a partir da revolução industrial: 1. O primeiro regime alimentar, constituído no período final da hegemonia britânica (1870 - 1929); 2. O segundo regime alimentar centrado na hegemonia estadunidense no pós - II Grande Guerra (1930 - 1973); 3. O terceiro regime alimentar que começa a se delinear a partir de 1980 com característica liberal-produtivista e corporativa (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989). O quadro a seguir sintetiza as principais características de cada regime alimentar:

Quadro 2 - Resumo dos três regimes alimentares

Características	Primeiro regime Alimentar	Segundo regime Alimentar	Terceiro regime alimentar
Começo aproximado	1870-1930	1950-1970	2000-dias atuais
Nome/definição	Colonial-Diásporico	Mercantil-Industrial	Corporativo-Ambiental
País como centro de poder	Grã-Betanha	Estados Unidos	Eixo China/EUA
Principal dirigente ou tomador de decisões	Estados (principalmente colonizadores nacionais e fazendeiros)	Companhias Processadoras	Corporações Transnacionais do setor varejistas, supermercados
Modo de regulação e governança	Impérios coloniais	Estados Nacionais via keynesianismo gerenciado	Desregulação Neoliberal
Ideologias Dominantes	Liberalismo-colonialismo	Desenvolvimentismo-anticomunismo	Neoliberalismo-Globalização
Sistema Monetário Internacional	Padrão Ouro-Libra	Ouro-Dólar (Brettow Woods)	Dólar-Flexível (pós-Brettow Woods)

Características	Primeiro regime Alimentar	Segundo regime Alimentar	Terceiro regime alimentar
Paradigma Agro-tecnológico	Tradicional	Mecânica e Química	Bio e nano-tecnologias, TIC's
Característica dos Alimentos	Gêneros alimentícios básicos para a preparação caseira	Gêneros alimentícios básicos e processados para preparação caseira e refeições fora de casa	Gêneros alimentícios básicos, processados e manufaturados para preparação caseira, conveniência e refeições flexibilizadas
Identificador	Produtos sem marca e sem diferenciação	Produtos de marca	Produtos de marca, marcas próprias dos supermercados e marcas genéricas
Movimentos de Contestação	Trabalhadores	Agricultores	Consumidores

Fonte: Schneider, Schubert e Escher (2016).

No primeiro regime alimentar, também conhecido como Imperial-Colonial, o projeto britânico de *workshop of the world* buscava sustentar a emergente classe industrial europeia e o seu proletariado (*wage foods*) com matérias-primas baratas importadas dos estados coloniais. Via de regra, tais produções eram baseadas na *plantation* (grandes extensões de terra, monoculturas e utilização de mão de obra escrava) e combinava produtos tropicais, grãos básicos e pecuária, especialmente produtos como trigo, milho e carne, açúcar, café, cacau e chá, originados dos países colonizados das zonas tropicais da América, África, Ásia e Oceania, os quais eram incentivados ou compelidos a fornecer alimentos baratos sob a ideologia do imperialismo do livre comércio (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016). Por sua vez, a Inglaterra avançava com o processo de industrialização e comercializava produtos manufaturados com os estados coloniais, atuando como o epicentro do comércio mundial (McMICHAEL, 2016). Assim, o primeiro regime alimentar estabeleceu suas bases institucionais no padrão-ouro, seus fundamentos morais na retórica do livre-mercado e colocou em prática a tese ricardiana das ‘vantagens comparativas’ (HUNT, 2005). Importante destacar que, nesse período (1870), dois processos básicos estavam em curso: a formação dos estados nacionais independentes sob uma visão liberal e os primeiros processos de industrialização da agricultura e da alimentação mediante os importantes avanços tecnológicos da época, conformando uma nova divisão internacional do trabalho (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989).

O primeiro regime alimentar entrou em declínio por vários fatores, dentre os quais destaca-se:

- a) papel exercido pelos novos estados-nacionais, a construção dos capitalismo nacionais e suas demandas por soberania;
- b) a crise mundial de 1929; e
- c) as consequências sobre o comércio internacional da Primeira Guerra Mundial.

Esse contexto gerou um quadro de depressão econômica que obrigou os países a adotarem medidas de proteção aos seus mercados, bem como um aumento da relação de exploração sobre os estados coloniais (BERSTEIN, 2011; McMICHAEL, 2016; NIEDERLE, 2017b; FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989).

O segundo regime alimentar se estabiliza nos anos 1950, após a recuperação e expansão da economia mundial capitalista no período pós-guerras mundiais e o surgimento dos Estados Unidos e da União Soviética como “superpotências globais”, ao passo que as potências europeias perdiam a hegemonia global. Tal período representou também o início da Guerra Fria e a disputa entre as ideologias capitalista e comunista, o que envolveu praticamente todos os países do globo. Durante o segundo regime alimentar, os Estados Unidos assumiram uma posição estratégica no redirecionamento dos excedentes da superprodução de alimentos para os países ‘subdesenvolvidos’ alinhados sob sua hegemonia. Isso se deu por meio de políticas agrícolas subsidiadas e das ajudas alimentares (*food aid*) ancoradas no discurso da segurança alimentar para regiões que sofriam o desabastecimento. Schneider, Schubert e Escher (2016) ressaltam que essas supostas ajudas alimentares se constituíam na prática como uma forma de *dumping* visando a exportação de produtos alimentícios ao passo que desestimulava a produção nacional. McMichael (2016, p.51) aponta que “os Estados Unidos se apropriaram de uma crise de direitos humanos para fins políticos”. No caso dos países latino-americanos, a ‘Aliança para o Progresso’ expressou os interesses estadunidenses pelo controle do território e concomitante ‘auxílio’ político-econômico (McMICHAEL, 2016; NIEDERLE, 2017b; FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989; ROUQUIÉ, 1991).

Vale destacar que os pacotes tecnológicos da Revolução Verde (mecanização, genética e química) foram adotados pelos países alinhados aos Estados Unidos para a modernização da agricultura. Isso representou avanços significativos de produção e produtividade e criou as bases dos complexos agroindustriais de commodities a partir de um novo modelo de acumulação-regulação, denominado de mercantil-industrial. No plano institucional, o império britânico cedeu lugar à hegemonia estadunidense, o padrão ouro ao dólar e o liberalismo ao desenvolvimentismo, dando aos Estados Nacionais um papel preponderante de agente

regulador, atuando na perspectiva keynesiana. O segundo regime alimentar entrou em declínio com a reestruturação da economia global por conta dos choques do petróleo e da impossibilidade de manutenção do padrão de intervenção do Estado diante da crise da dívida (BERNSTEIN, 2011; McMICHAEL, 2016; NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018; NIEDERLE, 2017b; HUNT, 2005).

A partir da década de 1970, a economia mundial capitalista sofreu um processo de mudança profunda com o fenômeno da globalização. Berstein (2011) sintetiza as principais características:

- a) desregulamentação dos mercados financeiros e “financeirização” de todos os aspectos da atividade econômica;
- b) aumento da desregulamentação do comércio internacional;
- c) mudanças da produção, das estratégias de busca de fornecedores e de venda, e da tecnologia do agronegócio transnacional e das grandes empresas manufactureiras; e
- d) possibilidades descomuns em consequência da informática, entre elas a organização da atividade produtiva (produção e comercialização) e a comunicação de massa.

Desse modo, a partir da década de 1970, teve início³ o terceiro regime alimentar, também denominado como corporativo-neoliberal. McMichael (2016) aponta que o atual período representa as características de um regime no qual os processos de produção e consumo de alimentos estão amplamente integrados aos complexos agroindustriais coordenados por empresas multinacionais globalizadas, agora controladas pelo capital financeiro. Trata-se do regime alimentar adaptado para a ideologia de globalização neoliberal – onde há a hegemonia corporativa e a busca pelo Estado mínimo – que determinam suas estratégias independentemente das fronteiras nacionais, bem como estreita correlação com o capital financeiro que influencia diretamente no controle das regras, na especulação dos preços agrícolas e na utilização de novas tecnologias. A própria criação da Organização Mundial do Comércio, em 1995, se deu sob esse pano de fundo (McMICHAEL, 2016; CABEZA, 2010; TETREAUULT, 2015).

³ Não há consenso da literatura sobre a emergência ou não de um novo regime alimentar. De acordo com Friedmann (2016), o atual período é transicional e se expressa como um período de experimentação e contestação não resolvido entre os Estados, indivíduos, corporações, movimentos sociais e outros atores. Para Schneider, Schubert e Escher (2016), duas razões centrais são destacadas nesse sentido: a) a hegemonia norte-americana dos sistemas agroalimentares ainda não foi definitivamente subvertida, embora a ascensão de novos países como a China seja incontestável no cenário mundial; b) o sistema financeiro internacional de câmbio flexível liderado pelo dólar vive um momento de instabilidade e incertezas desde a crise de 2008, mas que permanece como a moeda de reserva internacional.

Reardon e Berdegué (2002) também destacam como a centralização do processo comercial nos grandes intermediários – leia-se, supermercados –, se tornou a forma dominante nos circuitos longos de alimentos. Isso implicou em significativos processos de especialização de fornecedores e produtos, o que acabou por excluir os agricultores menos capitalizados, os quais, via de regra, se inserem na categoria da agricultura familiar e camponesa. Ou seja, os super e hipermercados⁴, geralmente associados ao capital financeiro, revolucionaram as vendas do varejo e, não apenas dominaram a etapa da distribuição de alimentos (especialmente dos processados), como se consolidaram como segmento de maior valor agregado da cadeia produtiva. Oosterveer *et al.* (2010) apontam que uma razão para a predominância crescente do setor varejista é que organização da produção e do consumo tem se tornado global. Os autores citam que, em 1990, não havia varejistas incluídos na lista da revista ‘*Fortune 500*’ das maiores companhias globais, mas, em 2002, mais de cinquenta estavam na lista, sendo que a Walmart tinha se tornado a maior de todas as companhias considerando o tamanho das vendas. A nova face disso é a entrada das corporações do *e-commerce*, tais como Amazon e Alibaba. De acordo com Wilkinson e Rama (2018, p. 13),

As empresas globais de varejo estabeleceram sua hegemonia com relação à indústria alimentar ao aproveitar o potencial da informática, que trouxe, a partir dos anos 1980, um conhecimento fino dos hábitos do consumidor, o *just-in-time* em logística e uma nova coordenação da cadeia de suprimentos a partir de práticas de *business to business* (B2B). Agora, porém, o desafio é o deslocamento do varejo para vendas online, com a entrada das líderes digitais – Amazon nos Estados Unidos, Alibaba e JD.com na China.

O setor varejista vem assumindo papel central construção das convenções dos critérios de qualidade, dietas, saúde e meio ambiente relacionados ao ‘mundo industrial’. Por meio de técnicas de pesquisas que se amparam nas abordagens teóricas oriundas do *marketing*, da psicologia, da sociologia, da antropologia, entre outras, as empresas buscam explicar o comportamento alimentar dos consumidores e os fatores que determinam suas preferências. Estratégias de diferenciação visando a valorização dos alimentos saudáveis e orgânicos, marcas próprias e produtos funcionais, além de processos próprios de certificação e rastreabilidade corporativa se tornaram cada vez mais comuns na busca pela criação de nichos de mercados que, em última instância, acarretam na elitização do consumo (BATALHA;

⁴ Reardon e Berdegué (2002) denominaram de ‘supermercadoização’ o fenômeno do crescimento explosivo de supermercados no contexto da América Latina nas décadas dos anos 1990 e 2000.

LUCCHESI; LAMBERT, 2014; OOSTERVEER *et al.*, 2010; WILKINSON; RAMA, 2018; NIEDERLE, 2017b; SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016).

No contexto pós-fordista de acumulação flexível, o *quality turn* (GOODMAN, 2003) emergiu como uma resposta às críticas éticas e estéticas do atual modelo de produção e consumo de alimentos. De acordo com Niederle (2014), isso se expressa pela proliferação de distintos mecanismos de reconhecimento e certificação dos alimentos (orgânico, comércio justo, indicação geográfica, dentre outros); pelo crescimento dos mercados das singularidades (artesanal, caseiro, colonial e gourmet); e, finalmente, pela incorporação de estratégias de diferenciação no interior do regime industrial, até então indistintos e padronizados (exemplos da soja não-transgênica, café gourmet, arroz orgânico etc.).

É válido destacar também o papel desempenhado pelas novas tecnologias nos diferentes elos das cadeias produtivas alimentares – impulsionadas por uma série de vantagens competitivas relativas a custos, diferenciação de produtos, qualidade e controle logístico – com destaque para as biotecnologias, as TICs, a Internet das Coisas (*Internet of Things – IoT*) e as nanotecnologias, envolvendo uma coevolução de inovação tecnológica e mudança organizacional⁵ (WILKINSON; RAMA, 2018). Assim, denota-se uma coexistência (não necessariamente pacífica e harmoniosa) de diferentes campos de ação estratégica (FLIGSTEIN; McADAM, 2012) dentro dos sistemas alimentares contemporâneos, o que em última instância representam diferentes trajetórias de evolução institucional (NIEDERLE; WESZ JÚNIOR, 2018; HODGSON, 2017).

Embora capazes de acelerar a circulação global dos alimentos, o regime alimentar corporativo vem acarretando uma profunda crise civilizatória, onde destacam-se processos de (ROSSET; TORRES, 2016; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; ROVER; RIEPE, 2015; McMICHAEL, 2016; FRIEDMANN, 2016; CABEZA, 2010; HARVEY, 2013):

- a) concentração da propriedade da terra;
- b) avanço da fronteira agrícola para ecossistemas não explorados;
- c) estrangeirização da terra (*land grabbing*) para a produção de commodities;
- d) continuidade do êxodo rural, especialmente de jovens e mulheres;
- e) dependência de pacotes tecnológicos exógenos;

⁵ Se no início dos anos 1980 as então novas biotecnologias levaram à absorção da indústria de sementes pela indústria química, hoje é o gerenciamento do *big data* que reestrutura as indústrias tanto de insumos quanto de maquinaria. Empresas que não atuavam tradicionalmente no setor, como Google e IBM, estão se envolvendo diretamente no fornecimento de serviços agrícolas, e as empresas de maquinaria agrícola se tornam, por meio do seu produto chefe, o trator, ponto de passagem obrigatória tanto dos insumos químicos quanto genéticos (WILKINSON; RAMA, 2018, p. 16).

- f) ‘primarização’ da economia;
- g) aumento do sofrimento animal por conta dos processos produtivos super intensivos;
- h) super exploração dos recursos naturais e trabalho humano;
- i) redução da diversidade produtiva de alimentos;
- j) concentração do poder econômico;
- l) aumento das perdas e desperdícios de alimentos;
- m) desorganização dos sistemas locais de produção;
- n) crescimento de problemas associados às questões de saúde pública associados ao uso indiscriminados de agrotóxicos e transgênicos.

Em suma, as externalidades negativas dos conglomerados empresariais do regime alimentar corporativo colocam em xeque todo o discurso de sucesso ancorado nas dimensões da competitividade, eficiência e produtividade dos sistemas agroalimentares contemporâneos. De acordo com McMichael (2016, p. 84), “O paradoxo do regime alimentar corporativo é que, ao mesmo tempo que se apresenta como um requisito para a segurança alimentar, leva populações à miséria por meio do exercício do poder de monopólio”.

2.2 OS PAPÉIS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS ORGANIZADAS: RESISTÊNCIAS E OUTRAS PERSPECTIVAS PARA OS SISTEMAS ALIMENTARES VIA AÇÃO COLETIVA

Os movimentos sociais camponeses possuem uma larga trajetória de contestação aos processos de exclusão social, os quais, via de regra, estavam diretamente associados às lutas pela reforma agrária. No contexto latino-americano, a concentração fundiária, foi uma ‘pedra de toque’ nos processos de formação econômica desse território, os quais geraram o necessário protagonismo de tais movimentos camponeses, como uma estratégia de sobrevivência (QUIJANO, 1967; FURTADO, 1987). Por meio da organização da massa de camponeses excluídos do acesso à terra, às políticas públicas e à própria condição de cidadão, os movimentos camponeses desenvolveram um complexo repertório de ações coletivas, os quais se expressaram, principalmente, na criação de associações, cooperativas e sindicatos (GEHLEN; MOCELIN, 2018).

No contexto contemporâneo, a literatura demonstra que os movimentos sociais camponeses continuam importantes com a perspectiva de representarem resistências e novas possibilidades ao *modus operandi* dos sistemas alimentares. Rosset e Torres (2016)

descrevem a necessidade de organização dos movimentos sociais agrários diante das crescentes ondas de investimentos dos setores da agricultura industrial que exploram os recursos naturais e criam conflitos diretos e crescentes com camponeses e outros povos rurais. BORRAS JÚNIOR; EDELMAN; KAY (2008) destacam que as transformações do regime alimentar corporativo afetaram a própria organização dos movimentos sociais agrários, gerando Movimentos Agrários Transnacionais (da sigla em inglês TAM's – *Transnational Agrarian Movements*).

Por meio de coalizões, relacionamentos e conexões solidárias, os TAM's buscam constituir contramovimentos na perspectiva de Polanyi (2000). Ou seja, buscam constituir mecanismos de proteção social contra os avanços do liberalismo e da cultura de mercado, denominada por este autor de 'moinho satânico'. Ou seja, movimentos e contramovimentos são duas fases de um mesmo processo social, conforme se verá mais adiante. Um dos TAM's de maior expressão internacional é a Via Campesina (BORRAS JUNIOR; EDELMAN; KAY, 2008). Segundo seu sítio eletrônico, este movimiento

[...] agrupa a millones de campesinos y campesinas, pequeños y medianos productores, pueblos sin tierra, indígenas, migrantes y trabajadores agrícolas de todo el mundo. Defiende la agricultura sostenible a pequeña escala como un modo de promover la justicia social y la dignidad. Se opone firmemente a los agronegocios y las multinacionales que están destruyendo los pueblos y la naturaleza. La Vía Campesina comprende en torno a 164 organizaciones locales y nacionales en 73 países de África, Asia, Europa y América. En total, representa a alrededor de 200 millones de campesinos y campesinas. Es un movimiento autónomo, pluralista y multicultural, sin ninguna afiliación política, económica o de cualquier otro tipo.

Segundo a Via Campesina, cabem aos pequenos agricultores e povos do campo, espaços precários e marginais, por vezes inviáveis, de inserção nos processos produtivos estandardizados pelo modo industrial de produção e consumo alimentar. Desse modo, por meio de sua ação transnacional, articulando em rede uma diversidade de organizações sociais de inúmeros países, a Via Campesina desenvolve estratégias de resistência ao regime alimentar corporativo por meio da produção sustentável, descentralizada, baseada nos camponeses e na unidade agrícola familiar e que está orientada principalmente aos mercados domésticos (RODRÍGUEZ MUÑOZ, 2010).

Nesse contexto, duas categorias políticas ganharam centralidade na luta dos movimentos sociais na atual conjuntura do regime alimentar corporativo: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Soberania Alimentar (SOBAL). Inúmeras disputas marcaram a trajetória de construção destes conceitos. De acordo com Belik (2003, p. 14), “o

conceito de Segurança Alimentar veio à luz a partir da 2ª Grande Guerra com mais de metade da Europa devastada e sem condições de produzir o seu próprio alimento. Esse conceito leva em conta três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos”.

Em 1974, a primeira Conferência Mundial sobre Alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou uma primeira visão geral sobre a Segurança Alimentar com um foco na garantia do abastecimento e no combate à fome. Com os avanços dos debates relativos ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), foram inseridas variáveis que aumentaram o escopo desse conceito, como a incorporação da teoria de Sen (2010), cujo enfoque se baseia nas capacidades locais, no enfrentamento da pobreza e na promoção da liberdade e autonomia dos povos, bem como os aspectos de saúde, cultura e percepção de risco. Assim, a SAN se constitui como concretização do direito humano à alimentação, proclamado na carta universal dos direitos humanos em 1948 (PEIXER *et al.*, 2015).

Apesar dos esforços dos Estados Nacionais e das organizações internacionais mediadoras, com o papel de destaque da FAO, a noção de SAN ainda se demonstrava insuficiente para dar conta das complexidades que essa temática levantava – conceito também incorporado pelas representações dos conglomerados empresariais, como a própria Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), cujo manifesto de lançamento, de 1993, intitula-se “Segurança Alimentar: uma abordagem de agribusiness”. Com efeito, de acordo com Belik (2003), o emprego da noção de SOBAL surge com força nos debates da temática de segurança alimentar, especialmente durante o fórum paralelo da sociedade civil à Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma, em 1996. Esta noção, capitaneada pela Via Campesina, procura chamar a atenção para a autonomia alimentar dos países e está associada à geração de emprego dentro do país e à menor dependência das importações e flutuações de preços dos mercados internacionais, bem como destaca a preservação da cultura, dos ecossistemas e dos hábitos alimentares locais.

Para a Via Campesina, “o alimento é, antes de tudo, uma fonte de nutrição e, apenas em segundo plano, um item de comércio” (McMICHAEL, 2016). Desse modo, a Via Campesina capitaneia a bandeira da SOBAL, justamente para se contrapor ao modelo de desenvolvimento associado ao regime alimentar corporativo. Fruto do debate e luta dos movimentos sociais ao redor do mundo, o conceito da SOBAL pode ser compreendido como a estratégia para que os Estados e governos garantam o direito à alimentação de maneira

constante nos países, integrando ações afirmativas na garantia de outros direitos humanos fundamentais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

A SOBAL é uma opção ética e política que identifica e busca bloquear as causas estruturais da fome e da má nutrição, configurando a luta por alimentos em quantidade e qualidade. Seu conceito exprime a problemática do tratamento dos alimentos como mercadoria, questionando a origem e modo de produção dos mesmos, assim como a internacionalização dos mercados agrícolas fomentada pela Organização Mundial do Comercio (OMC). Desse modo, em seu cerne, se contrapõe à globalização desenfreada dos sistemas alimentares e impulsiona a capacidade nacional sobre o controle e decisão soberana em toda a cadeia alimentar. Em consequência, a SOBAL tem como princípios o fomento a novas compreensões da relação entre cidade e campo, nas quais a lógica de organização da produção e da comercialização não segue exclusivamente os ditames da racionalidade mercantil capitalista (PEIXER *et al.*, 2015).

Nesse sentido destaca-se a centralidade da condição camponesa e sua lógica de coprodução entre a natureza e sociedade (PLOEG, 2008). De acordo com Sevilla-Guzmán (2011), a agricultura camponesa possui um potencial endógeno que se caracteriza por duas dimensões: uma ecológica e outra socioeconômica. A dimensão ecológica é representada pela agricultura de baixas entradas (*low-input*), pela escala de produção adaptada às realidades locais, pela base energética autônoma e pelos agroecossistemas resilientes. Já a dimensão socioeconômica é representada pela força e organização social do trabalho, identidade local e territorial, autonomia, cooperação, solidariedade, reciprocidade e outras formas de ação social coletiva. Nesta perspectiva, os diversos grupos sociais que se encaixam sob a denominação de agricultura familiar e camponesa lutam pela autonomia de sua base de recursos (terra, agrobiodiversidade, recursos hídricos, conhecimentos, redes sociais, força de trabalho, estruturas produtivas etc.), tendo em vista a ampliação de espaços de manobra para o desenvolvimento de estratégias criativas voltadas à agregação de valor e à redução dos níveis de subordinação ao capital e à lógica dos mercados globais (PETERSEN, 2013; PLOEG, 2008; LASSO, 2015).

Articulado a este conceito de SOBAL se estabelece o debate sobre o potencial da agroecologia para as agriculturas familiares e camponesas e, ao mesmo tempo, sobre suas diferentes significações. Gliessman (2009) define a ‘ciência da agroecologia’ como “a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”. Este autor sugere que “o conhecimento ecológico da sustentabilidade dos

agroecossistemas deve dar nova forma à perspectiva que a humanidade tem da produção vegetal e animal, a fim de que seja alcançada, em nível mundial, a produção sustentável dos alimentos” (GLIESSMAN, 2009, p. 56). De outro modo, Machado e Machado Filho (2014) definem agroecologia como um método de produção sem a utilização de venenos, que seria uma tecnologia capaz de produzir alimentos em quantidade e qualidade suficientes para enfrentar o modelo da agricultura industrial em qualquer escala de produção. Já para Caporal e Costabeber (2007) a agroecologia transcende a dimensão do manejo ecológico dos agroecossistemas, tornando-se um campo do conhecimento científico com enfoque holístico e abordagem sistêmica. Por fim, Sevilla-Guzmán (2011, p. 13) destaca que “a agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais através das formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise civilizatória”.

A síntese proposta por Wezel *et al.* (2009) permite vislumbrar diferentes compreensões da agroecologia, a partir de três eixos centrais: 1. disciplina científica, que se desdobra em abordagem de campo, ecologia dos agroecossistemas e ecologia dos sistemas alimentares; 2. Movimento social, que se desdobra no ambientalismo, desenvolvimento rural e agricultura sustentável; e 3. Prática, que representa as técnicas de produção vegetais e animais. Ao refletir sobre o estudo de Wezel *et al.* (2009), Petersen (2013) destaca que, como ciência, a agroecologia se afirmou como uma teoria crítica à agricultura industrial; como movimento social, ela mobiliza um crescente contingente de atores sociais engajados na defesa da justiça social, saúde ambiental, segurança e soberania alimentar, economia solidária e ecológica, equidade entre gêneros e relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades; e, por fim, como prática social, a agroecologia se expressa nas mais variadas e criativas formas de valorização do capital ecológico e social, por meio do processo de ‘recampesinização’ apontado por Ploeg (2008)⁶.

Em suma, a SOBAL e a Agroecologia se tornaram ‘bandeiras de lutas’ centrais para as organizações de movimentos sociais ligados à questão alimentar, especialmente da Via Campesina, mas não somente. Tais bandeiras também foram assumidas por movimentos

⁶ Petersen (2013) chama a atenção para o fato de que a transição para a agroecologia não se limita às mudanças na base técnica da agricultura. Isso significa que também engloba um processo de mudança social resultante da confrontação de interesses contraditórios. Nesse sentido, de acordo com Altieri e Nicholls (2005), Altieri (2002; 2012), FAO (2017) e Petersen (2013), os desafios para tornar a agroecologia uma alternativa factível, no contexto atual, envolveriam dentre outras questões: maior investimento público na pesquisa agroecológica; mudanças nas políticas de subsídios agrícolas; promoção dos mercados mais justos, com inclusão dos produtores agroecológicos nos mercados de forma viável; democratização e flexibilidade no processo de certificação; regulação do controle das grandes corporações; *scaling-up* da agroecologia; inovações sociais contextualizadas; parcerias com outros atores sociais, além dos estatais e empresariais; e aumento das alianças entre agricultores e consumidores.

sociais mais recentes que possuem a luta pela questão ambiental como central e defendem um modelo de agricultura alternativa (EHLERS, 1999). Esse último aspecto ocasiona um tensionamento entre os repertórios de ação coletiva das diferentes organizações de movimentos sociais, que exigem de suas lideranças uma habilidade para a construção de consensos. Ao mesmo tempo, tais bandeiras abriram uma janela de oportunidades para a construção social de novos mercados alimentares, possibilitando o redesenho das relações de produção, abastecimento, processamento e consumo de alimentos, de forma a reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo, e estimulando uma aproximação entre agricultores e consumidores (PEREZ-CASARINO; FERREIRA, 2013).

O regime alimentar corporativo insiste na introdução plena da agricultura na lógica industrial, de modo que as formas não empresariais de agricultura são consideradas obstáculos ao progresso e à modernidade e, portanto, ou estão fadadas a se integrarem na dinâmica capitalista ou a desaparecerem. No entanto, estudos contemporâneos sobre as agriculturas familiares e camponesas em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, tais como os de Sabourin (2009), Ploeg (2008), Mazoyer (2010), Sevilla-Guzmán (2011) e Petersen (2013), constataam que, quando confrontadas à dependência de mercados cada vez mais globalizados, as agriculturas familiares e camponesas adotam ou revitalizam formas de resistência ou distanciamento da lógica produtivista e mercantil capitalista, de acordo com a condição socioeconômica da unidade familiar.

Essas constatações apontam que as formas camponesas de se fazer agricultura não podem ser interpretadas como um mero resíduo histórico em fase de desaparecimento (WANDERLEY, 2014). Diante disso, o debate teórico clássico na chamada Sociologia da Agricultura aconteceu, até os anos 1990, entre duas correntes: o marxismo chayanoviano e a economia e sociologia política leninista (variante atual do marxismo ortodoxo). A primeira corrente afirmava que a agricultura familiar possuía mecanismos de resistência para manter sua natureza socioeconômica. Ao contrário, a segunda, acreditava no desaparecimento da agricultura familiar com o desenvolvimento do capitalismo (ABRAMOVAY, 1998; SEVILLA-GUZMÁN E MOLINA, 2005; PETERSEN, 2013; LASSO, 2012).

No entanto, ao contrário do que pensavam os leninistas sobre o fim do campesinato, este se manteve ao longo da história devido ao seu potencial de adaptação e resistência, os quais Moyano e Sevilla-Guzmán (1978) denominam de ‘baixo nível de especialização institucional das economias camponesas’. Segundo Chayanov (1974), a economia familiar não sobrevive apenas por meio do próprio empobrecimento, mas também se utiliza de

algumas características da agricultura e da vida social rural que podem proporcionar vantagens a economias não capitalistas sobre as formas de produção capitalistas, ambas inseridas no contexto do capitalismo. O principal aspecto da distinção em relação à agricultura empresarial é que a força de trabalho que aciona o capital envolvido na unidade camponesa é a própria família, de modo que não se explora o trabalho alheio pela extração da mais-valia. Assim, os camponeses são, a um só tempo, proprietário dos meios de produção e trabalhadores, o que necessariamente implica em uma racionalidade diversa da lógica empresarial, ou seja, ‘o camponês é um sujeito que cria sua própria existência’, ainda que não sob as condições que ele mesmo determina (ABRAMOVAY, 1992; SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2005; PETERSEN, 2013; LASSO, 2012; MOYANO; SEVILLA-GUZMÁN, 1978).

Assim, as diferentes ruralidades que se expressam sob o guarda-chuva das agriculturas familiares e camponesas⁷ podem ser consideradas como protagonistas de seu futuro (BRANDENBURG, 2010). Esse aspecto é central para o presente trabalho, na medida em que tais formas de agricultura, historicamente marginalizadas dos processos de modernização agrícola, possuem o potencial de criar inovações conexas⁸ (PETERSEN, 2013) frente aos desafios da crise civilizatória imposta pelo regime alimentar corporativo (SEVILLA-GUZMÁN, 2011). Na medida em que as organizações econômicas oriundas das agriculturas familiares e camponesas se consolidam, há o inexorável encontro com os mercados, tema a ser tratado na próxima seção.

2.3 MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS: UMA LEITURA PELA TEORIA INSTITUCIONAL

Conforme Schneider (2016), a problematização dos mercados e a discussão sobre a inserção mercantil das agriculturas familiares e camponesas gera desconfortos e resistências

⁷ No presente estudo, utiliza-se a expressão ‘agriculturas familiares e camponesas’ para representar a heterogeneidade das ruralidades e seus modos de vida e não adentrar no debate controverso e inconcluso a respeito das diferenças e similaridades entre a agricultura familiar e campesinato. Sobre essa temática ver mais em: Schneider e Niederle (2008), Abramovay (1992) e Ploeg (2008).

⁸ Petersen (2013) ressalta que o projeto de modernização agrícola criou ‘desconexões’ significativas na dinâmica rural. A primeira refere-se à desconexão no processo de ‘inovação agrícola’, dado que o mesmo se dá de forma ‘descontextualizada’ em relação aos locais de origem. A segunda desconexão está relacionada com a ‘desterritorialização’ da agricultura, que passa a ser cada vez mais governada por regras técnicas e econômicas exógenas. Por fim, a terceira desconexão se dá com a ‘ruptura dos processos de constituição histórica’ dos sistemas agrícolas, ou seja, projetos de desenvolvimento formulados sem nenhuma relação com o passado local e sem nenhuma referência às perspectivas de futuro de seus agentes.

em toda uma gama de teóricos, haja vista uma visão estreita que vincula o mercado exclusivamente à lógica capitalista. Entretanto, a necessidade da organização das agriculturas familiares e camponesas como condição *sine qua non* de sobrevivência nos sistemas alimentares contemporâneos, bem como o imperativo de construir modelos produtivos que façam frente à crise ecológica, torna urgente repensar o significado dos mercados.

A visão dominante dos mercados como um sinônimo do capitalismo é resultado da influência determinante da Escola Neoclássica da teoria econômica. A Teoria Neoclássica se ampara nos pressupostos do individualismo metodológico, o qual considera que a busca do interesse individual é o caminho para o bem-estar coletivo. O pressuposto moral-filosófico dessa corrente considera que toda a ação humana se resume à escolha racional entre o prazer e a dor, levando ao cálculo necessário que permite alcançar uma relação custo/benefício positiva. Em virtude disso, tal escola do pensamento também ficou conhecida como tradição racional-utilitarista por considerar que toda a ação humana é estratégica, interessada e possui como objetivo final a maximização de sua satisfação (HODGSON, 2017; COLLINS, 2009; HUNT, 2005).

Para o funcionamento ideal da perspectiva do individualismo metodológico, o *locus* da tomada de decisão e da ação dos agentes econômicos deve ser o mercado, o qual, segundo Troster e Mochón (2002), é toda instituição social nas quais bens e serviços, assim como fatores produtivos, são trocados livremente. Em outras palavras, trata-se do que a Escola Neoclássica denominou como ‘Mercado em Concorrência Perfeita’, cujas características são (ROSSETTI, 2003; MILONE; VENTURA, 2016; ARBAGE, 2006; MENDES, 2007):

- a) a existência de muitos compradores e muitos vendedores;
- b) onde nenhum comprador ou vendedor individual exerça influência sobre o preço;
- c) haja homogeneidade dos produtos;
- d) haja transparência de mercado e circulação livre de informações;
- e) bem como exista liberdade de entrada e saída de agentes econômicos.

Como o funcionamento do mercado de concorrência perfeita é apenas uma abstração, a teoria neoclássica tratou de classificar os mercados como ‘concorrência imperfeita’ – monopólio, oligopólio e concorrência monopolista – de maneira que houvesse maior aderência à realidade. Para a formação de um mercado, conforme essa leitura, são necessários fatores de produção e agentes econômicos. Os fatores de produção são a terra, o capital, a tecnologia, o trabalho e a capacidade empresarial. Os agentes econômicos são os indivíduos e as empresas. A remuneração desses fatores de produção ocorre por meio da renda (aluguel da

terra), dos juros e dos salários. Os indivíduos consomem bens e serviços finais produzidos pelas empresas e, por sua vez, fornecem os fatores produtivos para as empresas. As empresas fornecem bens e serviços aos consumidores e utilizam fatores produtivos fornecidos pelos indivíduos.

Por meio da construção desse modelo simplificado de funcionamento da sociedade, a Escola Neoclássica tornou-se referência hegemônica. Para essa corrente, as ações econômicas ocorrem apenas dentro do mercado, seja no mercado de fatores de produção, seja no mercado de bens e serviços e remunerado por meio dos fluxos monetários, onde o sistema de preços tende a encontrar o caminho mais eficiente e de equilíbrio geral pela autoregulação da oferta e da demanda. O consumo é concebido como a expressão máxima da racionalidade humana, onde cada indivíduo possui sua curva de preferências. Enquanto o indivíduo racional maximiza sua satisfação, o mercado competitivo autorregulado maximiza a satisfação coletiva, o que, por sua vez, gera a evolução da sociedade como um todo por meio da eficiência, progresso material e o crescimento econômico. Estas são as bases do mainstream da economia na qual está assentada a concepção mais conhecida do mercado (ARBAGE, 2006; ROSSETTI, 2003; TROSTER; MOCHÓN, 2002; MENDES, 2007; HUNT, 2005).

Nesse momento, vale destacar que a perspectiva do individualismo metodológico orientou todo o processo de modernização da agricultura durante o segundo Regime Alimentar. Segundo a visão ortodoxa da economia, as agriculturas familiares e camponesas se caracterizam ou pela falta de acesso a recursos ou pelo uso ineficiente destes. A tese central da modernização era de que a substituição da agricultura tradicional por uma agricultura moderna se daria pela substituição dos fatores de produção capitalistas, de modo que os agricultores, racionalmente, optariam pelos fatores mais eficientes difundidos pelos pacotes tecnológicos da revolução verde (SCHULTZ, 1965).

A modernização da agricultura pode ser caracterizada, grosso modo, na transformação de três conjuntos de fatores: relações de trabalho, através da nova divisão do trabalho dentro da família na agricultura; mecanização da agricultura, acelerando a substituição da tração animal pela máquina operada pela força de trabalho humana; a internalização dos bens de capital, com a instalação da indústria de máquinas e equipamentos de produtos químicos, integrando definitivamente a agricultura à indústria. No Brasil, tal processo ficou conhecido como ‘modernização conservadora’, dado que modernizou as técnicas de produção e de gestão da agricultura, mas não realizou reformas de base na estrutura fundiária e nem possibilitou o acesso dos milhões de pequenos agricultores que viviam no campo ao crédito

rural, educação, pesquisa básica e aplicada, e assistência técnica (GRAZIANO DA SILVA, 1981; KAGEYAMA *et al.*, 1996; MUÑOZ, 2007; ALVIM, 2009).

Noorgaard e Sikor (2002) apontam que a modernização agrícola na América Latina se deu por meio da introdução de tecnologias exógenas que trouxeram consigo incrementos significativos na produtividade tendo em vista a produção de commodities para a exportação. Segundo os autores, ao mesmo tempo em que modernizou uma pequena parcela dos agricultores que possuía terras e posições socioeconômicas compatíveis com os pacotes tecnológicos, a modernização promoveu um intenso processo de ruptura cultural, ecológica e social, de grupos sociais que não tinham suficiente acesso à terra e a outros recursos produtivos. Assim, apenas os produtores com perfis empresariais (patronais ou familiares) foram “merecedores” do estatuto de modernos (NOORGAARD; SIKOR, 2002; PETERSEN, 2013).

Esse fenômeno também acentuou a concentração da propriedade da terra, afetou as relações de produção no campo e estabeleceu uma “territorialização do capital”, pois os pacotes da Revolução Verde acabaram por expulsar a mão-de-obra, reduzindo o espaço dos arrendatários de pequenas glebas de terra, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores, transformando estes em uma massa crescente de força de trabalho agrícola assalariada. Dessa forma, a modernização agrícola serviu aos propósitos do desenvolvimento urbano-industrial ao produzir alimentos em grande escala e com baixo custo para compor a cesta de bens de primeira necessidade da classe trabalhadora que, via de regra, possuía baixos salários, e, assim, oferecia mão-de-obra barata para a indústria nascente (ALVIM, 2009; MUÑOZ, 2007; KAGEYAMA *et al.*, 1996; NOORGAARD; SIKOR, 2002; HETCH, 2002; MAZOYER, 2010).

Contudo, a visão da teoria econômica tem sido largamente questionada. De acordo com Martins e Cattani (2014, p. 15), “há uma contestação crescente do raciocínio monológico que reduz toda a vida social a uma motivação utilitária e econômica, desprezando a complexidade dos demais fatores sociais, culturais, morais, estéticos e ambientais que interferem na mudança social”. Para Schneider (2016, p. 97), essa leitura “não explica de onde vêm os mercados, quem são os agentes que participam de sua formação e seu funcionamento, e tampouco mostra como se constituem as assimetrias nas relações de quem participa desses mercados”. Nesse sentido, escolas de pensamento com outras raízes epistemológicas aportaram importantes contribuições para as lacunas deixadas pela visão neoclássica da teoria econômica.

Uma dessas escolas críticas ao pensamento dominante que vem ganhando espaço atualmente é a institucionalista. Em seu ensaio de 1899, ‘Por que a economia não é uma ciência evolucionária?’, Veblen (1898), precursor da Escola Institucionalista Original, relaciona a economia com a abordagem metodológica da teoria da evolução de Darwin, criticando a perspectiva estática e *ex-ante* proposta pela Escola Neoclássica e propondo uma noção de ‘processo de causação cumulativa’. Segundo Veblen (1898), as instituições passam por processos de seleção, herança e variação, cabendo à ciência econômica compreender esses processos evolucionários que são marcados por regularidades e crises (VEBLEN, 1898; HODGSON, 1998; 1993). Não existe aqui nenhuma garantia de que a mudança será para melhor, ou a idéia de um caminho mais eficiente como propõem a teoria do equilíbrio geral, ou ainda que haverá uma ruptura total para um modo de produção superior, como propõem os marxistas (EDGELL; TOWNSHENDS, 1993).

As mudanças institucionais estão diretamente associadas com o avanço da ciência e tecnologia que produzem as inovações, amparadas pela lógica da competição que é um elemento central na dinâmica do capitalismo e representam o fenômeno da ‘destruição criativa’ apontada por Schumpeter (METCALFE, 2001). Ademais, em decorrência da natureza cumulativa e evolucionária dos conhecimentos, podem surgir inovações por meio de processos de aprendizagem coletiva, o que torna a teoria do equilíbrio geral incompatível para compreender essas transformações (NELSON, 1995). Vale destacar que segundo essa perspectiva, a trajetória tecnológica é relativamente irreversível, ou seja, após uma inovação tecnológica estar inserida no contexto institucional, não é mais possível retornar ao estágio anterior sem algum tipo de custo. Nesta concepção, considerando que as mudanças institucionais e tecnológicas são indissociáveis, a economia funciona como uma espiral evolucionária, por meio de uma relação causa-efeito, de forma permanente e renovável. Logo, novas tecnologias moldam novas instituições e vice-versa (METCALFE, 2001; NELSON, 1995; HODGSON, 1998; CONCEIÇÃO, 1999).

Segundo a perspectiva de Veblen, Hodgson (1997) aponta que as instituições⁹ são como propriedades emergentes da esfera socioeconômica. Ao realizar uma análise das interfaces entre a micro e a macroeconomia, o autor destaca que determinados fenômenos apenas ocorrem quando determinadas variáveis se encontram no plano agregado, tal como na sociedade, representando as propriedades emergentes. Por sua vez, estas permitem que ocorra

⁹ Segundo Hodgson (2003), idiomas, leis, dinheiros, modos à mesa, empresas (e outras organizações) são instituições.

o processo de ‘*downward causation*’, onde os resultados dos níveis mais altos reagem e transformam os níveis mais baixos. A visão de Hodgson (1997) sugere que as instituições conectam o mundo micro das ações individuais, hábitos e escolhas, com a esfera macro que possui propriedades emergentes, representando sistemas complexos.

Desde os anos 1980, este tipo de crítica da economia neoclássica também tem se mostrado particularmente importante na Nova Sociologia Econômica – NSE (GRANOVETTER, 2007; SERVA; ANDION, 2006), a qual, em algumas de suas vertentes, incorporou ideias oriundas da teoria institucionalista. Este é o caso, por exemplo, da abordagem política proposta por Fligstein (2001), cuja teoria dos campos de ação estratégica tem sido mobilizada para analisar mercados alimentares (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007; SILVA-MAZON, 2006, NIEDERLE, 2014). Um ‘campo’ é a representação de um espaço social onde grupos organizados se reúnem e desenvolvem ações recíprocas tentando (re)produzir um sistema de dominação. Nesse contexto, os atores objetivam criar “mundos estáveis” para transacionar e encontrar soluções ao problema da competição e disputa por recursos e resultados, de modo que as disputas entre detentores e desafiadores se voltam para as instituições que ordenam as práticas econômicas. Nesse sentido, os mercados, no plural, se tornam instituições construídas socialmente e que estão permanentemente em disputa e evolução (AZEVEDO, 2016; HODGSON, 1997; FLIGSTEIN, 2001).

Em alguma medida, a NSE atualizou ideia de autores clássicos como Polanyi (2000), para quem a economia não é uma ciência do mercado, mas uma ciência que precisa explicar a subsistência do homem. Para este autor, o ganho e o lucro oriundo nas trocas jamais desempenharam um papel tão importante nas sociedades antigas. Polanyi (2000) afirma que o homem, em todas as eras, sempre foi um ser social que possuiu motivações não-econômicas, de modo que sua ação econômica sempre esteve *embedded* (enraizada, imersa, incrustada) em outras lógicas institucionais.¹⁰ Ou seja, é possível compreender os mercados como processos imersos e incrustados em relações sociais (POLANYI, 2000; MILONE; VENTURA, 2016; SCHUBERT; SCHNEIDER, 2016).

Polanyi (2000) aponta dois princípios de distribuição centrais em uma economia enraizada: a ‘reciprocidade’ e a ‘redistribuição’, que funcionavam nas sociedades primitivas,

¹⁰ Escher (2016), ao tratar das contribuições de Polanyi (2000), ressalta que embora não se descarte a possibilidade da busca por ganhos, outros motivos além do auto-interesse se combinam quando há o enraizamento dos mercados: por meio da reciprocidade, presente na família, na comunidade, na associação, na cooperativa se expressa nos valores de confiança, lealdade, solidariedade e cooperação; e a redistribuição, presente no estado e em suas políticas públicas de bem-estar social se expressam segundo os direitos de cidadania, nas constituições nacionais e nos compromissos sociais politicamente firmados.

pois havia padrões de simetria, centralidade e autarquia. Um terceiro princípio importante era o da ‘domesticidade’, que consistia na produção para o uso próprio. A quarta dimensão se refere às trocas mercantis, as quais possuíam um papel complementar na subsistência das sociedades antigas. Polanyi (1978) destaca Aristóteles como um pensador que compreendeu que a separação da motivação econômica isolada das relações sociais, ou seja, o rompimento do princípio da ‘domesticidade’, estava na formação dos valores de uso e dos valores de troca. Ou seja, na perspectiva do autor, o avanço da lógica capitalista de mercados faz com que, ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, as relações sociais se tornam reféns do sistema econômico, levando àquilo que o autor denomina de ‘desenraizamento’.

Segundo Polanyi (2000), o desenraizamento se deu a partir do momento em que novas instituições foram criadas para garantir a existência de três mercadorias fictícias (que não são produzidas pelo homem, mas são vendidas como tal), a saber: terra, dinheiro e trabalho. Estas instituições deslocaram as trocas mercantis para o epicentro da atividade econômica, gerando uma economia que nunca existiu anteriormente e, com isso, tornaram o mercado o princípio ordenador das relações econômicas. No entanto, o autor também reconhece que, para conter este processo, inúmeros “contramovimentos” buscam limitar os impactos negativos da “sociedade de mercado”, sobretudo no que tange à proteção social da subsistência humana (POLANYI, 2000).

Nestes termos, pode-se dizer que, à racionalidade capitalista que norteia o Regime Alimentar Corporativo – e que possui como fim último a produção e comercialização de mercadorias com vistas a alcançar o máximo lucro privado – opõem-se contramovimentos que valorizam as demais dimensões constituintes da vida social das agriculturas familiares e camponesas. Um desses caminhos envolve a construção social dos mercados das agriculturas familiares e camponesas, cujos princípios institucionais estão associados às concepções que os movimentos sociais desenvolveram, por exemplo, de soberania alimentar, agroecologia e bem viver (NIEDERLE; WESZ JÚNIOR, 2018; PETERSEN, 2013; ACOSTA, 2008; BELIK, 2003).

2.4 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS ALIMENTARES POR MEIO DA AÇÃO COLETIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA

A interpretação da economia sob a perspectiva da teoria institucional denota que os mercados se tornam campos de disputas dos recursos materiais e de representações sociais envolvendo agentes das três esferas centrais da sociedade: Estados, mercados e sociedade civil. Desse modo, os movimentos sociais assumem papel protagonista na construção social dos mercados alimentares, os quais se tornam espaços de luta por redistribuição econômica e, ao mesmo tempo, de reconhecimento de novos valores associados a formas inovadoras de produção e consumo. Ou seja, conforme concepção de Weber (2015), a economia ocorre não apenas como uma luta pelo acesso aos recursos materiais e financeiros, mas também como luta simbólica das representações sociais. Assim, os mercados articulam infraestruturas e instituições que não apenas mantêm as trocas econômicas, mas reforçam valores que agem como “engrenagem” para a emergência de novas relações econômicas (SCHUBERT; SCHNEIDER, 2016).

Historicamente, a literatura sobre movimentos sociais privilegiou as análises sobre contestação e engajamento por meio das ações coletivas a partir das lentes das teorias neoclássica e marxista, as quais buscavam explicar a disputa de recursos materiais para a realização de fins contestatórios e de confronto político. Os primeiros teóricos, liderados por Emile Durkheim no século XIX, se concentraram nas faces do extremismo, privação e violência que os movimentos sociais geravam diante da situação de anomia e desorganização social associados às revoluções sociais do século XVIII. Tais interpretações reforçaram a visão estereotipada dos movimentos sociais em relação à ‘subversão da ordem’ e a luta pela tomada do poder por meio de uma ‘revolução política’ (ALONSO, 2009; TARROW, 2009; GARCÉS, 2004).

Com o passar do tempo, as diversas formas de ação coletiva, especialmente a partir da segunda metade do século XX, colocaram em xeque a exclusividade do conflito violento como repertório de contestação dos movimentos sociais. A luta por direitos civis, pelas questões de gênero, raça e/ou pelo estilo de vida e qualidade de vida representam a diversificação das ações coletivas, haja vista que demandam mudanças paulatinas na sociabilidade e na cultura por meio da persuasão e da construção de consensos. Tais práticas rompem com a visão marxista de que apenas as contradições das classes sociais são capazes

de gerar a ação coletiva contestatória e, a partir disso, representam a concepção dos ‘novos movimentos sociais’ que irão destacar novos tipos de sujeitos, de conflitos e de espaços políticos (GARCÉS, 2004).

O reconhecimento de ‘novos’ movimentos sociais não diminuiu a importância dos ‘velhos’ movimentos sociais, o que é particularmente importante quando a discussão volta-se para a questão agrária e alimentar. De acordo com Medeiros (2015), mais do que a luta pela terra, vive-se no Brasil – e na América Latina – uma luta pela legitimidade do direito a um território e o direito de existir segundo seus modos de vida. Tais ruralidades são representadas no Brasil pelas singularidades dos grupos sociais tais como quilombola, geraizeiro, faxinalense, quebradeira de coco, povos da floresta, pescador artesanal, grupos indígenas e camponeses. Para estes grupos sociais, a terra não constitui um fator de produção capitalista, mas constitui a base sobre a qual fincam sua cultura e identidade (GÓMEZ; ECHENIQUE, 1988). Ainda assim, a questão fundiária permanece central, na medida em que a disputa pela terra continua quando grupos sociais lutam para a delimitação de áreas indígenas, criação de unidades de conservação ou mesmo assentamentos de reforma agrária e quilombolas, o que em última instância representa a subtração de áreas disponíveis para o avanço da agricultura industrial. Assim, embora tenha ocorrido esse processo de ‘multiplicação’ das bandeiras e formas de luta, isso não significou o fim dos movimentos sociais ‘clássicos’. Pelo contrário, na medida em que os problemas sociais dos países subdesenvolvidos permanecem presentes, especialmente no contexto latino-americano, as atuações dos ‘velhos’ movimentos sociais agrários continuam a se fazer essenciais.

Seja como for, novos ou velhos, Fligstein e McAdam (2012) destacam que os movimentos sociais representam as tentativas de grupos excluídos de mobilizarem, estrategicamente, influência para promover seus interesses coletivos através de meios não institucionais. Tal definição vincula a atuação de atores, espaços sociais e repertórios de ação coletiva tendo em vista a busca de oportunidades políticas para provocar mudanças na ordem existente. Um desses repertórios se dá pela criação de organizações (formais ou informais) que mobilizam pessoas e recursos em prol de objetivos comuns ancorados nos valores dos movimentos sociais (GEHLEN; MOCELIN, 2018). Assim, os movimentos sociais buscam formar organizações informais e/ou formais, expressar descontentamento, agir contra grupos poderosos e reorganizar a sociedade. A capacidade de sucesso das suas demandas depende de uma crise ou oportunidade política, da existência prévia de grupos com recursos que possam

obter vantagens da oportunidade, e da produção de uma identidade coletiva em torno da qual atores diferentes possam se unir (SILVA, 2014; FLIGSTEIN, 2007).

Foweraker (2001) destaca que o foco de atuação dos movimentos sociais nas sociedades latino-americanas se alterou ao longo dos períodos de domínio oligárquico, militar, transição democrática e democracia neoliberal. Nos anos 1960, os esforços estavam na organização de base e na educação popular e, em 1970, já se voltavam para a luta contra a pobreza e os direitos de cidadania. Na década de 1980, as questões de gênero, estratégias de sobrevivência e direitos humanos ganharam mais espaço e, a partir dos anos 1990, a agenda em defesa do meio ambiente e desenvolvimento local se tornam prioritárias. O autor considera que a partir desse momento, o surgimento das ONGs foi o fato mais significativo na atividade política de base em toda a América Latina¹¹:

Sua origem esteve na forma de institutos de pesquisa formados por cientistas sociais que haviam sido expulsos das universidades pelos governos militares. Eles foram inicialmente financiados por agências internacionais ou governos estrangeiros, mas logo começaram a buscar financiamento para o trabalho de consultoria ou gestão. Essas atividades geradoras de renda tornaram-se sua característica mais marcante após a crise fiscal e de dívidas do início dos anos 80, quando começaram a conectar movimentos de base à comunidade internacional de financiamento e a intermediar apoio financeiro para projetos de desenvolvimento local (FOWERAKER, 2001, p. 10).

Foweraker (2001) sugere que a pluralidade de bandeiras e demandas sociais está associada à essa multiplicação de ONGs e sua crescente visibilidade. Isso transformou o panorama de atuação dos movimentos sociais clássicos, que passaram por processos de declínio e transformação, levando à uma ênfase maior na negociação do que na mobilização. Além disso, houve crescente interação e envolvimento com agências estatais ou organismos multilaterais internacionais de desenvolvimento, gerando inclusive processos de dependência financeira e cooptação. Isso significa que, em última instância, algumas ONGs se tornaram correias de transmissão para as políticas sociais dos governos latino-americanos e/ou clientes que recebem crédito, treinamento e assistência técnica. Como resultado, segundo o autor, houve menos mobilização de base e menos capacidade de articular uma visão de desenvolvimento alternativo.

¹¹ Vetter, citado por Forewaker (2001), relata que foi o financiamento de fundações, programas de ajuda externa e ONGs internacionais nos Estados Unidos e Europa que alimentaram a expansão maciça de ONGs latino-americanas de cerca de 250 no início dos anos 1970 para cerca de 25.000 em 2001.

Os estudos atuais sobre a temática começam a compreender melhor os diferentes repertórios das ações coletivas contemporâneas. De acordo com Silva (2010), além da perspectiva de conflito, que permanece importante, o associativismo, o voluntariado, o trabalho das organizações não governamentais e das organizações religiosas e o ativismo institucional, são também possibilidades de se mobilizar socialmente em prol de determinadas causas. Por sua vez, Niederle (2014) destaca que tais movimentos podem ser conformados por grupos difusos que, por meio de uma nova cultura política, pretendem ressignificar a sociedade a partir de práticas inovadoras, integrando diferentes dimensões éticas e estéticas.

Outra mudança importante da compreensão sobre movimentos sociais é com relação à sua análise enquanto um ator homogêneo, coerente e independente. Silva (2014) aponta que movimentos sociais são como redes em fluxo que acionam repertórios de ação diversificados a depender de fatores contextuais e organizativos. Tal fato rompe com a ideia do universalismo das soluções, dado que não existe uma unidade objetiva dos projetos, formas de luta e organização. Isto também destaca o caráter relacional dos movimentos sociais e a interdependência entre os agentes e as interações com os espaços de atuação dos campos de ação estratégica (trânsito institucional), as quais são bastante fluidas e apresentam importantes relações de interdependência entre si. Assim, a ação coletiva contemporânea não respeita as fronteiras do Estado, mercados e da sociedade civil. Pelo contrário, podem apresentar intersecções, compartilhamento de agentes e constituir relações de significativa vinculação institucional. Em última instância, representam processos complexos, mutáveis e heterogêneos (FLIGSTEIN, 2007; SCHMITT; SILVA, 2016; SILVA, 2014; ANDRADE, 2007).

É importante registrar que é a partir dessa mudança de interpretações sobre os movimentos sociais que se reconhece como seus repertórios de ações também se voltaram aos objetivos econômicos. Portilho e Barbosa (2016, p. 258) apontam que “diversos movimentos sociais têm alterado seu foco, suas demandas e suas estratégias, buscando formas inovadoras de ação política, com destaque para o uso de mecanismos econômicos para cumprir objetivos sociais”. Ou seja, para os novos movimentos sociais econômicos (WILKINSON, 2016), os mercados representam uma ferramenta estratégica na promoção do desenvolvimento e da inclusão social (PICOLOTTO, 2008). Com efeito, nas duas últimas décadas, contramovimentos à expansão do regime corporativo abriram espaços para a construção de redes alternativas de produção e consumo (DAROLT, 2012). Ao invés de derrotar “o

Mercado” - conforme apregoa uma parcela representativa de movimentos sociais contestatórios ao capitalismo -, o foco volta-se a construção de novos espaços de troca.

A proliferação de circuitos curtos, feiras livres, grupos de consumo, associações e cooperativas descentralizadas, experiências de agricultura urbana, de consumo local e de valorização de alimentos tradicionais, permitiu conformar práticas mercantis inovadoras (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2011; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017; ROVER, 2011). Como destacam Niederle e Wesz Júnior (2018), nestes novos mercados circulam mais do que mercadorias. Circulam valores que emanam de uma construção política reunindo uma série de movimentos sociais que, cada vez mais, direcionam suas pautas para a construção de novas práticas alimentares. Estas práticas colocam em evidência novos significados para os alimentos e, mais amplamente, para o meio rural, os quais estão associados às demandas societárias por equidade, justiça, participação social e sustentabilidade e, portanto, se expressam como alternativas à crise civilizatória em curso.

De acordo com Wilkinson (2016), a principal característica desses novos movimentos sociais econômicos é que suas demandas não são direcionadas exclusivamente ao Estado, mas buscam no mercado a realização de seus resultados, seja por meio de campanhas para a adoção de novos valores ou pela construção de novos mercados com uma perspectiva diferente do *mainstream* da teoria econômica. Wilkinson (2016) também destaca três componentes dos novos movimentos sociais econômicos. O primeiro é que se desenvolvem redes alimentares alternativas (GOODMAN, 2017) de comércio que articulam grupos de produtores, distribuidores, mercados dedicados (apoiados por voluntários) e consumidores em circuitos de comércios interdependentes, buscando constituir circuitos que escapam ao controle direto do capital. O segundo componente consiste na certificação por terceiros que atestam a qualidade dos produtos das redes alimentares alternativas. Nesse aspecto, vale a menção da certificação participativa dos produtos orgânicos, que dispensam a necessidade de empresas certificadoras (ROVER, 2011). Por fim, o terceiro aspecto está associado às campanhas de promoção de comércio justo com vistas a impactar as normas de comércio convencionais.

A noção de “redes alimentares cívicas” tem sido mobilizada para caracterizar mercados que são formados a partir do engajamento da sociedade civil organizada, e que colocam em evidência novas concepções de “cidadania e democracia alimentar” (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012). De acordo com Cucco e Fonte (2015), estes mercados relacionam-se com uma diversidade de atores envolvidos no sistema alimentar local que

consideram a economia alimentar como um bem comum e um direito. Nesta perspectiva, coloca-se em primeiro plano a ação coletiva na defesa da democracia alimentar (principalmente no que tange ao acesso a alimentos saudáveis) como princípio ético. Ou seja, os mercados cívicos vão ao encontro da perspectiva de Fligstein (2001) dos protomercados como movimentos sociais e campos em disputa.

Orientados ao mercado (*market oriented movements*), esses movimentos buscam redefinir as relações produtor-consumidor, o que coloca em evidência a importância da politização do consumo dos alimentos¹² e seu reconhecimento como bens comuns e um direito dos povos, o que vai ao encontro das bandeiras da agroecologia, da soberania alimentar e do bem viver. Ao fim e ao cabo, as bandeiras políticas dos velhos movimentos sociais se entrelaçam com os novos repertórios de contenção, o que por sua vez tenciona esse campo de ação estratégica (TARROW, 2009; PORTILHO, 2009; WILKINSON, 2016; NIEDERLE, 2014; PICOLOTTO, 2008; FLIGSTEIN, 2001; OSTROM, 1985).

De fato, a mudança de estratégia dos movimentos sociais não se dá sem uma série de paradoxos e conflitos. Historicamente, os movimentos sociais agrários tiveram um comportamento de oposição ao mercado, especialmente por conta da influência marxista. De acordo com Schneider, Schubert e Escher (2016, p. 12), nas lutas dos agricultores familiares “muito raramente se menciona os mercados e a necessidade de atender a uma demanda dos consumidores ou até mesmo criar uma determinada demanda entre os consumidores.” Isso porque, ao inserirem-se nos mercados, os agricultores geralmente se veem compelidos a ajustar-se a padrões técnicos industriais, o que gera um conflito de racionalidades. Mesmo os produtos ditos ‘alternativos’, ancorados em diferentes valores sociais – alimentos orgânicos, comércio justo, bem-estar animal, combate à semiescavidão – são tensionados a incorporar

¹² Aqui vale destacar o reconhecimento de movimentos sociais de consumidores, até então pouco estudado pela literatura de maneira geral, apesar das estratégias de uso político do consumo não serem novas. Portilho (2009) ressalta três modalidades distintas dos movimentos sociais de consumidores contemporâneos: 1) Movimentos de defesa dos direitos dos consumidores, também chamados de consumeirismo. Originam-se como uma reação à situação de desigualdade e assimetria de poder e informação entre fornecedores e consumidores. Atuam, principalmente, na esfera jurídica a partir dos direitos dos consumidores. 2) Movimentos anticonsumo. Questionam a opulência, o luxo, o desperdício, o hedonismo e a desmedida, destacando os argumentos morais, religiosos, éticos, políticos e econômicos. Tais críticas foram atualizadas pelos movimentos ecológicos e a crítica aos padrões e níveis de consumo das sociedades contemporâneas, indo ao encontro dos movimentos anticapitalismo e antiglobalização. Atuam mediante a publicização das suas bandeiras de luta. 3) Movimentos pró-consumo responsável, que surgem na esteira dos movimentos pela ampliação da cidadania, destacando o papel proativo de consumidores como importantes e decisivos atores nos mercados. Niederle (2014) ressalta a emergência da importante discussão sobre o consumidor cidadão e as formas de ‘consumo politizado’, com suas práticas de *boycott* e *buycott*.

qualidades ‘intrínsecas’ definidas pelos supermercados. Com efeito, nas palavras de Wilkinson (2016, p. 63):

A solidariedade pode garantir vendas ocasionais, mas a compra repetitiva, da qual o crescimento do mercado depende, exige uma atenção à qualidade do produto além das suas condições de produção, incluindo aparência, sabor, aroma, embalagem e características nutricionais [...] Assim, acesso ao mercado convencional, embora decisivo para a criação e expansão de mercado, exerce um impacto substancial não apenas na imagem do movimento na perspectiva de sua base, mas também no seu distanciamento em relação à base de produtores a que era voltado.

Nesse sentido, há um limiar muito exíguo entre, por um lado, a construção social de mercados com valores diferentes do *mainstream* e, por outro, a apropriação (convencionalização) desses valores pelo regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016). Neste caso, os valores associados à sustentabilidade, equidade, artesanidade, localidade e saudabilidade se tornam parte da retórica empresarial da economia verde, da responsabilidade social corporativa ou da sustentabilidade ambiental, o que ocorre sem abalar os pilares institucionais que sustentam os modernos regimes de acumulação capitalista (NIEDERLE, 2014). Neste sentido, Wilkinson (2016) ressalta como, ao mesmo tempo em que abre novas perspectivas de comercialização para pequenos produtores que não conseguem escoar sua produção, a certificação por auditoria também possibilita o acesso às prateleiras dos supermercados e suas vendas globais, ampliando o risco da convencionalização (BASTIAN, 2018).

Este tipo de tensão é uma das características marcantes da realidade social destacada pela visão institucionalista dos mercados. Nos termos de Schmitt e Silva (2016, p. 389), os mercados devem ser compreendidos “não apenas como espaços onde se realiza a troca de mercadorias, mas como arenas de negociação de identidades, acordos, projetos institucionais e padrões de interação política que transcendem a esfera econômica propriamente dita”. A análise destas contradições será, portanto, um dos focos principais desta pesquisa.

2.5 MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL E MULTI-ATOR

Os estudos associados à temática do desenvolvimento refletem o debate clássico das ciências sociais sobre o problema da dualidade entre estruturas e atores. Neste debate, por um lado, destacam-se leituras agregadas do conjunto dos fenômenos sociais, apontando para

importantes padrões hegemônicos que regulam a dinâmica socioeconômica, mas produzem resultados demasiadamente genéricos. Este é o caso da teoria dos regimes alimentares. Por outro lado, quando se opta por compreender as realidades locais/regionais, que expressam a riqueza da heterogeneidade das perspectivas dos atores sociais, os seus modos de vida e suas experiências socioeconômicas, os resultados das pesquisas têm dificuldade para transbordar análises pontuais e localizadas que representem interações adequadas com um nível de análise mais agregado. Este, geralmente, é o caso das abordagens em termos de redes agroalimentares alternativas.

Em face disso, vem ganhando espaço análises que compreendam a relação entre esses dois níveis heurísticos, associado com uma terceira dimensão – intermediária e considerada como a ‘meso-analítica’–, que proporciona teorias de médio alcance (GIDDENS, 1991; FLIGSTEIN, 2007). De acordo com Geels (2011), as teorias de médio alcance diferem das teorias macroanalíticas pelo fato de enfatizarem as interações entre a teoria e a pesquisa empírica. Ao tratar das polarizações *top down* e *bottom up* presentes nos estudos sobre implementação das políticas públicas, Schmitt e Silva (2016) destacam que:

Para a superação deste obstáculo defende-se a necessidade da incorporação de um nível meso de análise, no qual se pode abordar como macrocondicionamentos institucionais e microdinâmicas interativas se relacionam nos processos de implementação de políticas públicas, conformando oportunidades e constrangimentos que agentes dotados de capacidades distintas interpretam e, a partir de tais interpretações, atuam no sentido de realizar suas intencionalidades e implementar suas estratégias.

O mesmo raciocínio pode ser utilizado para a análise do funcionamento dos mercados sob a visão institucionalista. É nesta perspectiva que utilizaremos as contribuições da Teoria dos Campos de Ação Estratégica (FLIGSTEIN, 2007; 2001; FLIGSTEIN; McADAM, 2012) como o *hardcore* da presente proposta analítica.

Um campo de ação estratégica representa ordens sociais locais, situações nas quais grupos organizados de atores interagem e desenvolvem ações recíprocas. Essas ordens sociais podem ser de maior abrangência como Estados e mercados, ou ordenamentos microssociais como famílias e grupos. Segundo essa perspectiva, a sociedade se constitui de um número ilimitado de campos/ordens continuamente criados e destruídos. Para Fligstein (2001), um protomercado, como no caso dos mercados cívicos das agriculturas familiares e camponesas, equivalem a um movimento social que busca o caminho para a sua estabilização. Desse modo, um mercado pode ser equiparado à consolidação de um campo, que representa um espaço

definido por: direitos de propriedade específicos; estruturas de governança de cooperação e competição; regras sobre quem pode participar e sob quais condições e as concepções de controle.

Considerando a proposição de Tarrow (2009) de que os movimentos sociais constroem organizações, elaboram ideologias e mobilizam seus membros para a construção de identidades coletivas, destaca-se o papel destes atores na construção dos mercados das agriculturas familiares e camponesas. Mercados construídos por meio da ação coletiva dos movimentos sociais são potenciais espaços de luta por reconhecimento de novos valores associados às formas inovadoras de produção e consumo. Os mercados articulam infraestruturas e instituições que não apenas mantêm as trocas econômicas, mas reforçam os mecanismos de confiança e reciprocidade, os quais agem como “engrenagem” para novas relações sociais e econômicas (SCHUBERT; SCHNEIDER, 2016).

Para Fligstein (2001), a noção de mercado como um campo destaca como grupos organizados (detentores e desafiantes) se reúnem e desenvolvem ações recíprocas tentando (re)produzir um sistema de dominação em um dado espaço. Consideram-se as organizações das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile como integrantes de movimentos sociais que atuam como os atores desafiantes do *modus operandi* do mercado capitalista neoclássico, hegemônico pelos grandes *players* do regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016; GEREFFI *et al.*, 2001; REARDON; BERDEGUÉ, 2002). Tais *players* representam os atores dominantes desse campo de ação estratégica e, portanto, dominam as ‘regras do jogo’ institucionalizadas na sociedade (HODGSON, 2017), mas reproduzem uma dinâmica que engendra uma crescente crise civilizatória em função de seu modo de produção predatório (SEVILLA-GUZMÁN, 2011; PETERSEN, 2013).

Os atores desafiantes buscam desestabilizar os mercados alimentares convencionais para construir novas lógicas de ação pautadas pelos princípios da agroecologia e da soberania alimentar. Em última instância, nas palavras de Fligstein (2007, p. 76), eles representam “atores ou conjuntos de atores que regularmente contestam formas estabelecidas de fazer as coisas e são capazes, por vezes, de elaborar novas orientações de ação”. Assim, os desafiantes lutarão de forma contínua pelo maior acesso aos recursos materiais e simbólicos dos campos de ação estratégica e, para tanto, possuem a tarefa permanente de alterar suas posições, ao passo que os atores sociais dominantes, tentarão manter e/ou ampliar seu posicionamento. Trata-se, segundo Fligstein e McAdam (2012), de um processo permanente de disputa em que os atores engajados buscam por mudanças incrementais em mundos sociais construídos. Neste

debate se destaca a noção de habilidade social (FLIGSTEIN; McADAM, 2012), a qual aponta para a capacidade dos atores na construção e/ou reprodução de ordens locais por meio de significados simbólicos da ação social com o objetivo de produzir engajamento. Para Fligstein (2007, p. 62):

A vida social gira em torno de obter uma ação coletiva e isso requer que os participantes dessa ação sejam induzidos a cooperar. Algumas vezes se utilizam coerções e sanções para compelir os outros. Entretanto, muitas vezes, os atores estratégicos hábeis proporcionam identidades e quadros culturais para motivar os outros.

Ou seja, os atores sociais habilidosos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012), são empreendedores institucionais que criam sistemas de significado – enquadramentos interpretativos – possibilitando que grupos com interesses diferentes cooperem e se engajem, criando coalizões políticas por meio do manejo de significados e identidades. Dessa forma, os atores sociais hábeis se utilizam das dimensões cognitivas, empáticas e comunicativas para gerar ação estratégica em busca de cooperação. De acordo com Fligstein (2007, p. 71), “Atores sociais hábeis em grupos desafiadores tentarão criar nichos e explorar o que o sistema lhes dá para evitar grupos dominantes em campos estáveis, visando manter seu grupo unido e suas esperanças de desafio vivas”. Para o presente estudo, os atores sociais hábeis são as lideranças políticas e técnicas das organizações das agriculturas familiares e camponesas que compõem os movimentos sociais agrários do Brasil e do Chile selecionados neste estudo. Tais lideranças possuem a tarefa de construir socialmente um mercado alimentar sob uma perspectiva distinta da dominante, baseada na agroecologia e soberania alimentar. Este aspecto justifica a importância de se compreender os discursos dessas lideranças a respeito da construção social dos mercados alimentares.

Para tanto, é necessário combinar uma análise multidimensional e análise de trajetórias históricas, na medida em que os campos de ação estratégica estão ‘*embedded*’ em trajetórias institucionais mais amplas. Esse aspecto evidencia o processo de ‘*path dependency*’ que considera que a resultante final dos processos de desenvolvimento está diretamente relacionada com o resultado de suas instituições e sua evolução (FLIGSTEIN; McADAM, 2012; HODGSON, 1998). Denota-se, portanto, as proximidades com as discussões teóricas da teoria institucional. Conforme Conceição (2002, p. 80),

Qualquer abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir *path dependency*, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento

econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas. Dessa maneira, a adversidade, a adaptação e a seleção são elementos fundamentais à definição de estratégias empresariais e às trajetórias de crescimento econômico.

Isso implica reconhecer que as organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas no Chile e no Brasil buscam construir novos mercados alimentares como contramovimentos ao regime alimentar corporativo, mas isso ocorre dentro dos limites e possibilidades estabelecidos pelas trajetórias institucionais de seus países. Compreender de que maneira essa trajetória se desenhou no Brasil e no Chile a partir das ditaduras militares, com um enfoque especial no lugar da agricultura de cada país, proporciona uma leitura agregada e, portanto, uma conexão entre os campos de ação estratégica com a noção de regimes alimentares.

Por outro lado, acentuando uma dimensão microanalítica, deve-se reconhecer que, mesmo as dinâmicas institucionais mais globais são passíveis de reapropriação e ressignificação em cada território e por cada movimento social pesquisado. Para desvendar esta dinâmica, esta tese optou por considerar a análise empírica de diferentes organizações econômicas dos mercados das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile, que foram construídos e/ou são operados pelas organizações dos movimentos sociais. Assim, diferentes experiências foram visitadas *in-loco*, e seus representantes entrevistados, o que permitiu a comparação de múltiplas experiências de construção de mercados alternativos. Isto possibilitou interpretar as interfaces entre os discursos das lideranças políticas das organizações dos movimentos sociais selecionados e a realidade encontrada em diferentes contextos empíricos. Utilizou-se a tipologia sugerida por Schneider (2016) para classificar e comparar os mercados da agricultura familiar a partir das seguintes variáveis: tipo de agricultor familiar; lócus e/ou alcance espacial; natureza das trocas/modelos de negócios; e formas de regulação (Quadro 3).

Quadro 3 - Tipologia dos mercados da agricultura familiar

	Tipo de agricultor familiar	Lócus e/ou alcance espacial	Natureza das trocas/ modelos de negócios	Formas de regulação	Canais de comercialização
Mercados de proximidade	Camponês; Produtor de excedentes	Spot; Venda direta; Somente Local	Interpessoal + Solidário	Confiança + amizade	- Na propriedade (colhe-pague); - No domicílio/casa; - Beira estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos Consumo.
Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar; produtor simples de mercadorias	Spot; local, regional e territorial	Diversificado + Complementariedade	Reputação/ Confiança + Procedência + Preços	- Feira regional; - Feira nacional; - Redes de venda; - Eventos; - Loja especializada; - Restaurantes; - Associação vendas; - Sacolão.
Mercados convencionais	Produtor de mercadorias	Sem lugar definido; <i>Placeless/ unbond</i>	Concorrencial	Contratos + preços	- Atravessadores; - Cooperativa; - Agroindústria; - Empresa privada; - Internet; - Supermercados.
Mercados públicos e institucionais	Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	Licitatório, seleção pública	Contratos públicos + leis	- Alimentação escolar; - Fair Trade; - Órgãos internacionais (FAO; PMA); - ONGs; - Hospitais, Universidades, Forças Armadas; - Entidade assistencial; Estoques governo.

Fonte: Schneider (2016).

A tipologia proposta por Schneider (2016) considera quatro modalidades de mercados da agricultura familiar: mercados de proximidade; mercados locais e territoriais; mercados convencionais; e mercados públicos e institucionais. Cada um desses mercados construídos socialmente está imerso em relações sociais e culturais que desenvolvem específicos mecanismos de regulação e controle, ou seja, instituições. Os mercados de proximidade se caracterizam pela predominância das trocas interpessoais e solidárias, as quais se mobilizam via relações de parentesco, confiança e reciprocidade. Os mercados locais e territoriais, mantêm elementos do modelo anterior, mas as trocas passam a ser monetizadas e se configura uma situação de intercâmbio mais orientada pela oferta e demanda, onde necessariamente ocorre a presença de um intermediário entre os produtores e consumidores, que possui interesses e custos. Nestes mercados ocorre a coexistência de dispositivos institucionais baseados na confiança, reciprocidade, preços e concorrência. Nos mercados convencionais, a

lógica amparada pela lei da oferta e demanda da teoria econômica predomina, com o objetivo da maximização dos resultados econômicos. Os agricultores inseridos nesses mercados são dependentes de contratos à montante e à jusante das respectivas cadeias produtivas, especialmente de commodities. Via de regra, os agricultores familiares encontram-se bastante vulneráveis em face das assimetrias de poder entre os distintos agentes econômicos. Por fim, os mercados públicos e institucionais, são os espaços de troca e que o principal agente passa a ser o Estado, algum organismo público (exemplo do Programa Mundial de Alimentos – PMA da ONU) ou alguma organização envolvida com o *fair trade*. Nestes mercados, ocorre um alto grau de regulamentação e controle formal, os quais requerem mecanismos de governança abertos e democráticos por representar o interesse público. Cada uma dessas tipologias de mercados da agricultura familiar geram uma diversidade de canais de comercialização que se adequam às variáveis supracitadas.

O Quadro 4 sintetiza o exercício analítico proposto e as variáveis utilizadas no *framework* teórico desta tese de doutorado. Na dimensão macro, objetiva-se compreender o ambiente institucional associado com a perspectiva da Teoria dos Regimes Alimentares. O período histórico de recorte foi arbitrariamente selecionado a partir dos Golpes Militares no Brasil (1964) e no Chile (1973) por se considerar esse momento como ‘divisor de águas’ da história contemporânea latino-americana. Desse modo, a caracterização das trajetórias históricas destaca a variável *path-dependent* desses dois países, evidenciando os principais aspectos políticos e econômicos e os lugares da agricultura e movimentos sociais.

Quadro 4 - Síntese das variáveis utilizadas no estudo.

Dimensão	Exercício analítico	Variáveis
Macro	Análise de trajetória político-econômica e o lugar da agricultura, o qual restringe e/ou potencializa as ações das organizações das agriculturas familiares e camponesas no Brasil e no Chile.	1. Trajetória institucional; 2. Organização e ação do Estado; 3. Interações Estado-Mercado-Sociedade Civil;
Meso	Análise das organizações das agriculturas familiares e camponesas no Brasil e no Chile, refletindo sobre o seu papel enquanto atores desafiadores do campo de ação estratégica hegemônico pelo regime alimentar corporativo.	4. Motivação da origem; 5. Atores centrais; 6. Principais bandeiras de luta; 7. Principais repertórios de contenção; 8. Enquadramentos interpretativos;
Micro	Análise comparativa das iniciativas de comercialização (feira, ponto varejista, <i>e-commerce</i> cooperativa agroindustrial e <i>institucional</i>) articuladas pelas organizações das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile.	9. Atores-chave da iniciativa; 10. Apoio do Estado; 11. Papel do movimento social; 12. Dispositivos institucionais; 13. Dinâmicas organizacionais.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Na dimensão meso, serão analisados os mercados das agriculturas familiares e camponesas construídos pelas organizações dos movimentos sociais do Brasil e do Chile. Estes atores serão contextualizados como os desafiadores no campo de ação estratégica, destacando sua estrutura, enquadramentos interpretativos e estratégias mobilizadas para a construção social de mercados. Por fim, na dimensão micro, foram analisadas iniciativas de mercados das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile, a saber: feira, ponto varejista; *e-commerce*, cooperativas agroindustriais e mercados institucionais, os quais serão evidenciados ao longo das análises dos casos do Brasil e do Chile.

3 BRASIL: DA DITADURA AO LIBERAL-NOVO-DESENVOLVIMENTISMO, MST COMO ATOR RELEVANTE DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS, E PROTAGONISMO NA CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ALIMENTARES

Para compreender como os movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas do Brasil têm atuado na construção de mercados é preciso contextualizar em linhas gerais o ambiente institucional no qual eles atuam. Para tanto, além de focalizar a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a opção foi um recorte histórico do período pós-golpe militar. O presente capítulo está dividido em três seções. A primeira realiza uma análise da trajetória histórica da política e da economia do Brasil. Destacam-se aqui três períodos distintos da história da política e economia recentes: 1. O período da ditadura militar; 2. A Nova República e o primeiro ciclo da democracia; 3. A ascensão e crise do PT, chegando aos dias atuais. A segunda seção se utiliza dos mesmos períodos históricos para evidenciar as transformações ocorridas na agricultura brasileira e o papel desempenhado pelos movimentos sociais do campo. Por fim, a última seção destaca especificamente a ação do MST e compreende: 1. Uma breve contextualização do movimento; 2. Uma descrição dos mercados alimentares construídos pelo MST; e 3. Uma análise da interpretação das lideranças do MST sobre os mesmos.

3.1 A TRAJETÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL A PARTIR DO GOLPE MILITAR

O golpe militar no Brasil ocorrido em 1º de abril 1964 não teve o mesmo impacto simbólico que o 11 de setembro de 1973 chileno, embora a tensão daquele momento político também se caracterizasse pela intensa agitação e radicalização política. O conflito se deu sem um combate, de fato, entre as forças armadas e a resistência popular em torno do então presidente João Goulart (Jango). Seu mandato presidencial foi marcado por um contexto de crise, a começar pela sua posse que ocorreu, em agosto de 1961, após a renúncia de um controverso e desgastado governo de aproximadamente seis meses do presidente Jânio

Quadros. Ademais, Jango sofria dura oposição de seus adversários¹, processo este que gerou importantes dissidências no campo político à época e estimulou a criação do movimento ‘legalista’ que exigia o respeito ao direito legal do vice-presidente à sucessão (SKIDMORE, 1988). A partir de manobras institucionais na constituição brasileira de 1946, foi instaurado um sistema parlamentarista de governo no Brasil, com poderes limitados ao presidente, possibilitando assim sua posse em setembro de 1961, sendo Tancredo Neves seu primeiro-ministro. Após dois anos, por meio de um plebiscito pela volta do presidencialismo, Jango recuperou sua plena capacidade governamental em um contexto marcado por inegável polarização política, nacional e internacional (DELGADO, 2012b).

Jango possuía uma importante trajetória política como líder trabalhista brasileiro, a qual foi iniciada em uma fase da República Brasileira em que predominou uma orientação desenvolvimentista inaugurada nos anos de 1930 com Getúlio Vargas. O período conhecido no Brasil como nacional desenvolvimentista (industrialização via substituição de importações) está situado no marco cronológico de 1930 a 1964, quando houve um significativo crescimento econômico por meio de estratégias nacionais de desenvolvimento que, essencialmente, implicavam a proteção à indústria nacional nascente e a promoção de poupança forçada por meio do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2006). De acordo com Bielschowsky (2000) e Fonseca (2015), entende-se por desenvolvimentismo, a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) industrialização integral;
- b) intervenção estatal; e
- c) crescimento econômico.

No fim dos anos 1950, o Brasil vivia um estado de quase euforia. A cultura estava em alta em todas as frentes – artes visuais, música, teatro, cinema. A justiça social na pauta – eleições livres, lutas no campo e nas cidades. A inauguração de Brasília condensava as esperanças que estavam no ar. O sonho de um país mais rico e mais justo parecia estar ao alcance das mãos. Por conta disso, desde os Governos de Getúlio Vargas e JK, o país passava pelo processo de substituição de importações e industrialização tardia, o que colocava em choque as forças conservadoras representadas pelo modelo agrário-exportador de

¹ Segundo a legislação da época, era permitido que o presidente e vice-presidente fossem eleitos de forma separada. De modo que nas eleições de 1961 foi eleita uma chapa de presidente da UDN (Jânio Quadros) e vice-presidente do partido de oposição, o PTB de João Goulart (SKIDMORE, 1988).

commodities e de dependência econômica e política dos países centrais versus os interesses da burguesia industrial (DELGADO, 2012b, LINHA..., 2014).

Entretanto, o contexto do Brasil naquela época era de enormes desafios: infraestrutura precária na área energética, de transportes, de produção industrial, assistência à saúde e educação precárias; desigualdades sociais (altos índices de pobreza, analfabetismo, concentração de terras e de rendas); inflação crônica e crises de abastecimento alimentar. Tratava-se de um padrão de acumulação extremamente concentrador e excludente (MERCADANTE OLIVA, 2010). Para Skidmore (1988), a economia brasileira dos anos 1960 tinha dois problemas centrais:

- a) o déficit crônico da balança de pagamentos (que dependia basicamente da exportação do café, cujo preço no mercado internacional era muito variável); e
- b) as altas taxas de inflação que desestabilizavam a política monetária do país.

Desde sua posse, Jango adotou um discurso de defesa de uma agenda popular e nacionalista que se expressou nas ‘Reformas de Base’, as quais incluíam da reforma agrária, da educação, dos impostos e da habitação. Sem maioria no Congresso para aprovar suas medidas, o então presidente buscou apoio dos trabalhadores urbanos, rurais e seus sindicatos. Sua postura gerou desconfianças tanto no plano nacional quanto internacional. No Brasil, setores conservadores representados pelo empresariado, religiosos e militares treinados na Escola Superior de Guerra (ESG), e que se agrupavam sob a liderança da União Democrática Nacional (UDN), temiam tais movimentos de massas, a agenda reformista e as lideranças carismáticas que se levantavam naquele momento. Desse modo, expressaram sua insatisfação por meio das passeatas organizadas pelos setores conservadores da igreja católica que defendiam as bandeiras da ‘família, tradição e propriedade’, assim como agiram nos bastidores da política para a desestabilização do governo de Jango (SKIDMORE, 1988).

Por sua vez, no plano internacional, os atores estratégicos, representados pelos Estados Unidos em plena Guerra Fria, também reticentes da suposta ameaça comunista na América Latina, diante da Revolução Cubana de 1959, alimentavam profundas desconfianças de que as propostas de Jango pudessem representar elementos de uma revolução social no Brasil. Documentos da embaixada estadunidense revelaram os planos da CIA da ‘*Operação Brother Sam*’ de enviar ajuda militar ao Brasil em caso de necessidade de intervenção, bem como da disposição do governo de John Kennedy em destituir um pretenso ‘amigo da ditadura cubana’ (DELGADO, 2012B; SKIDMORE, 1988). Vale destacar que naquele momento estava em curso o Segundo Regime Alimentar (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989) que tinha na

ordem industrial capitaneada pelos Estados Unidos a organização dos sistemas agroalimentares.

3.1.1 O golpe militar de 1964 e o período ditatorial (1964-1985)

Elementos estruturais, preventivos, conspiratórios e/ou institucionais (DELGADO, 2012b) culminaram com o Golpe Civil-Militar de 1º de abril de 1964, o qual derrubou o governo democraticamente eleito de João Goulart e seu programa nacionalista e popular (REIS, 2014). As instituições de uma democracia de apenas 19 anos (1945-1964) foram substituídas ou assimiladas pelo estado autoritário fundado sob a Doutrina de Segurança Nacional (TELES, 2010). De acordo com Skidmore (1988, p. 45), os conspiradores que depuseram João Goulart tinham dois objetivos: “O primeiro era ‘frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares’; o segundo era ‘restabelecer a ordem de modo que pudessem executar reformas legais’.”

Os militares publicaram o primeiro Ato Institucional cassando parlamentares e determinando que Congresso elegeisse o general Humberto Castello Branco como presidente da República. Em 1965, Castello Branco publicou o Ato Institucional nº 2 em resposta à eleição de governadores de oposição no país, o qual tinha como principal propósito dificultar qualquer vitória eleitoral da oposição (SKIDMORE, 1988). Em seguida, interviu no Judiciário, acabou com o multipartidarismo, permitindo apenas dois partidos: a ARENA, que abrigava os governistas, e o MDB, com os parlamentares de oposição. As eleições previstas para aquele ano foram suspensas e os crimes políticos passaram a ser julgados pela justiça militar (LINHA..., 2014; REIS, 2014; DELGADO, 2012b; TELES, 2010).

A partir do golpe de 1964 a política econômica assumiu o pensamento econômico conservador e ortodoxo que vislumbrava a aplicação de orientações racionais e eficientes – conforme apregoa a escola neoclássica da teoria econômica (HODGSON, 2017) –, diferentemente do modelo anterior do nacional-desenvolvimentismo (BRESSER PEREIRA, 2006), conforme se verá com maior profundidade à frente. Durante o primeiro governo militar de Castello Branco, por meio do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado por Roberto Campos e Octavio Gouveia de Bulhões – duas referências da ortodoxia econômica à época –, a prioridade explícita estava no combate à inflação (um tema de menor relevância para os governos anteriores), na medida em que os altos preços era considerados como o principal obstáculo para o desenvolvimento econômico daquele momento. Para o

PAEG, “o problema da inflação era causado principalmente pelo excesso de demanda, que, por sua vez, tinha as seguintes causas: déficits do setor público, excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos de salário” (SKIDMORE, 1988, p. 69). Nesse sentido, o PAEG buscou a aplicação de ortodoxas políticas de austeridade tendo em vista reduzir o déficit público, a expansão do crédito e a contenção dos reajustes dos salários nominais dos trabalhadores (MACARINI, 2006; 2011; PRADO; EARP, 2007).

Em 1967, a censura foi imposta e entrou em vigor uma nova Constituição encomendada nos últimos meses do governo de Castello Branco para justificar o novo regime ditatorial. Esta foi elaborada por quatro juristas, incorporando o autoritarismo dos Atos Institucionais, e aprovada por uma comissão de somente 22 parlamentares. O novo texto definiu ainda eleições indiretas para presidente da República e governadores. Além disso, incorporou a doutrina da segurança nacional e manteve restrições às liberdades políticas e individuais. O marechal Arthur Costa e Silva tomou posse em março daquele ano já sob as novas regras constitucionais e iniciou o segundo governo do regime militar pós-golpe de 1964 (TRAMARIM, 2006; TELES, 2010; SKIDMORE, 1988).

Macarini (2006) destaca que naquele momento teve início um período inequivocamente marcado pela heterodoxia na condução da política econômica através do objetivo primordial de induzir a reativação da economia. Prado e Earp (2007) apontam que havia uma preocupação com a retomada do crescimento econômico diante das condições políticas do país. Assim, o objetivo econômico da nova administração “foi a estabilização do crescimento industrial em torno de sua tendência de longo prazo, erradicando o *stop and go* responsável pelo fracasso em conciliar a desinflação progressiva com a retomada segura do desenvolvimento econômico” (MACARINI, 2006, p. 459).

Desse modo, o desempenho da economia brasileira melhorou, especialmente a indústria, a partir de dois setores centrais, a indústria automobilística e a indústria da construção civil, o que, por sua vez, influenciou positivamente outros setores industriais. Além disso, as exportações apresentaram um significativo crescimento enquanto que as reservas internacionais também se incrementaram (MACARINI, 2006). Nesse sentido, vale ressaltar as interfaces do desenvolvimento urbano-industrial no Brasil com as características do segundo Regime Alimentar (FRIEDMAN; MCMICHAEL, 1989) e seu projeto de modernização agrícola que possuía o intuito de produzir alimentos em grande escala e com baixo custo para aliviar a pressão sobre os baixos salários dos trabalhadores urbanos, bem

como oferecer mão-de-obra barata por meio do êxodo rural (KAGEYAMA *et al.*, 1996; MAZOYER, 2010; SKIDMORE, 1988).

O ano de 1968 é o do Ato Institucional nº 5, a partir do qual o regime assumiu seu formato mais autoritário (PRADO; EARP, 2007). Este decreto do presidente Costa e Silva, aprovado pelo Conselho de Segurança Nacional, permitiu ao Presidente da República decretar estado de sítio e fechar o Congresso Nacional (artigos 1º, 2º e 7º), determinando o domínio absoluto sobre os Estados da Federação (artigos 3º e 6º) e extinguindo vários direitos civis e políticos (artigos 4º, 5º e 8º), especialmente o *habeas corpus* (artigo 10º). O AI-5 garantiu a impunidade dos agentes da repressão, criou o terrorismo de Estado e aumentou a censura aos meios de comunicação e a caça às atividades consideradas subversivas² (TELES, 2010).

Em 1969, após um período de aproximadamente dois meses de uma Junta Governativa provisória, foi empossado o terceiro presidente do regime militar, o general Emilio Garrastazu Médici, o qual assumiu a busca pelo “desenvolvimento pleno” por meio do projeto ‘Brasil Grande Potência’ e inseriu o país na rota do crescimento econômico acelerado. O ‘milagre brasileiro’ se caracterizou pela retomada de investimentos de capitais estrangeiros no país e o desenvolvimento de empresas estatais de base (como dos setores petroquímico, energia, siderurgia) e de grandes obras de infraestrutura (como a rodovia Transamazônica e a ponte Rio-Niterói), as quais foram responsáveis pela geração de milhares de empregos (PRADO; EARP, 2007; LINHA..., 2014).

De acordo com Macarini (2011), o “milagre” resultou no seguinte quadro em 1973: crescimento do PIB da ordem de 14% (enquanto o PIB mundial crescia 6,1% e a América Latina 8,4%), crescimento do produto industrial de 17% (16,6% no caso da indústria de transformação), e o indicador de utilização de capacidade na indústria alcançou um pico de 90% (87% em 1972). De forma paradoxal, essa política econômica perdeu o controle da situação diante do crescimento significativo do endividamento externo, uma desaceleração do crédito e tensões inflacionárias que se tornariam crônicas na economia brasileira, assim como a forte concentração de renda (PRADO; EARP, 2007; MACARINI, 2006).³

² Naquele ano foram aposentados compulsoriamente vários professores da USP, dentre eles importantes cientistas sociais críticos como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (LINHA..., 2014).

³ Estudos demonstravam que a distribuição de renda piorara, o que ocasionou a crítica pública do então presidente do Banco Mundial Robert McNamara e gerou sérios constrangimentos ao governo militar. Uma publicação satiricamente caracterizou a política governamental como “Belíndia”, a crítica era que o Brasil seria uma enorme Índia, país superpopuloso e pobre, que continha uma Bélgica, um país pequeno e rico (PRADO; EARP, 2007).

Durante o governo de Médici, a resistência ao regime militar se acentuou e, *pari passu*, a ditadura ampliou as ações de repressão, aniquilando uma série de movimentos e líderes opositores. Nesse momento cresceram as organizações de luta armada, os assaltos a bancos, roubos de armas e deserção de militares favoráveis aos guerrilheiros. As guerrilhas urbanas também foram formas de resistência que se ampliaram, destacaram-se dois importantes militantes políticos que pensaram essa tática de combate ao regime militar: Carlos Marighella da Ação Libertadora Nacional (ALN) e Carlos Lamarca da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ambos foram assassinados pelo regime no período do governo Médici, respectivamente nos anos 1969 e 1971. Vale destacar também o papel desempenhado por estudantes, intelectuais, artistas, políticos de esquerda e setores progressistas da Igreja como importantes atores de resistência ao regime militar (PRADO; EARP, 2007).

Em 15 de março de 1974 teve início o quarto governo do regime militar, representado pelo general Ernesto Geisel. Pertencente à linha moderada das forças armadas, Geisel concebia o regime militar como transitório para assegurar o liberalismo no país. Sua administração foi marcada, desde o início, pelo processo denominado pelo próprio presidente de ‘distensão lenta, segura e gradual’ com vistas à reimplantação do sistema democrático no país. Isso não significou o fim dos confrontos entre o regime repressor e os seus opositores, dado que o binômio desenvolvimento e segurança foi mantido em seu governo. A rigor, a repressão contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se intensificou e o grau de violência da ditadura atingiu um nível tão elevado que gerou divergências dentro do próprio campo militar, perdendo apoio até mesmo dentro das Forças Armadas. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog se tornou um divisor de águas e as mobilizações que se seguiram marcaram o início do processo de declínio da ditadura militar, com destaque para as manifestações estudantis e as greves operárias do ABC Paulista, na qual emerge a liderança do então sindicalista Luiz Inácio (Lula) da Silva. A revogação do AI-5 em outubro de 1978 por Geisel (que terminará oficialmente em 31 de dezembro de 1978) foi um momento de grande simbolismo para o processo de redemocratização do país (LINHA..., 2014; MACARINI, 2011).

No campo econômico, as principais metas de Geisel foram estabelecidas no II Plano Nacional do Desenvolvimento (PND), que priorizava investimentos no setor energético e indústrias básicas, em face da crise internacional do Petróleo de 1973. Sua política econômica acarretou em alta da inflação, desequilíbrio da balança de pagamentos e do aumento da dívida externa. Macarini (2011) destaca que esse período representou o encerramento do ciclo longo

desenvolvimentista e o trânsito para a estagnação das três décadas seguintes. Ao refletir sobre os governos de Médici e Geisel, o autor aponta que,

Ambas as administrações foram marcadas por alimentarem o “sonho” de “grandeza” associado ao crescimento acelerado – mas, enquanto a primeira o fez brandindo um pretenso novo modelo de desenvolvimento (“agrícola-exportador”), a segunda lançou o ambicioso II PND alicerçado na recuperação (pelo menos formal) do modelo de substituição de importações (MACARINI, 2011, p. 56).

O quinto e último governo militar iniciou em março de 1979 com a posse do general João Batista Figueiredo⁴ eleito indiretamente em outubro de 1978. Em agosto de 1979, após intensas negociações com a oposição e movimentos da sociedade civil⁵, foi sancionada a Lei da Anistia (que venceu por uma mínima margem de votos no Congresso) e perdoava os crimes de agentes do Estado e de opositores do regime, permitindo assim o início do retorno dos exilados políticos. Em 1980, foi aprovado o restabelecimento das eleições diretas para governador e prefeitos, com validade a partir de 1982, o movimento sindical ganhou força e intelectuais de esquerda, religiosos e metalúrgicos criaram o Partido dos Trabalhadores (PT) no ABC paulista - representando o início do pluripartidarismo (SKIDMORE, 1988; TEIXEIRA DA SILVA, 2007).

O bom desempenho da oposição nas eleições de 1982 representou a queda de prestígio dos militares entre os eleitores brasileiros. Nesse período, duas forças antagônicas se expressam: uma representada pelos militares ‘linha dura’ que estavam descontentes com o processo de transição para a democracia e executaram atos terroristas para desestabilizar o governo; e outra representada pela sociedade civil que realizou dezenas de comícios no país para reivindicar a aprovação da emenda que restabeleceria eleições diretas para presidente, no movimento que ficou conhecido como ‘Diretas Já’. No entanto, diante de manobras do regime militar, a emenda constitucional ‘Dante de Oliveira’ (que visava estabelecer as eleições diretas) não foi aprovada em 1984 e o governo seguinte foi indicado de forma indireta pelo Colégio Eleitoral em janeiro de 1985 (TEIXEIRA DA SILVA, 2007).

O último governo militar herdou a crise econômica gerada pelos projetos de grandeza e crescimento acelerado dos governos militares anteriores e que foi potencializada pelas crises

⁴ Figueiredo havia sido chefe do gabinete militar do governo Médici e chefe do SNI no governo Geisel (LINHA..., 2014).

⁵ De acordo com Teixeira da Silva (2007), o final dos anos 1970 e início dos 1980 representaram um intenso processo de redemocratização na América Latina, muito influenciado pelo contexto internacional e a ascensão de Jimmy Carter à presidência estadunidense e que se posicionava em favor dos direitos humanos, após a mudança da política externa em razão da derrota da Guerra do Vietnã.

econômicas internacionais – em especial o segundo choque do petróleo de 1979. Tal contexto acarretou na contínua busca de empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o que por sua vez gerou a crise da dívida externa. Diante da iminente recessão, o poder e a legitimidade dos militares estavam abalados e a maioria da opinião pública voltou-se contra o regime militar. O próprio empresariado (em consonância com a insatisfação dos bancos internacionais), apoiador histórico dos militares, endossou as contestações às políticas econômicas adotadas, configurando uma fissura da base de sustentação da ditadura. Assim, em janeiro de 1985, o Congresso elegeu um civil para a Presidência: o opositor moderado Tancredo Neves, encerrando os 21 anos de ditadura civil-militar no Brasil (MACARINI, 2008 E 2011; TEIXEIRA DA SILVA, 2007).

Em síntese, através da implantação por vias autoritárias de um projeto de modernização, o país foi inserido em um novo patamar do desenvolvimento do capitalismo sem, no entanto, levar em consideração os valores democráticos. A ditadura comandada pelas forças militares em aliança com as forças civis conservadoras anticomunistas, instaurou um Estado de exceção, discricionário, autoritário, arbitrário e excludente e institucionalizou a violência e a tortura. Isso gerou um enorme contingente de perseguidos, presos, torturados, exilados e mortos (REIS, 2014; DELGADO, 2012b).

Além da face autoritária, o regime militar transformou o panorama econômico do país ao buscar equilibrar as principais variáveis macroeconômicas durante os primeiros anos da ditadura, especialmente a inflação, a balança de pagamentos e o nível de emprego (MACARINI 2006; 2011). Entretanto, o projeto de grande potência e crescimento econômico acelerado associado à um modelo nacional-desenvolvimentista levaram ao país um descontrole dessas variáveis, associados à crescente dívida externa. Além disso, o país foi aberto ao capital estrangeiro. Os EUA assumiram muito mais que o papel de maior investidor estrangeiro. Diante do contexto da guerra fria, a aliança com os países latinoamericanos constituiu um componente ideológico central para a manutenção de um domínio regional conforme as teses do segundo Regime Alimentar (FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989).

3.1.2 O primeiro ciclo da democracia brasileira pós-ditadura (1985-2002)

A eleição de Tancredo Neves marca o início da Nova República com o retorno de um presidente civil, ainda que eleito de forma indireta. No entanto, por conta dos problemas de saúde de Tancredo, o vice-presidente José Sarney assumiu interinamente a presidência em 15

de março de 1985. Com a morte de Tancredo, em 21 de abril do mesmo ano, Sarney assumiu definitivamente como presidente da república. Seu governo se iniciou em meio a uma grave crise econômica e social herdada do regime militar, sem um plano de governo e com sério déficit de legitimidade, na medida em que assumia sem o respaldo das urnas e com um histórico marcado por anos de vínculos com os militares (foi presidente da Arena e do Partido Democrático Social/PDS). Assim, pode-se dizer que seu nome representou uma transição conservadora e pactuada com a ditadura (TEIXEIRA DA SILVA, 2007; SKIDMORE, 1988).

Um dos principais desafios do novo governo era a reconstrução da democracia. Nesta perspectiva, em substituição à constituição adotada pelo regime militar em 1967, no ano de 1987 formou-se uma Assembleia Constituinte, a qual promulgou uma nova Constituição em 5 de outubro de 1988, a chamada ‘Constituição Cidadã’ (TEIXEIRA DA SILVA, 2007; KINZO, 2001). A nova Carta acabou com a censura e criminalizou a tortura, estabeleceu eleições diretas em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos, adotou o presidencialismo como forma de governo e ampliou o mandato de José Sarney de quatro para cinco anos, afirmou a independência dos três poderes, restringiu a atuação das forças armadas, estendeu o voto aos analfabetos e maiores de 16 anos, universalizou o direito de greve, entre diversas outras garantias civis, sociais e trabalhistas. Mercadante Oliva (2010) destaca que a Constituição de 1988 foi a responsável pela retomada do processo de consolidação do sistema de proteção social nas áreas clássicas do Estado de Bem-Estar Social (educação, saúde, previdência e assistência social).

O segundo grande desafio era enfrentar a crise inflacionária que, em 1985, havia chegado em 285% a.a. Em março de 1986 foi realizada uma reforma monetária que ficou conhecida como Plano Cruzado, cujas principais medidas eram: congelamento de preços; substituição da moeda corrente do país, do cruzeiro para o cruzado; gatilho salarial de 8%, uma medida de aumento dos salários toda vez que a inflação atingisse 20% ao mês e o incentivo à produção em detrimento da especulação financeira. Apesar de um aparente sucesso inicial de seus resultados, os efeitos negativos logo se expressaram, acarretando em uma drástica queda das reservas cambiais, suspendendo os pagamentos dos juros da dívida externa aos bancos privados. Frente a esta situação, novos planos econômicos (Plano Cruzado II em 1986, Plano Bresser em 1987, Plano Verão em 1989) foram experimentados, mas todos fracassaram e a inflação ultrapassou a ordem de 1000% a.a., assumindo a característica de hiperinflação (MACARINI, 2009). Ao fim e ao cabo, o governo Sarney (1985-1990) ficou marcado na história da República brasileira como o governo da “década perdida”, em

decorrência do inexpressivo crescimento econômico do período, além de uma diminuição dos investimentos públicos e retração da iniciativa privada, rompendo com uma trajetória desenvolvimentista de 50 anos de crescimento e industrialização substitutiva de importações (ESCHER, 2016).

Em 1989 foram realizadas as primeiras eleições diretas para presidente da República após 29 anos de ditadura e eleições indiretas. Marcado por uma pulverização das candidaturas e propostas, o pleito foi vencido por Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Logo no início de seu governo, em 1990, sua primeira medida foi o bombástico confisco das cadernetas de poupança, contas correntes e aplicações financeiras. Sua agenda programática neoliberal, por meio de ajustes econômicos, visava a abertura comercial, enxugamento do Estado e a privatização de empresas estatais (SANTANA, 2007). Mercadante Oliva (2010) destaca que, a partir de 1990, teve início a opção tardia do Brasil pelo neoliberalismo, onde o paradigma do ‘Estado Mínimo’ assume centralidade.

Em 1992, diante de denúncias de esquemas de corrupção, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que recomendou o afastamento do presidente Collor de Mello, o que foi respaldado por intenso apoio popular. Verificando a falta de apoio político na luta contra o processo de impeachment, Collor renunciou à presidência da República em 29 de dezembro de 1992, sendo substituído por seu vice-presidente Itamar Franco, do PMDB. Em 1993, este lançou Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para ministro da Economia, o qual assumiu a liderança do Plano Real, cujos objetivos centrais foram o combate à inflação, a estabilização da moeda, a redução dos gastos públicos e a intensificação do processo de privatizações. Os resultados satisfatórios do Plano Real, especialmente com a estabilidade econômica e crescimento econômico, permitiram ao FHC se eleger no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994 (SANTANA, 2007).

FHC assumiu a presidência com a insígnia ‘o fim da era Vargas’ e seu modelo nacional-desenvolvimentista. Seus maiores desafios estavam na manutenção da estabilidade econômica gerada pelo Plano Real e a retomada do crescimento econômico. Sua plataforma de governo se assentava nas linhas gerais preconizadas pelo chamado Consenso de Washington e a condução ortodoxa da política econômica (juros altos, contenção de gastos correntes, sistemas de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante). Assim, temas como reforma administrativa e previdenciária, desregulamentação de mercados, flexibilização das regras de contratação de mão-de-obra e fim do monopólio estatal nas áreas

de siderurgia, energia elétrica e telecomunicações, se tornaram cotidiano da população (SANTANA, 2007; TEIXEIRA; PINTO, 2012).

O governo FHC aprofundou a abertura comercial – por meio da eliminação de alíquotas de importação, redução nas barreiras não-tarifárias, cortes de subsídios, incentivos à exportação de manufaturas, dentre outras ações, que significaram uma inserção subordinada na economia mundial – e liderou um conjunto de mudanças de maior alcance que incluiu privatizações de empresas estatais e serviços públicos, transferências patrimoniais e criação de agências de regulação setoriais. Destaca-se que estas privatizações ocorreram em ramos industriais (siderurgia, mineração, petroquímica, fertilizantes, aeronáutica) e em serviços (geração e distribuição de energia, transportes, telecomunicações, portos e setor bancário) absolutamente estratégicos. Como consequência, sua gestão fez jus ao discurso de ‘choque de eficiência’ da agenda programática neoliberal e incrementou a reestruturação das empresas e a incorporação de novos padrões produtivos, dificultando a ação sindical, na medida em que isso acarretou em um crescimento da informalidade no mercado de trabalho, acompanhado pelo crescimento da flexibilização e precarização das relações de trabalho (SANTANA, 2007; ESCHER, 2016; TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Escher (2016) aponta que foi nos anos 1990 que o Brasil realizou sua inserção subordinada no ‘Consenso de Washington’, de modo que a desejada democratização política convergiu com a predatória liberalização econômica, criando uma coalizão neoliberal entre as frações dominantes da elite. Mercadante Oliva (2010) chama a atenção que esse processo conduziu à uma exacerbação da histórica privatização ou colonização do Estado por parte de interesses privados, muitas vezes ideologicamente confundidos com tendências anônimas e forças impessoais do “mercado internacional”, conforme apregoa o *mainstream* da teoria econômica (HODGSON, 2017). Por sua vez, isso impediu a constituição de um projeto de nação, diante da ‘ação racional’ do mercado⁶ e que eliminaria a capacidade de planejamento e intervenção do Estado na atividade econômica (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

Em 1998 foi aprovada no Senado a emenda que permitia a reeleição para mandatos do Executivo nos âmbitos federal, estadual e municipal, possibilitando a recondução do mesmo grupo político de forma consecutiva. Assim, um ano depois, a coalizão representada por FHC iniciou sua segunda gestão, mantendo a agenda neoliberal, mas já sentindo os efeitos de crises

⁶ Teixeira e Pinto (2012) destacam que foi o Governo de FHC que consolidou a falsa visão, difundida pela teoria econômica ortodoxa, de que a condução política macroeconômica era uma questão técnica, isolada dos debates políticos.

econômicas. Teixeira e Pinto (2012) apontam que as reformas liberalizantes de FHC conduziram à dependência financeira externa e à instabilidade macroeconômica permanente, diante de fluxos internacionais de capitais cada vez mais voláteis – representando a financeirização destacada no regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016; ESCHER, 2016). Esse quadro ficou explícito em 2002, quando a inflação anual atingiu dois dígitos, a taxa de desemprego alcançou 9,4% e o endividamento externo junto ao FMI foi da ordem de 30 bilhões de dólares. Tal cenário possibilitou a vitória da oposição representada pelo PT nas eleições em 2002.

3.1.3 A ascensão e crise do PT (2003-2018)

A vitória da aliança comandada pelo PT após três tentativas seguidas (1989, 1994 e 1998), inaugurou uma nova fase do período democrático brasileiro. Sua plataforma de governo teve por base resgatar as dívidas sociais fundamentais que o país tem com a grande maioria do povo brasileiro. Desse modo, suas ações se expressaram em políticas tais como: valorização do salário mínimo; redução do desemprego; aumento da formalização do trabalho; programas sociais de transferência de renda e combate à pobreza extrema; crescimento da oferta de crédito ao consumo, promovendo uma dinâmica de crescimento econômico baseada na expansão do mercado interno de consumo de massa (ESCHER, 2016; MERCADANTE OLIVA, 2010). Essas políticas sociais foram combinadas com elementos da ortodoxia econômica (TEIXEIRA; PINTO, 2012; FONSECA, 2015), especialmente da estabilidade dos indicadores macroeconômicos.

A partir desse período, alguns autores consideram que se inicia um novo modelo de desenvolvimento que difere do ideário neoliberal, por meio de um novo padrão histórico, mas que gera dúvidas na literatura se representa um retorno ao modelo nacional-desenvolvimentista ou se apresentaria diferenças em relação ao mesmo. O termo ‘novo desenvolvimentismo’ começa a ser empregado para uma transição que não está claramente definida e tampouco é consensual entre os pesquisadores (SAMPAIO JUNIOR, 2012). Diniz (2009) aponta que o papel do Estado se transforma em regulador, indutor e coordenador das atividades econômicas, o que difere das teses desenvolvimentistas (modelo estatista-protetionista) e neoliberal (modelo estatal mínimo regulada pelas leis do livre-mercado). Assim, apesar da continuidade no âmbito da estabilização monetária e disciplina fiscal, há uma série de diferenças (e descontinuidades) entre o Governo Lula e o Governo FHC,

sobretudo na ênfase das políticas sociais, na inserção mais assertiva no quadro internacional, bem como em importantes políticas industriais e de comércio exterior. A autora destaca que, fundamentalmente, há três aspectos centrais que se diferenciam ao período de FHC: o social, o institucional e a busca pela maior autonomia na condução da política nacional.

Entre 2003 e 2010, o Brasil atravessou o seu maior ciclo de crescimento dos trinta anos anteriores. O PIB cresceu 4,1% ao ano, quase o dobro do observado entre 1980 e 2002 (2,4% ao ano). Os resultados macroeconômicos (setor externo, nível de atividade, inflação, emprego e renda e finanças públicas) dos dois governos Lula foram melhores do que os do seu antecessor FHC. Além disso, as contas externas da economia brasileira nesse período apresentaram resultados muito positivos expressos nos superávits do balanço de pagamentos entre 2003 e 2010 (US\$231,8 bilhões no acumulado), o que permitiu ao governo saldar os empréstimos com o FMI, diminuir o endividamento público externo e acumular reservas.

Também foi durante o governo de Lula que as reservas petrolíferas do pré-sal foram descobertas e o país alcançou o chamado “grau de investimento” das agências de classificação de risco, o que colocou o Brasil entre os destinos recomendados para investimento estrangeiro (sobretudo financeiro). Esse bom desempenho do país esteve diretamente associado com uma fase positiva da economia global, que se caracterizou por (TEIXEIRA; PINTO, 2012):

- a) crescimento mundial até a crise de 2008;
- b) ampla liquidez dos mercados financeiros; e
- c) elevação dos preços internacionais das commodities e queda dos preços das manufaturas decorrente do efeito direto e indireto da China.

Assim, Lula terminou seu segundo mandato (2006-2010) com mais de 80% de aprovação, o que acarretou na vitória de sua sucessora em 2009. Dilma Rousseff se tornou a primeira mulher presidenta da República.

Em seu primeiro mandato (2010-2014), Dilma Rouseff deu continuidade ao novo desenvolvimentismo inaugurado por Lula, que tinha como eixo estruturante políticas de distribuição de renda, inclusão social e grandes obras de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entretanto, seu governo sofreu com os efeitos econômicos da crise financeira internacional, o que gerou fissuras no bloco de poder ‘bancário-financeiro’ (TEIXEIRA; PINTO, 2012)⁷. Os protestos em massa de junho de 2013 geraram um

⁷ A redução dos juros adotada pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica e o discurso contundente da presidenta Dilma Rousseff no dia 1º de maio de 2012, cobrando mudanças dos bancos privados em relação aos seus elevados juros e *spreads*, sinalizaram mudanças nas relações entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro (TEIXEIRA; PINTO, 2012).

imprevisível quadro de fragmentação das demandas sociais, representando o fim do ciclo político de conciliação de classes (MANCEBO, 2017) e a fratura da frente política do neodesenvolvimentismo⁸ (ALVES, 2016). Ainda sob os louros da era lulista, muito centrada na mistificação do presidente operário, ocorreu a reeleição de Dilma Roussef em 2014⁹.

Em 2015, Dilma Roussef iniciou seu segundo mandato. Com uma plataforma governamental distinta da gestão anterior, diferente de seu plano de governo vencedor das eleições, resgatou elementos da ortodoxia econômica (ajuste fiscal) e permitiu o crescimento de representações conservadoras em sua coalizão (bancada evangélica e ruralista). Teixeira e Pinto (2012) destacam que o modelo novo-desenvolvimentista adotado a partir de Lula parece ter chegado à um limite, na medida em que o crescimento do consumo não esteve vinculado ao crescimento da indústria nacional. Tal fenômeno, conhecido como desindustrialização, aumentou a dependência das cadeias produtivas asiáticas de produtos manufaturados, ao mesmo tempo em que reprimarizou a pauta exportadora, com o grande destaque para o complexo soja-carne exportada para a China (ESCHER, 2016; OLIVEIRA; HECHT, 2016).

Ban (2013) aponta que, entre 2003 e 2016, o Brasil desenvolveu uma espécie de modelo híbrido de desenvolvimento, que combina elementos do desenvolvimentismo e elementos do neoliberalismo, cujo autor classifica como ‘liberal-neodesenvolvimentismo’. O que se viu ao longo das gestões petistas foi uma combinação de políticas macroeconômicas visando a estabilização monetária com reformas estruturais liberalizantes, iniciadas no período FHC, e que enfrentaram o quadro de inflação crônica do país e de certa forma contribuíram para a modernização de sua estrutura produtiva. Concomitantemente, políticas sociais gradativas acarretaram em resultados não desprezíveis de diminuição da pobreza e pequenos avanços na distribuição de renda (FONSECA, 2015).

Não obstante, um aspecto importante a se ressaltar é que, diferentemente dos governos de Lula, que gozou de uma alta internacional nos preços das principais commodities da pauta exportadora do Brasil (como o petróleo, soja e minério de ferro), o segundo governo de Dilma testemunhou uma crise internacional nos preços desses produtos, o que reduziu o poder

⁸ Alves (2016) aponta que a partir de 2013 se dá a disputa intraclasse da burguesia, com camadas e frações de classe disputando não apenas os recursos do Estado brasileiro, mas definindo projetos de desenvolvimento do capitalismo para o Brasil de acordo com as disputas geopolíticas que ocorrem no palco histórico do sistema-mundo do capitalismo global.

⁹ 2014 foi o ano em que o Brasil sediou a Copa do Mundo, um dos maiores eventos esportivos do mundo. Ademais da derrota vexatória da seleção brasileira para a seleção alemã por 7 x 1, a Copa do Mundo também sofreu duras críticas da má condução e excesso dos investimentos públicos para a construção e reforma dos estádios em detrimento de investimentos essenciais na área de educação, saúde e segurança. A presidenta Dilma foi hostilizada durante a abertura do evento refletindo os ânimos da política nacional (nota do autor).

multiplicador das políticas sociais de transferência de renda e aumento do salário mínimo, gerando recessão no país e afetando a política econômica como um todo. Além disso, houve uma série de medidas econômicas controversas que Gonçalves (2017) denomina de ‘falhas nacionais’. Como exemplo cita-se o aumento da dívida pública, excesso de desonerações empresariais, problemas na execução nas obras de infraestrutura do PAC, subsídios nas tarifas de serviços públicos, o que em última instância contribuiu para o crescimento da inflação.

Importante destacar que todo o segundo mandato de Dilma Roussef foi marcado por uma postura agressiva e irresponsável da oposição e da grande mídia que, associado com a falta de competência política do governo em gerenciar as crises econômicas e políticas (as ‘pautas bombas’ encabeçadas pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha), acarretou na desintegração da base governista no Congresso Nacional. Adicionalmente, o governo petista sofria uma pressão política muito forte diante dos graves casos de corrupção desvendados pela ‘Operação Lava Jato’, a qual recebeu amplo apoio midiático, da classe média e dos setores oposicionistas. Nesse contexto de crise política e econômica, o segundo mandato foi interrompido em agosto de 2016 com o impeachment da presidenta eleita, também denominado de ruptura institucional e/ou golpe jurídico-midiático. A razão oficial de seu impedimento como mandatária foram as chamadas "pedaladas fiscais" e a assinatura de decretos de suplementação orçamentária sem a autorização do Congresso (SOUZA, 2017; MANCEBO, 2017).

Com a polêmica deposição de Dilma Roussef, assumiu o vice-presidente Michel Temer do PMDB. Além de ser a terceira vez que um vice-presidente do PMDB assume a presidência da república desde a redemocratização do país, a legitimidade de Michel Temer foi questionada desde o início de sua gestão por três questões centrais:

- a) foi um dos articuladores centrais da deposição da presidenta eleita;
- b) mudou radicalmente a direção da plataforma neodesenvolvimentista inaugurada na era Lula e adotou a plataforma neoliberal derrotada nas urnas em 2014, sendo a PEC 55, que congela os gastos com saúde e educação por vinte anos, uma das maiores expressões perversas desse modelo; e
- c) ele e seu partido estavam profundamente envolvidos nos maiores casos de corrupção desvendados pela Operação Lava Jato e outras operações com menor poder midiático (SOUZA, 2017).

Finalmente, as eleições de 2018 chegaram e o país se dividiu de forma contundente. Como consequência da operação Lava-Jato, a candidatura de Lula a um terceiro mandato foi

impugnada e o presidente foi mantido em cárcere depois de um conturbado e polêmico processo judicial que se deu em uma velocidade jamais vista na justiça brasileira. De certo modo, esse processo resultou em uma criminalização da esquerda brasileira, especialmente do PT. Bolsonaro, candidato de extrema-direita *'outsider'* dos grandes partidos políticos, capitalizou o sentimento da população de descrença na política e desbancou partidos da direita tradicional, como o PSDB e PMDB. Por meio de discursos embrutecedores de ódio, nenhuma proposta política concreta, nem debates com adversários e um arrojado sistema de propagação de *'fake news'*, conseguiu vencer em segundo turno o candidato do PT, Fernando Haddad. A partir de 2019, novas coalizões passaram a ser constituídas, mas este novo período não será analisado nesta tese.

3.2 O LUGAR DA AGRICULTURA NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA BRASILEIRA

Para compreender o que ocorre com a agricultura brasileira após o Golpe Militar de 1964, faz-se necessário um breve resgate dos principais elementos que a caracterizavam até então. A agricultura brasileira foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia com suas três grandes características: a grande propriedade, monoculturas de exportação e escravatura (LAMARCHE, 1993). O principal modo de organização no campo era o modelo de *plantation* colonial, o qual proporcionou a sucessão dos ciclos econômicos de commodities de exportação: minério, cana-de-açúcar, algodão, borracha, café e cacau (FURTADO, 1987).

Por conta de sua formação econômica, a agricultura brasileira se desenvolveu de forma dual (RANGEL, 1981). De um lado, o modelo da grande propriedade (latifúndio), monocultura de commodities voltada para exportação, com alto impacto ambiental e com o subemprego dos trabalhadores do campo. De outro lado, dentro da grande propriedade ou nas suas franjas, foram desenvolvidos diferentes estilos de agricultura doméstica representando uma heterogeneidade de sistemas agrários (MAZOYER, 2010) que desenvolviam economias de subsistência subservientes ao modelo da grande propriedade (FURTADO, 1987).

A base de sustentação da economia nacional foi o latifúndio exportador, o qual ditou o padrão de acumulação econômica e as formas de dominação política no país: clientelismo, coronelismo, patriarcalismo e mandonismo. A heterogeneidade da pequena agricultura envolvia grupos indígenas, comunidades negras libertas e inúmeras colônias de imigrantes europeus de diferentes nacionalidades, que se utilizavam de suas pequenas produções

baseadas no minifúndio, diversificado e com objetivo principal de autoconsumo, tendo a relação não capitalista como principal relação de trabalho, sobretudo, a mão de obra familiar (LAMARCHE, 1993; FURTADO, 1987; MATTEI, 2014; QUIJANO, 1967). De acordo com Niederle e Wesz Junior (2018), as características do latifúndio durante o primeiro regime alimentar global (1870-1920) são condizentes com o tipo de capitalismo colonial-mercantilista que marcou a economia agrária brasileira, embora não fossem desprezíveis as atividades econômicas do mercado interno desenvolvidas fora dos latifúndios.

De 1850¹⁰ a 1960, a indústria nacional foi criada e se consolidou com a formação dos mercados nacionais para os produtos agrícolas e para a força de trabalho, principalmente em função do desenvolvimento do setor agrícola cafeeiro, que permitiu a constituição de uma indústria de base, por meio das transferências financeiras e da importação de bens de capital e insumos, que acarretou no início da industrialização da agricultura brasileira. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e o início de sua plataforma nacional-desenvolvimentista, houve a contraposição parcial dos interesses da oligarquia cafeeira e a nascente burguesia industrial, na medida em que o Estado assumiu a dianteira nos processos de urbanização, industrialização e modernização. Segundo Graziano da Silva (1985, p. 14), “Essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de penetração ou desenvolvimento do capital no campo”.

Entretanto, até meados da década de 1960, a tecnologia agrícola utilizada nos campos brasileiros ainda era bastante rudimentar (MARTINE, 1991) e a produção agrícola se concentrava em culturas de exportação, como o café e a cana-de-açúcar, e em culturas destinadas ao abastecimento interno, cultivadas normalmente com técnicas tradicionais (intensivas em mão-de-obra), de maneira que o crescimento da produção se dava apenas pela incorporação de novas terras (GONZALES; COSTA, 1998). O desabastecimento alimentar era uma das características daquele período, agudizadas pelas crises econômicas e o descontrole inflacionário. Vieira Filho e Fishlow (2017) destacam que, nesse período, o Brasil era um importador de alimentos, como o arroz, carne de gado e de frango, bem como a produção de soja tinha alcançado a produção de trigo, incentivada pela necessidade de farelo de soja como fonte de proteína vegetal na produção de carne de porco e de aves na região sul do país.

¹⁰ Delgado (2017) destaca que do regime fundiário colonial (das sesmarias) ao regime da Lei de Terras (1850) que instituiu o regime da propriedade privada, a história econômica e social do País ocorre por meio de forte conflito, principalmente contra as populações originárias.

Neste contexto, as condições de vida da maioria da população camponesa eram péssimas, caracterizadas pela miséria das condições humanas da vida à perversidade das relações de trabalho e relações de propriedade (DELGADO, 2001). Em um país com extrema concentração de terra e alta incidência de pobreza rural, os fenômenos da luta pela terra e do êxodo rural estavam diretamente associados. O Brasil vivia a transição de um país rural para urbano e as massivas migrações de trabalhadores nordestinos para o sudeste e em busca de novas oportunidades de vida se deu por meio dos caminhões pau-de-arara fugindo da fome e da seca.

De acordo com Filippi (2005), em fins do século XIX e início do século XX, os movimentos sociais rurais estavam vinculados ao messianismo, com destaque para Canudos e Contestado, bem como ao banditismo social, cujo o caso mais famoso são os cangaceiros liderados por Lampião. Vai ser nos anos 1958 que ocorre a fundação das Ligas Camponesas no Estado de Pernambuco, liderados por Francisco Julião, e que tinha como motivação inicial a emancipação dos pequenos agricultores do poder econômico do latifúndio e suas péssimas condições de trabalho. Com o avanço das lutas sociais das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MST) – movimento que se desenvolve no sul do país - a questão da reforma agrária ganha relevância e será uma das principais demandas das propostas de reforma de base de João Goulart – baseados nas teses da CEPAL –, o que, por sua vez, reforçou os setores conservadores a apoiar o Golpe Militar de 1964 diante do ‘perigo comunista’ (DELGADO, 2017; MATTEI, 2014).

3.2.1 A agricultura brasileira a partir do Golpe Militar de 1964

A partir do golpe de 1964 o debate político sobre a reforma agrária foi suprimido e os movimentos sociais perseguidos, dentre eles os movimentos camponeses. O pensamento conservador impôs o debate exclusivo em torno das questões relativas à oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior (MACARIN, 2006), omitindo as questões sobre a estrutura fundiária e as suas consequências para o país (DELGADO, 2005). Desse modo, a agricultura brasileira passou a implementar de forma mais decisiva um processo de modernização de sua base técnica mediante o financiamento do capital internacional (FILIPPI, 2005). Essa modernização pode ser caracterizada, grosso modo, na transformação de três conjuntos de fatores: relações de trabalho, através da nova divisão do trabalho dentro da família na agricultura; mecanização da

agricultura, acelerando a substituição da tração animal pela máquina mecânica operada pela força de trabalho humana; e internalização dos bens de capital, com a instalação da indústria de máquinas e equipamentos de produtos químicos, integrando definitivamente a agricultura à indústria (KAGEYAMA *et al.*, 1996).

A produtividade total da agropecuária cresceu e se diversificou – embora de forma desigual entre as regiões e produtores –, em grande parte devido às novas tecnologias e em função da incorporação de novas áreas com o avanço da fronteira agrícola. Isso acarretou em um significativo crescimento da contribuição da agropecuária para o PIB, por meio do aumento no volume e no valor da produção (BUANAIN *et al.*, 2014), não obstante a degradação sem precedentes das relações sociais e ambientais que tal projeto suscitou (DELGADO, 2001, 2017). Um indicador deste processo é o aumento do consumo intermediário (CI) da agricultura – definido como o valor adicionado bruto (VAB) de todos os insumos que entram no processo produtivo (exceto força de trabalho) no valor bruto da produção (VBP) total através de compras extra-setoriais, o qual passou de 13% em 1939 para 38,7% em 1980 (ESCHER, 2016).

Nesse período, determinadas commodities como a cana-de-açúcar, laranja, soja, milho, trigo, aves e suínos e fumo começam a apresentar um padrão crescente de integração à indústria, induzindo o movimento de agroindustrialização da agropecuária brasileira, apesar das disparidades e descompassos de outros setores como o café, a mandioca, as frutas ou o algodão (GONZALES; COSTA, 1998; NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018). Por sua vez, esse processo de integração criou poderosos monopólios ou oligopólios agroindustriais atrelados ao sistema financeiro, o qual subordinou a agricultura à lógica de curto prazo do capital financeiro (McMICHAEL, 2016; DELGADO; 2001; 2017).

Martine (1991) aponta que, no período de 1965 a 1979, ocorreu o salto de industrialização no país, no contexto do ‘milagre econômico brasileiro’. Nesse período, a ação estatal se deu através da implementação da chamada ‘revolução verde’, a qual se originou de acordos bilaterais entre os governos brasileiro e estadunidense, por intermédio da Fundação Rockefeller. De acordo com Vieira Filho e Fishlow (2017), o modelo de desenvolvimento da década de 1970 baseava-se no:

- a) farto crédito rural;
- b) elevado investimento em pesquisa agrícola;
- c) serviços de extensão rural generalizados; e
- d) terra barata e disponível.

Delgado (2001, p. 161) destaca que o pensamento funcionalista estadunidense importado para o Brasil considerava os seguintes papéis clássicos da agricultura para o desenvolvimento econômico:

[...] liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano estavam impregnadas na imaginação dos economistas conservadores da época, e também na de alguns críticos do sistema, de forma que somente se reconheceria problemas ou crise agrícola onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas [...] Atendidas as funções básicas imaginadas para uma agricultura genérica, sem pressões estruturais sobre o índice geral de preços, a balança comercial, e a produção industrial, não haveria por quê falar em crise do/no setor primário.

As condições que viabilizaram a revolução verde e a agricultura empresarial moderna com o padrão de competitividade internacional foram garantidas pelo capital financeiro internacional e pelo Estado brasileiro, mediante a articulação dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito público (DELGADO, 2017). Assim, o modelo difusionista estadunidense se consolidou por meio de políticas públicas e de programas de desenvolvimento que tinham como carro-chefe o crédito rural subsidiado do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a pesquisa agrícola (a Embrapa foi criada em 1973), a assistência técnica e a extensão rural.

Ao optar pela modernização conservadora o Estado brasileiro deixou à margem do acesso às políticas públicas todo o restante da agricultura não-empresarial e não alterou em nada o modelo extremamente concentrador de terras do país (MUÑOZ, 2007; PETERSEN, 2013; SAUER; BALESTRO, 2009), o qual expulsou do campo 27 milhões de pessoas (FILIPPI, 2005). Nesse sentido, Mattei (2012) aponta que, no que tange ao tema da estrutura agrária, os governos do regime militar se limitaram a implantar projetos de colonização agrícola, com o objetivo central de ocupar as fronteiras do país dentro de uma estratégia de segurança nacional.

Os anos 1980 representaram um período crítico para a manutenção do padrão de intervenção do Estado nas atividades econômicas. Martine (1991) sugere que esse período, que se estende de 1980 a 1984, se caracteriza por movimentos de crise e retração. A diminuição do ritmo de modernização da agricultura brasileira pode ser caracterizada pelo crédito rural retraído e o desmantelamento de políticas agrícolas, devido à crise da dívida externa brasileira e ao período de recessão econômica internacional (choques do Petróleo de 1973 e 1979). Esse contexto acarretou na retomada da aplicação da ortodoxia econômica pelo

regime militar, de maneira que a agricultura como um todo perdeu o tratamento diferencial que desfrutava (DELGADO, 2001; GONZALES; COSTA, 1998). Além disso, esse período proporcionou certa reabertura para o minifúndio, na medida em que a agricultura voltou a fazer um papel de biombo durante as crises econômicas, garantindo a sobrevivência de contingentes significativos da população, por meio das formas não capitalistas de produção ou menos organizadas da produção agrícola (MARTINE, 1991).

3.2.2 A agricultura brasileira a partir da Nova República

Com o fim do regime militar, os movimentos sociais voltaram a expressar suas demandas sem as perseguições da repressão, de maneira que o debate sobre a questão agrária voltou à tona. A discussão foi retomada no Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985 e ganhou espaço com a promulgação da chamada Constituição Cidadã de 1988, considerada um marco nas transformações da atuação do Estado brasileiro e que, dentre outros avanços, reconhece a função social da terra (DELGADO, 2005; MATTEI 2012; GRISA; SCHNEIDER, 2015). De acordo com Delgado (2012, p. 83-84),

Há no período posterior à Constituição de 1988 três vertentes de orientação político-normativa às políticas agrícola-agrária: a herança do projeto de “modernização conservadora” do período militar; a pressão neoliberal por desregulamentação, livre-comércio e estado mínimo; e a própria vertente normativa do texto constitucional, cuja novidade jurídica consiste em elevar à categoria de direito constitucional vários dos princípios de política agrária contidos no Estatuto da Terra, ignorados completamente pelo regime militar.

A tentativa de resgatar a reforma agrária na agenda política da Nova República foi derrotada pelas elites rurais (ESCHER, 2016; MATTEI, 2012) dado que, apesar da diminuição de seu poder econômico, as oligarquias jamais saíram da cena política brasileira. Apesar disso, o texto constitucional abriu uma janela de oportunidades para a transformação da ação do Estado Brasileiro. Grisa e Schneider (2015, p. 20) afirmam que, com a promulgação da Constituição de 1988,

[...] novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação social foram criados, novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, especialmente do meio rural .

A correlação de forças dos anos 1990 abandonou a estratégia de industrialização por substituição de importações (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017) e optou pelo ciclo econômico neoliberal, privatista e desregulamentador, o que exigiu um ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada, na qual à agricultura coube o papel de gerar crescentes saldos comerciais mediante a exportação de commodities (DELGADO, 2005; ESCHER, 2016). Martini (1991) destaca que o período de 1985 a 1990 foi caracterizado pela recuperação da produção agropecuária, com a recuperação dos salários e com a estabilidade econômica mínima, o que acarretou impactos positivos no mercado interno, possibilitando preços maiores dos produtos agrícolas. Por sua vez, Gonzales e Costa (1998) elencam que, apesar da crise e retração dos mecanismos de crédito rural desse período, a agricultura brasileira apresentou um crescimento favorável em função do aumento da produtividade dos fatores de produção que, dentre outros aspectos, se deu pela incorporação de tecnologia e redução dos custos de produção, a relativa capitalização do setor mediante as generosas modalidades do crédito rural, a contribuição da pesquisa¹¹ segmentada para as principais commodities, o papel da política cambial, a valorização do mercado interno e a contribuição da política de garantia de preços mínimos.

Estas ações criaram as bases para a consolidação dos Complexos Agroindustriais. Por meio da redução da produção de bens de consumo final pela agricultura e maior interdependência entre as atividades à montante e à jusante das cadeias produtivas, coube ao setor agropecuário a crescente produção especializada de matérias e bens intermediários, voltados à exportação, através da elevação da produtividade e uso intensivo de tecnologia (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017), surgindo daí uma nova modalidade de industrialização que se convencionou chamar de agronegócio. Niederle e Wesz Junior (2018, p. 75) destacam que, neste período, consolida-se uma “ordem industrial” no sistema agroalimentar, na medida em que,

Ao mesmo tempo em que a agricultura passou a abastecer as agroindústrias processadoras, a industrialização da agricultura fez com que as práticas agrícolas se transformassem de tal modo que se tornaria um ramo de produção similar a uma indústria, comprando insumos e produzindo matérias-primas para outros setores da economia.

¹¹ Vieira Filho e Fishlow (2017) apontam que a pesquisa voltada à agricultura nessa época, centrava-se em três aspectos: a) melhoria dos solos tropicais degradados; b) melhoramento de plantas e engenharia genética; e c) sistemas de manejo integrado.

No que tange à questão agrária, a agenda neoliberal não abriu quase nenhum espaço para ações nesse sentido. Como aponta Mattei (2012, p. 305),

Pode-se afirmar que, durante os governos Collor e Itamar (1990-1994), pouco se fez pela reforma agrária, sendo apenas regularizados os títulos de posse, implementados programas de arrendamento rural (uma versão piorada dos projetos de colonização dos governos militares) e executados alguns planos de assentamentos de trabalhadores rurais que atingiram menos de 10% das metas inicialmente previstas para o período.

Com a criação do Plano Real, as novas políticas econômicas apontaram para um movimento de ajuste ultraliberal ancorado no tripé câmbio sobrevalorizado, tarifas mitigadas e desregulamentação das políticas de fomento agrícola e industrial¹², o que promoveu a estabilização da economia, mas também uma queda generalizada da renda agrícola (DELGADO, 2005). Vieira Filho e Fishlow (2017) destacam que neste período o Brasil aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC) e tornou-se membro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), este criado em 1991 para promover o livre comércio entre economias latino-americanas (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). Os autores também destacam que,

Como o Plano Real baseou-se em um câmbio relativamente fixo (definido em torno de uma banda cambial), houve uma valorização da moeda nacional, o que estimulou as importações. Os benefícios das reformas internas foram sentidos no setor agropecuário por meio da liberalização comercial, da queda do preço de insumos agrícolas (produtos químicos, fertilizantes, tratores e máquinas), resultando em uma rápida modernização setorial. O governo reduziu a intervenção no mercado, tais como licenças de exportação, restrições quantitativas às exportações agroalimentares, controle de estoque de alimentos e política de preços mínimos. O controle estatal dos setores de trigo, açúcar e etanol também foi abolido (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017, p.75).

Durante os governos de FHC, os diagnósticos demonstraram que havia se instalado no país uma agricultura moderna, mas que convivia com uma grande parcela de pobreza, a qual se manifestava de forma aguda nas áreas urbanas e rurais. Assim, seria necessário expandir empregos dentro do sistema produtivo, buscando o resgate da cidadania no meio rural (VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017). Nesse contexto, Mattei (2012) destaca que o governo FHC tinha como discurso a criação de empregos produtivos e rentáveis para aqueles milhões de brasileiros que buscavam o seu sustento em áreas rurais. A grande novidade foi a inserção

¹² Em 1996, a promulgação da Lei Kandir desonerou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) na exportação de matérias-primas e manteve o ônus sobre produtos processados, melhorando a competitividade dos primeiros e rebaixando a dos segundos (ESCHER, 2016, p. 148).

de mecanismos de mercado para a questão fundiária, com destaque para os programas Banco da Terra e Cédula da Terra. Porém, a tendência de concentração fundiária no Brasil continuou, apesar do assentamento de famílias ter avançado um pouco mais em seu governo.

De forma concomitante, vale destacar que a noção de agricultura familiar como categoria política começou a emergir, legitimando uma série de lutas vinculadas ao movimento sindical rural que demandavam melhorias das condições de crédito, preços, formas de comercialização diferenciadas, bem como a implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural. Essas mobilizações culminaram com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, o primeiro programa de alcance nacional voltado ao financiamento dos pequenos agricultores (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Como desdobramentos desses processos, pode-se apontar dois eventos centrais para as transformações da noção de agricultura familiar no país:

- a) em 1999 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que institucionalizou dentro do Estado um espaço que pensava e executava estratégias de desenvolvimento rural na perspectiva dos pequenos agricultores; e
- b) a Lei da Agricultura Familiar de 2006, a qual reconheceu a Agricultura Familiar como categoria social, definindo sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas.

Assim, historicamente marginalizada pelo Estado brasileiro, a pequena agricultura começou a ser inserida na dinâmica estatal de forma lenta e gradual e as políticas públicas começaram a diversificar o enfoque produtivista agrícola por meio da combinação de estratégias de desenvolvimento rural envolvendo temas como políticas de segurança alimentar, combate às formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio as populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos) e ações de desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2010; MATTEI, 2006, 2012; GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Nos anos 2000 consolidou-se um padrão de acumulação de capital baseado no *boom* das commodities e na valorização do preço da terra, sustentado na aliança entre a grande propriedade fundiária e os complexos agroindustriais internacionalizados e afiançados pelas políticas financeiras – o que Delgado (2012) vai denominar de ‘economia do agronegócio’¹³,

¹³ Enquanto que em 1990, seis das dez maiores empresas de alimentos que atuavam no Brasil eram controladas por capital nacional, atualmente essa proporção se inverteu. Mesmo assim, paralelamente, houve um processo de expansão de empresas brasileiras (como a JBS, Marfrig, BRF, Camil e Amaggi) (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018, p. 45).

e que McMichael (2016) define como regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016). A balança comercial brasileira atingiu recordes históricos de superávits comerciais, principalmente relacionados à contribuição da agricultura (BUAINAIN *et al.*, 2014). Como destaca Escher (2016, p. 80), entre 2000 e 2010, o Brasil obteve déficits de U\$ 123 bilhões em produtos de alta tecnologia e de U\$ 137,3 bilhões em média tecnologia, mas superávits comerciais de U\$ 72 bilhões em baixa tecnologia, de U\$ 295,7 bilhões em manufaturas baseadas em recursos naturais e de U\$ 177,6 bilhões em produtos primários.

Entretanto, o Brasil consolidou uma trajetória de especialização regressiva e desindustrialização diante da falta de mudanças estruturais e macroeconômicas. O maior exemplo disso ocorre pelo significativo crescimento do complexo soja-carne, desenvolvido em relação com a China¹⁴, que exigiu crescentes demandas de matérias-primas, alimentos e energia em um período de elevados preços para exportação. Esse processo tem se expressado na continuidade do crescimento expressivo da soja para áreas novas e/ou inexploradas, como a região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e o aprofundamento do processo de ‘acumulação por espoliação’ (HARVEY, 2013; ESCHER, 2016; DELGADO, 2012; NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018; VIEIRA FILHO; FISHLOW, 2017).

3.2.3 A agricultura brasileira a partir dos governos do PT

A partir dos governos petistas, a dinâmica da economia da agricultura industrial foi aprofundada, mas, ao mesmo tempo, ampliaram-se os espaços ao segmento da agricultura familiar. Tais transformações representam a diferenciação do papel do Estado em relação ao seu período neoliberal. Segundo Fernandes (2015), enquanto no período desenvolvimentista o Estado centralizava toda ação; no período novo desenvolvimentista as partes interessadas (ou *stakeholders*) como as corporações, as organizações e os movimentos socioterritoriais têm participado cada vez mais na formulação de políticas públicas. Este elemento é central pois, a partir do governo Lula, os movimentos sociais se inserem diretamente nas fases de concepção e execução das políticas públicas voltadas aos pequenos agricultores. Tal fato caracteriza a permeabilidade e a proximidade entre o Estado e a Sociedade Civil. Até então as relações

¹⁴ Atualmente, a maior parte da produção brasileira de soja é exportada para a China. Em 2015, as compras deste país responderam por 57% do valor total exportado pelo Brasil (R\$16 bilhões). Em 1997, este percentual era de apenas 11% (R\$0,61 bilhão). A formação do complexo ‘soja-carne’ entre os dois países talvez seja a principal expressão de um novo regime alimentar global (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018, p. 49).

estatais estavam quase exclusivamente associadas aos grandes empresários e/ou à burocracia estatal. Com a inserção de representações da sociedade civil no interior do Estado fortaleceu-se o caráter relacional, de modo que protesto, proposição e co-gestão passaram a fazer parte da ação social coletiva contemporânea (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Ao longo deste processo, a questão agrária foi assumindo novos significados. A luta pela reforma agrária perdeu força, apesar de manter-se atual. Mattei (2013) destaca que os meios de comunicação, uma parcela da academia e empresas de pesquisas governamentais atuaram para descaracterizar a importância da reforma agrária como uma estratégia de desenvolvimento econômico brasileiro. Por outro lado, movimentos sociais e algumas correntes da academia mantêm a pertinência da reforma agrária como uma alternativa central à superação do subdesenvolvimento. Nesse contexto, Ramos (2014, p. 689) afirma que a persistência da questão agrária no Brasil tem sido escamoteada ou atenuada por outros aspectos, tais como:

a) pelo grande crescimento de algumas produções nas regiões de fronteira, mesmo que criando números pequenos de empregos ou ocupações; b) a criação de projetos de assentamentos de trabalhadores sem terra em tais regiões; c) o grande crescimento de empregos (precários ou não) na construção civil; d) a criação e aprimoramento de políticas assistencialistas ou compensatórias (previdência rural, Bolsa Família, etc.); finalmente, como aspecto estrutural, e) a continuidade da queda de natalidade/fecundidade na população brasileira após 1960.

Ramos (2014) também reforça que a propriedade fundiária continua atrelada ao domínio econômico, social e político nos âmbitos locais, regionais ou mesmo nacional e, portanto, o caráter patrimonialista continua central. A maior evidência dessa questão, segundo o autor, é a atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional, a qual é capaz de impor, redirecionar e inviabilizar iniciativas e ações do Poder Executivo. O Poder Executivo, por sua vez, também apresentou a cisão da grande agricultura e pequena agricultura representada pela atuação de dois Ministérios para o rural com estruturas, objetivos e orçamentos bastante diferenciados: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Por sua vez, Fernandes (2015) aponta que o poder executivo, cada vez mais influenciado pelo protagonismo e participação da sociedade civil, se tornou responsável por gerar políticas públicas mais ou menos emancipatórias ou subordinadas, de acordo com a correlação de forças em disputa.

Como consequência desse processo, Grisa e Scheneider (2015) destacam que, desde 1994, pode-se identificar três gerações de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento

rural: a primeira geração apresenta um caráter setorial basicamente agrícola (crédito rural, seguro da produção e de preço) e agrário (política de assentamentos de reforma agrária); a segunda geração, constituída a partir de 1997, apresenta um referencial social e assistencial (destaque para Bolsa Família, Programa Nacional de Habitação Rural e Programa de Desenvolvimento Territorial); e a terceira geração, a partir de 2003, possui um referencial para a construção social de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental (com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Fortalecimento de Agroindústrias, Selos e Certificações).

As próprias transformações dos objetivos das políticas públicas do rural dão a tônica da transformação da questão agrária no Brasil nos últimos 30 anos. Para Medeiros (2015), atualmente vive-se mais do que a luta pela terra; incorpora-se a luta pela legitimidade do direito a um território, representado pelas singularidades dos grupos sociais tais como quilombolas, geraizeiros, faxinalenses, quebradeiras de coco, povos da floresta, pescadores artesanais, dentre outros. Ainda assim, a questão fundiária permanece central, na medida em que a disputa pela terra continua latente quando grupos sociais lutam para a delimitação de áreas indígenas, criação de unidades de conservação ou mesmo assentamentos de reforma agrária e quilombolas. Em última instância, são esses movimentos que, atualmente, fazem frente aos processos de *land grabbing* que marcam o avanço do regime alimentar corporativo (SAUER; BORRAS JÚNIOR, 2016; SAUER; LEITE, 2012) e que, atualmente, evidencia a continuidade do fenômeno de concentração de terras. Os dados censitários demonstram que praticamente não houve alteração significativa da distribuição fundiária entre 1980 e 2006. As propriedades com menos de 100 ha ocupam 21,20% das áreas de terra (dentre os quais destaca-se que aproximadamente 50% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 10 há e ocupam somente 2,30% das áreas de terras). De outro lado, 0,9% dos estabelecimentos rurais possuem mais de 1000 ha e ocupam 45% das áreas de terras agricultáveis (SIDRA-IBGE, 2019).

A tese de Caio Prado Junior de que o Brasil baseia sua competitividade na exploração desmesurada da abundante e vasta disponibilidade de recursos naturais desde o período colonial continua presente (MATTEI, 2013). Assim, a questão ambiental se entrelaça com a questão agrária. Delgado (2012) ressalta que o modelo no qual está assentado a economia do agronegócio tem necessária implicação sobre dois princípios de equilíbrio ambiental: princípio da biodiversidade e a contribuição da agricultura moderna à emissão de dióxido de carbono na atmosfera. Desse modo, há um deslocamento do foco da luta pela terra para a

contestação do modelo produtivista com o excesso de insumos químicos e das biotecnologias, a defesa da soberania alimentar, a incorporação da dimensão ambiental e a consequente valorização de experiências tradicionais e camponesas.

Por sua vez, a imbricação entre a questão agrária, a questão ambiental e, mais recentemente, a questão alimentar repercute em um novo modelo de produção e consumo, onde a influência das grandes empresas multinacionais da agricultura industrial seja limitada, apreciando mais as articulações mercantis locais e regionais, o que novamente irá trazer à tona a importância das redes alimentares alternativas e os mercados cívicos para a oferta de alimentos saudáveis (MEDEIROS, 2015; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012; CUCCO; FONTE, 2015). Como destaca McMichael (2008; 2007) na medida em que a nova questão agrária tem se convertido em uma “questão alimentar”, a explicação para a ação dos movimentos sociais agrários precisa se conectar ao modo como eles propõem reestabelecer um nexo entre agricultura, sociedade e natureza. Nesse contexto a bandeira da agroecologia ganhou espaço nos repertórios de ação coletiva, e forçou o governo a desenvolver políticas públicas para apoiá-la. Vale destacar aqui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), lançado em 2013, com o intuito de fortalecer as ações em torno de programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica e, portanto, contextualizadas às realidades das agriculturas familiares e camponesas (PETERSEN, 2013).

Após a consumação do impeachment de Dilma Roussef, parte significativa das estruturas governamentais (como o Ministério do Desenvolvimento Agrário) e políticas públicas com caráter social, inclusive àquelas voltadas à agricultura familiar, foram desmanteladas (MATTEI, 2017). O governo de Temer, amplamente apoiado pelos setores vinculados ao regime alimentar corporativo, basicamente ignorou (ou desprezou) todas as demandas relacionadas à agricultura familiar e concentrou novamente suas estratégias na geração de superávits para a balança comercial por meio da exportação de commodities.

Desse modo, a trajetória de desenvolvimento da agricultura no Brasil é geralmente interpretada como uma das grandes conquistas da ciência e tecnologia. De fato, os números impressionam. Segundo Barros (2014), a colheita de grãos no Brasil em 1975 foi de 45 milhões de toneladas, sendo que, em 2013, essa cifra atingiu 187 milhões de toneladas. Um crescimento de mais de 4 vezes em quase 40 anos. No caso da balança comercial brasileira, esse crescimento foi ainda mais significativo, passando de um saldo de U\$7 bilhões em 1990 para U\$73 bilhões em 2013. Vieira Filho e Fishlow (2017) ressaltam ainda que a agricultura

brasileira se transformou em um modelo eficiente de produção. Desde a década de 1960, a oferta de carne bovina e suína quadruplicou e a produção de frangos expandiu 22 vezes. A exploração pecuária cresceu nove vezes e a produção de cereais saltou seis vezes. O Brasil se tornou um dos maiores exportadores mundiais de café, soja, carne bovina e suco de laranja representando dos maiores países exportadores de alimentos do mundo e que gerou a expressão ‘celeiro do mundo’.

Contudo, essa narrativa de sucesso não representa um discurso uníssono no campo dos estudos rurais. Pelo contrário, não são poucas as pesquisas em nível nacional e internacional que apontam as inconsistências nesses discursos, as quais ignoram os elementos que conformam uma crise civilizatória (GLIESSMAN, 2009; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; CAPORAL; COSTABEBER, 2007; SEVILLA-GUZMÁN, 2011; PETERSEN, 2013, entre outros). Somado a isso, assiste-se atualmente à proliferação de movimentos sociais que clamam por práticas mais sustentáveis da agricultura e que se inserem no que se convencionou classificar dentro do ‘guarda-chuva’ da agricultura alternativa. Em sua gênese, tais movimentos questionam o *status quo* do modelo da agricultura industrial e possuem o objetivo de desenvolver uma agricultura ecologicamente equilibrada, socialmente justa e economicamente viável (EHLERS, 1999). Um desses movimentos, refere-se ao MST, conforme se discute na próxima seção.

3.3 O MST E SUAS ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ALIMENTARES

Historicamente defendendo a reforma agrária como medida de redistribuição de riqueza, o MST vem alterando e diversificando seu repertório de ações coletivas (SILVA, 2010). Tendo em vista a conquista da terra e a estruturação da produção agropecuária e agroindustrialização, o MST agora encontra-se crescentemente envolvido com a discussão sobre a comercialização, tema central da parte final deste capítulo. Inicialmente, esta seção contextualiza o MST, refletindo sobre o seu papel enquanto ator desafiante do regime alimentar corporativo. A segunda subseção apresenta um panorama dos mercados alimentares desenvolvidos pelas organizações econômicas da reforma agrária, destacando as tipologias de mercados da agricultura familiar propostas por Schneider (2016). Por fim, apresenta-se a compreensão das lideranças do MST sobre suas estratégias de construção de mercados.

3.3.1 MST: uma breve contextualização

O MST foi constituído oficialmente em 1984 durante o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, Paraná, e como o resultado das lutas sociais da questão agrária brasileira jamais resolvida.¹⁵ “Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem-terra, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos” (MST, 2018). O fato que registrou o princípio do movimento foi a ocupação de latifúndios improdutivos com o intuito de fazer valer a função social da terra. O MST nasceu com esse propósito, o de ocupar e transformar o espaço agrário brasileiro, vide suas palavras de ordem do Segundo Congresso Nacional: “ocupar, produzir, resistir” (FILIPPI, 2005; NODARI; MUÑOZ, 2004).

O impulso inicial da criação deste movimento veio, de um lado, como resultado do processo de redemocratização do país e, de outro, com uma série de militantes descontentes com a atuação das organizações existentes no que tange à questão agrária, particularmente a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Importante destacar também que as lutas do MST receberam o apoio das igrejas luterana e católica, sendo que esta última, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), adotou a ‘opção pelos pobres’ por meio da Teologia da Libertação (NODARI; MUÑOZ, 2004; FILIPPI, 2005).

Utilizando-se de diferentes repertórios de ação, principalmente dos protestos de massas, o MST articula-se em duas modalidades: a) Acampamentos: organizações de camponeses ao longo das estradas públicas, invariavelmente em precárias condições de sobrevivência, vivendo sob moradas temporárias construídas com lonas plásticas; e b) Assentamentos: após um longo processo de resistências e lutas nos acampamentos, a terra é conquistada e a desapropriação institucionalizada pelo INCRA. A partir desse momento inicia-se um segundo ciclo de lutas, agora voltado à criação de condições de vida para os assentados. No entanto, as terras disponibilizadas geralmente carecem das mais básicas condições para a ocupação imediata, o que demanda recursos públicos para a realização de benfeitorias e infraestrutura, como saneamento, energia elétrica, estradas, habitação, produção

¹⁵ Historicamente, a luta pela ‘terra para quem nela trabalha’ sempre foi uma realidade do campo brasileiro desde que o país foi inserido como colônia de exploração de Portugal e foi criada a instituição do latifúndio. Dentre alguns dos principais embriões do MST podemos citar a resistência indígena frente à mercantilização portuguesa, a luta dos africanos escravizados e seus quilombos, Canudos e Contestado no final do século 19, as Ligas Camponesas e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra) entre 1950 e 1964 (NODARI; MUÑOZ, 2004; MST, 2018).

agropecuária, escolas, postos de saúde etc., e que geralmente são responsabilidade do INCRA (MUÑOZ; RIBAS, 2007).

Para o funcionamento do MST, um complexo modelo de organização se desenvolveu como resultado de anos de debates, experimentações e ajustes. De modo geral, o MST organiza seus militantes em brigadas (que variam entre 200 a 500 famílias) a depender do contexto estadual. Cada brigada é integrado por (MIRANDA; CUNHA, 2013):

- a) ‘Núcleos de Base’, compostos em média por 10 famílias e coordenadas por uma mulher e um homem;
- b) Setores (frente de massa; produção, cooperação e meio ambiente; educação; formação; saúde; gênero; comunicação; e cultura);
- c) Direção Coletiva; e
- d) Coordenação da Brigada. Essa organização se dá em nível estadual e depois se reproduz em esferas representativas em âmbito nacional.

A luta central do MST sempre foi pela terra como um direito dos povos. “Nós obrigamos o Estado a cumprir o seu papel [...] e esse é o pressuposto da luta camponesa” relata um dos dirigentes entrevistados (EP8)¹⁶. Historicamente, a reforma agrária representou um programa estatal com o objetivo de democratizar a propriedade da terra por meio da desapropriação de latifúndios improdutivos e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral. Não entanto, de acordo com entrevistas com os próprios dirigentes do MST, tal modelo de reforma agrária – considerado clássico – foi derrotado. João Pedro Stédile, uma das principais lideranças do movimento, em entrevista recente ressalta que:

No capitalismo industrial, no século XX, a reforma agrária cumpria um papel essencial de resolver um problema do campesinato, que era ter acesso à terra e deixar de trabalhar para os outros. Com a reforma agrária, se eliminava o arrendamento da terra, a renda da terra do grande proprietário. Portanto, o camponês iria ter renda para ele, e com essa renda ele comprava coisas da indústria, na cidade, e ativava a economia. Ou seja, a reforma agrária clássica tinha um papel também de desenvolvimento do capitalismo industrial e do mercado nacional [...] Mas essa reforma agrária clássica não se viabilizou no Brasil. Por quê? Porque a burguesia industrial não teve interesse. A burguesia industrial brasileira é tão espoliadora que, em vez de projetar um mercado nacional de massa para os seus produtos, preferiu bloquear a reforma agrária e usar o campesinato como mão de obra barata, como o seu exército reserva de mão de obra, e com isso garantir baixos salários aos operários, aumentando seu lucro por aí. O que a burguesia industrial fez no Brasil no

¹⁶ Conforme apresentado no quadro 1 (pág. 27), as entrevistas desta pesquisa foram classificadas da seguinte forma: Entrevistas com acadêmicos (EA); entrevistas com agentes de mercado (EM); entrevistas com técnicos das organizações (ET) e; entrevistas com representantes políticos (EP).

século XX foi estimular o êxodo rural, para que essa massa viesse para a grande cidade e pressionasse os salários para baixo. Por isso, não fez a reforma agrária. O período mais próximo que tivemos de uma reforma agrária clássica foi na crise do capitalismo industrial da década de 1960, quando tínhamos um governo popular, o de João Goulart, formado por ministros fantásticos como Celso Furtado e Darcy Ribeiro (STÉDILE, 2014, p. 11).

Desse modo, o sentido comumente empregado para a reforma agrária – desconcentração da terra para a redistribuição da riqueza como um motor do desenvolvimento nacional – perdeu o seu sentido na medida em que ocorreu o fenômeno da modernização conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1981; PETERSEN, 2013). Como destaca um dos dirigentes da Secretaria Nacional do MST (EP6), com a modernização conservadora “os capitalistas resolveram três questões básicas: 1. Produção de comida; 2. Geração de empregos; e 3. Geração de receitas para a balança de pagamentos”. Nesse sentido, a luta pela reforma agrária ‘clássica’ já não representa um caminho inevitável para o desenvolvimento nacional, de maneira que o movimento então compreendeu que era preciso uma “mudança nas suas estratégias para poder convencer a sociedade da importância de suas lutas políticas” (EP6) em face da nova configuração dos regimes alimentares (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989). Com efeito, desde o VI Congresso Nacional realizado em 2014, o objetivo do MST busca transcender a dimensão clássica da reforma agrária para, assim como destaca McMichael (2008), associá-la com a questão alimentar e ecológica:

Ao longo do último período, os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular. Popular, pois o Movimento percebeu que a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial os 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos. Com isso, os Sem Terra apresentaram seu novo programa agrário à sociedade, que tem como base de fundo na produção agrícola a matriz agroecológica. [...] o lema se tornou ‘lutar, construir uma reforma agrária popular!’ (MST, 2018).

O MST em 30 anos de existência deu um salto qualitativo na luta social e em todos os anos 1990 e 2000 foi referência de movimento social nas lutas políticas e ideológicas. No entanto, perdeu para a opinião pública qual seria o modelo econômico possível para a sociedade. Hoje, se falar em reforma agrária é sinônimo de conflito e se falar em agronegócio, é sinônimo de resultado. Por isso, nós precisamos fazer uma prestação de contas para explicitar porque a reforma agrária é importante. Como é que fazemos essa articulação com os setores médios da sociedade? Nos debates teóricos do MST, surge essa questão da ‘Alimentação Saudável’ e o tema da mudança da matriz tecnológica, a agroecologia. [...] Desse jeito nós esperamos conseguir dialogar com a sociedade e a classe trabalhadora consumidora de alimentos (EP6).

De uma política governamental de desconcentração da estrutura fundiária, em que o foco estava exclusivamente no camponês sem-terra e o intuito era a dinamização do mercado interno, a pauta da reforma agrária passou a incluir preocupações pelo modelo de produção desenvolvido pela agroecologia e associada à soberania e segurança alimentar e nutricional (PETERSEN, 2013; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Ao mesmo tempo, o foco deixou de ser apenas os camponeses sem-terra, para integrar um discurso para o conjunto da população brasileira consumidora de alimentos, especialmente, a classe trabalhadora. De acordo com Tanaka e Portilho (2018) observa-se assim a emergência de outras temáticas centrais nas lutas do MST, as quais se expressam na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, na (re)conexão entre produção e consumo alimentar e na politização do consumo, da comida e da alimentação. Sobre essa questão, um dos dirigentes da secretaria nacional do MST destaca que:

[...] o modelo do capitalismo só quer produzir lucro. Ele não se preocupa com o alimento e nós queremos produzir o alimento saudável. O modelo do capital destrói o meio ambiente e nós queremos produzir em equilíbrio com o ambiente. O modelo do capital quer acabar com emprego no campo. Eles querem lucro máximo. No nosso modelo, a agroecologia é altamente demandadora de mão-de-obra (EP9).

Vale destacar que o MST assumiu tardiamente a concepção de agricultura alternativa, quando comparados aos movimentos ambientalistas no Brasil. De acordo com Picolotto e Piccin (2008), os movimentos camponeses tradicionalmente se constituíram por reivindicação de acesso à terra, por melhores condições de trabalho e pela constituição de formas autônomas de organização socioeconômica. Entretanto, foi somente com a constituição da seção brasileira da Via Campesina no final dos anos de 1990 que as pautas ambientais entraram de maneira mais efetiva no repertório de proposições e ações de alguns dos movimentos rurais dos mais importantes da atualidade, como o MST, o MPA e o MMC. Assim, as lutas com temáticas ambientais como o enfrentamento em escala global à apropriação privada dos recursos naturais (biodiversidade é um dos principais), tecnologias e conhecimentos tradicionais sobre os recursos da natureza, ganharam centralidade com as bandeiras da agroecologia e da SOBAL.

No que tange ao MST, Barcelos (2011) aponta que foi a partir do 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, que a pauta da agroecologia começou a ser inserida junto ao MST, de forma concomitante à inserção junto à Via Campesina. Porém, foi apenas a partir de seu 4º Congresso Nacional, realizado em 2000, que o o MST adotou a agroecologia como

principal modelo de produção e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. Tanaka e Portilho (2018) refletem que a incorporação desses novos temas - como a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a (re)conexão entre produção e consumo alimentar e a politização do consumo, da comida e da alimentação - está relacionada com as críticas éticas e estéticas pelos quais os movimentos sociais do campo estão expostos, incluídos o MST, no que tange à produção e o consumo alimentar.

Diante desta perspectiva, o MST se consolidou como uma organização de movimento social que integra um contramovimento não apenas ao latifúndio, mas ao *modus operandi* do regime alimentar corporativo e os pacotes tecnológicos da revolução verde. São aproximadamente 350 mil famílias assentadas em 24 estados da federação. Isso representa em torno de 1,5 milhão de pessoas que vivem em 7,5 milhões de hectares reformados (MST, 2018). Resta saber, contudo, como estes contramovimentos se expressam nos mercados alimentares constituídos pela ação coletiva desses atores e, ao mesmo tempo, na interpretação de suas lideranças.

3.3.2 Os mercados alimentares articulados pelo MST

De acordo com dados do MST (2018), atualmente o movimento abarca mais de 100 cooperativas, 96 agroindústrias e 1,9 mil associações. O MST possui um Escritório Nacional em São Paulo que centraliza os processos de planejamento, monitoramento e avaliação das suas ações econômicas. Além disso, cada Estado da federação com assentamentos da reforma agrária possui um Escritório Estadual, os quais estão interligados e dialogam permanentemente entre si e com o Escritório Nacional. Importante destacar que esses escritórios são coordenados pelas Direções (estaduais ou nacional) e atuam conjuntamente com o trabalho técnico e político de militantes e assessores contratados via cooperativas e/ou associações.

Neste momento nos interessa compreender como o “Setor de produção, cooperação e meio ambiente” desenvolve suas ações, em particular no que tange aos mercados alimentares. Este setor é formado por cinco linhas de ação: 1. Frente de Agroindústria; 2. Frente de Cooperação; 3. Frente de Agroecologia; 4. Frente de Formação; e 5. Frente de Comercialização. Por sua vez, a Frente de Comercialização está subdividida em 5 subseções: 5.1. Vendas Institucionais; 5.2. Vendas no Mercado Convencional; 5.3. Armazéns do Campo (pontos varejistas); 5.4. Feiras e Grupos de Consumo; e 5.5. Exportação. Esta análise será

realizada conforme tipologia dos mercados da agricultura familiar sugerida por Schneider (2016).

3.3.2.1 Mercados de proximidade: feiras diretas e grupos de consumo

Conforme Schneider (2016), os mercados de proximidade são assentados em relações de trocas interpessoais, onde a confiança e a reciprocidade são dispositivos institucionais que se destacam mais que a busca pela maximização dos resultados econômicos privados. Nestes mercados, os agricultores possuem uma maior autonomia relativa em relação à dinâmica hegemonizada pelo regime alimentar corporativo (MCMICHAEL, 2016). Dentre os canais de comercialização desses mercados, as feiras diretas representam uma das primeiras etapas do processo de integração mercantil dos agricultores familiares e camponeses (PLOEG, 2008), na medida em que a venda direta sem intermediários é uma das mais clássicas e simples formas dos agricultores estabelecerem relações com os consumidores (MENDES, 2007). De acordo com dirigentes do MST (EP3 e EP6), há uma enorme expressão de feiras dos assentamentos da reforma agrária pelo país, com destaque para a região nordeste, e cada vez mais voltadas a produtos agroecológicos.

Além do escoamento da produção, as feiras representam um espaço privilegiado para interação entre produtores e consumidores. De acordo com Darolt (2012) e Rover (2011), nestes mercados de proximidade a relação consumidor-vendedor também se expressa no compartilhamento de experiências de produção, experiências de vida, expectativas de novos alimentos e formas de preparo, o que em última instância gera a construção da confiança mútua e reciprocidade. Assim, o que seria apenas uma transação comercial e impessoal de mercadorias, gera novos significados para os alimentos. Os contramovimentos à mercantilização dos alimentos também destacam o papel dos consumidores enquanto agentes ativos (PEREZ-CASARINO; FERREIRA, 2013).

A comercialização direta por meio das feiras começou a se tornar realidade no final da década de 1990 nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre. As ações pioneiras dos assentados localizados nos municípios de Nova Santa Rita e de Eldorado do Sul para a comercialização de hortifrutigranjeiros ocorreu devido ao grande mercado consumidor da capital gaúcha. Segundo entrevistas realizadas (ET1, ET2 e ET3), a partir dessas experiências, novas famílias começaram a se interessar em se inserir nesse processo e, inicialmente, contaram com o apoio do Governo Estadual, especialmente pela ação da

EMATER e Secretaria Estadual de Agricultura, bem como do Governo Municipal de Porto Alegre, Canoas e municípios adjacentes.

Entre as primeiras feiras se destacam a Feira Ecológica da José Bonifácio e do Menino Deus (ET3). Atualmente, cerca de 50 famílias de agricultores assentados estão envolvidas em 15 feiras semanais no município de Porto Alegre. Tais feiras são coordenadas pelo ‘Grupo Gestor de Hortas e Frutas da Região Metropolitana de Porto Alegre’, o qual faz a mediação das famílias que comercializam e as outras partes interessadas no processo, como as associações e cooperativas da reforma agrária no Rio Grande do Sul e os órgãos públicos e privados. Este grupo gestor realiza uma gestão participativa e planeja os processos produtivos e comerciais. Trata-se o que um dos dirigentes estaduais denominou de ‘sofisticada gerência coletiva’ (EP8), que trata das questões práticas relacionadas à comercialização das feiras.

[...] os objetivos desse grupo gestor são a troca de conhecimento, organização coletiva, organizar a comercialização e a cooperação, fomentar produção de alimentos orgânicos, proteção do meio ambiente, investir em fontes de adubação orgânica, produção de mudas e na agroindustrialização da produção. Este grupo tem regras e critérios, estabelecidos para cada linha de comercialização, e no caso das feiras, por exemplo, é levando em conta a participação, tempo de certificação orgânica, número de feiras e locais, entre outros (ET7).

Lá se discute o tipo de produto que vai ser comercializado, quem vai levar o quê, a apresentação desse produto, o formato da banca, o preço dos produtos. Tudo isso é gestado coletivamente. [...] nós temos todo um processo de cooperação que representa um coletivo. Não é a banca de Fulano de Tal, é a banca do Assentamento X e que são 3 ou 4 famílias que compõem a banca. Seria muito mais simples resolver esses problemas individualmente, mas nós temos centenas de famílias com problemas para resolver (EP8).

Box 1 - Feiras diretas e a complexa interação com o regime dominante

Uma das feiras geridas pelo grupo gestor é a ‘Feira de Orgânicos & Coloniais’ do Shopping Iguatemi, localizado no município de Porto Alegre. Criada em 2016, a mesma congrega diversos grupos de agricultores familiares, dentre os quais, assentados da reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre. Fruto da estratégia comercial do shopping para a comercialização de alimentos orgânicos e a oferta de um novo atrativo para seus consumidores, esta iniciativa encontrou nas organizações dos assentados da reforma agrária do Rio Grande do Sul uma estrutura que facilitou sua operacionalização.

A mesma possui dez bancas de feirantes e é realizada todas as terças-feiras no shopping Iguatemi, das 10h às 16h. Além de frutas e verduras orgânicas, o público também pode encontrar produtos naturais, como sucos, néctar de gengibre e pães, bolos e biscoitos integrais. A dinâmica de funcionamento da feira se dá pela disponibilização semanal de um ponto físico e das infraestruturas das bancas pelo shopping Iguatemi, onde os agricultores assentados comercializam as produções definidas coletivamente pelo grupo gestor.

O shopping Iguatemi se localiza em uma área nobre da cidade e atrai um público consumidor diversificado, que vai desde moradores das adjacências a clientes e trabalhadores das lojas do shopping. De acordo Bortolomiol e Niederle (2019), no que tange a principal motivação de consumo nesta feira, 43% dos consumidores destacaram “saúde” e 28% a ausência de agrotóxicos. Poucos justificaram uma preocupação com sustentabilidade ou o apoio à agricultura familiar. Com efeito, esta iniciativa também marca inúmeras contradições que cercam os movimentos e contramovimentos ensejados pelo regime alimentar corporativo.

Figura 1 - Feira da reforma agrária em um *shopping center* de Porto Alegre



Fonte: Dados próprios (2016).

Ainda no que tange aos mercados de proximidade, podem-se destacar os grupos de consumo que se referem às iniciativas que se apoiam no protagonismo dos movimentos de consumidores na busca por alimentos saudáveis e com lastro social e ecológico e englobam uma parcela de consumo politizado (NIEDERLE, 2014). Nestas iniciativas ocorre a reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; a dinamização de mercados locais com identidade territorial e a revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada, como é o caso de produtos de base ecológica (DAROLT *et al.*, 2016). Entrevistas com os dirigentes do MST, demonstram que cada região busca constituir uma dinâmica específica de relacionamento com os grupos de consumo (EP5 e EP6). No caso do estado do Rio Grande do Sul, o Grupo Gestor das Feiras auxilia no processo de planejamento do abastecimento dos grupos de consumo de forma conjunta com as feiras diretas da região metropolitana de Porto Alegre (ET4 e ET7).

Nesse caso, vale destacar a experiência do Grupo de Integração Agroecológica (GIA), criado em 2012 e que realiza suas entregas de cestas de alimentos na sede do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O GIA pertence a um movimento mais amplo que reúne iniciativas similares tanto no Brasil, através da Rede Nacional dos Grupos de Consumo, como em demais países, tais como na Inglaterra e nos EUA o “*Community Supported Agriculture- CSA*”, na França as “*Association Pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne- AMAPs*”, na Itália os “*Gruppi di Acquisto*

Solidale”- GAS, entre outros. Mais do que facilitar a logística de distribuição e consumo de alimentos agroecológicos por meio das tecnologias da informação e comunicação, o GIA preza pela discussão das questões relacionadas aos mercados alimentares e a importância da participação ativa dos consumidores em contato direto com os produtores de alimentos, transcendendo a noção de consumo como um mero ato econômico (PREISS, 2016; ROVER, 2011, DAROLT *et al.*, 2016).

3.3.2.2 Mercados locais e territoriais: Armazéns do Campo, Feiras Regionais e Nacionais e estratégias de *e-commerce*

Conforme Schneider (2016), os mercados locais e territoriais representam uma espécie de transição entre os mercados de proximidade e convencionais, na medida em que mantêm dispositivos institucionais baseados na confiança e na reciprocidade, os quais coexistem com a dinâmica econômica regida pela lei da oferta e demanda que valoriza o sistema de preços e a concorrência. Nestes mercados, as trocas são monetizadas e intermediadas por um agente econômico que possui interesses e custos para expandir as possibilidades dos canais de comercialização dos produtos alimentares diferenciados.

Uma das estratégias mobilizada pelas organizações dos assentamentos da reforma agrária de mercados locais e territoriais refere-se à participação em eventos e feiras esporádicas que ocorrem ao longo do calendário anual em distintas regiões do país. Nesse sentido, as pesquisas apontaram (ET1 e ET2) destaque para a Expointer em Esteio/RS, a Feira Nacional de Reforma Agrária em São Paulo¹⁷, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e a Feira da Economia Solidária em Santa Maria/RS. Tais eventos são espaços em que se comercializam volumes significativos de alimentos produzidos pelos assentados da reforma agrária, ao mesmo tempo que representam importantes espaços de diálogo com a sociedade (ROVER, 2011; DAROLT *et al.*, 2016).

A partir do sucesso das feiras regionais e nacionais dos assentamentos da reforma agrária, a direção nacional do MST identificou a importância de constituir pontos varejistas próprios para a comercialização dos produtos da reforma agrária nos grandes centros urbanos. Conforme Portilho e Barbosa (2016), os movimentos sociais do campo têm, cada vez mais,

¹⁷ Para se ter uma ideia de porte das Feiras Nacionais, de acordo com dados do MST (2018), a III Feira Nacional da Reforma Agrária, realizada em 2018 teve um público de 260.000 pessoas, 1215 feirantes, 367 artistas e 1530 tipos de produtos.

reconhecido o consumidor enquanto aliado e ator político. A dirigente do setor de produção (EP5) comenta que “as pessoas ficavam maravilhadas com o que viam nas nossas feiras e perguntavam: tá, e agora onde eu compro depois que a feira acabar?”. Assim, em 2016, surgiu a estratégia dos ‘Armazéns do Campo’, que é uma modalidade própria de ponto varejista que visa fazer propaganda da reforma agrária, e ser mais um canal de diálogo com a sociedade por meio da alimentação saudável.

Existem Armazéns do Campo em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e há projetos de abertura em outras cidades como Salvador e Brasília (ET10). De acordo com um dos dirigentes da Secretaria Nacional (EP6), coordenador da iniciativa, são quatro os objetivos da mesma: o primeiro é possibilitar o acesso da sociedade aos frutos da reforma agrária; o segundo é firmar parcerias que fortaleçam agricultores familiares, assentados e cooperativas; o terceiro é ofertar alimentos orgânicos e, por último, apresentar a dimensão da cultura que nasce com a comida. Por essa última razão, os Armazéns do Campo também buscam ser um ponto físico de encontro da ‘militância’ com a realização de apresentações musicais, lançamentos de livros, debates, rodas de conversa, ou mesmo um local para fazer uma pausa, saborear os itens da cafeteria e ter acesso à um material bibliográfico sobre a questão agrária.

Diferentemente de uma banca semanal de feira, um ponto varejista próprio implica maior grau de complexidade da dinâmica organizacional. Desde os gastos com aluguel do ponto físico, manutenção mensal, alvarás e impostos, passando pela contratação de funcionários, exigência de assessorias contábeis e gerenciais, contas a pagar, a receber, juros, capital de giro, relacionamento com fornecedores, logística, motivação e relacionamento interno dos funcionários até o relacionamento externo com os clientes e a busca de sua satisfação ou a proteção contra assaltos.

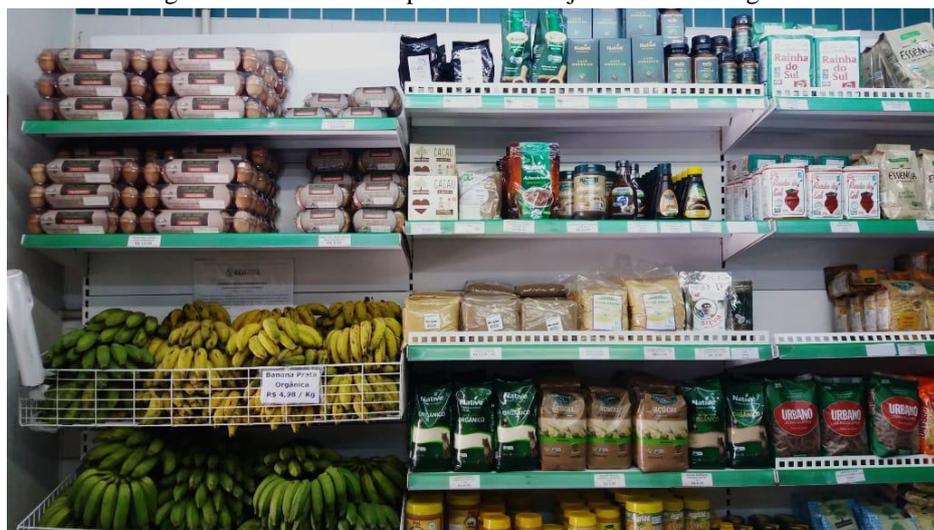
Box 2 - Loja da reforma agrária

A Loja da Reforma Agrária de Porto Alegre foi criada em 2002, muito antes da estratégia dos Armazéns do Campo. À época, por meio de demandas das organizações dos assentados da reforma agrária, a Prefeitura Municipal disponibilizou um espaço para a comercialização dos produtos oriundos dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre em um dos pontos mais tradicionais da cidade, o Mercado Público. Atualmente, a gestão da loja é responsabilidade da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) e, desde 2008, é administrada por uma de suas associadas, a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN).

Esta iniciativa caracteriza-se como uma loja de alimentos orgânicos, sem agrotóxicos e livres de transgênicos, oriundos dos assentamentos de reforma agrária organizados pelo MST, de organizações parceiras de agricultores familiares, bem como de outras empresas de produtos orgânicos. Sua pauta de comercialização é diversificada: arroz ecológico (sem agrotóxico), ovos (de galinhas criadas soltas e alimentadas com ração orgânica), frango caipira (sem qualquer tipo de hormônio), hortaliças, laranja, bergamota, banana, inhame, bergamota, leite em pó, iogurte. Atualmente mais de 250 itens são comercializados pela loja, o que significa um representativo grau de complexidade de gestão com fornecedores.

Esta iniciativa caracteriza-se como uma loja de alimentos orgânicos, sem agrotóxicos e livres de transgênicos, oriundos dos assentamentos de reforma agrária organizados pelo MST, de organizações parceiras de agricultores familiares, bem como de outras empresas de produtos orgânicos. Sua pauta de comercialização é diversificada: arroz ecológico (sem agrotóxico), ovos (de galinhas criadas soltas e alimentadas com ração orgânica), frango caipira (sem qualquer tipo de hormônio), hortaliças, laranja, bergamota, banana, inhame, bergamota, leite em pó, iogurte. Atualmente mais de 250 itens são comercializados pela loja, o que significa um representativo grau de complexidade de gestão com fornecedores.

Figura 2 - Gôndola com produtos da Loja da Reforma Agrária



Fonte: Acervo Coceargs (2018).

O objetivo central desta iniciativa foi a disponibilização de um espaço físico permanente de relacionamento e diálogo com a sociedade, ao mesmo tempo em que amplia as possibilidades de escoamento das produções dos assentamentos. Entretanto, o que pode ser uma motivação, também se torna um limite. Segundo entrevistas realizadas (ET5 e EA13), a viabilidade econômica da loja tem passado por dificuldades nos atuais tempos de crise econômica nacional – cenário que também se repete nas outras lojas do Mercado Público. Para contornar este problema, os atuais gestores destacam, por exemplo, a falta de uma maior diversidade de produtos. Em virtude disso, passaram a ser incorporados produtos de terceiros, muitos dos quais não estão relacionados com o universo da agricultura familiar e camponesa. Este é o caso da empresa Mãe Terra, recentemente comprada pela Unilever, uma das maiores transnacionais do setor alimentar. A razão disso, segundo os entrevistados, é instrumental: a loja necessita de um ‘mix de produtos’ que gere maior faturamento e satisfaça as demandas do público consumidor, sobretudo daquele que possui um perfil menos orientado por motivações políticas e mais com sua saúde e bem-estar. Seja como for, este exemplo também alude para as complexas interações dos contramovimentos com o regime alimentar corporativo.

Em outras palavras, em face da concorrência com os mercados convencionais, um ponto varejista requer uma racionalidade gerencial – com valores baseados na eficiência e otimização de resultados econômicos – para garantir a viabilidade econômica, o que é objeto de tensão permanentemente com a lógica das agriculturas familiares e camponesas (PLOEG, 2008) e com a própria dimensão política do movimento social (BORRAS JÚNIOR; EDELMAN; KAY, 2008). Entrevistas realizadas com os técnicos dos empreendimentos (EA13, ET6, ET10) demonstram que, muitas vezes, os próprios dirigentes políticos do MST e os assentados da reforma agrária têm dificuldade em compreender as exigências que seus pontos varejistas necessitam cumprir, dentre os quais se destacam a escala, a regularidade da oferta e a qualidade dos alimentos (WILKINSON, 2008). Nesse sentido, um dos técnicos entrevistados relata que “por vezes, sou responsável por exercer um capitalismo predatório, pois seleciono os agricultores mais eficientes, mais capitalizados e mais disciplinados para serem nossos fornecedores” (ET9).

Outra modalidade de circuito de comercialização que vem crescendo é o *e-commerce*. As tecnologias de informação e comunicação estão apenas iniciando a transformação dos mercados das agriculturas familiares e camponesas (FOSTER; CARDAMONE, 2018; WILKINSON; RAMA, 2018). Atento à essa discussão, o MST vem buscando construir alternativas nesse sentido. De acordo com entrevistas com um dirigente da Secretaria Nacional do MST, o objetivo é utilizar essas tecnologias para estabelecer relação direta entre produtores e consumidores (EP6).

Uma última frente nos mercados é a entrada na venda pela internet, que é um mercado altamente rentável. Estamos construindo uma plataforma de venda da internet que poderá descentralizar as distribuições de riqueza para os assentamentos. O MST “possui” hoje quase 8 milhões de hectares. Imagina como a tecnologia pode transformar essa realidade da comercialização. [...] eu acredito que o caminho para nós, além do mercado institucional, é a venda direta, pelas feiras locais e pela internet (EP6).

O comércio eletrônico via internet (*e-commerce*) tem o potencial de revolucionar o modo como a agricultura familiar e camponesa se relaciona com os consumidores finais (WILKINSON; RAMA, 2018). Novamente, a bandeira da alimentação saudável associada à agroecologia pode possibilitar a re-conexão entre a produção e o consumo e ressignificando a própria interpretação da alimentação como um ‘ato político’ (PORTILHO; BARBOSA, 2016; NIEDERLE, 2014). Assim, as formas diferenciadas de mercados alimentares constituídos

pelo MST permitem conformar trajetórias inovadoras de desenvolvimento (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

Box 3 - Uma experiência de *e-commerce* da reforma agrária em Porto Alegre

Um canal inovador de comercialização refere-se ao comércio virtual de alimentos agroecológicos oriundos dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre por meio da entrega de cestas de alimentos ecológicos realizado pela organização ‘Aromas & Sabores do Campo’. A iniciativa foi formada por técnicos e ex-técnicos vinculados ao MST que intermedeiam a comercialização de produtos dos assentados e que perceberam a oportunidade de negócio diante de uma oferta consolidada de alimentos para as feiras semanais e a loja da reforma agrária na região metropolitana de Porto Alegre. Semanalmente a lista dos produtos é enviada por *whats app* para os consumidores cadastrados, bem como publicado no *facebook*. Os consumidores preenchem uma planilha eletrônica com o pedido e solicitam via correio eletrônico, *whats* ou *facebook* até um dia da semana específico. Por meio de rotas pré-estabelecidas em determinados dias da semana, cada consumidor recebe a sua cesta de alimentos na sua residência mediante uma taxa adicional de entrega e o pagamento da cesta encomendada, inclusive via transferência eletrônica por meio de aplicativos bancários de celulares. Desse modo, denota-se o uso crescente das TIC’s para a construção de mercados alimentares pelo MST.

Entrevistas realizadas com os dirigentes do escritório estadual do Rio Grande do Sul destacaram que a iniciativa da ‘Aromas e Sabores’ com o *e-commerce* surge como uma inovação dos processos comerciais (ET4, EP4 e EP8), na medida em que já existe uma produção significativa de alimentos para os diferentes mercados alimentares (feira, ponto varejista, mercado institucional, agroindústrias), assim como excedentes para a comercialização. Analisando o crescimento de experiências de consumo mediadas pelas tecnologias, técnicos e agricultores observaram uma boa oportunidade para diversificar o escoamento da produção, a qual se apoia na politização do consumo (PORTILHO; BARBOSA, 2016; NIEDERLE, 2014). Apesar de ser, ainda, um canal bastante exclusivo e limitado, o *e-commerce* contribui para diversificar os mercados alimentares e estabelecer novas relações com os consumidores que buscam uma alimentação saudável e valorizam a bandeira da reforma agrária e as agriculturas familiares e camponesas.

3.3.2.3 Mercados convencionais: supermercados, minimercados, pontos varejistas, agroindústrias processadoras e exportação

Conforme Schneider (2016), os mercados convencionais se amparam nos pressupostos do *mainstream* da teoria econômica, onde o móvel do sistema é o lucro por meio da produção e comercialização de mercadorias pela livre iniciativa dos agentes econômicos. Nestes mercados, os dispositivos institucionais são os preços e a concorrência, regulados por

complexos contratos de representação e direitos de propriedade. Os agricultores familiares e camponeses que se inserem nesta modalidade de mercado convencional, via de regra, estão sob alto grau de vulnerabilidade em face das assimetrias de poder entre os agentes econômicos.

Apesar desse ambiente hostil para as agriculturas familiares e camponesas, em alguns casos, os mercados de proximidade, locais e territoriais se mostram insuficientes para o escoamento da produção dos assentamentos da reforma agrária. Assim, os assentados e suas cooperativas necessitam recorrer a agentes empresariais, tais como supermercados, minimercados, pontos varejistas e a diferentes tipos de intermediários que vão até os assentamentos buscar a produção. Este fato está associado à própria estratégia produtiva do MST. Cada Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) dos assentamentos – ou as Cooperativas Centrais de cada estado (que agregam as CPA's por estado da federação) – possui autonomia para estabelecer relações comerciais de acordo com suas realidades e objetivos (EP5). Dentro das estratégias de agroindustrialização do MST, cada CPA possui um produto agropecuário considerado como o 'carro chefe' da produção, o qual orienta a organização dos processos produtivos e é o principal produto destinado à comercialização e, portanto, gerador de renda. De maneira geral, o leite, o frango, o arroz e o feijão assumem esse papel nos estados do sul do Brasil.

Em face desta estratégia, a relação com as grandes redes supermercadistas se tornou uma necessidade e, ao mesmo tempo, uma escolha. Um dirigente da secretaria nacional do MST ressalta que uma das teses discutidas pela direção nacional aponta que “é preciso se submeter ao mercado convencional, pois é preciso desovar os produtos da reforma agrária. Então, é preciso ter representação comercial e sistemas semelhantes como o caso do leite produzido pela Cooperoeste e assim disputar o mercado” (EP3). Ademais, para algumas lideranças do MST, o acesso a estes canais de comercialização é a única maneira atual e imediata de democratizar e massificar o acesso dos trabalhadores aos alimentos saudáveis, contornando o risco de elitização do consumo de alimentos orgânicos. No entanto, lidar com os supermercados exige incorporar uma lógica comercial e industrial que se baseia na eficiência e maximização de resultados econômicos (NIEDERLE, 2017b).¹⁸

¹⁸ Paralelamente às grandes redes de supermercados, o MST vem ampliando as relações com os minimercados e outros pontos varejistas particulares, pois representam espaços importantes para o escoamento da produção. As organizações dos assentados da reforma agrária do Rio Grande do Sul buscam acessar a rede dos pequenos e médios 'mercados de bairro' da região metropolitana de Porto Alegre. De acordo com técnicos

Outro mercado significativo não apenas para os assentamentos da reforma agrária, mas também para todo o universo das agriculturas familiares e camponesas se refere à venda de matéria-prima para os atravessadores, geralmente agroindústrias. As vendas para intermediários não só permanecem uma realidade dentro dos assentamentos da reforma agrária, como possuem uma representatividade significativa. De acordo com entrevista com um dos dirigentes “a venda de matérias-primas (exemplo da mandioca, leite, feijão etc.) para os atravessadores das agroindústrias regionais ocorre muito e eu diria que é a melhor experiência de venda que nós temos nos assentamentos de reforma agrária” (EP6). Tal afirmação demonstra o poder dos oligopsônios rurais (MENDES, 2007) e reforça como ainda é problemática o tema da comercialização para o universo das agriculturas familiares e camponesas (PEREZ-CASARINO; FERREIRA, 2013), inclusive para o MST que possui um relativo grau de organização para os mercados.

Box 4 - O arroz orgânico Terra Livre

A produção de arroz orgânico começou a ser desenvolvida em 1999 nos assentamentos da reforma agrária na Região Metropolitana de Porto Alegre e buscava construir alternativas ao processo de integração industrial baseados em pacotes agroquímicos. Atualmente, a produção do arroz Terra Livre abarca uma rede de 13 cooperativas afiliadas, as quais atuam conjuntamente na organização da produção e da industrialização, proporcionando assessoria no planejamento, organização e controle da produção.

Nesse processo é fundamental registrar o papel do Estado e das políticas públicas para a criação e consolidação da produção do arroz agroecológico Terra Livre. Desde os recursos do PRONAF para a aquisição das sementes e estruturação das lavouras, passando pela assistência técnica terceirizada via recursos do INCRA e operacionalizada pela Cooptec, os dias de campo proporcionados pela EMATER, até os recursos do Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF) para a infraestrutura das máquinas, equipamentos e armazéns e assessorias técnicas e capacitação da UFRGS e outras universidades federais, conformando sistemas locais de conhecimento e inovação (LASSO, 2012; MARTINS, 2017).

De acordo com os dados coletados junto a dirigentes do MST (EP4 e EP8), a produção de arroz agroecológico vem conseguindo sua independência produtiva através da produção da própria semente, destacando-se a produção das variedades IRGA 417, 426, e EPAGRI 108. Além disso, tem avançado bastante nos processos de beneficiamento da produção desenvolvidas pelas Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN), Cooperativa de Produção Agropecuária de Tapes (COOPAT), Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP) e Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COOPERAV), totalizando uma capacidade de 410.000 sacas para a secagem e armazenagem, mas ainda recorrem à serviços de terceiros para complementar esse processo. Ao final são produzidas variedades de arroz parboilizado e integral, das variedades cateto e agulhinha.

Os clientes das agroindústrias do arroz agroecológico Terra Livre são classificados como intermediários (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010). Dentre os intermediários, considera-se o Estado por meio de suas políticas públicas que conformam os mercados institucionais e abastecem os equipamentos públicos de saúde, educação e segurança, os mercados convencionais que incluem os supermercados, minimercados e outros pontos varejistas privados, a exportação, e os circuitos curtos próprios, que incluem as feiras diretas, grupos de consumo e pontos varejistas próprios. Além disso, de forma pontual e muito relacionado com um turismo pedagógico, as agroindústrias recebem inúmeros visitantes que incluem na sua maioria agricultores, técnicos e estudantes que buscam conhecer o MST, suas produções e aproveitam a oportunidade para adquirir os produtos da reforma agrária de maneira direta.

entrevistados (ET4 e EP1), embora em fase inicial, tais empreendimentos já contabilizam um universo de mais de 4.000 pontos de venda.

As estratégias de exportações são recentes e, em geral, associadas a casos pontuais de interação com governos e organizações de movimentos sociais internacionais – em parte mediados pela Via Campesina, as quais serão citadas na seção seguinte dos mercados institucionais. No que tange à exportação para os mercados convencionais, vale destacar que já foram realizadas transações comerciais de arroz orgânico com os Estados Unidos (EA3) e com a China (EP4). “No caso da China, o que chama atenção são os volumes solicitados, volumes estes que muitas vezes exigem que ampliemos a capacidade produtivas de nossas cooperativas” relata um dos entrevistados (EP4). Ou seja, devido à escala massificada de produção e à necessidade de escoamento, as estratégias de exportação que ocorrem com a China e os Estados Unidos, se caracterizam pela dinâmica dos mercados convencionais, tensionando a convencionalização dos contramovimentos ao regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016; BORRAS JÚNIOR; EDELMAN; KAY, 2008; SCHNEIDER, 2016; BASTIAN, 2018).

3.3.2.4 Mercados públicos e institucionais: PAA, PNAE e exportações mediadas por relações solidárias e políticas

De acordo com Schneider (2016), os mercados públicos e institucionais são espaços de trocas mediados por uma instituição com interesse público, podendo ser o Estado, alguma organização internacional e/ou organização pública não governamental. São mercados com alto grau de regulamentação e controle formal, atuando nas dimensões da redistribuição e centralidade proposto por Polanyi (2000). Seus dispositivos institucionais requerem mecanismos de governança abertos e democráticos, pois são o resultado de efetivas construções sociais e políticas. Via de regra, se expressam pelas políticas públicas criadas e/ou adaptadas para atender demandas societárias ou como uma modalidade de comércio justo.

No caso do MST, os mercados públicos e institucionais possuem uma centralidade estratégica, segundo entrevistas com seus dirigentes. Nesse contexto, vale destacar que, ao longo das gestões de Lula e Dilma no governo federal, as agriculturas familiares e camponesas gozaram de especial atenção estatal. Conforme Schneider e Grisa (2015), o Brasil vivenciou uma geração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar – com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – cuja finalidade é promover o

acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar – e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – cuja a finalidade é oferecer alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Uma das dirigentes da secretaria nacional relata que “de 2011 para cá, o mercado institucional começou a ajudar a escoar a produção” (EP3). Isso potencializou sobremaneira a produção agropecuária dos assentamentos de reforma agrária, gerando, inclusive, “crises de superprodução em alguns assentamentos” (EP5). Nesse aspecto, um dos dirigentes entrevistados relata que:

A experiência real do governo Lula de organizar políticas públicas em que se constituiu duas coisas fantásticas: o PAA e PNAE. Foram as políticas públicas mais avançadas que nós tivemos e que tínhamos demandado ao Estado. Elas proporcionaram um salto de qualidade e nos puxam em uma velocidade que nós não estávamos preparados (EP6).

As entrevistas realizadas com as lideranças do MST apontam que as políticas públicas voltadas ao mercado institucional foram realmente significativas para as cooperativas de produção agropecuária da reforma agrária. Em 2014, mais de 90% da produção da COOTAP (uma das cooperativas produtoras do arroz agroecológico) foi para programas sociais, através do PAA e PNAE (HERRERO, 2014). Grandes cidades como São Paulo, São Bernardo do Campo, Campinas, dentre outras, absorviam uma quantidade significativa de alimentos produzidos das cooperativas do MST. Ou seja, as políticas públicas operacionalizadas pelo estado neodesenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2006) contribuíram para o crescimento das produções agropecuárias nos assentamentos, especialmente com o fortalecimento das compras públicas. Tamanha é a importância dos ‘mercados institucionais’ que todas as lideranças entrevistadas destacaram que sua manutenção é um dos objetivos primordiais do MST: “[...] o sonho é que as políticas públicas garantam que o Estado absorva toda a produção ou pelo menos 80%” (EP6); “[...] defendemos que o Estado, através da CONAB, deveria ter o mercado na mão (EP3)”; “quando se estava no auge das políticas públicas, ninguém queria saber do restante das linhas de comercialização (EP5)”; “o sentido maior da reforma agrária popular é que é preciso disputar o mercado institucional. Ou seja, levar comida para o povo, PAA compra antecipada e PNAE merenda escolar para crianças” (EP9). Denota-se, portanto, a visão estatista dos dirigentes do MST para os seus mercados alimentares.

Box 5 - O arroz orgânico Terra Livre também abastece os mercados institucionais

Atualmente há 363 famílias do MST produzindo o arroz orgânico em 15 assentamentos e 13 municípios – Charqueadas, Capela de Santana, Eldorado do Sul, São Jerônimo, Canguçu, Manoel Viana, Tapes, Arambaré, Nova Santa Rita, Viamão, Capivari do Sul, Guaíba e Santa Margarida do Sul. A área plantada na safra de 2018-2019 é de 3.433 hectares, e a estimativa de colheita é de aproximadamente 16 mil toneladas (MST, 2019).

De acordo com Herrero (2014) a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap) foi beneficiada por vários programas do governo federal e estadual, na área de infraestrutura da produção. Noventa por cento da produção da cooperativa foi escoada através dos programas de mercado institucional naquele ano. Os do PAA, articulados pela Conab, favoreceram a organização nas modalidades formação de estoque e doação simultânea, que atendem a 26 instituições urbanas voltadas a famílias em situação de vulnerabilidade social, beneficiadas pelo programa Fome Zero.

Via PNAE, este arroz foi destinado à merenda de um milhão e seiscentas mil crianças de 19 municípios do Estado. Através do PAA, o arroz a vácuo foi para estoque da Conab, ou para instituições beneficentes. Em 2014, o “Terra Livre” ultrapassou o solo gaúcho, após vencer Chamada Pública da Prefeitura de São Paulo, por causa de qualidade dos alimentos e dos preços justos. Com o domínio de toda a cadeia produtiva, incluindo transporte e logística, as três cooperativas reforçaram a merenda paulistana com arroz livre de agrotóxico e com certificação orgânica internacional (HERRERO, 2014). Além de abastecer o RS e SP, o alimento chega aos estados de Minas Gerais e Paraná. Na capital paulista, o MST deve entregar à escolas públicas cerca de 2 milhões de quilos de arroz em 2019 (MST, 2019).

No caso das exportações, a primeira experiência ocorreu em 2008, para os Estados Unidos. Depois, o alimento foi para a União Europeia, Portugal, Holanda, Alemanha, Espanha e Venezuela, tendo como foco o comércio justo e solidário. Atualmente, há busca de novos mercados na Grécia, Portugal, Espanha, Holanda, Argentina, Emirados Árabes, China, Haiti, Jamaica, Costa Rica, Itália e Peru, entre outros países.

Não obstante, as crises políticas e econômicas do governo de Dilma Roussef atingiram as políticas públicas que conformavam o mercado institucional. “A tragédia de tudo isso foi o Golpe de 2016 e as eleições municipais¹⁹ (EP6)”, lamenta um dos entrevistados. Mesmo antes daquele momento de ‘ruptura institucional’, os recursos públicos voltados às políticas sociais (dentre elas as diversas formas de fomento às agriculturas familiares e camponesas) já estavam em franco processo de retração. No entanto, após a consumação do impeachment do Governo Dilma Roussef, boa parte das estruturas governamentais e políticas públicas com caráter de inclusão produtiva, inclusive àquelas voltadas à agricultura familiar, estão em pleno desmantelamento ou já foram encerradas (MATTEI, 2017). Uma das dirigentes entrevistadas ilustra essa questão: “Saímos de uma realidade de mais de 20 contratos de PNAE com grandes prefeituras, para apenas 2 ou 3 contratos pequenos” (EP5). Após a consumação do Golpe de 2016, o governo de Temer (SOUZA, 2017) deixou explícita qual seria sua política para a agricultura ao extinguir o MDA e praticamente desmontar boa parte das políticas públicas para a agricultura familiar. Um dos dirigentes entrevistados ressalta que: “Esse panorama nos obrigou a discutir com mais seriedade o tema dos alimentos e dos mercados, já que se criou um problema econômico para o MST e uma crise interna na organização política diante da

¹⁹ Com a destituição da presidenta Dilma Roussef em 2016, a imagem dos partidos do campo progressista foi profundamente afetada pela narrativa parcial da Lava Jato, o que prejudicou diretamente seus desempenhos nas eleições municipais do mesmo ano (nota do autor).

dependência de recursos públicos vinculadas com as políticas públicas até então operadas (EP6).” Por isso, as interfaces com as diferentes tipologias de mercados para além dos mercados públicos e institucionais (SCHNEIDER, 2016) passaram a receber maior atenção também pelo MST, criando a necessidade de novos repertórios de ação coletiva (SILVA, 2014).

Nesse contexto, as exportações também passaram a receber uma atenção crescente por parte das cooperativas do MST, especialmente as mediadas pelas organizações internacionais como a FAO e a Via Campesina. Entrevistas com representantes da Coceargs (EP4 e EP8) apontaram que houve uma parceria com a FAO para o fornecimento de sementes de hortaliças da Bionatur para a Venezuela. Ademais, havia uma relação direta com o governo venezuelano para o abastecimento de arroz parboilizado, farinha láctea, leite em pó, feijão preto, café, açúcar, carne, lentilha, ervilha e aveia que são originários de cooperativas próprias, bem como parcerias com terceiros para exportar massas e óleo de soja. Além da Venezuela, entrevistados destacaram negociações em andamento com El Salvador para exportação de arroz, leite em pó e café com a China para a exportação de mel, sucos e café, bem como frutas, principalmente maçã, banana, laranja, manga e mamão.

É interessante observar que uma parcela das estratégias de exportações do MST está articulada com as bandeiras da agroecologia e da SOBAL, os quais também representam contramovimentos ao regime alimentar corporativo. Ou seja, grosso modo, não se trata de exportação de mercadorias para mercados consumidores sob os ditames da lei da oferta e da procura. Pelo contrário, pois há uma relação solidária e política mediada com outras organizações de movimentos sociais integrantes da Via Campesina, uma TAM que congrega camponeses de distintos lugares do mundo. Um dos dirigentes entrevistados ressalta que “a cooperação internacional pode criar algumas oportunidades boas de negócios” (EP4). Portanto, essa modalidade de exportação pode ser considerada como um mercado institucional, conforme classificação de Schneider (2016).

3.3.3 Como as lideranças do MST interpretam suas estratégias demercados alimentares

Quando se analisa a trajetória histórica disponível em seu sítio eletrônico (<http://www.mst.org.br/nossa-historia>) observa-se que a noção de mercado aparece somente três vezes. A primeira se expressa na luta indígena contra a “mercantilização” ensejada pelos

portugueses durante a colonização brasileira (subtópico 70-82). A segunda se expressa como uma crítica aos governos FHC em que a agricultura estava subordinada ao “mercado internacional” e a agricultura familiar abandonada pelo Estado (subtópico 94-95). E, por fim, no último período (subtópico hoje) em que se aborda a Reforma Agrária Popular e o “mercado” representa um lócus de comercialização dentro do território nacional para alimentos saudáveis produzidos sob os princípios agroecológicos com o intuito de abastecer a classe trabalhadora:

[...] o MST está debatendo com sua base e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente. **Priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno**, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente. Queremos uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo. Com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude (MST, 2018, grifo nosso).

Assim, a noção de construção de mercados alimentares como uma estratégia explícita do MST é algo que vêm à tona somente a partir de 2014, quando, em seu VI Congresso Nacional é ressignificada a bandeira da reforma agrária popular, mas exclusivamente enfocada em canais de comercialização mais vantajosos. “Na década de 2000 vai entrar na pauta a produção de alimentos e não de *commodities*”, destacou um dos dirigentes entrevistados (EP8). Ou seja, ao não considerar o alimento como uma mercadoria fictícia (POLANYI, 2000), a construção social de mercados pelas agriculturas familiares e camponesas, que vai muito além dos canais de comercialização, possibilita o redesenho das relações de produção, abastecimento, processamento e consumo de alimentos, de forma a reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo e fazendo uma aproximação entre agricultores e consumidores (PEREZ-CASARINO; FERREIRA, 2013), o que em última instância vai influenciar na promoção dos sistemas de produção agroecológicos (PETERSEN, 2013).

Este aspecto é central para compreender como o debate dos mercados ganha espaço dentro do MST. A “[...] preocupação com o mercado vai acompanhar o crescimento das nossas produções agropecuárias” (EP3), relata outro dirigente. O fato primordial é que com o tempo e a experiência adquirida ao longo de seus 35 anos de existência, o MST foi conseguindo, entre descompassos e incompletudes, organizar suas produções agropecuárias e agroindustriais nos assentamentos de reforma agrária por meio da constituição de associações

e cooperativas. Desse modo, necessita vender a produção para gerar renda às famílias de agricultores assentados, o que é um problema para o qual sempre se deu menor atenção. Em alguma medida, acreditava-se que, uma vez tendo a produção, o mercado (*sic*) estaria lá, pronto, apenas esperando os produtos.

Uma das dirigentes entrevistadas aponta que “o MST sabe ocupar terra improdutivo, produzir, colher e agroindustrializar. Mas daí para comercializar é uma limitação” (EP5). Quer dizer, ao resolver-se um dos principais problemas da agricultura (a produção de alimentos), gerou-se o problema clássico da comercialização, o qual comumente se denomina de ‘gargalo de comercialização da agricultura familiar’. Um técnico entrevistado sintetiza essa questão: “o DNA da agricultura não é trabalhar na venda, mas na produção. Por isso os atravessadores adoram” (ET9). Assim, um dos dirigentes da secretaria nacional ressalta a importância de se compreender a gênese dos agricultores relacionados com a produção:

São camponeses, não são comerciantes e você mudar isso não é fácil, porque o mais simples é você entregar a sua produção para o primeiro atravessador que passar na sua casa. O MST avançou muito da porteira para dentro. O desafio agora é da porteira para fora para ter acesso qualificado aos mercados (EP6).

Nesse sentido, os mercados públicos e institucionais fortalecidos ao longo das gestões do PT no governo federal tiveram a capacidade de aperfeiçoar diferentes elos das cadeias produtivas em que as agriculturas familiares e camponesas estavam envolvidas. No caso do MST, diferentes experiências econômicas se desenvolveram para atender à crescente demanda gerada pelo PAA e o PNAE. No entanto, a partir da ‘ruptura institucional’ de 2016 e o consequente impeachment da presidenta Dilma Roussef, o ‘sonho dos mercados institucionais’ virou um pesadelo e a necessidade de escoar a produção e gerar renda para as famílias assentadas levou às organizações da reforma agrária a se envolverem mais diretamente com diferentes tipos de mercados da agricultura familiar, para além dos mercados públicos e institucionais (SCHNEIDER, 2016). Nesse cenário nacional, as feiras dos assentados retomaram maior importância, na medida em que representam uma das primeiras e principais formas de comercialização da produção das agriculturas familiares e camponesas (DAROLT *et al.*, 2016) e de diálogo com a sociedade. Nesse sentido, um dos dirigentes entrevistados ressalta que:

No contexto do pós-golpe de 2016, as opções do mercado institucional ficaram limitadíssimas e como as famílias precisam de renda nós tivemos que ir para o varejo [...] assim, nós fizemos um redirecionamento dos esforços para as feiras, na

medida em que o PAA foi sendo desmontado. Tanto é que se passou de 10, 12 feiras para 35 só na Região Metropolitana de Porto Alegre (EP8).

Dentre estas feiras, estão as feiras ecológicas da reforma agrária realizadas em parceria com Shoppings Centers de Porto Alegre. O que, a princípio, se caracterizaria como um contrassenso – na medida em que o MST possui entre suas bandeiras a luta contra o capitalismo e os *shoppings centers* são uma das expressões mais simbólicas do consumismo – vem se revelando uma inovadora forma de escoar a produção de alimentos. Além disso, tais mercados de proximidade permitem “desmistificar” as deturpadas visões existentes entre os públicos produtores e consumidores. A Gerente de Marketing do Shopping Praia de Belas, explica a motivação da iniciativa: “a procura das pessoas por alimentos orgânicos tem sido cada vez maior nos últimos tempos. Assim, passamos a oferecer uma nova opção na cidade àqueles que optam por este tipo de alimentação e hábito de vida” (INCRA, 2017).

O problema é que a maioria dos consumidores destas feiras busca cuidar da sua saúde e, grosso modo, ignora a origem dos alimentos que consomem, o que dificulta o vínculo com a reforma agrária. Questionado sobre esse paradoxo das feiras da reforma agrária em *shoppings centers*, um dos dirigentes da secretaria nacional comenta sobre a estratégia de sobrevivência imposta pelas adversas condições dos mercados públicos e institucionais, associados com a importância de se massificar a alimentação saudável junto à classe média para desmistificar o preconceito que a mesma possui acerca do MST:

Produto bom, limpo e saudável, a classe trabalhadora precisa comer todo dia. Além disso, nos *shoppings* estão as pessoas da classe média que tem a possibilidade de comprar. E sim, é um paradoxo, mas foi uma estratégia para atingir a classe média empoderada e, a partir disso, fazer um diálogo com os consumidores sobre a importância da produção orgânica. O ruim seria se nós apenas estivéssemos olhando para os *shoppings* e esquecer as feiras de bairro. Esse momento é uma brecha para também fazermos um diálogo político com um segmento da sociedade que bate muito no movimento (chamam de vagabundo, sem vergonha, ladrões etc.), mas por uma razão de desconhecimento (EP3).

O improvável encontro de assentados da reforma agrária com um público que frequenta *shoppings centers*, pode acarretar desconstruções mútuas de conceitos (e preconceitos) entre quem produz e comercializa e quem consome. Por um lado, os consumidores com informações deturpadas sobre o MST podem criar vínculos de confiança mediante a busca pela alimentação saudável. Por outro, produtores assentados da reforma agrária que desprezam ideologicamente ‘a burguesia que sustenta *shoppings*’, podem conhecer histórias de vida não tão distantes das suas. Ou seja, esse improvável encontro de

dois públicos com realidades distintas – “consumidores *ego-trip*” (Guivant, 2003) e agricultores familiares e camponeses assentados da reforma agrária – pode proporcionar importantes encontros e desconstrução de preconceitos por meio do diálogo e da construção das relações de confiança, conforme destacam Darolt *et al.* (2016), Rover (2011) e Sabourin (2009) proporcionando uma aliança entre campo-cidade (TANAKA; PORTILHO, 2018). Entretanto, tensões entre as diferentes realidades dos assentados e consumidores da classe média também ocorrem. Sobre essa complexa relação, um dos dirigentes relata algumas dificuldades:

Às vezes, uma pessoa de classe média que você vê que é bem afeiçoada, bem vestida, que certamente chegou com um carro novo, vai reclamar que a alface custa R\$2. Ela não associa que seu carro custou R\$120.000, por exemplo. Isso ainda não está resolvido e incomoda um pouco os nossos agricultores. Por que eu não posso valorizar o alimento? [...] na formação dos preços pelos consumidores está embutida uma visão muito convencional em que não se dá a importância a todo o processo por detrás de um simples alimento (EP6).

Observa-se nesse relato como a desigualdade social associada com a desvalorização dos alimentos e, portanto, das agriculturas familiares e camponesas conformam um quadro institucional contraditório. Ou seja, diante de uma realidade em que o alimento foi barateado pela modernização conservadora para não pressionar os salários da classe trabalhadora (MAZOYER, 2010), lidar com alimentos com qualidades diferenciadas para um contingente de consumidores que ignora esse fato, apesar de terem condições aquisitivas para pagarem um pouco mais, se apresenta como um desafio para os mercados alimentares das agriculturas familiares e camponesas (PEREZ-CASARINO; FERREIRA, 2013).

Ainda no que tange às feiras, o MST se vale das feiras realizadas em eventos nacionais e regionais, sejam de terceiros, sejam próprios (municipais, regionais e/ou estadual), para potencializar a aliança com os consumidores, ao apresentar os resultados da reforma agrária, proporcionar o acesso de alimentos saudáveis à população e dialogar com a sociedade (TANAKA; PORTILHO, 2018). Sobre as Feiras Nacionais da Reforma Agrária, uma das dirigentes relata que a mesma:

[...] foi o instrumento que mais dialogou com a sociedade na história do MST. Inclusive, mais que a ‘Marcha Nacional’. A marcha tem aquele resquício de que se está atrapalhando o trânsito, o que exalta o lado ruim do movimento. Nas duas feiras (2015 e 2017) realizadas em São Paulo, passaram mais de 300.000 pessoas. Ou seja, são megaeventos de diálogo, mas que precisa gerar uma reação em cadeia nas feiras estaduais, regionais e finalmente nas feiras livres de cada assentamento (EP5).

Esse relato é particularmente importante. Observa-se que uma feira nacional, que apresenta uma amostra dos produtos, das culturas regionais e das pessoas assentadas possui um impacto positivo maior do que uma tradicional marcha política com bandeiras pelas ruas. Ou seja, são novos repertórios de ação coletiva que ampliam as lutas sociais (SILVA, 2014; FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Um dos dirigentes da secretaria nacional comenta sobre o formato da Feira Nacional em São Paulo: “a Feira Nacional é ‘*gourmetizada*’ para dialogar com a classe média, pois combina música de qualidade – música de dirigente, não de assentado –, cultura e alimentação saudável” (EP6). Quer dizer, as necessidades de incorporação da crítica ética ao regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016), que se expressa nos debates da agroecologia, soberania e segurança alimentar e nutricional e alimentação saudável têm se demonstrado insuficientes para um contramovimento (POLANYI, 2000). Assim, torna-se necessário incorporar às críticas estéticas para envolver diferentes estratos da sociedade (NIEDERLE, 2017b; PORTILHO; BARBOSA, 2016).

Como destacam Niederle e Wesz Junior (2018), além da crítica ética protagonizada, sobretudo, pelos movimentos sociais, há outro tipo de dinâmica que repercute uma “crítica estética” ao regime alimentar corporativo. Esta crítica não focaliza a iniquidade do modelo, mas sua incapacidade de responder à emergência de novos estilos de vida. Ainda de acordo com os autores, a aproximação destes novos estilos com o mundo rural revela uma crescente sobreposição entre as críticas estética e cívica. Isto é notório, por exemplo, no movimento de gastronomização, o qual assumiu, primeiramente, uma preocupação com o discurso da sustentabilidade e da localidade, o que levou a revalorização dos produtos frescos, da biodiversidade e orgânicos e, em seguida, incorporou busca por produtos das agriculturas familiares e das comunidades tradicionais. A nova fronteira são as formas de acesso a eles: ir à feira, por exemplo, voltou a ser moderno, ainda mais se ela estiver no estacionamento de um *shopping center*. Ademais, quando este tipo de prática conjuga ainda a intenção de ser um ato político – apoiar determinado tipo de agricultor ou sistema de produção, como nas feiras agroecológicas ou Armazéns do Campo –, nota-se uma aproximação entre a crítica estética e sua congênere ética. Nota-se, neste sentido, aquilo que Barbosa (2016) define como “processo de ‘eticização’ da estética simultaneamente a uma ‘estetização’ da ética”.

Ir à feira se tornou um ‘fato estético total’, sobretudo na medida em que o consumidor descobre ali um ambiente de lazer, entretenimento e sociabilidade. As pessoas não vão à feira apenas por causa do alimento, nem mesmo do seu preço.

Algumas vão a feira e sequer compram alimentos. O que interessa é o conjunto da experiência que estes ambientes proporcionam (NIEDERLE; WESZ JÚNIOR, 2018).

Com o sucesso das Feiras da Reforma Agrária em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte (EP5), o MST assumiu a importância de constituir pontos varejistas próprios. Apesar da experiência da Loja da Reforma Agrária em Porto Alegre ser de 2002, apenas em 2016 o MST inicia uma estratégia em nível nacional de criar pontos varejistas próprios e estabelecer canais de comercialização permanentes para dialogar com a sociedade e apresentar os resultados da reforma agrária. De acordo com entrevistas sobre o Armazém do Campo, um dos dirigentes relata que tais pontos próprios de varejo possibilitam uma ‘*gourmetização*’ dos alimentos, ou seja, produtos diferenciados e com um padrão de qualidade superior, os quais criam um crescimento expressivo das margens de lucro de comercialização.

É a nossa produção ‘*gourmet*’ [...] é um produto que vai para a classe média e faz a propaganda de toda a cadeia produtiva. Há uma ‘*gourmetização*’ de uma parte do mercado e aqui o preço vai lá nas alturas. Exemplo das cachaças melhoradas e cervejas artesanais. Isso te dá uma receita adicional impressionante. Qual o risco desse processo? É o MST se tornar o produtor de produtos chiques para a nossa classe média alta. Por isso que a gente não quer embalar com mala e cuia nisso aqui, porque com isso aqui a gente pega gosto, é sedutor (EP6).

O relato apresentado destaca como as críticas estéticas também vêm sendo incorporadas nos Armazéns do Campo do MST, na medida em que os tais produtos ‘*gourmetizados*’ tornam-se parte de seus processos comerciais. Outros dirigentes do setor de produção corroboram essa assertiva. De acordo com EP3, “o Armazém do Campo é a nova estratégia desenvolvida para os mercados de orgânicos voltados à classe média”, ainda que, como destaca EP5, “nós temos consciência que os Armazéns do Campo não irão resolver os nossos problemas de comercialização”. Por fim, EP9 aponta que “aqueles nossos mercadinhos do Armazém do Campo são só propaganda e nos custa um pouco caro”.

Em suma, há uma racionalidade estratégica que norteia essa ação do MST para dialogar com um público consumidor urbano que, crescentemente, valoriza a temática da alimentação saudável e que, em função disso, pode estabelecer alianças que fortaleçam as bandeiras da reforma agrária, da agroecologia e da SOBAL. Enquanto as feiras têm atraído, sobretudo nos *shoppings centers* de Porto Alegre, consumidores com maior poder aquisitivo, pessoas da terceira idade, com escolaridade relativamente alta e que possuem preocupações

centrais com a saúde e o bem estar, nos Armazéns do Campo e Feiras Nacionais da Reforma Agrária há uma parcela expressiva de consumidores que são “militantes” da causa da reforma agrária (BORTOLOMIOL; NIEDERLE, 2019), os quais assumem um papel pró-ativo de “consum-atores” que tornam suas práticas de consumo um ato político (NIEDERLE, 2014), mas que necessitam estar associados às críticas estéticas de uma multiplicidade de formas de consumo.

A despeito dos esforços para as constituições das feiras, feiras em eventos próprios e de terceiros, tais mercados são insuficientes para o escoamento da produção dos assentamentos, o que levou às organizações econômicas vinculadas ao MST relacionar-se crescentemente com os supermercados, minimercados e outros pontos varejistas e de prestações de serviços de alimentação. Em relação aos supermercados, as relações comerciais com as cooperativas da reforma agrária foram classificadas como ‘problemáticas’, na medida em que “a taxa de exploração é muito grande” (EP3). Outros dirigentes do MST reforçam que a dinâmica dos mercados convencionais é incompatível com a realidade da reforma agrária ao relatar as práticas comerciais das grandes redes supermercadistas que realizam transações com as cooperativas.

A gente paga R\$1 para o produtor, entrega para o Carrefour por R\$1,30 e o Carrefour revende a R\$10. Estou te dando um exemplo genérico, mas o absurdo dos valores é mais ou menos por aí [...] aí nós temos que explorar o nosso agricultor para o negócio dar certo porque os preços oferecidos estão muito abaixo do custo de produção. Claro que não podemos fazer isso. [...] e o Walmart quer que nós repassemos 3 carretas de enxoval (amostras grátis) para eles fazerem negócios conosco. Não sabemos onde isso vai dar (EP5).

Nós somos camponeses e lidar com o mercado de transnacionais nos coloca de forma muito frágil. Para entrar no Záfari²⁰ é preciso pagar ‘joia’, o que significa 3 ou 4 lotes de graça. Além do que requer repositor, requer logística, ou seja, há um custo que não se viabiliza. O mercado de varejo está controlado por oligopólios que você não consegue penetrar. Ou você dança a política deles, o que significa um custo elevadíssimo para nós que temos uma escala modesta, ou você não entra (EP8).

Conforme os relatos dos dirigentes, observa-se como a lógica da supermercadização (REARDON; BERDEGUÉ, 2002; WILKINSON, 2008) inviabiliza a sobrevivência das organizações econômicas das agriculturas familiares e camponesas (CABEZA, 2010), por meio da exploração de suas vulnerabilidades (SCHNEIDER, 2016). Com efeito, a efetividade desta estratégia tem sido questionada. Segundo entrevistados (EP4 e EP8), a comercialização do arroz orgânico do MST em uma das maiores redes de supermercados de Porto Alegre foi

²⁰ Rede de supermercados do Rio Grande do Sul (nota do autor).

suspensa pelo próprio Movimento, o que teria se dado após conflitos políticos internos gerados pela constatação de que a mesma estava operando com uma margem de lucro de mais de 100% sobre o valor pago à cooperativa, tornando o produto excessivamente caro ao consumidor e impedindo o acesso àqueles de menor poder aquisitivo²¹.

O relato das lideranças do MST demonstra o dilema vivido pelas organizações econômicas da reforma agrária: se submeter aos atores líderes do regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016) e massificar o acesso de alimentos saudáveis para a classe trabalhadora e/ou permanecer em estratégias “de nicho” que se aproximam das experiências proporcionadas pelas redes agroalimentares alternativas (DAROLT *et al.*, 2016). Um dos dirigentes ressalta que “o fato de buscarmos o mercado convencional não tira de nós o sonho de ter uma sociedade diferente” (EP3). Outro dirigente considera que “os mercados precisam ser ocupados, mas deve-se cuidar com a dependência e a submissão à lógica dos supermercados. Mas são contradições necessárias para a geração de divisas para os empreendimentos econômicos e às lutas políticas” (EP2).

Além dos supermercados, o MST também tem adentrado no universo dos minimercados e outros pontos varejistas. Vale ressaltar que os pequenos e médios mercados representam importantes volumes comercializados da produção dos assentamentos, bem como são significativos para o abastecimento alimentar das populações com menor poder aquisitivo, o que vai ao encontro dos discursos das lideranças entrevistadas. Nesse sentido, a Coceargs iniciou no ano de 2016 um projeto para ampliar as possibilidades dos mercados convencionais. Dois dirigentes relatam essa proposta, a qual focaliza em criar canais de comercialização para os alimentos da reforma agrária, notadamente os pequenos comércios:

Estão construindo uma rede de relacionamento com os minimercados da Região Metropolitana de Porto Alegre e estão ampliando um kit de produtos para entrar nesse mercado. É uma guerra de guerrilha. Vamos aos espaços menores onde podemos entrar com a nossa produção. Além disso estão com relações com representantes comerciais para entrar com os produtos orgânicos (EP8).

[...] Por outro lado, especialmente no Rio Grande do Sul, estão preocupados em estarem juntos com as pequenas redes de mercados dos bairros. Exemplo da Cooppan e da produção de carne. Há todo um relacionamento com os proprietários desses mercados, em que se reúnem uma vez por ano para apresentar uma conjuntura

²¹ Segundo um dos dirigentes da Secretaria Nacional do MST, a experiência das CPA's catarinenses é a mais exitosa junto aos mercados: “Ela conseguiu dialogar com os pequenos mercados, o Estado e as multinacionais padrão Walmart e Carrefour. Mas olha que tragédia! Você precisa entrar em uma multinacional para chegar até o povão. Se não, você não tem caminho de distribuição. Qual o problema disso? Eles não nos querem. Para entrar lá só se mudar a marca, se colocar o timbre deles (EP6)”.

política e econômica e setorial e criar uma fidelidade maior, pois há um lastro de origem, frescor e qualidade comprovada (EP3).

Observa-se a partir desses dois relatos a preocupação dos dirigentes do MST em construir relações comerciais diferenciadas com os pequenos negócios familiares. Isso implica em permitir uma maior proximidade com o consumidor final, especialmente na discussão da origem do alimento, especificidades da produção local e os aspectos que valorizam a qualidade e a segurança do alimento (MURDOCH; MARSDEN; BANKS, 2000). Tal debate vai ao encontro do que Goodman (2002) denomina de '*Quality Turn*', em que a questão agroalimentar se realocaliza e caminha em direção à qualidade como um valor associado à confiança, tradição local e novas formas de organização econômica. Esse debate também se expressa na ideia de McMichael (2016) na dualidade de 'comida de nenhum lugar' versus 'comida de algum lugar'.

Por fim, uma última modalidade de mercado alimentar desenvolvido pelo MST são as exportações. As entrevistas com os dirigentes apontaram que as exportações ocorrem de forma muito pontual, mas os objetivos centrais são os mercados internos. Conforme expostos na seção anterior, as modalidades de exportação do MST podem ser classificadas como (SCHNEIDER, 2016):

- a) mercados institucionais, quando essas transações se dão mediadas por organizações internacionais, como a FAO ou a Via Campesina, onde os dispositivos institucionais são a solidariedade, a confiança e o apoio político; ou
- b) mercados convencionais, quando essas transações se dão por uma necessidade econômica de escoamento da produção, onde os dispositivos institucionais são os preços e os contratos.

As lideranças entrevistadas do MST compreendem que os mercados alimentares convencionais necessitam ser 'ocupados' com as produções de alimentos saudáveis produzidos de forma agroecológica e cooperada pelos assentados da reforma agrária no intuito de estabelecer as alianças entre o campo e a cidade, ainda que estejam submetidos à dispositivos institucionais que geram desvantagem. Entrevistas ressaltam que "não se trata de disputar um mercado capitalista e reproduzir a lógica do capital e da acumulação infinita por meio do lucro" (EP2). Nesse sentido, um dos dirigentes entrevistados reforça que "o MST não abre mão que os processos econômicos ocorram de forma cooperativada e não pode haver um enriquecimento individual" (EP3). A temática da alimentação saudável e produção ecológica reforça politicamente o MST, ajuda a discutir a função social da terra e ajuda a vincular a

crítica ao agronegócio. “Isso soma ou não soma para a estratégia revolucionária? Questiona outro dirigente entrevistado, que responde: “sim, soma!” (EP8).

Quando questionados sobre os resultados esperados das construções dos mercados alimentares pelo MST, diferentes dirigentes expõem sua visão:

Onde queremos chegar? 1º. queremos que se escoo toda a nossa produção, de modo que a comida limpa e sadia possa chegar na mesa do trabalhador; 2º. A disputa pelo mercado não é para se fazer igual ao que estavam fazendo. A via solidária e justa é um caminho a ser seguido. O rumo deverá ser aquele que a demanda nossa se sustente com as estruturas de mercados existentes e o consumidor possa ter acesso a ela (EP3).

[...] qual o papel dos camponeses para a humanidade? É produzir o alimento saudável [...] o cuidado que o MST precisa tomar é que não seja apenas produtor de alimentos saudáveis e os outros componentes da luta política fiquem de lado. [...] Nosso objetivo é dar melhores condições para os pobres do campo poderem disputar. Sem o Estado não tem disputa [...] queremos que as famílias tenham renda e que não seja só financeiro, mas possam estar satisfeitas. Queremos que se faça propaganda do MST para que a reforma agrária avance. Por último, é preciso ter uma sobra para as famílias [...] a necessidade de viabilidade econômica tenciona o tempo todo a dimensão política (EP6).

Observa-se nesses relatos que os objetivos finais do MST com a construção dos diferentes mercados alimentares é possibilitar que o alimento saudável chegue na mesa da classe trabalhadora e não se torne apenas um nicho de mercado. Conforme declara um dirigente da Via Campesina, “orgânicos para os ricos, transgênicos para os pobres e fome para os miseráveis (E10)”. Por isso das bandeiras da reforma agrária, cooperação agrícola, agroecologia e SOBAL possuem tanta relevância para o MST. Neste aspecto, vale destacar o conceito de ‘conglomerados de cooperação’ (MARTINS, 2017), o qual visa analisar como as organizações econômicas do MST realizam as interfaces com os mercados capitalistas:

Buscando uma síntese política deste processo de resistência camponesa, desenvolvida nos assentamentos rurais da Região Metropolitana de Porto Alegre, organizados pelo MST, podem-se indicar os seguintes aspectos relevantes: a) O processo ocorre com base em um amplo sistema de cooperação agrícola, articulando vários níveis de entre ajuda, compondo um conglomerado de cooperação, indo desde a produção primária à agroindústria. Chega-se a ter controle do conjunto de todos os elos que compõem a cadeia produtiva do arroz; b) Este conglomerado de cooperação tem em seu conteúdo a estratégia da Reforma Agrária Popular, sendo orientado por uma organização política, o MST, sendo esta a identidade que lastreia os vínculos internos deste conglomerado. Em seu método, destaca-se a luta política como forma de pressão social junto aos governos e ao agronegócio. c) Este processo cooperado tem por base a efetiva participação das famílias que produzem, seja via grupos de produtores na base, que se representam no conselho deliberativo da cooperativa, seja nos grupos gestor do arroz ecológico. Bem como participam do processo de certificação garantindo um sistema interno de controle e monitoramento; d) Com

isto estabelece-se o controle social da produção e sobretudo o controle social dos resultados desta produção, tendo como princípio “cada um segundo o seu trabalho aportado”; e) Evidentemente que o processo está centrado no trabalho. Um trabalho efetivo das famílias assentadas articulado em diversas formas de entre ajuda. Mas o fundamental é quem trabalha, quem produz, planeja e decide sobre os rumos do conglomerado cooperativo; f) Verifica-se que a organização da produção se desenvolve mais rapidamente na medida em que a família assentada tenha clareza de onde vender a sua produção, a que preço vender e como ela irá retirar a produção do seu lote. Estes três elementos foram determinantes para impulsionar o trabalho camponês; g) A produção de base ecológica, gerou novos conhecimentos expressos no itinerário técnico da lavoura do Arroz Ecológico, mas sobretudo gerou o resgate da autoestima das famílias assentadas, fortalecendo sua pertença ao MST e sua identidade política. h) Em resumo, estes processos produtivos geraram organização, participação, consciência e luta (MARTINS, 2017, p. 214).

Verifica-se que o conceito de conglomerado de cooperação sugerido por Martins (2017) – uma das lideranças das cooperativas do MST –, se pauta pelas estratégias de cooperação agrícola nos assentamentos da reforma agrária e agroecologia e está associado com os princípios da gestão participativa e controle dos elos da cadeia produtiva dos chamados ‘carros chefes da produção’ agropecuária. Essas características permitem que se conformem organizações econômicas com uma lógica distinta da capitalista. Um dos dirigentes entrevistados busca esclarecer essa aparente contradição da disputa de um mercado capitalista:

Existem pressupostos centrais que são distintos do modelo capitalista, como a engenharia social necessária para operar o conglomerado de cooperação que requer uma gestão democrática e participativa das famílias em toda a cadeia produtiva e está orientada por uma estratégia política do movimento. Além disso, está baseado em um método da luta que aposta na conscientização de seus participantes para a transformação da realidade. Outro componente é a identidade política. Essa sutileza é o tempero que nos afasta dos *players* capitalistas, mas também nos afasta das redes da agricultura familiar (EP8).

Denota-se nesse relato as diferenças que as organizações econômicas da reforma agrária possuem com os *players* da cadeia global de valor (GEREFFI *et al.*, 2001), mas também representam diferenças das redes agroalimentares alternativas e suas propostas de circuitos curtos de comercialização e pequena escala (DAROLT *et al.*, 2016; ROVER, 2011). Estas são, portanto, as leituras de algumas das principais lideranças políticas do MST sobre os mercados alimentares constituídos pelas organizações econômicas da reforma agrária. Verifica-se a construção de alternativas concomitantes de mercados alimentares para os produtos da reforma agrária com o intuito central de escoamento da produção sem a intermediação de terceiros. Observa-se um discurso muito voltado ao mercado institucional, mas uma prática de diversidade e coexistências de diferentes mercados alimentares – de

proximidade, local e territorial, convencional e público/institucional – o que, por sua vez, gera um tensionamento permanente entre a dimensão política-ideológica do movimento com a necessidade de sobrevivência das famílias assentadas.

Conforme Schneider (2016), as tipologias de mercados da agricultura familiar podem ser classificadas pelo tipo de agricultor que os acessa, o locus e/ou alcance espacial, a natureza dos mercados, as formas de regulação e os canais de comercialização utilizados. Assim, há uma transição e coexistência entre as diferentes variáveis supracitadas que conformam as tipologias propostas de mercados, nos quais é possível compreender o posicionamento das estratégias das organizações econômicas dos assentados da reforma agrária, não representando mercados estanques e, portanto, separados.

Em síntese, o caso brasileiro apresentado demonstrou como a política-econômica pós-1964 influenciou no lugar da agricultura e dos movimentos sociais do campo. Desse modo, a partir de 1964 no Brasil, foram analisados os governantes, as instabilidades institucionais e os diferentes modelos econômicos adotados. O Brasil se alternou entre períodos de coexistência do desenvolvimentismo com ortodoxia econômica, neoliberalismo, novo-desenvolvimentismo e ressurgimento da vertente neoliberal.

A herança do modelo agrícola desenvolvido desde os primórdios do país (latifúndio, monoculturas, exportação, trabalho escravo e alto impacto ambiental) gerou a realidade dualista das grandes propriedades como epicentro do crescimento econômico, associado à uma heterogeneidade das pequenas e médias propriedades, as quais englobavam a produção para subsistência e os excedentes para o mercado interno. Com o golpe militar de 1964, o pensamento conservador impôs uma preocupação exclusiva com as questões relativas à oferta e demanda de alimentos, ignorando a questão social da reforma agrária. Assim, o país realizou uma modernização conservadora e integrou sua agricultura de forma crescente junto às principais cadeias produtivas internacionais de commodities. Com o retorno da democracia no Brasil, o modelo da economia do agronegócio seguiu como epicentro do crescimento econômico, com destaque para o complexo soja-carne. Isso continuou deixando à margem a agricultura não empresarial, representada pela heterogeneidade das ruralidades existentes no país, embora seja significativo registrar que, grosso modo, a partir de 1996 com a criação do PRONAF, a agricultura familiar vai conquistando crescentes espaços nas políticas públicas, embora de forma marginal à agricultura industrial.

O objetivo central do exercício macro analítico realizado nas duas primeiras seções deste capítulo (3.1 e 3.2) foi apresentar os grandes contornos que influenciam na atual ação

coletiva das organizações das agriculturas familiares e camponesas no Brasil. Esse pano de fundo possibilitou a realização da análise meso analítica proposta na metodologia deste estudo. Assim, o foco do estudo voltou-se ao MST, que mobiliza e desenvolve uma diversidade de ações produtivas e comerciais, tendo em vista a construção social de mercados – ainda que não de forma explícita. Além disso, foram analisadas as compreensões das lideranças sobre esse fenômeno. O próximo capítulo apresentará o caso chileno.

4 CHILE: DA DITADURA AO NEOLIBERALISMO, FRAGMENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO ESTATAL PARA A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ALIMENTARES DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS

Para contextualizar em linhas gerais o ambiente institucional no qual se constituem os movimentos sociais do campo chileno, a opção foi um recorte histórico do período pós-golpe militar. O presente capítulo está dividido em três seções. A primeira realiza uma análise da trajetória histórica da política e da economia do Chile a partir do golpe militar de 1973. Essa data foi arbitrariamente selecionada por considerarmos como um divisor de águas da história recente chilena no que tange à conformação dos atuais arranjos institucionais. Esta seção foi subdividida em três subseções para analisar três períodos distintos da história política e econômica recentes: 1. O período da ditadura militar (1973-1989); 2. O primeiro ciclo de democracia chilena pós-ditadura (1989-2009) sob o governo da ‘*Concertación de Partidos por la Democracia*’; e 3. A volta da alternância do Poder (2010-2017).

A segunda seção se fundamenta nos mesmos períodos históricos para evidenciar as transformações ocorridas na agricultura chilena e o papel desempenhado pelos movimentos sociais em cada período. O foco volta-se nas duas primeiras seções a destacar o *path-dependency* institucional que, ao mesmo tempo, restringiu e potencializou as ações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas no Chile. Por fim, a última seção analisa três organizações da AFC chilena – *Asociación de Mujeres Rurales y Indígenas (ANAMURI)*, *Movimiento Agroecológico Latinoamericano (MAELA)* e *Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile (MUCECH)* com vistas a:

- a) contextualizar brevemente cada organização;
- b) apresentar os mercados alimentares articulados; e
- c) compreender a interpretação das lideranças destas organizações sobre o potencial destes mercados para a promoção das suas estratégias.

4.1 A TRAJETÓRIA POLÍTICA E ECONÔMICA DO CHILE A PARTIR DO GOLPE MILITAR

O dia 11 de setembro possui um significado particular para a população chilena. Diferentemente da narrativa construída em decorrência dos atentados às torres gêmeas em

Nova York, Estados Unidos, foi nessa data, no ano de 1973 que ocorreu o bombardeio ao Palácio de la Moneda— sede do Governo Chileno na capital Santiago – e que resultou no suicídio do presidente Salvador Allende como desfecho trágico de um ciclo do país. As Forças Armadas chilenas comandadas pelo general Augusto Pinochet – sob a ingerência direta dos interesses do governo estadunidense na luta para ‘extirpar o câncer marxista até as últimas consequências’¹ – impuseram um fim forçado ao governo socialista eleito democraticamente e que já vinha sofrendo com as ações políticas, econômicas e terroristas da oposição com o intuito de desestabilizar e, portanto, inviabilizar sua governabilidade.

Para compreender como a situação do país chegou a esse extremo é preciso recuar um pouco na história. De acordo com Winn (2010), Allende fora deputado, ministro, senador e três vezes candidato presidencial. Em 1970, conseguiu vencer as eleições por vias democráticas para suceder ao governo do democrata-cristão Eduardo Frei Montalva (1964-1970). O pano de fundo para o deslocamento para a esquerda do espectro político daquele momento se caracterizava pela inflação, o desemprego, a dependência do capital financeiro, o desabastecimento alimentar, o êxodo rural e a marginalização dos sem-tetos suburbanos que faziam crescer as *poblaciones* faveladas. Vale destacar que este é o período do Segundo Regime Alimentar, o qual tinha na sua base a “ajuda alimentar” estadunidense aos países que sofriam de desabastecimento crônico de alimentos, como o Chile.

Em seu governo, o ‘*compañero presidente*’ executou um ousado programa de transição democrática ao socialismo, que visava a construção de um Estado popular e uma economia planificada. Para tanto, realizou uma reforma agrária profunda, nacionalizou bancos e empresas estratégicas em setores como cobre², ferro, carvão, salitre; socializou as principais empresas de produção e distribuição chilenas por meio da autogestão nos conselhos populares; avançou com os processos de distribuição de renda e aumentou significativamente os programas sociais na área da saúde, educação, alimentação e habitação. Além disso, foi responsável por uma expressiva reorganização e ampliação dos sindicatos dos trabalhadores e pelo reconhecimento das demandas ancestrais dos mapuches e outras etnias até então invisíveis ao Estado chileno. Nesse período se produziu uma coexistência entre uma ‘revolução desde cima’, programada pelos partidos e pela liderança política da Unidade Popular (UP), tensionada permanentemente por uma ‘revolução desde baixo’, representada

¹ O primeiro discurso da junta militar chilena que comandou o golpe utilizou essas expressões (nota do autor).

² O cobre era considerado como ‘o salário do Chile’ por Allende, e estava sob domínio quase completo das companhias multinacionais estadunidenses antes da nacionalização (WINN, 2010).

pelas bases que compunham os movimentos sociais chilenos, com o papel central dos camponeses, trabalhadores e *pobladores* (WINN, 2010; SADER, 1984).

O governo de Allende desagradou profundamente a elite chilena que não tinha o menor interesse com a ampliação da igualdade social. Importante destacar que a elite chilena controlava quase todos os meios de comunicação, os bancos e as principais empresas de produção e distribuição no país, e possuía significativa influência no congresso, no judiciário e na burocracia. Somado a isso (ou orientando a elite), os representantes de Washington e do capital financeiro internacional, estavam em uma franca cruzada contra o comunismo na América Latina, incomodados com o governo chileno socialista e sua proximidade com o regime cubano de Fidel Castro. De acordo com Winn (2010, p. 71), a CIA projetou dois cenários possíveis para a derrubada do ‘*compañero presidente*’: uma ruptura institucional ou um golpe de Estado.

Em meados de setembro de [1970], a CIA estava organizando duas conspirações paralelas. O “caminho 1” era um golpe constitucional com duas variações: em uma, os democratas-cristãos seriam convencidos a votar em Alessandri [candidato da direita e ex-presidente da República antes que Eduardo Frei Montalva], que então renunciaria e apoiaria Eduardo Frei em uma nova eleição; na outra, o ainda presidente Frei dispensaria seu gabinete civil, formaria um gabinete militar, indicaria um presidente interino e deixaria o país sob controle militar [...] O caminho 2 promovia um violento golpe militar e buscava identificar a ajuda de oficiais dispostos e capazes de promovê-lo. Quando a CIA e o Departamento de Estado concordaram que para um golpe ser bem-sucedido teria de ser criado um caos econômico, as agências do governo dos Estados Unidos começaram a seguir as instruções de Nixon para ‘fazer a economia explodir!’.

Como o “caminho 1” não funcionou, foi posto em prática o “caminho 2”. Foi realizado um bloqueio econômico informal que impedia ao Chile empréstimos multilaterais, créditos bancários, ajuda alimentar, peças de reposição e matérias primas. Isso prejudicou o governo Allende que, mantendo os investimentos sociais, passou a enfrentar um crescente déficit fiscal. Como consequência se originou um processo inflacionário, ao qual se somaram graves problemas de abastecimento, açambarcamento de estoques e sabotagem empresarial, acarretando em caos e instabilidade política. A oposição aproveitou esse momento para sair às ruas e protestar contra Allende. Mulheres da classe alta e média (e suas empregadas) realizaram as ‘marchas das panelas vazias’, ao mesmo tempo em que setores mais radicais sabotavam a infraestrutura produtiva do país.

Em 1973, a economia chilena estava praticamente destruída: as taxas de inflação alcançaram mais de 600% ao mês, os sistemas produtivos estavam paralisados, alta taxa de

desemprego, existia uma grande escassez de produtos básicos devido às greves dos caminhoneiros e as reservas internacionais quase não existiam. Os militares buscaram manter-se neutros diante do comando do general Carlos Prats, o último oficial legalista das Forças Armadas do Chile. Porém, um plano de desprestígio de Prats por militares golpistas obrigou o mesmo a renunciar. Em seu lugar, o general Augusto Pinochet foi promovido ao cargo de comandante-chefe das Forças Armadas chilenas. Estavam dadas as condições do golpe militar (WINN, 2010; SADER, 1984). A partir de então tem início o que será uma das mais violentas ditaduras do território latinoamericano.

4.1.1 O golpe militar de 1973 e o período ditatorial (1973-1989)

Imediatamente após o golpe de Estado, a junta militar comandada por Pinochet fechou o congresso, declarou Estado de sítio, suspendeu os direitos civis, interviu nos meios de comunicação, perseguiu e reprimiu os partidos de esquerda e estabeleceu toque de recolher para a população (VARGAS, 2012; AGGIO; QUIERO; 2000). O governo militar derrubou não apenas um presidente eleito democraticamente, mas destruiu a base do sistema democrático formal que havia sido construída pela burguesia nos quarenta anos anteriores. Isso colocou por terra a noção de que a democracia no Chile constituía uma tradição, sobre a qual o próprio governo Allende projetou sua plataforma de transição pacífica e livre do capitalismo para o socialismo democrático. Entretanto, diante da impossibilidade da retomada do poder pelas vias eleitorais, a burguesia chilena (incluída a ex-classe dos latifundiários) renunciou à democracia para fazer valer seus interesses econômicos, restabelecer sua dominação social de classe e assegurar a reprodução de seus privilégios (KAY, 1980; GARCÉS, 2004).

O que viria a ocorrer durante o Estado de Exceção, que durou dezessete anos, impactou profundamente o atual contexto institucional chileno por conta das heranças antidemocráticas denominadas por Garretón (1991) como *'enclaves autoritarios'*. Um primeiro elemento a se destacar neste sentido foi o terrorismo de Estado como padrão de ação para extirpação da Unidade Popular, coalizão de partidos de esquerda que permitiu a vitória do Governo socialista de Salvador Allende nas eleições de 1969. Este era composto pelo Partido Comunista, Partido Socialista, Partido Radical, Movimento de Ação Popular Unitário e o Partido de Esquerda Radical. Mais tarde se incorporaram ainda a Esquerda Cristã e MAPU-operário-camponês. As perseguições, sequestros, torturas, desaparecimentos e/ou

mortes de líderes civis alinhados com o governo socialista de Allende representaram uma profunda – e não sarada – ferida do período recente da história chilena. Não houve espaços poupados: das igrejas às universidades, passando pelos sindicatos, partidos políticos e organizações de bairros e, especialmente, nos movimentos sociais camponeses – que haviam sido beneficiados com os processos da reforma agrária do governo socialista (conforme se verá no tópico seguinte) –, todos foram vítimas da ação terrorista estatal executada pelas forças militares chilenas sob o discurso de afastar a ‘ameaça comunista’ nos tempos da Guerra Fria. Vargas (2012) aponta que a ideia-força por trás da ação terrorista do Estado Chileno era de despolitizar a sociedade.

O resultado dessa barbárie gerou um quadro com mais de 40.000 vítimas da ditadura segundo os dados oficiais dos relatórios da comissão da verdade, sendo que o informe oficial reconhece 3.065 mortos e desaparecidos entre 1973³ e 1990, mas fontes extraoficiais adicionam mais 22.000 pessoas a esses dados (DÉLANO, 2011). Por conta desse cenário, o Chile contabilizou em torno de 200.000 exilados políticos e um enorme contingente de civis que emigraram nesse período diante do medo das retaliações por parte do regime militar e do desmantelamento da economia. Em função do Estado terrorista construído no Chile pela ditadura militar, internacionalmente o país foi duramente criticado pelos desrespeitos aos Direitos Humanos Fundamentais, sobretudo nos espaços de encontros dos líderes internacionais da ONU. Nesse contexto, é importante destacar o papel desempenhado por setores progressistas da Igreja Católica na busca de mediar o conflito existente e de dar voz aos povos oprimidos (PERRET, 2015; VARGAS, 2012).

Um segundo elemento central inaugurado com a ditadura chilena tem a ver com o que ficou conhecido como o ‘modelo chileno’ de crescimento econômico sem desenvolvimento. Por meio de uma aliança constituída pelos militares, capital financeiro internacional e neoconservadores, a qual estabeleceu um novo bloco de poder político-econômico, houve uma aplicação ortodoxa dos princípios neoliberais. O Chile funcionou como um ‘laboratório social das políticas neoliberais’ (VARGAS, 2012) a ‘sangue e fogo’ (GARRETÓN, 2012). O país foi pioneiro em transformar radicalmente sua estrutura nacional mediante um processo agudo de privatizações e desmantelamento do Estado. Isso se deu por meio da transferência das responsabilidades sociais e de recursos públicos para a iniciativa privada, juntamente com o fechamento de instituições públicas, demissões em massa e diminuição do gasto fiscal.

³ Mais da metade desse número ocorreu somente entre os meses de setembro a dezembro de 1973 (VARGAS, 2012).

Aggio e Quiero (2000, p. 89) destacam que, no Chile da ditadura militar, “conviviam um capitalismo quase sem regulações, um Estado autoritário que praticou o terrorismo massiva ou seletivamente e uma institucionalidade conservadora disposta apenas em transigir em favor de uma economia mínima ou restrita”.

Nesse contexto, destacam-se os ‘*Chicago Boys*’, economistas chilenos que realizaram pós-graduação na Universidade de Chicago, Estados Unidos. Sob a perspectiva e supervisão de Milton Friedman (expoente do pensamento econômico neoliberal). Estes economistas foram os responsáveis pela política econômica da ditadura militar, a qual reproduziu pensamento econômico conservador e ortodoxo que vislumbrava a aplicação de orientações racionais e eficientes. Dentre as principais ações econômicas desenvolvidas no período, destacam-se: a reforma do Estado e o seu papel subsidiário aos interesses dos agentes econômicos privados; a abertura ao mercado internacional e o fomento das exportações; a revalorização da empresa privada como motor do crescimento econômico; a importância dos equilíbrios macroeconômicos; a necessidade de regras do jogo estáveis e a modernização da infraestrutura de produção (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989). Ffrench-Davis (2016, p. 4), aponta que a primeira etapa do processo de reformas econômicas após o golpe militar (1973-1981) se caracterizou pela versão mais extrema do receituário neoliberal:

Profundas liberalizaciones comerciales y financieras indiscriminadas y la eliminación de la “selectividad” en las políticas económicas fueron acompañadas de la reducción de los impuestos al capital, del gasto social e inversión pública, acompañadas de privatizaciones masivas. Hacia 1981 se había reducido drásticamente la inflación y el déficit fiscal había sido reemplazado por un elevado superávit, pero a expensas de un notable desequilibrio externo, con un déficit en cuenta corriente de 21% del PIB, acompañado de una débil inversión productiva (un promedio de 4 puntos del PIB menor que en los sesenta).

A partir de então, a economia do Chile se abriu para o mundo e o livre funcionamento do mercado sobrepujou a regulação estatal e se institucionalizou como a regra do jogo. As políticas econômicas favoreceram a especulação financeira, a especialização produtiva e o aumento da exploração dos recursos naturais dos bens em que possuía vantagens comparativas. Nesse período são inaugurados os primeiros *shoppings centers*, os produtos importados começam a se proliferar no país e os chilenos são introduzidos precocemente em uma sociedade de consumo com acesso facilitado ao crédito, o que resultou em altas taxas de endividamento (DELANO; TRASLAVIÑA, 1989; VARGAS, 2012).

De acordo com Vargas (2012), dentre as estratégias do governo militar que tiveram grande impacto na sociedade chilena estavam *'las siete modernizaciones sociales'*, anunciadas em setembro de 1979, onde os princípios do livre mercado e da iniciativa privada foram estendidos para áreas sociais-chave. Trataram-se de mudanças radicais nas políticas trabalhistas, seguridade social, educação, saúde, descentralização regional, agricultura e aparelho judiciário com o objetivo de adaptação ao projeto de sociedade que se desejava construir. Houve o dismantelamento da ação sindical como resultado das reformas trabalhistas, o que enfraqueceu significativamente a capacidade de mobilização dos trabalhadores chilenos. Isso se expressou no fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, na permissão de existir mais de um sindicato por empresa (favorecendo a criação de sindicatos pequenos e débeis), no fim do recebimento dos lucros da empresa, na não intervenção governamental nos processos de negociação coletiva. Tal processo de atomização social foi o resultado esperado de uma estratégia que objetivava socializar uma força de trabalho sob valores, normas e condutas absolutamente distintas do ciclo anterior representando pelo socialismo democrático de Allende.

Para legitimar o ajuste estrutural neoliberal no Chile sob a perspectiva jurídica, o regime militar promulgou, em 1980, uma nova Constituição Política e convocou a população a ratificá-la por uma consulta sem nenhum espaço para discussão (SZNAJDER, 2017). Elaborada sob quatro paredes por uma comissão de juristas e especialistas alinhados ao regime, a nova Constituição chilena tinha como premissa básica mudar a matriz constitutiva da Carta Magna elaborada em 1925 – que já vinha sendo gestada antes mesmo do golpe militar – para refundar o estado chileno com uma maior autoridade presidencial e autonomia das forças armadas frente ao poder civil democrático (VARGAS, 2012). De acordo com Sznajder (2017),

[...] en materia económica, la Constitución de 1980 es clara: el estado ve sus funciones claramente limitadas, aunque seguirá cumpliendo un papel central en el desarrollo minero –a través de propiedad y concesiones, de acuerdo a la voluntad militar que ve en la minería un sector estratégico–, mientras que el mercado libre no sólo será el principio que regirá la actividad económica tradicional, sino que podrá llegar a controlar sectores de dominio estatal tradicional como la salud, la educación y la seguridad social.[...] También se garantiza la libertad de adquirir el dominio de toda clase de bienes y, para limitarla, se establece nuevamente la necesidad de una ley de quórum calificado. Se garantiza el derecho de propiedad y se establecen serias garantías en caso de expropiación por causa de utilidad pública. Es decir que la iniciativa y la propiedad privadas quedan seriamente garantizadas y hasta 'sacralizadas' (SZNAJDER, 2017, p. 7).

Uma segunda etapa (1982-1989) da revolução neoliberal chilena, segundo Ffrench-Davis (2016), esteve marcada pelo enfoque mais pragmático para superar os efeitos da crise de 1982, a qual se deu em decorrência da crescente dívida externa privada, dólar muito valorizado, elevadas importações de bens de consumo, *boom* creditício interno e reduzida inversão na infraestrutura produtiva. Vargas (2012) destaca que a crise de 1982 levou à falência mais de 800 empresas, a indústria e a construção civil tiveram uma retração econômica de mais de 20%, o PIB teve uma retração de 14% e a produção industrial caiu 18%. Além disso, as taxas de desemprego estavam acima de 24%, a perda de salário real em mais de 20%, bem como os custos de questões básicas como o pão e o transporte estavam fora de controle, levando o desespero para a população chilena.

Ffrench-Davis (2016) ainda aponta que, durante os anos 1980, o governo chileno de Pinochet destinou um equivalente a 35% do PIB para o resgate dos setores econômicos afetados, em detrimento do investimento público e social. Os resultados dessa segunda fase se expressaram em uma modernização heterogênea entre empresários (grandes competitivos e pequenos vulneráveis) e trabalhadores (qualificados e não qualificados), diversificação da produção, controle da inflação, um aumento notório das exportações, junto com uma queda abrupta da manufatura. O reverso dessa moeda, segundo Vargas (2012), foram os enormes custos sociais que recaíram sobre os trabalhadores e os setores mais despossuídos. A concentração do poder e de renda cresceram juntamente com o aumento da desigualdade social, sendo que, em 1987, mais de 45% dos chilenos viviam abaixo da linha da pobreza.

Apesar da dura e intensa repressão da ditadura chilena contra toda e qualquer forma de oposição, aos poucos as insatisfações de diferentes setores da população chilena – especialmente as camadas mais pobres e que mais sofreram com os efeitos sociais das aplicações das políticas neoliberais ortodoxas – ganharam corpo. Neste aspecto é importante destacar o papel desempenhado pelas ‘Jornadas Nacionais de Protesto’ iniciadas em 1983 e que duraram até 1987⁴. Estas representaram massivos protestos da população, envolvendo estudantes, trabalhadores, camponeses e movimentos culturais contestatórios que objetivavam a derrubada da ditadura e a convocação de Assembleia Constituinte.

Os objetivos diretos das ‘Jornadas Nacionais de Protesto’ não foram alcançados, mas possibilitaram as condições necessárias para que fosse pactuada uma saída da ditadura dentro

⁴ Em 1987 o Chile recebeu a visita do Papa João Paulo II, onde os movimentos sociais denunciaram as opressões da ditadura militar e que foram seguidas pelo assombroso olhar do Pontífice que não conseguiu apaziguar os ânimos diante da batalha campal que se deu em uma de suas missas (VARGAS, 2012).

da institucionalidade jurídica. Em 1988 foi convocado um plebiscito junto à população chilena para decidir se haveria a continuidade ou não da ditadura militar. Com 56% dos votos, a oposição ao regime militar ganhou o plebiscito ao optar pelo "não" à continuidade de Pinochet por mais oito anos. A partir disso, foram convocadas eleições presidenciais para dezembro de 1989, nas quais o candidato oposicionista democrata-cristão pela '*Concertación de Partidos por la Democracia*', Patricio Aylwin venceu e encerrou o período ditatorial do Chile (GARRETÓN, 1991; VARGAS, 2012).

4.1.2 O primeiro ciclo da democracia chilena pós-ditadura (1989-2009)

Apesar de formalmente encerrada a ditadura militar no Chile, nem o ditador Augusto Pinochet, nem as Forças Armadas, saíram de cena, o que representa outro elemento a se destacar dos '*enclaves autoritarios*' (GARRETÓN, 1991). O personalismo e a mistificação criada em torno do ditador Pinochet lhe asseguraram uma legitimidade hierárquico-institucional que permitiu lhe manter um controle total sobre o exército durante a ditadura militar. Esse aspecto transbordou para o período democrático com a continuidade do comando do exército e do Conselho de Segurança Nacional (órgão com mais poder que a Presidência da República), bem como o direito assegurado pela Constituição de 1980 de se tornar senador vitalício. Isto explica porque foi possível fazer uma transição pactuada da ditadura militar à democracia, após um período tão violento de repressão, razão pela qual se considera que a democracia no Chile pós-ditadura era incompleta, limitada ou em transição (AGGIO; QUIERO, 2000; GARRETÓN, 1991; SZNAJDER, 2017). Segundo Garretón (1991, p. 1), completar a transição democrática significava superar os '*enclaves autoritarios*' ou heranças da ditadura, que se expressavam em

Los elementos institucionales de tipo autoritario que estaban presentes en el nuevo régimen (elementos de la Constitución, leyes orgánicas, leyes comunes como la organización laboral). Por otro lado, los actores no democráticos como el núcleo pinochetista o la derecha autoritaria ligada al régimen anterior. Finalmente, al problema heredado de los derechos humanos.

A superação dos '*enclaves autoritarios*' era a '*viga mestra*' (GARRETÓN, 1991) que deveria sustentar o novo período democrático no Chile, tendo em vista a consolidação da democracia, dado o risco iminente de retrocessos com a presença ainda expressiva de atores não democráticos no núcleo de poder político chileno. Assim, o primeiro dos governos da

Concertación de Partidos por la Democracia, capitaneado por Patricio Aylwin que governou de 1990 a 1994, ficou conhecido como ‘*gobierno de transición*’. O novo presidente teve algumas vantagens em comparação àqueles de outros países latinoamericanos à época, como do Brasil, da Argentina e do Peru, por conta de uma economia estabilizada macroeconomicamente, sem riscos de descontrolo da inflação e com uma taxa de crescimento de 10% em 1989. Consolidar a democracia, combater a pobreza e reunificar o país foram os principais desafios do novo governo, o qual contava com uma ampla aliança de classes médias e de setores populares que lhe davam legitimidade e força política.

Garretón (2012) destaca que o governo tinha o dilema de decidir entre introduzir uma mudança radical da estratégia econômica da ditadura militar ou aceitar as condições herdadas, buscando ajustes que corrigissem a inequidade social, especialmente a redução da pobreza. Desse modo, a primeira gestão foi caracterizada pela manutenção da política econômica neoliberal da ditadura, com um caráter mais social – *el neoliberalismo con face humana* (KAY, 2002). A estratégia governamental desse período ficou conhecida como ‘crescimento com equidade’⁵, seguindo os preceitos da CEPAL. Duas reformas representam essa estratégia: a reforma tributária de 1990, que visou incrementar os ingressos fiscais e a modificar a composição do gasto público, aumentando a participação social do gasto; e a reforma trabalhista, que objetivou minimamente reequilibrar as relações entre patrões e empregados (GARRETÓN, 2012). Ffrench-Davis (2016) ressalta que este foi um ciclo “amigável” entre empresários e trabalhadores, no qual os primeiros aceitaram pagar mais impostos, mas em contrapartida aumentaram seus lucros e os trabalhadores ganharam proporcionalmente mais, dado a queda da desigualdade social. Ademais, os salários tiveram um crescimento sustentado, as exportações se diversificaram e as pequenas e médias empresas se expandiram.

En el retorno a la democracia, con la conducción del presidente Aylwin, se logró un período excepcional de crecimiento con reducción de la desigualdad. En los primeros nueve años de retorno a la democracia, Chile acortó distancia con EEUU y el G-7, a 3 veces la velocidad p/c de ellos (5,4% per cápita anual vs 1,7%). El PIB aumentó 7,1% anual en contraste con el 2,9% de la dictadura, a pesar de las graves leyes de amarre heredadas de la dictadura; **se utilizó el espacio de lo posible y se actuó para agrandarlo**, logrando una reducción de la pobreza de 45% de la población a 28% en 1994 y a 22% en 1998, y cierta mejora en la distribución del ingreso en contraste con el agravamiento de la desigualdad durante el experimento neo-liberal de la dictadura (FFRENCH-DAVIS, 2016, p. 7, grifo original do autor).

⁵ O presidente do partido de ‘*Renovación Nacional*’, Andrés Allamand, proclamou nesse período o nascimento da “*democracia de los acuerdos*” ou “*democracia de los consensos*” (GARRETÓN, 2012).

O segundo governo da *Concertación de Partidos por la Democracia* foi a de Eduardo Frei (1994-2000) – filho do ex-presidente Eduardo Frei Montalva que governou de 1964 a 1970 pela Democracia Cristã –, o qual se caracterizou por uma visão economicista e tecnocrática-empresarial, em que pese um discurso social e de diversidade cultural. Segundo Garretón (2012), sua gestão foi marcada pela busca da flexibilidade, racionalidade e eficiência e se expressou em:

- a) ações orientadas por resultados;
- b) transparência na aplicação dos recursos, e
- c) um serviço público de qualidade para as pessoas.

Segundo o mesmo autor, a mensagem central dada pelo então Presidente Eduardo Frei foi uma atenção exagerada para uma administração eficiente da gestão pública, mas não do Estado, e sem um projeto político, o que em última instância reforçou o discurso da direita sobre a inutilidade, a degradação e a desvalorização da política. Por sua vez, do ponto de vista da política econômica, a gestão de Eduardo Frei buscou a modernização produtiva, a descentralização regional e a reconversão produtivas em zonas de economias locais deterioradas, dando clara ênfase ao fortalecimento do comércio exterior chileno. Assim, é importante destacar a integração econômica internacional do Chile, mediante acordos de cooperação econômica e tratados de livre comércio (TLC) com Canadá, México e países da América Central. Nesse mesmo período, o Chile se inseriu no MERCOSUL como membro associado, na Organização Mundial de Comércio (OMC) e na Associação de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). No campo social, se fortaleceram os programas de educação e da diminuição da pobreza (GARRETÓN, 2012).

O terceiro dos governos democráticos pós-ditadura também fazia parte da ‘*Concertación de Partidos por la Democracia*’ e foi encabeçado por Ricardo Lagos (2000-2006), que manteve a postura de centro-esquerda da política nacional. Apesar do discurso pela busca da igualdade ser o eixo-central de suas propostas, o governo de Lagos manteve a condução econômica dos governos anteriores com o estrito controle do gasto público, buscando o crescimento econômico e a geração de empregos, com a diferença de que o setor público gerou novas oportunidades de empregos. Além disso, assim como seu antecessor, Lagos conservou o processo de abertura econômica e criação de novos TLC’s com praticamente todos os blocos econômicos mundiais, especialmente Estados Unidos, União Europeia e China. Outra característica dessa gestão foi o alto investimento em infraestrutura, financiada parte pelo poder público e parte pelo sistema de concessões ao setor privado. No

plano das políticas sociais, destacam-se a reforma do sistema de saúde, que visou promover uma maior equidade e solidariedade no sistema; reforma do sistema educacional, que elevou o período de escolaridade obrigatória para doze anos; e a constituição da Comissão Valech sobre prisão política e tortura, buscando medidas de reparação das atrocidades cometidas pelo regime militar. Por fim, no plano político, em 2005 foi realizada uma Reforma Constitucional que, dentre outras questões, inseriu a não obrigatoriedade do voto e representou avanços frente à situação herdada da ditadura, mas não resolveu a questão central de proporcionar uma Nova Constituição dialogada democraticamente pela sua população (GARRETÓN, 2012). O Governo Lagos terminou seu mandato com ampla aprovação, o que permitiu eleger outra candidatura da mesma coalizão.

O quarto e último governo consecutivo da *‘Concertación de Partidos por la Democracia’* foi de Michelle Bachelet (2006-2010), a qual se tornou a primeira mulher presidente da história do Chile, e que defendia um governo cidadão conformado paritariamente por mulheres e homens. Bachelet era um símbolo da luta contra Pinochet, pois seu pai, um militar alinhado à Allende, foi morto pela ditadura chilena. Seu governo representou avanços significativos em matéria de proteção social e equidade de gênero, dado que ofereceu a assistência do Estado para uma série de grupos em vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que realizou uma reforma da previdência que resultou em pequenos avanços em face do herdado da ditadura. No plano econômico, sua gestão foi beneficiada pela alta do preço do cobre, o que contribuiu para o superávit da balança comercial chilena e gerou margem de segurança de suas reservas internacionais durante a crise de 2008. Com efeito, em 2010, como resultado de um bom desempenho macroeconômico e político, o Chile passou a ser Estado membro das Organizações para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE). Outro aspecto importante da gestão de Bachelet foi a continuidade da inserção internacional econômica, mas com uma atenção especial aos países latino-americanos. Uma de suas características principais foi o diálogo frente às demandas da sociedade, especialmente as mobilizações de estudantes secundaristas, trabalhadores do cobre e da população de Santiago contra as falhas nos sistemas de locomoção interna, mas sem necessariamente um projeto político claro. Tal aspecto gerou um paradoxo: Bachelet foi a presidenta com o maior nível de aprovação da história chilena, mas que não conseguiu eleger seu sucessor. Foi o fim do ciclo de governos de centro-esquerda no país, cujos traços básicos foram:

Primero, la presencia contradictoria de un sentido ético y valórico para transformar la sociedad enfrentado al temor o incapacidad de afectar los intereses económicos y financieros de las élites económicas; predominando al final una visión pragmática en que se imponen los criterios del Ministerio de Hacienda. Segundo, la oposición cerrada de la derecha a todo proyecto que altere el status quo, lo que lleva a negociaciones en que no pueden modificarse los núcleos duros del mismo. [...] Tercero, los cambios significativos en beneficio de los sectores pobres o vulnerables no van acompañados de una transformación estructural del sistema. (GARRETÓN, 2012, p. 160).

Em síntese, o que caracterizou os quatro governos consecutivos da ‘*Concertación de Partidos por la Democracia*’ foi um modelo social democrata sob uma política econômica neoliberal e alta responsabilidade fiscal (GARRETÓN, 2012). Nos 20 anos pós-ditadura, o Chile realizou importantes ações contra a pobreza por meio de políticas públicas sociais e enfrentou a ferida aberta dos mortos e desaparecidos da ditadura através das comissões da verdade e reconciliação, as quais resultaram em medidas de reparação às vítimas das violações dos direitos humanos. Além disso, o país vivenciou um importante processo de democratização política e modernização cultural, mas sem superar os ‘*enclaves autoritarios*’ da ditadura militar, como a modificação do sistema binomial político e mudanças significativas do modelo liberal de desenvolvimento. Ainda assim, por conta dos índices de crescimento econômico, os mais altos de sua história, neste período o país se constituiu em um exemplo para toda a América Latina de modelo bem-sucedido de economia (GARRETÓN, 2007; SZNAJDER, 2017; AVEDAÑO, 2013).

4.1.3 A volta da alternância do poder (2010 – 2017)

Depois de vinte anos de governos de centro-esquerda, a ‘*Coalición por el Cambio*’, liderados pelo empresário Sebastian Piñera, venceu as eleições chilenas com o respaldo dos principais partidos de direita, *Renovación Nacional (RN)* e *Unión Demócrata Independiente (UDI)*. Mais do que interromper um ciclo de quatro governos consecutivos de outra matriz ideológica, a vitória de Piñera que governou de 2010 a 2014, representou a vitória democrática de um governo de direita após 56 anos, dado que o último presidente de centro-direita que havia chegado ao poder via eleições populares fora Jorge Alessandri, que governou de 1958 a 1964.

O governo de Piñera lançou seu programa de governo sob o slogan ‘*La nueva forma de gobernar*’, o qual se caracterizava por um discurso de uma sociedade de oportunidades, de espírito empreendedor e inovação como os eixos centrais de sua agenda programática, em

uma clara crítica aos governos anteriores da ‘*Concertación*’. Os princípios articuladores da gestão governamental foram a eficiência, a capacidade resolutive, o trabalho duro (à campo) e a meritocracia. Se instala a noção de trabalhar 24 horas por dia, 7 dias por semana. Ou seja, o Governo de Piñera não buscou corrigir o modelo socioeconômico neoliberal e nem o modelo político de economia incompleta. Pelo contrário, buscou aprofundar ambos, sendo a ‘Lei de empresas em um dia’⁶ uma das maiores expressões nesse aspecto (GERRERO; VEGA, 2015; GARRETÓN, 2012; SCHUSTER; MORALES, 2015).

Durante seu governo, os principais indicadores macroeconômicos estavam em níveis positivos, como o crescimento econômico, as taxas de inflação e os níveis de desemprego. Apesar disso, sua imagem⁷ foi afetada por inúmeros escândalos de corrupção, dificuldade em lidar com as manifestações populares e disputas com o Poder Judiciário. Em 2011 voltou à tona a questão dos conflitos mapuches diante dos massivos protestos contra a construção de represas hidrelétricas na Patagônia, associados com protestos do movimento estudantil universitário. Tais conflitos se originam a partir da violência sociopolítica que exerce o Estado chileno sobre os territórios e populações mapuches, geralmente envolvendo empresas transnacionais (JAYMOVICH *et al.*, 2018). A falta de capacidade de governo foi criticada pelos próprios membros da coalizão, os quais não visualizavam uma identidade de centro-direita. Por conta disso, o mandato de Piñera terminou com uma baixa aprovação popular, o que resultou na perda das eleições de 2014 para Michelle Bachelet, que concorreu pela *Concertación de Partidos por la Democracia* (GERRERO; VEGA, 2015).

Após um intervalo de quatro anos, Michele Bachelet retornou ao *Palacio de la Moneda* para o seu segundo governo (2014-2018). Dentre as principais realizações deste governo, destacam-se (PARDO, 2017; LUNA, 2018):

- a) a aprovação de uma lei para o acesso gratuito a colégios e universidades em um sistema educativo que estava entre os mais caros e excludentes da região;
- b) a promulgação de uma reforma tributária que aumentou os impostos a grandes companhias e eliminou um sistema que eximia aos empresários de pagar impostos por ingressos totais;

⁶ O governo de Sebastian Piñera promulgou a lei 20.659/2013 para simplificar o regime de constituição, modificação e dissolução das sociedades comerciais. Isso permitiu aos empreendedores registrarem suas empresas via formulários online e em apenas um dia. (CHILE, Ley 20659/2013).

⁷ A imagem de Piñera estava bem avaliada pelos chilenos no início de seu mandato por conta de dois episódios marcantes em 2010: sua presença simbólica no auxílio das vítimas do terremoto de 27 de fevereiro de 8,8 graus da escala de Richter (o segundo maior da história chilena com mais de 800 mortes e danos na infraestrutura e capacidade produtiva do país); e o resgate épico dos mineiros soterrados no Atacama por 33 dias e que se tornou uma grande campanha midiática em nível mundial (nota do autor).

- c) a aprovação da união civil entre homossexuais em um país onde ser gay era ilegal até 1999;
- d) o direito ao aborto em três casos especiais (estupro, risco de vida da mãe e/ou inviabilidade fetal) em uma das seis nações do mundo onde a prática era ilegal em todos os casos; e
- e) o fim do sistema eleitoral binomial instituído por Pinochet, o qual favorecia a segunda minoria e na prática acabava com os partidos pequenos e independentes.

Este último aspecto foi comemorado pela sociedade chilena, pois se tratava de um sistema desenhado por Pinochet para que a direita, mesmo sendo minoria, sempre conseguisse empatar no congresso (GARRETÓN, 2012). O fim do sistema binomial já influenciou nas últimas eleições presidenciais de 2017, na medida em que uma terceira força política surgiu no Chile. A denominada *Frente Amplia* surpreendeu com 20% dos votos obtidos no primeiro turno.

No entanto, dentre as principais críticas à segunda gestão Bachelet, destaca-se:

- a) a desaceleração do crescimento econômico (uma média de 2% a.a. versus 5% do governo anterior de Piñera) – aspecto diretamente associado com a crise dos mercados internacionais, como a baixa dos preços das commodities, em especial do cobre;
- b) as inúmeras denúncias de corrupção, uma delas envolvendo seu filho em um escândalo ligado ao tráfico de influência e que afetou significativamente a sua imagem;
- c) por fim, problemas de comunicação do governo com a população para explicitar a importância das reformas realizadas, bem como a incapacidade de levar à cabo de maneira integral todas as reformas projetadas.

Com efeito, ao final de seu mandato, com uma imagem bastante desgastada, o nível de popularidade de Bachelet estava em baixa. Assim, na mais recente eleição presidencial, em dezembro de 2017, o opositor e ex-presidente Sebastian Piñera venceu no segundo turno o candidato da *Coalización* e iniciou seu segundo mandato em março de 2018, o qual não será objeto de análise do presente estudo.

Em suma, de 1973 até 2018, 45 anos se passaram e o Chile se transformou profundamente. Curiosamente, diversos analistas consideram que as duas grandes transformações que permitiram que a economia chilena alcançasse seu dinamismo atual foram realizadas durante os governos de Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende. Schamis (2017)

e Arrate (2003) destacam a realização da reforma agrária, que rompeu com o latifúndio e possibilitou a competitividade da agricultura chilena (conforme se verá no tópico seguinte), e a nacionalização do cobre, que garantiu um fluxo constante de ingressos fiscais – o ‘salário do Chile’, como expressava Allende (WINN, 2010). “En definitiva, la gran revolución capitalista del pinochetismo se basó en las transformaciones democristianas y socialistas” (SCHAMIS, 2017).

Seguindo a lógica dos demais países latinoamericanos, o Chile também apresentou uma desarticulação entre as dimensões econômicas e sociais. Ou seja, os macroindicadores econômicos (inflação, renda percapta, desemprego etc.) apontam para uma economia pujante e um setor agroexportador dinâmico. Não obstante, os indicadores sociais representam a enorme desigualdade social e concentração de renda e seu território sofre com a deterioração do meio ambiente, os congestionamentos urbanos, a segurança pública, o consumo de drogas, entre outros aspectos das sociedades urbanizadas. Por outro lado, diante de uma situação ainda pior em outros países, o Chile vem sendo um destino muito procurado por imigrantes em busca de melhores condições de trabalho e de vida, especialmente Haitianos, Venezuelanos, Colombianos e Peruanos e que, aos poucos, vão transformando uma cultura bastante fechada. É o retrato paradoxal do fenômeno da globalização.

4.2 A TRAJETÓRIA DA AGRICULTURA CHILENA A PARTIR DO GOLPE MILITAR

Assim como no caso brasileiro, para compreender o que ocorreu com a agricultura do Chile após o Golpe Militar de 1973, faz-se necessário um breve resgate dos principais elementos que a caracterizavam até então. A atividade agropecuária chilena se iniciou com a Coroa Espanhola e, desde então, possuiu uma representatividade econômica e social importante. O principal modo de organização no campo era o sistema de *hacienda*, que representava vastas extensões de terras com mão-de-obra servil, geralmente pela instituição da *encomienda*, que significava a utilização compulsória de mão-de-obra indígena (BENGOA, 1983; WINN, 2010). Até meados do século XX, este sistema constituiu um dos pilares da estrutura social chilena, mantendo uma ordem hierárquica entre patrões, inquilinos e peões (FAO, 2017b).

Nos anos 1950, a agricultura chilena era bastante deficitária e ineficiente. O Estado chileno priorizava a extração de minérios para exportação (cobre e salitre) e deixava em segundo plano a agricultura. Assim como no Brasil, isso ocasionava a escassez de alimentos

nas cidades e a necessidade de importar alimentos de primeira necessidade. A meca da comercialização agrícola era o Mercado Central de Santiago, conhecido como *La Vega*. Olivares (2006) destaca que as barreiras tarifárias protecionistas do Estado chileno impediam a importação de tecnologia internacional para modernizar o campo, assim como as taxas de câmbio praticadas nesse período inviabilizavam a exportação das principais commodities agrícolas, como o trigo e frutas, impossibilitando superávit da balança comercial (FAO, 2017b).

Apesar disso, a economia rural representava uma importante fonte de ocupação de mão-de-obra e o modo de vida campesino possuía significativa importância no país. De acordo com Kay (2003), dois elementos centrais justificavam o baixo dinamismo econômico da agricultura chilena:

- a) a extrema concentração de terra (herança das *haciendas* da Coroa Espanhola), que afetava a produtividade da terra e do trabalho e gerava relações sociais de poder pré-capitalistas;
- b) o apoio seletivo e limitado do Estado chileno para poucos setores agrícolas, em geral com perfis empresariais e capitalizados, deixando à margem as famílias camponesas.

Nesse contexto, o camponês chileno se caracterizou durante muito tempo como um cidadão de segunda ou terceira classe do país, e suas organizações não possuíam efetivamente quase nenhuma expressão política. Devido ao controle que os latifundiários exerciam sobre os camponeses, assim como a enorme influência no cenário político do Chile, foi somente a partir da reforma eleitoral de 1958 que os camponeses conquistaram autonomia em relação ao voto e apenas a partir de 1964 – durante o governo do democrata-cristão Eduardo Frei Montalva – que o movimento camponês conseguiu organizar-se massivamente e expressar-se no cenário político nacional em prol da reforma agrária⁸ (BENGOA, 1983, KAY, 1980, 2002; GÁRCES, 2004; OLIVARES, 2006; QUIJANO, 1967).

Até aquele momento os camponeses chilenos não detinham uma efetiva “consciência de classe” (como diriam os marxistas), seja pela permanência das relações sociais residuais da *hacienda* (especialmente ‘*el patronaje*’), seja porque os processos de proletarianização dos camponeses que permitiriam essa formação de classe eram reprimidos pelo estado. Essa

⁸ Neste aspecto, é válido registrar a criação do escritório regional das Organizações das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 1955, na capital Santiago, que teve uma participação preponderante nos diagnósticos e prognósticos do contexto da agricultura chilena e que vão legitimar a necessidade da reforma agrária chilena (FAO, 2017b).

repressão se dava de forma física ou de forma subsidiária (pela ação estatal burocrática inserida nos marcos jurídicos e institucionais). Desse modo, a discussão sobre a necessidade de uma reforma agrária para a modernização da agricultura já estava presente nos anos 1950. Jorge Alessandri, presidente do Chile de 1960 a 1964, foi o primeiro mandatário a enviar ao Congresso um projeto de Reforma Agrária, a Lei n. 15.020, aprovada em 27 de novembro de 1962. Mas foi o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) que possibilitou que a reforma agrária tivesse início (KAY, 1980, 2002; WINN, 2010; QUIJANO, 1967).

Apoiado pelos setores conservadores para evitar a vitória de Allende nas eleições de 1964, o objetivo implícito de Eduardo Frei era perpetuar o capitalismo e evitar uma revolução socialista mediante a modernização do sistema produtivo e a incorporação clientelista ao sistema político dos movimentos de massa emergentes (WINN, 2010). Ademais, deve-se considerar o fato de que a reforma agrária era, ao mesmo tempo, desejada e temida. Desejada em função da necessidade de modernização da agricultura para uma inserção competitiva na dinâmica capitalista. Temida por conta do receio de que esse processo poderia gerar uma revolução socialista nos moldes da experiência cubana de 1959, e, por consequência, radicalizasse a luta política na América Latina no contexto da Guerra Fria – argumento similar ao utilizado para justificar o golpe militar no Brasil (vide supra).

Desse modo, construíram-se as relações clientelistas entre camponeses, latifundiários, sindicatos, partidos políticos e o próprio estado. O objetivo era criar organizações camponesas dependentes, com líderes camponeses leais, distribuindo, para tanto, recursos econômicos a grupos camponeses em troca de apoio político. Destaque deve ser dado aqui para a *Corporación de la Reforma Agrária* (CORA), responsável por operar a reforma agrária, e o *Instituto de Desarrollo Agropecuario* (INDAP), responsável pela organização dos sindicatos e organizações camponesas. A tese ‘funcionalista’ era de que a reforma agrária criaria pequenos proprietários de terra que se transformariam em defensores ferrenhos da propriedade privada e, assim, agiriam como uma pequena burguesia rural dependente do Estado e clientelista – convertendo-se no bastião político do governo democrata-cristão, amortecendo os conflitos sociais do campo⁹ (AVENDAÑO; ESCUDERO, 2016; KAY, 1980).

Entretanto, a estratégia de Frei de realizar tímidas correções da posse da terra para conter a revolução popular não funcionou. O censo de ‘1955 revelou que 10 mil grandes

⁹ Apesar dessa visão crítica sobre o governo democrata cristão, Garces (2004) aponta que foram evidentes que as políticas geradas por Eduardo Frei contribuíram para o desenvolvimento da organização popular e, em última instância, proporcionaram o aumento da democratização da sociedade chilena daquele momento.

heredades ocupaban el 81 por ciento de la superficie agraria y 15 mil predios de explotación familiar solo el 7,4 por ciento' (OLIVARES, 2006, p.3). O governo tinha como meta assentar 100.000 famílias, mas assentou apenas 30.000. Isto acirrou a luta social no campo. Os partidos de esquerda buscaram promover a “consciência de classe” dos camponeses, apoiando greves e ocupações das ‘*haciendas*’¹⁰. Esse contexto acarretou cisões até mesmo no partido democrata-cristão, abrindo a janela de oportunidade necessária para a eleição do governo socialista de Salvador Allende, em 1970 (KAY, 1980; BENGGOA, 1983; GARCÉS, 2004).

Com o triunfo da *Unidad Popular* e o seu projeto de ‘socialismo democrático’, ocorreu a maior experiência histórica popular do Chile, conferindo aos três grandes movimentos sociais dos anos 1960 – *obreros, campesinos y pobladores* – um protagonismo inédito junto ao estado. A reforma agraria de Salvador Allende (1970-1973) alterou profundamente a propriedade da terra e, por consequência, a estrutura de poder das oligarquias rurais. Ao final do governo da Unidade Popular, praticamente não existiam propriedades com mais de 80 hectares de irrigação básica (HRB)¹¹ e havia aumentado de forma significativa as propriedades de tamanho médio (VARGAS, 2012). Entre 1965 e 1973, foram expropriadas 5.809 propriedades rurais que representavam um total de 9,9 milhões de hectares, incluídos 730 mil hectares irrigados, beneficiando aproximadamente 60 mil famílias camponesas (PORTILLA, 2000). A classe dos latifundiários foi expropriada e perdeu sua hegemonia pela primeira vez desde a época colonial. Além disso, a organização dos camponeses aumentou notavelmente. De acordo com Olivares (2006), em 1973 existiam 308 cooperativas camponesas com mais de 90 mil sócios; 207 cooperativas de reforma agrária com 9.900 sócios; 2811 assentamentos e 870 sindicatos com 229 mil afiliados. Isso significa que, em agosto de 1973, 65% do campesinato chileno estava organizado (KAY, 1980; BENGGOA, 1983; GARCÉS, 2004).

4.2.1 A agricultura chilena durante a Ditadura Militar (1973 – 1989)

O preço pela audácia de enfrentar os latifundiários chilenos, bem como a elite chilena, foi caro. Uma das primeiras ações da Ditadura Militar após o Golpe de 1973 no campo da

¹⁰ Kay (1980) e Garcés (2004) relatam que as greves organizadas pelo sindicalismo no campo se multiplicaram nesse período. De 45 em 1964, passaram para 1580 em 1970. Já as ocupações, que praticamente não existiam antes de 1964 e que em 1968 era de apenas 26, escalaram para 456 em 1970 e tinham o objetivo de acelerar o processo de reforma agrária.

¹¹ *Hectárea de Riego Básico* (HRB) é a superfície equivalente ao potencial de produção de um hectare físico, conforme classificação da legislação chilena (CHILE, Ley 18910/1990).

agropecuária foi a criação da ODEPA – *Oficina de Planificación*, em 20 de setembro de 1973, vinculada ao Ministério da Agricultura (OLIVARES, 2006). De acordo com dados da CEPAL (2000, p.11),

Junto con recibir el impacto de las variables macroeconómicas, durante la primera fase del gobierno militar, desde fines de 1973 hasta 1979, la política sectorial estuvo orientada a establecer determinadas condiciones previas para la aplicación del modelo en el campo: generar un nuevo escenario de confianza a los productores medianos y grandes, y desarticular el movimiento campesino que se encontraba en un avanzado grado de consolidación. Para lo primero, se devuelven tierras expropiadas con la Reforma Agraria, y para lo segundo, se establecen una serie de disposiciones legales restrictivas a la sindicalización y organización campesina acompañada de una fuerte represión. Se persigue, además, crear un mercado libre de tierras y posteriormente de aguas. (PORTILLA, 2000, p. 11).

Gómez e Echenique (1988) denominam o primeiro período do regime militar chileno (1973 e 1974) como ‘instalação’. Diante de um quadro de grande insatisfação dos *tierratenentes* afetados pela desapropriação de terras dos governos anteriores, associados com o temor do papel desempenhado pelas organizações camponesas e o seu viés revolucionário, durante este período o regime militar aplicou ações revanchistas. A capacidade de mobilização dos movimentos sociais agrários foi rapidamente reprimida e sufocada a ‘sangue e fogo’ (GARRETÓN, 2012). Imediatamente, a contra-reforma agrária¹² teve início e uma parcela significativa dos agricultores assentados receberam seus títulos individuais da terra para dinamizar os mercados fundiários, ao mesmo tempo em que se desmantelaram as iniciativas de coletivização da terra e do trabalho cooperativo. CEPAL (2010) estima que 40% das áreas de terra expropriadas pela reforma agrária nos governos anteriores foram vendidos entre 1974 e 1982. A partir desse momento a agricultura passou de uma relação subordinada à indústria para uma situação com maior autonomia e privilégio, na medida em que as ‘vantagens comparativas’ se tornaram cruciais na política para exportação do país (KAY, 1980, 2003; BENGGOA, 1983).

Os militares atuaram como exército de ocupação das cidades chilenas para reprimir e disciplinar a sociedade. Dentre os grupos perseguidos, estavam lideranças dos movimentos sociais camponeses da reforma agrária e do sindicalismo rural. A ditadura reprimiu as organizações dos camponeses de modo que se tornassem incapazes de lutar por melhores

¹² A contra-reforma agrária da Junta Militar restituiu parte das antigas ‘haciendas’ aos seus donos (28,4%), repassou ao Estado (38,5%) e redistribuiu o resto em parcelas para aproximadamente 40.000 camponeses e novos grupos empresariais capitalistas. Em 1980 foi derrubada a lei que protegia as terras indígenas, possibilitando a sua incorporação ao mercado de terras e causando conflitos junto às comunidades dos povos tradicionais (PORTILLA, 2000).

condições de trabalho rural e remuneração. Como resultado desse violento processo, os camponeses foram excluídos do Estado, e forçados cada vez mais ao duplo e articulado processo de reprodução social: produtores de subsistência, por um lado, e semi-assalariados temporários e instáveis, por outro. A maioria dos assentados, especialmente os envolvidos com os movimentos sociais, foram expulsos dos assentamentos e engrossaram as fileiras de sem-terra e mão-de-obra rural disponível para as atividades sazonais da fruticultura e setor florestal. Esse fenômeno se tornou fundamental para explicar a competitividade crescente desses setores, amplamente assentados em mão-de-obra temporária, sem qualificação, com baixa remuneração e sem representação sindical. Por sua vez, os assentados que conseguiram permanecer se viram largados à própria sorte diante da nova política governamental de livre competição capitalista (KAY, 1980; BENGGOA, 1983; GARCÉS, 2004).

Kay (2002) denominou esse primeiro período do regime militar (1973-1983) como ‘neoliberal dogmático’¹³, no qual o desempenho da agricultura foi bastante errático, mas os elementos-chave da estratégia neoliberal foram implementados. A Junta Militar comandada por Pinochet tinha como objetivo central impor uma via liberal para o desenvolvimento de uma economia de mercado que regularia os fatores de produção e, em particular, a terra e a água¹⁴ (OLIVARES, 2006). Para tanto, foram privatizadas as empresas estatais agroindustriais em favor dos grupos empresariais e grande parte das institucionalidades do Estado socialista para a agricultura foi extinta (GÓMEZ E ECHENIQUE, 1988).

Gómez e Echenique (1988) corroboram Kay (2002) ao destacar que, após o período da ‘instalação’ do regime militar (1973-1974), a fase entre 1975 e 1983, teve um caráter crítico, em que se começou a aplicar uma política persistente de disciplinar o setor agropecuário sob as normas do esquema ultraliberal. Este período representou uma grave crise econômica que envolveu a maioria dos empresários, camponeses e assalariados. No final da década de 1970 o Chile era a economia mais aberta do mundo. Em função da concorrência desleal com os subsídios aplicados pela Europa e EUA, houve um desincentivo para a produção interna e externa de alimentos, e o conseqüente crescimento das importações de alimentos. Isto

¹³ Apesar da imposição do laboratório neoliberal, Murray (2002) afirma que o modelo utilizado nunca foi ‘puro’, na medida em que a contra-forma agrária, a venda de ativos estatais a capitalistas a preços abaixo do custo e o subsídio florestal de 1974 representam exemplos de intervenção explícita.

¹⁴ Em 1981, o governo militar separou a propriedade da terra da propriedade da água e produziu um conflito na determinação dos direitos da água (OLIVARES, 2006) e que se perpetua até os dias atuais. De acordo com CEPAL (2010), a privatização da água gerou sérios danos para os setores economicamente mais pobres da agricultura ao privilegiar ações especulativa. Da mesma forma que introduziu sérias restrições quanto ao uso alternativo dos recursos hídricos em atividades agrícolas, mineradoras, hidrelétricas e até de consumo humano.

acarretou o crescimento do endividamento dos agricultores. Apenas um pequeno segmento de produtores profissionalizados voltados à exportação não sofreu os efeitos adversos da crise agrícola, que teve seu auge entre os anos de 1982 e 1983, quando o desemprego na agricultura aumentou e o PIB caiu por dois anos consecutivos (MURRAY, 2002).

Em virtude da crise, o neoliberalismo extremo do regime foi revisto, dado que gerou um grande conflito entre os formuladores de políticas neoliberais e as organizações de agricultores capitalistas da região sul do país. Estas representavam, principalmente, os setores produtores de trigo e leite, os quais haviam sido fortes apoiadores do regime militar. Essa mudança de rumos da política chilena significou, segundo Kay (2002), a fase neoliberal pragmática. Nesse período, que compreende os anos de 1984 a 1989, as áreas de produção alimentar tiveram uma ligeira recuperação. Mas, acima de tudo, os rendimentos melhoraram substancialmente por meio da aplicação dos pacotes tecnológicos da revolução verde. Não obstante, apenas os agricultores empresariais e mais competitivos tiveram acesso a essas políticas agrícolas. Assim como no Brasil, os camponeses ficaram de fora desse projeto (KAY, 2002; GÓMEZ E ECHENIQUE, 1988; BERDEGUÉ; PIZARRO, 2014; MURRAY, 2002). Conforme Noorgaard e Sikor (2002) apontam, a modernização agrícola na América Latina se deu através da introdução de tecnologias exógenas que trouxeram consigo incrementos significativos na produtividade tendo em vista a produção de *commodities* para a exportação.

Diferentemente da fase anterior do regime militar que aplicou a terapia do choque neoliberal, as políticas aplicadas nessa nova fase buscaram uma transformação produtiva mais gradual, com a criação de medidas protecionistas para alguns cultivos, sobretudo por meio de intervenções do Estado para a estabilização de preços das *commodities* (trigo, açúcar e oleaginosas). Portanto, o governo militar se viu obrigado a adotar um conjunto de políticas que visavam a proteção do setor agrícola e uma maior intervenção do Estado no que tange ao desenvolvimento de programas e de subsídios para fomento produtivo. Além disso, foram estabelecidos programas de assistência técnica para os camponeses ‘viáveis’, buscando aumentar a competitividade do setor agrícola tradicional, ao mesmo tempo em que simbolizava uma ação estatal para grupos socialmente mais vulneráveis. Ainda assim, a política macroeconômica de promoção das exportações continuou inalterada, permitindo que os setores agropecuário e florestal prosperassem (KAY, 2002; BERDEGUÉ; PIZARRO, 2014; MURRAY, 2002).

Os movimentos sociais chilenos dos trabalhadores, camponeses e *pobladores* demoraram anos para se rearticularem e responder à ditadura. A sociedade civil se organizou principalmente nos protestos nacionais que ocorreram entre 1983 e 1986. Estes contaram com o apoio clandestino da Igreja Católica, ONGs internacionais e partidos políticos (GARCÉS, 2004; GÓMEZ, 2002). No tocante ao campo chileno, Bengoa (1983) aponta que os movimentos sociais buscaram inicialmente traçar estratégias de sobrevivência por meio de comitês e grupos de base que buscaram reconstruir o apoio mútuo para a subsistência, a defesa da alimentação básica e o reagrupamento social.

Um aspecto fundamental a se destacar desse processo é a alteração da estrutura fundiária chilena no período de 1965 a 1986. As propriedades com menos que 5 HRB, entre 5 e 20 HRB, e entre 20 e 80 HRB, tiveram um aumento significativo das áreas ocupadas entre 1965 e 1986. Por sua vez, de um total de 44,9% em 1965, a área de terra ocupada pelas propriedades com até 80 HRB passaram para 57% em 1986. Essa variação esteve relacionada a duas questões centrais: ao processo de contra-reforma agrária levado a cabo pelo regime militar; e à abertura econômica chilena que imprimiu uma dinâmica econômica que incentivou a venda de terras pela necessidade de investimentos nas propriedades. Por outro lado, é significativo apontar que as propriedades com mais de 80 HRB, as quais detinham, em 1965, 55,3% da área agrícola total do país, praticamente desapareceram em 1972, quando detinham apenas 2,9%. Entretanto, com o processo da contra-reforma agrária, elas voltaram a crescer e, em 1986, já representavam 26% da área agrícola total.

A Junta Militar logo percebeu que os governos anteriores haviam realizado um favor em prol da modernização agropecuária ao combaterem os latifúndios improdutivos, seja pela baixa produtividade dos fatores de produção, seja pelas relações sociais e de poder pré-capitalistas que reproduziam. Com efeito, Olivares (2006, p. 5) destaca que

Este hecho le evitó al régimen militar un conflicto político de proporciones con los sectores tradicionales en el agro, ya que no hubiese podido nunca iniciar un proceso de expropiaciones para racionalizar la estructura de la tenencia de la tierra, en el marco de una modernización capitalista.

Assim, o tamanho médio das propriedades rurais no Chile se tornou muito menor do que antes do Golpe Militar. Estas foram assumidas por capitais que não eram necessariamente vinculados com uma agricultura tradicional, mas de ‘neo-rurais’ originários do setor financeiro, comercial e industrial que possuíam uma visão e dinâmica de vida diferente da

agricultura tradicional. Conforme Kay (2002), três mudanças foram centrais a partir da realização da reforma agrária:

- a) a liquidação definitiva do sistema de *haciendas*,
- b) a consolidação de uma burguesia rural e;
- c) a formação de um setor de *parceleros*.

Associados com a nova política agrícola colocada em marcha a partir de 1983, essas mudanças permitiram a formação de uma nova classe empresarial de agricultores comerciais de grande e de médio porte, a qual teve um papel-chave na dinamização de um emergente setor agroindustrial voltado à exportação e possibilitou o surgimento e o expressivo crescimento das ‘commodities agrícolas não tradicionais’ (PORTILLA, 2000; KAY, 2002; BERDEGUÉ; PIZARRO, 2014; OLIVARES 2006; MURRAY, 2002).

4.2.2 A agricultura chilena nos governos da ‘Concertación’ (1990 – 2010)

Com a transição para a democracia, o neoliberalismo pragmático chileno continuou, mas maior espaço foi concedido à agricultura camponesa e às políticas sociais. Segundo Kay (2002), no que tange à agricultura, três aspectos representam a continuidade dos governos da ‘Concertación’ em relação ao governo ditatorial:

- a) manutenção das políticas de estabilidade macroeconômica, tendo em vista a atração de investidores estrangeiros;
- b) manutenção do viés de exportações agrícolas que visavam geração de divisas na balança comercial e;
- c) aumento da exposição do Chile à criação de novos mercados internacionais que se expressaram nos diversos Tratados de Livre Comércio tanto bilaterais como em blocos econômicos como o MERCOSUL e o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA).

Em última instância, foi intensificado o processo de competição internacional, o que pressionou a agricultura chilena como um todo à adaptar-se ao novo regime alimentar neoliberal-corporativo (McMICHAEL, 2016). Como destaca Kay (2002, p. 475),

A ênfase agora está na competitividade e não no protecionismo; no empreendedorismo privado, e não no intervencionismo estatal ou no desenvolvimentismo; na limitação das demandas sociais ao que é economicamente e politicamente possível; na continuidade e não na mudança; na competência técnica, e não ideologia e assim por diante.

Por outro lado, tendo em vista a construção de um ‘neoliberalismo com uma face humana’ (KAY, 2002), os governos da *Concertación* tinham o desafio de buscar uma maior inclusão dos camponeses marginalizados pelos impactos da abertura comercial e a consequente exclusão diante da falta de eficiência econômica (CHALLIES, 2010). Boyer (1999) ressalta que essas recomendações do Estado corrigir as falhas de mercado se tornaram explícitos nos relatórios do Banco Mundial a partir de 1993, visando um equilíbrio moderado entre intervenções públicas e ajustes descentralizados. No caso específico chileno, conforme se demonstrou na sua trajetória política econômica, a partir da metade dos anos 80, é reintroduzida uma complementaridade entre a intervenção pública e mercado. De acordo com Berdegú e Pizarro (2014, p. 6), havia um debate intelectual e político a respeito da pequena agricultura à época que trafegava por três vertentes distintas: uma tese funcionalista, que visava o fim da pequena produção no longo prazo; uma tese de proteção social aos pequenos agricultores diante da dinâmica capitalista; e uma terceira tese de fomento produtivo para a pequena agricultura se inserir de forma viável no contexto econômico.

El debate intelectual y político que se instala en los sectores que acceden al gobierno, enfrenta tres posiciones. La primera que es probablemente la dominante entre quienes están a cargo de la política económica general del país, es la visión neoclásica ortodoxa, según la cual la agricultura campesina tiene poca viabilidad de largo plazo, por lo que se postula que las políticas públicas deben orientarse a facilitar la transición de los hogares y de las personas a otros sectores sociales y a otras actividades económicas, **y a reducir y mitigar los costos sociales de la transición; ello va acompañado de un muy fuerte énfasis en políticas de reducción de la pobreza, que son uno de los sellos centrales del gobierno.** La segunda postura es de quienes proponían establecer una política cuyo objetivo central fuera dar protección especial a los sectores campesinos y de la pequeña agricultura, por ejemplo, a través de la política de precios y de subsidios, porque se pensaba que resultaba muy difícil que estos pudieran sobrevivir en una economía abierta y orientada a los mercados internacionales. Finalmente, un tercer grupo era de aquellos que argumentaban que segmentos importantes de la pequeña agricultura tenían buenas posibilidades de ser competitivos y viables aún en el difícil contexto económico imperante, y que las políticas debían estar orientadas centralmente a impulsar la productividad y competitividad de sus unidades productivas (BERDEGUÉ; PIZARRO, 2014, p. 6, grifo nosso).

Berdegú e Pizarro (2014) também apontam que o primeiro governo democrático optou pela terceira posição, o que se expressou na formulação da missão do INDAP e representou crescentes ações de fomento produtivo voltado à agricultura camponesa,

especialmente os estratos populacionais mais pobres.¹⁵ Challies (2010) elenca algumas dessas ações, tais como o Serviço de Consultoria Técnica (SAT), que visava apoiar o aumento da competitividade das empresas camponesas nos mercados nacionais e internacionais, principalmente com sua modalidade de apoio à agricultores individuais e empresas associativas camponesas, as quais estavam inseridos no âmbito de estratégias de inovação e competitividade regionais e nacionais. Outro exemplo é o ainda existente PRODESAL (Programa de Desenvolvimento Local), que visa construir capacidade técnica e produtiva associado com a gestão ambiental e comercial dos empreendimentos de pequenos produtores com poucos recursos.

Os objetivos principais estavam na busca da agregação de valor nos processos produtivos e comerciais com uma clara orientação exportadora e na redução das desigualdades no campo (TORRES; NAMDAR-IRANÍ; ISAMIT, 2017). De acordo com dados do Ministério da Agricultura Chilena de 2001 (citado por Challies, 2010, p. 106), havia três objetivos centrais dessas políticas:

- a) promover o desenvolvimento comercial e melhorar a capacidade empreendedora, a inovação e a gestão;
- b) inserir firmemente a agricultura de pequena escala em mercados internacionais favoráveis; e
- c) promover e ampliar a associação e organização camponesa. Tais ações se inserem no chamado processo de *'reconversión'* (KAY, 2002) que buscou modificar a estrutura produtiva tradicional da agricultura, pastagem e pecuária para outra voltada a mercados mais lucrativos e dinâmicos, particularmente das *non-traditional agricultural export commodities* (NTAE's), representadas pelas frutas e produtos florestais.¹⁶

De acordo com Murray (2002), a política agrária da administração do presidente Ricardo Lagos (2000-2006) tinha como principais objetivos em seu governo:

¹⁵ Dentre os beneficiários dos programas de mitigação da pobreza rural estavam os povos originários mapuches, que foram extremamente prejudicados com os avanços da indústria florestal, da agricultura empresarial e das hidrelétricas em relação à posse e ao uso da terra. Vale destacar que os conflitos envolvendo mapuches começam a aflorar já no primeiro governo da *Concertación*, em 1992 - conjuntamente com outros movimentos indígenas latino-americanos por ocasião dos 500 anos da descoberta (sic) da América. Mas é em 1997 que os 'conflitos mapuches' se intensificam em relação a atos violentos e após sucessivos eventos vão tornar-se mais conhecidos para a sociedade chilena a partir de 2006 (JAYMOVICH et al., 2018).

¹⁶ O caso do setor florestal é simbólico. A produção florestal teve início no governo de Eduardo Frei Montalva e aprofundado no governo de Salvador Allende. Após o golpe militar e a imposição das políticas neoliberais, a indústria florestal se expandiu significativamente obrigando a camponeses (muitos descendentes de povos originários mapuches) a venderem suas terras e se tornando proletários nesse processo (KAY, 2002)

- a) confiança e segurança para os produtores;
- b) desenvolvimento de mercado;
- c) gestão da qualidade dos recursos naturais;
- d) competitividade;
- e) produto de qualidade;
- f) desenvolvimento florestal; e
- g) o novo mundo rural.

Nessa gestão foi criado o slogan “Chile Potencia Agroalimentaria” pela ODEPA, cujo ambicioso objetivo era duplicar o valor das exportações até 2014 (GLATZ, 2017). Esta perspectiva de ‘reconversión’ seguiu nas gestões seguintes dos governos da *Concertación*, sendo que as principais iniciativas lideradas pelo Estado orientadas para a agricultura camponesa continuaram muito focadas na modernização e integração em mercados internacionais competitivos por meio de abordagens produtivistas (CHALLIES, 2010). Novamente, esse processo privilegiou os grandes e médios agricultores e apenas os camponeses com algum grau de viabilidade, negligenciando, portanto, os menores e mais vulneráveis (KAY, 2002).

Em síntese, os primeiros vinte anos de democracia pós-ditadura não conseguiram criar uma ruptura com a herança neoliberal que influenciou toda a trajetória política e econômica, incluindo a política agrária chilena. O Estado desempenhou um papel contraditório ao promover a modernização agrícola e a liberalização do comércio, por um lado, e apoiar pontualmente a agricultura familiar camponesa, por outro. Segundo Torres, Namdar-Iraní e Isamit (2017), entre os anos 1997 e 2007, a superfície cultivada de cereais diminuiu em 26%, enquanto que a superfície de frutas, especialmente a uva, cresceu 45%. Esse processo de especialização produtiva nas NTAE’s está diretamente associado com as demandas do mercado internacional. Assim, o desejo de combater a pobreza e a desigualdade rural ficaram mais no discurso dos governos da *Concertación*, dada a prioridade primordial de modernização rural voltada à exportação e a submissão da política agrária aos imperativos macroeconômicos, com uma maior preocupação com a produção de alimentos baratos para as massas urbanas (MAZOYER, 2010), do que propriamente a redução da desigualdade social no meio rural (NOORGAARD; SIKOR, 2002). Esse aspecto se justifica pela crescente urbanização da sociedade chilena, bem como pela diminuição da importância econômica na composição do PIB, que ao final e ao cabo, também representavam interesses eleitorais. Entre 1990 e 1999, de acordo com dados citados por Murray (2002), apenas 14,3 por cento da

população vivia em áreas rurais e a importância econômica da agricultura diminuiu, caindo de 8,2 para 6,3% do PIB. Além disso, nesse primeiro período pós-ditadura, o processo de concentração das terras aumentou, eliminando boa parte dos *parceleros*, gerando processos de proletarização e semiproletarização (CHALLIES, 2010; MURRAY, 2002).

4.2.3 A agricultura chilena nos últimos 8 anos (2010 – 2017)

Com o fim do ciclo dos governos de centro-esquerda da *Concertación* a partir da vitória da coalizão de centro-direita em 2010, as políticas neoliberais – que jamais saíram de cena, incluídas as relacionadas com a agricultura – foram ainda mais aprofundadas. Sob o slogan ‘*la nueva forma de gobernar*’, o governo de Sebastian Piñera reforçou os valores de uma sociedade neoliberal, tendo o espírito empreendedor e a inovação com eixos centrais de sua agenda programática (GARRETÓN, 2012). Não obstante, apesar dessa agenda programática, o INDAP obteve um crescimento real de seu orçamento para trabalhar com a categoria dos ‘*agricultores familiares campesinos*’, tendo como focos mitigar a pobreza rural (BERDEGUÉ; PIZARRO, 2014) e agregar valor aos bens e serviços da agricultura, com uma clara orientação exportadora (TORRES; NAMDAR-IRANÍ; ISAMIT, 2017).

Nesse aspecto, vale destacar o papel desempenhado pela Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF), fórum multilateral criado em 2004 e inserido como órgão assessor do MERCOSUL.¹⁷ Niederle (2017) ressalta que o REAF tem cumprido um papel relevante na formulação, desenho e implementação de políticas de desenvolvimento rural nos países do bloco, com especial protagonismo do Brasil. Com efeito, o INDAP avançou significativamente com as políticas públicas voltadas à agricultura familiar e camponesa, muitas das quais têm como referência a experiência brasileira nesta área. De acordo com Torres, Namdar-Iraní e Isamit (2017), seis grandes eixos temáticos foram selecionados pelas políticas agrícolas chilenas:

- a) fomento à agricultura familiar e camponesa;
- b) agregação de valor;
- c) desenvolvimento de mercados;
- d) desenvolvimento de uma agricultura sustentável;
- e) gestão de riscos e estabilização; e

¹⁷ A REAF possui como objetivos o fortalecimento das políticas públicas para a agricultura familiar nos países do MERCOSUL; e a promoção e facilitação do comércio dos produtos da agricultura familiar na região (INDAP, 2019).

f) modernização da institucionalidade.

Com o retorno de Bachelet ao poder (2014-2017), os objetivos centrais do Ministério da Agricultura permaneceram a redução da desigualdade social e a agregação de valor aos bens e serviços da agricultura, o que basicamente manteve o dinamismo e o crescimento das atividades agropecuárias e boas relações com os representantes das organizações empresariais (GÓMEZ, 2018). Por sua vez, o INDAP, definiu em seu planejamento estratégico de 2014-2018 a prioridade de melhorar a produtividade e competitividade dos setores da AFC. Nesse sentido, fortaleceu instrumentos que promovessem a inovação, o investimento, o acesso aos mercados, o desenvolvimento do capital humano e do associativismo. De acordo com o então presidente do INDAP, Octavio Sotomayor Echenique¹⁸, o mantra chileno até então era ‘exportar, exportar, exportar’. Em 2014, o INDAP realizou uma quebra conceitual e passou a desenvolver políticas públicas voltadas ao mercado interno, proporcionando um *mix* de estratégias de comércio, tais como: o Selo Manos Campesinas, a Rede de Mercados Camponeses, o Programa de apoio à AFC que abastece mercados públicos de alimentos, o programa Gestor Comercial, o apoio à participação da AFC em distintas feiras, os novos canais de comercialização para a AFC, e o *CampoClick*, um geolocalizador de produtores e desenvolvimento de novos produtos (INDAP, 2017).

Atualmente, o Chile figura no cenário internacional como um dos maiores exportadores de frutas frescas do hemisfério sul, além participar com uma importante parcela da produção mundial de madeira e celulose. Vale destacar também o protagonismo do país na indústria vinícola e na indústria do salmão (MATHEUS E SILVA, 2016). Por sua vez, a ruralidade chilena da AFC passou por profundas transformações em seu modo de vida, associadas aos processos de modernização, da abertura comercial, das políticas públicas implementadas, assim como da própria ação dos atores rurais (BARRERA, 2007). A *Coordinación de Organizaciones Nacionales Campesinas* (2017) ressalta que o modo de vida camponês, sua função, cultura e tradições populares estão em risco diante das profundas desigualdades sociais da economia de mercado chilena. As zonas de maior pobreza se encontram nas regiões agrárias e dos povos originários.

O Chile se tornou um país muito distinto daquele de antes da ditadura militar. O país está mais moderno e próspero, e o diálogo substituiu a força das armas. A recuperação da

¹⁸ Em novembro de 2017 tive a oportunidade de participar no evento realizado pela CEPAL em Santiago do Chile intitulado ‘*El aporte del comercio justo al desarrollo sostenible*’, onde o então presidente do INDAP participou da abertura (nota do autor).

democracia teve um alto custo para a população chilena, mas foram conquistados o direito à livre expressão e ao debate. Dados do INDAP (2017) apontam que existem mais de 230.000 unidades agropecuárias da AFC chilena, as quais representam mais de 60% do emprego agrícola e contribuem significativamente com o abastecimento alimentar nacional. Não obstante, a realidade da AFC chilena é tensionada pelas contradições e desafios de uma economia de mercado que, assim como o Brasil, privilegia as monoculturas de exportação (*COORDINACIÓN DE ORGANIZACIONES NACIONALES CAMPESINAS*, 2017). Conforme entrevistas realizadas com técnicas do INDAP, “o Chile possui uma matriz institucional da especialização produtiva e da exportação. Está no seu DNA o discurso de que o país é uma potência agroalimentar” (ET11 e ET12).

Em síntese, o Chile consolidou um modelo econômico criado a partir da crise de 1982, durante a ditadura militar. Gómez (2018) destaca que esse modelo possui as seguintes características: respeito irrestrito ao direito de propriedade; liberação dos mercados (internos e externos) da intervenção estatal; modernização do Estado e sua redução para permitir o melhor funcionamento do mercado (estado subsidiário); e manutenção dos equilíbrios macroeconômicos. Esse aspecto significou dualidade para a agropecuária chilena, na medida em que, de um lado, há um polo dinâmico representado pela agricultura empresarial “moderna” com enfoque agroexportador e, de outro, um polo “atrasado” e marginalizado, o qual envolve a pequena agricultura. Em face disso, coube aos camponeses, pequenos agricultores ou ‘agricultores familiares campesinos’¹⁹ integrar-se à modernidade, o que se traduziu em políticas de estímulo à reconversão produtiva, à subordinação ao polo dinâmico da agricultura empresarial ou uma proletarização de seu modo de vida (MATHEUS E SILVA, 2016; CHALLIES, 2010).

4.3 OS MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS NO CHILE E AS ESTRATÉGIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

A partir da trajetória político-econômica do Chile e do lugar da agricultura e dos movimentos sociais nesta trajetória, esta seção volta-se à análise da construção de mercados alimentares para as agriculturas familiares e camponesas. Diferentemente do caso brasileiro,

¹⁹ A Lei n. 18.910, promulgada em 1990 define o pequeno produtor como “aquele que explora uma superfície não superior à 12 HRB, cujos ativos não superem o equivalente a 3.500 Unidades de Fomento, que seu ingresso provenha principalmente da exploração agrícola, e que trabalhe diretamente a terra, qualquer que seja o regime da propriedade.” A partir desse momento, a expressão agricultura familiar camponesa começa a se popularizar no Chile (BERDEGUÉ; PIZARRO, 2014).

as organizações dos movimentos sociais do campo chileno não assumiram protagonismo nesse processo. Nesse sentido, a partir do exemplo de três organizações (ANAMURI, MAELA e MUCECH), a primeira seção reflete sobre a atual condição dos movimentos sociais do campo chileno e sobre as razões de suas debilidades em termos de engajamento e ação coletiva. A segunda seção demonstra o protagonismo do INDAP, ou seja, do Estado, na construção dos mercados alimentares alternativos. Assim como no caso brasileiro, serão analisadas iniciativas de mercados de proximidade, locais e territoriais, públicos e institucionais e convencionais (SCHNEIDER, 2016).

4.3.1 Um panorama das atuais organizações dos movimentos sociais do campo chileno

“Os resultados da ditadura chilena foram extremamente perversos para os movimentos sociais populares do país”, nos relatou um dos feirantes entrevistados na *Ecofeira de La Reina* (EM5). Devido ao alto grau de organização e combatividade que estes movimentos alcançaram durante o governo socialista de Salvador Allende, suas lideranças foram perseguidas, torturadas e mortas pelas forças militares comandadas por Augusto Pinochet. Aqueles que sobreviveram tiveram que fugir para o exílio para sobreviver. “Desapareceram famílias inteiras de dirigentes camponeses”, relatou uma das dirigentes do ANAMURI (EP11). Esse processo foi agudizado pelas condições geográficas e demográficas do país: um território de pequenas proporções, com fronteiras naturais por vezes intransponíveis e com uma população aproximada de 10 milhões de habitantes em 1973, potencializava as ações repressoras do estado terrorista. Ademais, é preciso ressaltar que, em um clima de evidente tensão contra o perigo imaginário do comunismo, a ditadura fez campanhas de delação dos ‘soldados de Allende’.

Como vimos acima, além do papel de Estado terrorista, o governo militar também implementou uma agenda neoliberal extrema e transformou radicalmente sua estrutura nacional mediante um processo agudo de privatizações e desmantelamento do Estado. Houve desestruturação do sindicalismo como resultado das reformas trabalhistas, o que enfraqueceu significativamente a capacidade de ação sindical chilena. A ideia-força foi a despolitização da sociedade e a criação de uma anomia social que corroborasse com os novos valores, normas e condutas do novo modelo econômico. Mesmo com o retorno da democracia, a persistência dos *enclaves autoritários* impediu uma transformação significativa desse cenário pelos governos da *Concertación de Partidos por la Democracia* (VARGAS, 2012; GARRETÓN,

2012; WINN, 2010). Esse processo acarretou o arrefecimento das ações coletivas e a redução da capacidade de organização dos movimentos sociais.

Mesmo assim, em um país ‘quase’ desenvolvido do ponto de vista contábil e ‘quase democrático’ desde a métrica internacional, os conflitos sociais e ambientais no Chile passaram a representar uma ‘bomba relógio’ ou ‘panela de pressão’ prestes a explodir diante do acirramento da desigualdade social e da deterioração ambiental, o que, nas últimas décadas voltou a legitimar a ação crescente dos movimentos sociais (JAUMOVICH *et al.*, 2018). Nesse sentido, Garcés (2004) aponta que, aos principais movimentos sociais populares do Chile do século XX – trabalhadores, camponeses, mapuches e *pobladores*– se somam às novas agrupações que emergem no século XXI, tais como os grupos-antiglobalização, pela qualidade da educação, fóruns cidadãos, redes temáticas ou setoriais de mulheres, associações de identidade sexual, resistência indígena e legitimação como sujeitos de direitos pelo seus modos de vida, coletivos culturais e outras iniciativas de segurança social. As novas expressões de movimentos sociais imprimiram uma nova dinâmica de ensaios democráticos baseados na horizontalidade das atuações em redes auto-gestionadas. Tal aspecto vai ao encontro das novas formas de contenção e novos repertórios de ação coletiva (ALONSO, 2009; TARROW, 2009; SILVA, 2010).

No que tange aos movimentos sociais camponeses, o retrato atual demonstra uma fragmentação significativa das organizações representativas. Atualmente, segundo dados do INDAP, são 17 organizações representantes da agricultura familiar e camponesa em nível nacional que formam uma mesa permanente de diálogo com Estado chileno. Estas representam outras 1305 organizações de base de todo o país, o que se traduz em mais de 117 mil agricultores familiares e camponeses afiliados (INDAP, 2017). O quadro a seguir apresenta as organizações da AFC chilena que compõe a atual Mesa de Diálogo Político-Social com o INDAP:

Quadro 5- Organizações da AFC chilena participantes da mesa de diálogo político-social com INDAP

	Organização	Tempo (anos)	nº. de regiões*
1	ACHITUR (<i>Asociación Chilena de Turismo Rural</i>)	11	9
2	ANAMURI (<i>Asociación Nacional de Mujeres y Indígenas</i>)	17	13
3	CALIDER (<i>Corporación Alianza para la Innovación y Desarrollo Rural</i>)	5	8
4	CAMPOCOOP (<i>Confederación Nacional de Federaciones de Cooperativas y Asociaciones Silvoagropecuarias de Chile</i>)	45	8
5	CNC (<i>Confederación Nacional Campesina</i>)	50	9
6	CONAGRO (<i>Confederación Nacional Campesina y Trabajadores del Agro de Chile</i>)	11	7
7	CONAPROCH (<i>Confederación Nacional El Triunfo Campesino de Chile, Consejo</i>)	23	7

	Organização	Tempo (anos)	n°. de regiões*
	<i>Nacional de Pequeños Productores de Chile</i>		
8	LEFRARU (<i>Asociación Nacional de Comunidades Indígenas Leftraru</i>)	13	9
9	MUCECH (<i>Movimiento Unitario Campesino de Chile</i>)	17	12
10	NEHUEN (<i>Confederación Campesina Nehuen</i>)	27	10
11	NEWENCHE (<i>Asociación Nacional Mapuche Newenche</i>)	12	6
12	RANQUIL (<i>Confederación Nacional Campesina Ranquil</i>)	47	9
13	RED APICOLA (<i>Red Nacional Apícola</i>)	16	10
14	TRIUNFO CAMPESINO (<i>Confederación Nacional El Triunfo Campesino de Chile</i>)	20	8
15	UNAF (<i>Unión Nacional de la Agricultura Familiar Campesina Cooperativa</i>)	8	14
16	UOC (<i>Confederación Unión Obrera Campesina</i>)	46	8
17	VOZ DEL CAMPO (<i>Confederación La Voz del Campo</i>)	23	8

Fonte: INDAP (2017).

* O Chile possui 16 regiões.

Esta quantidade de organizações representativas em nível nacional chama a atenção. Entrevistas realizadas com diferentes atores do ambiente institucional da AFC chilena apontam diferentes justificativas para essa atomização, tais como: diferenças de etnias indígenas; diferenças ideológicas das bandeiras políticas; extremo formalismo do Chile para os diálogos entre representantes dos agricultores familiares e camponeses com o Estado; e o oportunismo de agentes em busca de convênios para o repasse de recursos públicos. Uma das dirigentes entrevistadas comenta sobre essa questão: “Temos 17 organizações camponesas. Por que tanto? Porque o sistema necessita manter o povo fracionado, desunido, para que vivam em desconfiança, instalada desde o tempo da ditadura” (EP13). Gómez (2002b), ao discutir sobre as debilidades do movimento camponês chileno, destaca entre as principais causas, a dependência de outras organizações, como o Estado, os partidos políticos e a igreja, falta de recursos próprios e a falta de renovação de lideranças.

Não foi objetivo do presente estudo aprofundar as motivações e as diversidades das organizações representativas dos movimentos sociais camponeses chilenos. Mas essa fragmentação de organizações representativas dos movimentos sociais chilenos do campo se impôs como um limitante à idéia de encontrar um movimento social que pudesse ser comparado com o MST no Brasil. Além disso, é preciso ressaltar que o Chile realizou a reforma agrária durante os governos de Eduardo Frei Montalva e Salvador Allende e que, apesar da contra-reforma agrária de Pinochet, o latifúndio oriundo do sistema de *haciendas* foi extirpado do campo chileno. Desse modo, a questão fundiária dos ‘sem-terra’ no Chile, apesar de existir residualmente pela própria dinâmica capitalista, não é similar à situação brasileira e, portanto, não mobiliza socialmente. Assim, para ilustrar parte da diversidade das organizações dos movimentos sociais do campo chileno – e sem a pretensão de esgotar o tema

–, foram selecionadas três organizações que representam origens e atuações distintas das agriculturas familiares e camponesas, a saber: ANAMURI, MAELA e MUCECH.

A *Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas* (ANAMURI) é uma organização que busca fundamentalmente representar e defender os direitos das mulheres camponesas e indígenas com o objetivo de criar relações de igualdade entre os gêneros, classes e etnias em um ambiente de respeito entre as pessoas e a natureza. De acordo com uma de suas dirigentes, “A ANAMURI nasce em 1998 de um longo processo de gestação pós-ditadura com o intuito primeiro de defender os interesses das trabalhadoras rurais flexíveis (*temporeras*), quase sempre em precárias condições de trabalho” (EP11). Dentre suas principais linhas de ação, se destacam: representação, defesa e promoção dos direitos das mulheres camponesas e indígenas; formação e capacitação com enfoque de gênero para o alcance de uma melhor qualidade de vida e um sistema social mais justo e solidário; campanhas permanentes contra todas as formas de violência às mulheres; participação crítica e construtiva das propostas de políticas públicas para agricultura; promoção de redes e alianças sociais solidárias; defesa das sementes crioulas como patrimônio dos povos à serviço da humanidade; campanha de luta contra o uso dos agrotóxicos e a luta pela agroecologia. Está organização insere-se na *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC²⁰), que é uma organização de articulação continental de luta social dos trabalhadores do campo, indígenas e afrodescendentes da América Latina, bem como são integrantes da Via Campesina (ANAMURI, 2019).

Por sua vez, o *Movimiento Agroecológico Latinoamericano* (MAELA) foi fundado em 1992 e articula organizações camponesas, de pequenos e médios produtores familiares, comunidades indígenas, comunidades sem-terra, de mulheres e jovens rurais, de consumidores, universidades, ONGs e organizações sociais, que defendem a agricultura camponesa e familiar agroecológica da América Latina. Sua criação se deu como uma dissidência da *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM), durante a realização da 9ª Conferência Científica da IFOAM em São Paulo (COSTA *et al.*, 2015). Dentre suas ações se destacam a luta pela soberania alimentar, pela defesa dos territórios, pela proteção da biodiversidade e das sementes, pela construção dos mercados locais e da

²⁰ Por solicitação das dirigentes da ANAMURI, registro a resistência dos movimentos sociais brasileiros, e em especial do MST, em reconhecer a CLOC como uma representação continental das agriculturas familiares e camponesas, o que tem dificultado a construção de maiores alianças latino-americanas e fragilizado a situação da CLOC. Conforme uma das dirigentes entrevistadas: “O Brasil não se considera latino-americano” (EP11) (nota do autor).

economia solidária, pela educação e formação agroecológica, pela igualdade de gêneros e gerações (MAELA, 2019). Sua origem está vinculada ao papel desempenhado por acadêmicos e ONGs latinoamericanas voltadas à agricultura sustentável nos anos 1980, com destaque para o *Consortio Latinoamericano de Agroecología y Desarrollo* (CLADES)²¹, criado em 1989, e que impulsionou diversos programas, cursos e seminários nas quais se desenvolveram as bases científicas e técnicas da agroecologia (MONTALBA *et al.*, 2016). No Chile, o MAELA possui um histórico associado à participação de diversos agrupamentos de agricultores, com destaque para a ‘*Asociación Tierra Viva*’ e, atualmente, a Federação da Agroecologia e Consumo Responsável, uma organização criada em 2017 com vistas a se inserir na mesa de diálogo político-social do INDAP. De acordo com uma de suas dirigentes desta federação: o “Chile, por ser um país extremamente legalista, dá espaço apenas para as associações formais” (EP14).

Finalmente, o *Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile* (MUCECH) é a união estratégica das organizações nacionais camponesas com o objetivo de promover ações para melhorar a qualidade de vida do setor rural camponês e indígena, bem como sua proteção legal e administrativa. O mesmo foi fundado em novembro de 1987 como a primeira associação nacional de trabalhadores agrícolas, pequenos agricultores familiares camponeses e povos originários. Dentre seus principais objetivos, destacam-se: aprofundar a democracia no Chile; desenvolver a organização da agricultura camponesa; representar os interesses camponeses e indígenas do país; garantir a soberania nacional, territorial e alimentar; e conservar os recursos naturais (MUCECH, 2019). Internacionalmente, o MUCECH está inserido na *Confederación de Organizaciones de Productores Familiares del MERCOSUL* (COPROFAM), uma coordenação supranacional que engloba movimentos de sete países (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Bolívia) e que visa articular as ações sindicais para as agriculturas familiares e camponesas no âmbito do MERCOSUL.

As três organizações supracitadas – ANAMURI, MAELA e MUCECH – se sobrepõem em termos de bandeiras, objetivos e representações sociais. Todas buscam representar os interesses e direitos dos agricultores familiares, camponeses e indígenas. Entretanto, há diferenças significativas entre suas raízes, discursos e métodos de atuação. A ANAMURI possui uma origem relacionada à perspectiva campesina e vinculada aos partidos

²¹ O CLADES é composto por 10 ONGs Latino Americanas – ASPTA-FASE (Brasil), CPPP e CECTEC (Paraguai), IMCA (Bolívia), INDES (Argentina), CAAP (Equador), CET (Chile), CIED e IDEAS (Peru) e SEMTA (Bolívia).

políticos de esquerda, bem como um recorte de gênero importante para evidenciar a luta pelo feminismo e a oposição ao sistema neoliberal; o MUCECH possui nas suas raízes o sindicalismo rural, e suas demandas estão mais orientadas à questão da profissionalização das organizações econômicas das agriculturas familiares, camponesas e indígenas; o MAELA, por sua vez, possui sua origem relacionada com a atuação das ONGs ambientais e ao ativismo acadêmico, sendo suas demandas mais próximas da consolidação de uma agricultura sustentável que se expressa pela agroecologia. Nesse sentido, a ANAMURI é a organização camponesa que mais se aproxima do perfil do MST, na medida em que também empunha as bandeiras da soberania alimentar e da agroecologia com o intuito de constituir uma via alternativa ao modelo econômico neoliberal, e haja vista que ambos estão inseridos na Via Campesina. Resta saber, contudo, como isso se expressa nos mercados alimentares constituídos concretamente e na interpretação de suas lideranças sobre essa temática.

4.3.2 Os mercados das agriculturas familiares e camponesas no Chile e a centralidade do Estado

Os mercados alimentares constituídos pelas organizações dos movimentos sociais do campo chileno são muito incipientes. Conforme relatou em entrevista uma das dirigentes da ANAMURI, “No Chile não existe nada parecido com o MST. Aqui as políticas agrícolas foram voltadas para acabar com as organizações camponesas. [...] se você quer estudar mercados camponeses no Chile, terá que ir à outra parte” (EP13). Esta visão foi corroborada por um dirigente do MUCECH, o qual nos orientou a buscar o INDAP para a averiguação das experiências econômicas das AFC do país.

Ao longo da pesquisa ficou evidente que, diante da fragmentação dos movimentos sociais camponeses – primeiro como um dos resultados da repressão militar e, em seguida, como efeito da disseminação de valores liberais individualistas na sociedade chilena (VARGAS, 2012; WINN, 2010) –, no Chile a emergência de novos mercados alimentares voltados às agriculturas familiares contaram com o forte protagonismo do Estado. Assim, esta subseção visa apresentar um panorama de como os mercados alimentares das AFC se constituem e operam a partir das ações do INDAP, como protagonista nesse processo.

Subordinado ao Ministério da Agricultura, o INDAP foi criado em novembro de 1962 com o intuito de “promover o desenvolvimento econômico, social e tecnológico dos pequenos produtores agrícolas e camponesas, com o fim de contribuir a elevar sua capacidade

empresarial, organizacional e comercial, sua integração ao processo de desenvolvimento rural e otimizar ao mesmo tempo o uso dos recursos produtivos” (INDAP, 2014, p. 8). Durante seus mais de 50 anos de funcionamento, o órgão desenvolveu uma ampla gama de ações destinadas ao desenvolvimento produtivo e rural. De acordo com uma das dirigentes da ANAMURI, “o INDAP foi o único instrumento que resistiu ao período da ditadura e que apoia a agricultura camponesa” (EP11). Atualmente, é composto por 15 direções regionais e 127 agências e escritórios de áreas distribuídas por todo o Chile (INDAP, 2019).

A partir dos anos 1990 o enfoque do INDAP se diversificou. Para além do crescimento da produtividade o foco voltou-se para a valorização dos produtos da AFC, inclusive pelo reconhecimento das suas heterogeneidades e o crescimento das atividades não agrícolas. Köbrich, Bravo e Macari (2016) destacam que isso implicou em proporcionar as condições de acesso aos mercados convencionais, o que ficou esquecido por muito tempo das políticas agrícolas. De acordo com INDAP (2014, p. 27),

A limitada capacidade para articular-se de forma vantajosa com os mercados de produtos, insumos e serviços constitui uma debilidade histórica da AFC. Isso decorre de diferentes fatores que operam como desvantagens frente à outros agentes, tais como a escala de produção, as assimetrias de informação, os maiores custos de transação por unidade de produto, as dificuldades logísticas (estoque, transporte, armazenamento, refrigeração), a informalidade sanitária e tributária, as limitações para agregar valor e as exigentes normas de qualidade que impõem os mercados.

De acordo com o Censo Agropecuário Chileno de 2007 (citado por INDAP, 2014), 95% dos agricultores familiares e camponeses estão voltados para o mercado interno. Nesse sentido, um dos objetivos estratégicos do INDAP refere-se à comercialização e a agregação de valor com o intuito de ampliar e melhorar as condições de acesso aos diferentes mercados (locais, regionais, nacionais e internacionais) pelos agricultores familiares e camponeses, bem como aproximar os produtores dos consumidores finais (INDAP, 2014).

A Figura 3 representa os delineamentos do objetivo estratégico do INDAP para a comercialização e agregação de valor dos produtos da AFC. O primeiro delineamento é a promoção, diferenciação, visibilização e comercialização em circuitos curtos que se expressa pelo selo ‘Manos Campesinas’ (KÖBRICH; BRAVO; MACARI, 2016). De acordo com entrevistas com técnicas do INDAP, esse selo teve início em 2015 e exige quatro atributos (ET11 e ET12):

- a) origem camponesa;
- b) produto saudável;

- c) artesanidade; e
- d) promoção do desenvolvimento local.

Figura 3 - Delineamentos da comercialização e agregação de valor do INDAP



Fonte: INDAP (2019).

O segundo delineamento é o aperfeiçoamento e a criação de novos negócios. Ou seja, busca implementar ações onde a AFC possui maiores desvantagens e auxiliar na criação de novos mercados, o que se expressa na interface com os supermercados, as compras públicas e os mercados atacadistas. O terceiro delineamento objetiva o desenvolvimento de bens (produtos ou serviços) que permitam aumentar o valor agregado da AFC. Isso vai se expressar em ações de melhoria da qualidade dos alimentos, inocuidade e produtividade e que permitam iniciar ou melhorar a inserção nos mercados. Por fim, todos esses delineamentos são acompanhados por um Programa de Assessoria Técnica específica em negócios e comercialização para melhorar a oferta de produtos em face das oportunidades de negócios (INDAP, 2019). A respeito das políticas agrícolas do INDAP, Torres, Namdar-Iraní e Isamit (2017, p. 130) destacam que

A demanda por mais e melhores alimentos, por parte dos consumidores cada vez mais informados e exigentes, coloca como eixo articulador de toda a cadeia os atributos de funcionalidade, diferenciação, qualidade e inocuidade dos alimentos. Ademais, aspectos intangíveis tais como as condições laborais, os impactos ambientais ou a identidade cultural tem se convertido em fatores cada vez mais relevantes na diferenciação e competitividade dos produtos agrícolas.

A partir desse pano de fundo, e novamente seguindo a tipificação sugerida por Schneider (2016), doravante descrevemos os principais mercados alimentares acessados pelas agriculturas familiares e camponesas do Chile por meio das ações do INDAP. Ao longo da discussão buscamos evidenciar como as organizações dos movimentos sociais do campo se inserem nesse processo, bem como apresentar uma iniciativa que elucida empiricamente esse fenômeno.

4.3.2.1 Mercados de proximidade: as feiras diretas

No que tange aos mercados de proximidade, assim como no caso brasileiro, as feiras diretas representam uma das primeiras etapas do processo de interação com os mercados dos agricultores familiares e camponeses (PLOEG, 2009; MENDES, 2007). Segundo o INDAP (2019), as feiras diretas são os principais circuitos curtos da AFC chilena. Por outro lado, uma das dirigentes da ANAMURI relata que “são poucos os agricultores que comercializam nessas feiras livres” (EP11). A maior parcela das feiras livres chilenas são realizadas por intermediários que adquirem os alimentos em centros atacadistas, os quais são abastecidos principalmente pelos pequenos produtores (TEJADA, 2013).

Tejada (2013) ressalta que as feiras livres no Chile vendem principalmente frutas, verduras e outros alimentos (60%), mas também artigos domésticos e artesanatos. No seu entorno se conformam mercados informais que comercializam diferentes artigos. Estes espaços geralmente são ocupados por desempregados, trabalhadores que buscam um complemento de renda e algumas lojas que enviam seus vendedores. Nos finais de semana, tais mercados chegam a triplicar de tamanho e abrigam os famosos ‘*mercados de las pulgas*’ que revendem artigos de segunda mão. Uma questão preocupante das feiras é a diminuição da venda de alimentos frescos, os quais vêm sendo substituídos por comida industrializada, o que agrava a já frágil situação de sobrepeso da população chilena de acordo com dados da FAO (2017).

Nesse contexto, vale destacar o projeto realizado em parceria pela FAO e ODEPA em 2011 intitulado ‘Fortalecimento das feiras livres para a comercialização alimentar’. O mesmo visou aumentar a competitividade das feiras livres como um canal de comercialização de produtos alimentícios saudáveis provenientes da agricultura familiar, tendo em vista melhorar a segurança alimentar e nutricional dos chilenos. Um dos resultados desse projeto foi a criação do ‘Observatório das Feiras Livres’ com o intuito de proporcionar informações

sistematizadas para os feirantes a respeito das tendências de mercado, gestão comercial, manipulação de alimentos e boas práticas agrícolas (FAO, 2019).

Em relação às feiras realizadas por agricultores, Tonacca, Ramírez e Köbrich (2017) apontam a existência de duas modalidades no Chile: as que se formam a partir do apoio de programas técnico-produtivos, como uma forma de promover a comercialização; e aquelas que surgem de maneira espontânea, a partir da interação entre atores sociais, como agricultores e consumidores. No primeiro caso, é importante ressaltar o papel do INDAP por meio do Prodesal²² que proporcionam assessorias técnico-produtivas que influenciam nos processos de organização para a comercialização, inocuidade dos produtos e apoio à gestão. Entrevistas com técnicas do INDAP ressaltam a criação de uma imagem corporativa, o financiamento de melhores estruturas e a criação de regimentos para o funcionamento das feiras livres (ET11 e ET12). Os agricultores que participam desse tipo de feira oferecem uma gama variada de produtos, em sua maioria de produção própria, mas eventualmente de terceiros a fim de complementar a cesta de comercialização. Em relação aos aspectos de qualidade, não se observa uma oferta diferenciada, nem um tipo específico de público, que se caracteriza por habitantes locais que buscam alimentos frescos.

O segundo tipo de feira, conforme Tonacca, Ramírez e Köbrich (2017), corresponde àquelas criadas a partir da interação entre atores sociais locais como agricultores e consumidores, as quais, em geral, se caracterizam por um maior grau de organicidade. Ou seja, geralmente são agricultores e /ou consumidores que participam de organizações produtivas, associações de consumidores ou diferentes movimentos de cidadãos preocupados com o cuidado com o meio ambiente e com o comércio solidário. Nesta segunda classificação se inserem as feiras orgânicas e as feiras agroecológicas, nas quais a questão das qualidades diferenciadas assumem centralidade e transcendem os aspectos intrínsecos dos alimentos, envolvendo também as dimensões sociais e ecológicas (ROVER, 2011; GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2011). Um exemplo deste tipo de mercado é a *Ecofeira de La Reina* (Box 6).

²² Tive a oportunidade de acompanhar algumas atividades do Prodesal de 'El Monte', região metropolitana de Santiago, que tinham como projeto a constituição de uma associação de agricultores orgânicos e a organização de feiras ecológicas na cidade. Apresentei um caso da experiência brasileira de Santa Rosa de Lima, Estado de Santa Catarina (nota do autor).

Box 6- A Ecofeira de La Reina, Santiago, Chile

A ‘Ecofeira de La Reina’ é uma feira de produtos orgânicos criada em 2010 pela “iniciativa privada de duas empreendedoras sociais que retornaram dos Estados Unidos visualizando uma oportunidade de negócios”, relata um dos feirantes (EM3). Com a consolidação da Ecofeira e a organização dos feirantes, a mesma se tornou uma Associação de Produtores Orgânicos e Alternativas Ecológicas. Está localizada dentro das dependências de ‘La Aldea del Encuentro’, um espaço da comuna²³ de La Reina e é mantido em parceria de ações públicas e privadas. Trata-se de um espaço que abriga uma série de atividades culturais, artísticas, ambientais e esportivas que visa proporcionar convergência criativa, formação e entretenimento que promova o desenvolvimento pessoal e social, e que “permitam tomar consciência da responsabilidade que temos com a Terra e o Meio Ambiente” (ALDEA DEL ENCUENTRO, 2019).

Esta ecofeira busca revitalizar o conceito clássico das feiras livres, nas quais os próprios produtores transportavam e ofereciam seus produtos em algum ponto de comercialização. Por meio da venda direta, se busca gerar um processo duplamente valioso: por um lado, recompensa a quem tem encabeçado o sistema produtivo e tem aportado seus recursos e esforços junto à suas famílias e aos seus trabalhadores; e, por outro lado, se fortalece o vínculo entre produtor e consumidor, o qual permite introduzir ao consumidor no mundo rural, por vezes tão desconhecido para os cidadãos das grandes cidades. Tais aspectos destacam os benefícios dos circuitos curtos de comercialização para consumidores e produtores (ECOFERIA, 2018; GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2011, DAROLT *et al.*, 2016).

A Ecofeira de La Reina é realizada semanalmente nas quartas e sábados pela manhã. Possui atualmente 33 feirantes, com os mais variados produtos: alimentos *in natura*, artesanato, cosméticos naturais, alimentos minimamente processados, itens para agricultura urbana, livros e produtos industrializados importados e lanchonete com produtos naturais. De acordo com entrevistas realizadas, para que os feirantes possam comercializar alimentos orgânicos ou seus derivados, é preciso se enquadrar nos critérios de certificação da Lei n. 20.089 que criou o Sistema Nacional de Certificação de Produtos Orgânicos (CHILE, Ley 20089/2015). Nos termos de Niederle e Wesz Júnior (2018), trata-se de uma iniciativa que engloba a estetização da ética e a eticização da estética.

A atuação do MAELA neste espaço ocorre de forma pontual, basicamente pelo envolvimento de alguns poucos feirantes que são integrantes deste movimento. Entrevistas apontam que o suporte dado pelo MAELA é no sentido de oportunizar a formação na temática da agricultura orgânica e agroecologia, a troca de experiências com outros agricultores, bem como na representação de suas demandas em nível nacional (EP14, EM6).

Figura 4 - Ecofeira de La Reina



Fonte: Dados próprios (2017).

Sobre o perfil de consumidores, vale destacar que a comuna de La Reina está em uma das áreas mais nobres da região metropolitana de Santiago, e, conjuntamente com as comunas de Vitacura, Las Condes, Lo Barnechea, Ñuñoa e Providencia,

²³ As comunas são as menores regiões administrativas do Chile – o equivalente aos municípios brasileiros – e são administrados por um *alcalde* (prefeito) (nota do autor).

conformam o chamado setor oriente (MANRÍQUEZ, 2011). Tais comunas abrigam o estrato socioeconômico ABC1, que é o nível mais alto de um conjunto de variáveis que analisam, entre outras, o grau de escolaridade dos chefes de família, a posse de uma cesta de bens privados e que estão diretamente associados com os níveis de renda, capital cultural e o estoque de riqueza acumulada. Tais comunas também apresentam o mais alto nível de consumo de alimentos orgânicos da região metropolitana de Santiago (MANRÍQUEZ, 2011).

Essa realidade é visível pela observação *in loco* do território e dos consumidores: o bairro, a localização em uma área fechada, o acesso realizado quase que exclusivamente por carros e um perfil de consumidores que valorizam e podem pagar pelo alimento mais saudável, corroboram com a correlação estabelecida entre a elite da população e o consumo de alimentos orgânicos. De acordo com entrevistas realizadas com os feirantes, a maior parte do público consumidor da feira é de alta renda, alto nível educacional e a maioria são mulheres (EM5, EM6 e EP14). Tais características vão ao encontro do perfil de consumidores de produtos orgânicos no Brasil (SCHUBERT; SCHNEIDER, 2016; BORTOLOMIOL; NIEDERLE, 2019). Apesar disso, eventualmente consumidores de baixa renda comparecem à *Ecoferia de La Reina* pela questão da saúde. Como comenta um dos feirantes entrevistados “os médicos receitam algum alimento orgânico para a saúde e aí eles chegam aqui” (EM5).

4.3.2.2 Mercados locais e territoriais: Las Tiendas Mundo Rural e estratégias de *e-commerce*

Além das feiras-livres, o INDAP também apoia a realização de eventos de grande porte para promover a AFC, bem como realiza os seus próprios eventos, como a Feira Expo Mundo Rural. Trata-se de uma exposição de caráter institucional criada em 1998 e realizada anualmente em diferentes cidades chilenas. As edições da Expo Mundo Rural têm por objetivo agregar uma diversidade de atrações para os públicos de consumidores urbanos conhecerem e valorizarem os produtos e os agricultores da AFC das diferentes regiões do país. Com a realização das diversas edições em distintas partes do país, o evento se tornou uma marca que associa ‘produto, produtor e território’ e que busca revalorizar a AFC chilena para conscientizar os consumidores de perceberem a importância cada vez menor do preço e observarem outros atributos relevantes. Foi a partir das edições da Feira Expo Mundo Rural que se desenvolveram ações do INDAP voltados aos mercados de qualidades diferenciadas das agriculturas familiares e camponesas e que possibilitaram a criação de um selo de produtos e serviços rurais, denominado ‘*manos campesinas*’ (TONACCA; RAMÍREZ; KÖBRICH, 2017).

De acordo com INDAP (2019) na edição de 2017, realizada na capital Santiago, 140 pequenos agricultores expuseram e comercializaram sua diversidade de produtos durante 4 dias por onde passaram mais de 20.000 pessoas, representando um importante canal de diálogo com a sociedade chilena. As edições da Expo Mundo Rural também contam com atividades artístico-culturais e gastronômicas, além de bancas onde as diferentes organizações de movimentos sociais distribuem materiais de divulgação das suas agendas de luta e interagem com o público.

Dentro do marco estratégico do INDAP de ‘comercialização e agregação de valor’ da AFC chilena, estão os delineamentos de promover circuitos curtos de comercialização mediante a criação de novos negócios. Em função do trabalho realizado pelo INDAP por meio das diversas edições da Expo Mundo Rural, associados com programas de agroindustrialização (*sabores del campo*²⁴), redes de agroturismo e o abastecimento de supermercados por meio de alianças produtivas (conforme se verá em tópico a seguir), a oferta de produtos da AFC vai alcançando novos patamares de sofisticação e desenvolvimento (INDAP, 2019). Isso se expressa na política de criação da rede de lojas Mundo Rural iniciada no ano de 2017. Segundo o INDAP (2019), o objetivo do programa é criar um canal comercial para os produtos da Agricultura Familiar Campesina que

[...] permita aproximar suas histórias, valores e atributos aos habitantes dos centros urbanos do país sob o esquema de Circuito Curto. [...] Estas lojas permitem aos produtores(as) contar com pontos de vendas para seus produtos em distintos pontos do país e integrar-se em melhores condições aos mercados, permitindo assim, melhorar a qualidade de vida, a produção e a economia da Agricultura Familiar Camponesa.

Observa-se, assim, uma política pública que favorece os circuitos curtos de comercialização das agriculturas familiares e camponesas, aproximando os consumidores dos atributos de qualidade dos alimentos, as especialidades camponesas, que possuem produção consciente, com identidade de origem, que fomentam o desenvolvimento local e ajudam a recuperar tradições gastronômicas (TONACCA; RAMÍREZ; KÖBRICH., 2017). Nesse aspecto, é importante destacar os alimentos artesanais, livre de agrotóxicos e “amigáveis com o meio ambiente” (INDAP, 2019), que dão margem para a agricultura orgânica e agroecologia se consolidarem junto às AFC do Chile.

De acordo com entrevistas realizadas (EM4 e EM5), a origem desta política está associada a um projeto de uma das organizações da AFC chilena, a Confederação Nacional Unidade Operário-Camponês do Chile (UOC). O formato do programa sugere que cada uma das lojas seja administrada por uma Empresa Associativa Camponesa, ou seja, diretamente vinculada com alguma das organizações dos movimentos sociais chilenos. De acordo com entrevistas realizadas com técnicas do INDAP, este pressupõe o financiamento público de todo o investimento inicial e do funcionamento pelo primeiro ano, ao passo que cada loja

²⁴ O programa Sabores do campo objetiva gerar condições para que os pequenos produtores que elaboram alimentos processados, melhorem sua gestão técnico comercial através de agregação de valor, garantia de qualidade e processamento das matérias-primas obtidas da produção agropecuária (INDAP, 2019).

passa por um período de incubação de aproximadamente três anos, tempo estimado para que a mesma esteja consolidada e capaz de manter-se de maneira autônoma (ET11 e ET12).

Segundo informações do INDAP, existem seis *Tiendas Mundo Rural*. Em Santiago são três, uma em Concepción, uma em Valdivia, e uma em Chillán. Elas estão localizadas em lugares estratégicos, com um grande fluxo de pessoas, e possuem duas funções centrais: comercialização e promoção de produtos da AFC. De acordo com INDAP (2019), as organizações da AFC responsáveis pelas lojas são: Confederação Nacional Unidade Operário-Camponês do Chile (UOC); Cooperativa Apícola do Chile (APICOOP LTDA), Conselho Nacional de Produtores do Chile (CONAPROCH), Rede Apícola Chile e Confederação Nacional Camponesa e Trabalhadores do Agro de Chile (CONAGRO). De acordo com entrevistas realizadas, cada loja funciona individualmente, mas busca-se ampliar os processos de intercooperação (EM4).

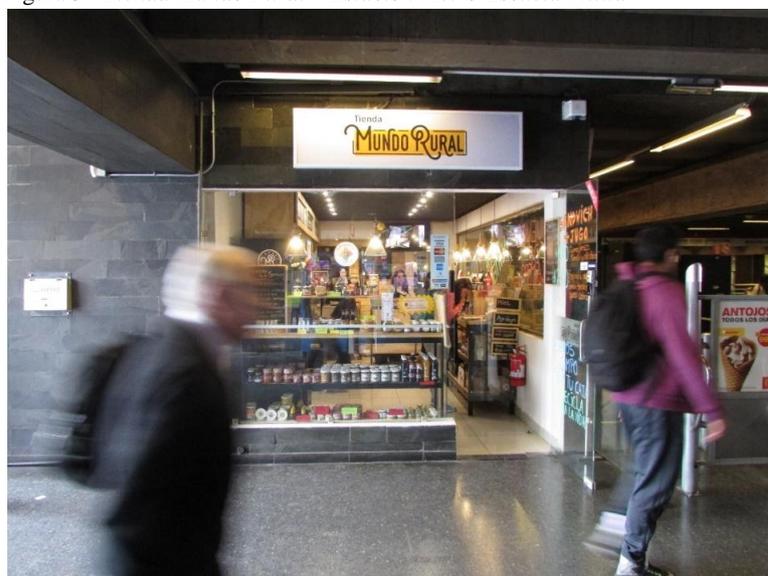
Nenhuma das organizações dos movimentos sociais selecionados para o presente estudo (MAELA, ANAMURI e MUCECH) possui experiências associadas com as lojas Mundo Rural, o que reforça a fragmentação da ação coletiva. Durante as atividades a campo no Chile, foi possível visitar duas *Tiendas Mundo Rural*, localizadas na estação de metrô *Pajaritos* e na estação de metrô *Escuela Militar*, sendo que, à título ilustrativo, esta última é apresentada no Box 7.

Box 7- Tienda Mundo Rural Escuela Militar – Santiago

A *Tienda Mundo Rural da Estación Escuela Militar* está sob responsabilidade da *Confederación Nacional Campesina y Trabajadores del Agro de Chile (CONAGRO)*. Inaugurada em 17 de fevereiro de 2017, esta *Tienda Mundo Rural* busca replicar o modelo de administração e operação proposto pelo programa de comercialização do INDAP. Ou seja, busca ofertar bens e serviços das AFC orientada a aproximar e valorizar aos consumidores finais, destacando o valor do patrimônio produtivo, social e cultural, conforme a perspectiva dos circuitos curtos de comercialização. Dos 85 fornecedores da loja, em torno de 70% são representantes da AFC, sendo a grande maioria da região de Valparaíso. Destes, apenas dois são produtores orgânicos, com certificação privada, e outros dois fornecedores se autodenominam de agroecológicos, sem nenhuma certificação. Os produtos mais vendidos da loja são: pão caseiro, chocolate vegano e sanduíches naturais (que são produzidos por empreendedores locais) (EM4 e EM5).

De acordo com entrevistas realizadas junto à equipe da loja, a ideia inicial era a instalação do estabelecimento junto à um público de classe média baixa – *Comuna de Recoleta* (EM4). No entanto, em função de uma oferta da empresa que administra o metrô de Santiago ao INDAP, a loja acabou sendo instalada no centro comercial que fica junto à Estação de Metrô Escola Militar e que está localizada na Comuna de Las Condes, uma das regiões mais nobres da região metropolitana de Santiago de acordo com Manríquez (2011). A estação do metrô possui um enorme afluxo de pessoas, sendo muito frequentada pela classe alta que reside no bairro, mas também por um grande contingente de trabalhadores que transitam diariamente pelo local e que não vivem no bairro.

Figura 5 - *Tienda Mundo Rural – Estación Metro Escuela Militar*



Fonte: Dados próprios, 2017.

O objetivo principal do empreendimento econômico é ser uma referência em alimentos e produtos saudáveis, artesanais, locais e camponeses que contribuam para sustentar e fortalecer as economias camponesas, bem como garantir a alimentação saudável dos habitantes da cidade (INDAP, 2019). Dentre os maiores desafios apontados pela equipe entrevistada, está a dificuldade em conseguir comercializar mais hortifrutigranjeiros frescos pela falta de fornecedores da AFC com capacidade de produção e logística, uma maior diversidade de produtos da AFC, bem como uma maior atração de moradores do próprio bairro (EM4 e EM5). Denota-se, portanto, uma tensão entre a dinâmica de um mercado cívico e as exigências de um canal de comercialização convencional (NIEDERLE, 2017b).

Em relação ao público consumidor, os agentes de mercado entrevistados apontam que a grande maioria dos clientes que frequentam a loja é de classe alta, com alto nível de instrução e formado por mulheres. Novamente, isto corrobora com o perfil dos consumidores de alimentos de qualidades diferenciadas como os alimentos orgânicos (SCHUBERT; SCHNEIDER, 2016; BORTOLOMIOL; NIEDERLE, 2019). A equipe entrevistada da loja destaca que, de maneira geral, os chilenos carecem de um maior grau de informação e conhecimento sobre a AFC. Essa informação remete ao fato de que o Chile é um dos países mais urbanizados da América Latina (CEPAL, 2018). Além disso, é preciso mudar os hábitos de alimentação da população que possui um dos piores indicadores de obesidade (FAO, 2017).

Um segundo subgrupo de mercados locais e territoriais (SCHNEIDER, 2016) da AFC chilena considerados no presente estudo se refere às formas diferenciadas de mercados. Neste caso²⁵, nos referimos aos mercados intermediados pelas TIC's e que vão construir novas conexões entre produtores e consumidores. O papel da tecnologia apenas está apenas iniciando o potencial de transformação dos mercados das agriculturas familiares e camponesas e devem passar por muitas transformações decorrentes do papel de *startups* agrícolas (WILKINSON; RAMA, 2018). As TIC's favorecem a criação de novos modelos de negócios, originando múltiplas aplicações como buscas em portais eletrônicos, geradores de conteúdo, redes sociais virtuais e lojas virtuais de comércio eletrônico (*e-commerce*) que impactam na eficiência, poupança e imediatismo das atividades econômicas. No entanto, essa utilização das TIC's junto à AFC gera resistências, as quais muitas vezes estão associadas com o baixo grau de instrução dos agricultores, bem como à sua capacidade financeira de adquirir equipamentos eletroeletrônicos²⁶ (KÖBRICH; BRAVO; MACARI, 2016).

O INDAP, no bojo das ações do objetivo estratégico para a comercialização e agregação de valor e, como uma consequência do projeto das *Tiendas Mundo Rural*, vem desenvolvendo desde setembro de 2017²⁷, o *e-commerce* junto aos produtos da AFC chilena. As TIC's vem revolucionando as formas de consumo por faixas etárias, diversificação de identidades, servindo a um consumidor mais informado e aberto às possibilidades. Desse modo, o *e-commerce* da www.TiendaMundoRural.cl se constitui como a primeira loja virtual de produtos da AFC chilena, potencializando os mercados de consumidores e produtores em todo o país. O INDAP contribui com apoios e capacitações de formas de comunicação, marketing, organização dos empreendimentos, o que em última instância tende a impactar nas economias locais (INDAP, 2019).

O *e-commerce* tem o potencial de revolucionar o modo como a agricultura familiar e camponesa se relaciona com os consumidores finais (WILKINSON; RAMA, 2018), na medida em que conecta produtos com 'valor ético' com um consumo consciente, assim como alimentos de qualidade diferenciada à um público consumidor que valoriza tal aspecto. Novamente, a bandeira da alimentação saudável associada à agroecologia pode possibilitar a

²⁵ Diferentemente do caso brasileiro, nesta modalidade não foram identificados grupos de consumo consciente articulados com as organizações dos movimentos sociais camponeses chilenos, os quais conformariam mercados de proximidade (nota do autor).

²⁶ Dados citados por Köbrich, Bravo e Macari (2016) indicam que 85% dos agricultores chilenos contam com um celular e que 1 em cada 4 agricultores conta com um computador, embora apenas 25% deles sabe usá-lo.

²⁷ O *e-commerce* da www.TiendaMundoRural.cl não foi considerado como estudo de caso, pois na época de coleta de dados (outubro de 2017), ainda estava muito incipiente (nota do autor).

re-conexão entre a produção e o consumo e ressignificando a própria interpretação da alimentação como um ‘ato político’ (PORTILHO; BARBOSA, 2016; NIEDERLE, 2014).

Box 8- Mi Huerto Web

Fundada em 2015, *Mi Huerto Web* (MHW) é uma iniciativa de dois empresários do Sul do Chile que visualizaram uma oportunidade de negócios envolvendo a AFC chilena que incorporasse as novas tecnologias e ferramentas da internet. A proposta discursiva ressalta uma mudança de paradigma dos atuais sistemas de comercialização que colocam os pequenos agricultores em constante desvantagem. Partindo dessa motivação, os empresários buscaram apoio de técnicos da FAO e de especialistas em projetos sociais, constituindo uma empresa B²⁸, que busca incorporar o valor social e ambiental que existe por detrás da alimentação: “*acreditamos em uma relação comercial justa, eficiente e negócios inclusivos*” (MHW, 2019).

O modelo de negócios proposto pela MHW vai muito além de uma página online para a venda de cestas de verduras e preconiza entregar produtos frescos, diretamente do produtor, sem intermediários e em menos de 6 horas desde a sua colheita. Para tanto, os consumidores financiam o metro quadrado de determinada produção alimentícia por meio de um crédito comprado pela internet. A MHW oferece assistência técnica e realiza a comunicação entre os consumidores e os produtores. Quando os alimentos estão disponíveis para o consumo, em um local previamente acordado com o consumidor (moradia, trabalho ou outro), a empresa entregará os alimentos encomendados e com nota fiscal. Os principais desafios do negócio estão na organização dos territórios que permita desenvolver uma plataforma virtual que una as dimensões da produção e do consumo de alimentos, por meio de uma logística viável e coordenados por gestores territoriais. Desse modo, de acordo com entrevista realizada com um dos sócios-fundadores, a MHW tem estabelecido diversas parcerias com o INDAP, a PRODESAL e cooperativas da AFC.

Atualmente, segundo o seu sítio eletrônico, MHW possui 2600 consumidores cadastrados. A experiência da MHW tem recebido diferentes reconhecimentos por parte de entidades ligadas ao empreendedorismo social, do governo chileno, bem como de entidades internacionais, como a FAO. Apesar disso, o caso da ‘*Mi Huerto Web*’ trata-se de um empreendimento ainda em fase de consolidação, mas com uma grande expectativa de bons resultados. Sua proposta inovadora pretende resolver quatro questões centrais, de acordo com um dos sócios: 1. A decisão do que e quando semear pelo agricultor; 2. O consumidor vai investir 1 m² de produção e vai receber comida saudável de volta, com isso se gera o capital necessário de investimento e a diluição do risco da perda da agricultura; 3. Não há flutuação de preços; 4. Se soluciona o desperdício da logística de distribuição, na medida em que a colheita é feita no mesmo dia que a entrega local. Além disso, há a questão da rastreabilidade, negócio justo e consumo consciente. “Quando compramos, somos cúmplices” ressalta um dos diretores da MHW.

4.3.2.3 Mercados convencionais: supermercados, minimercados, pontos varejistas, agroindústrias processadoras e exportação

Neste subgrupo, seguindo o padrão estabelecido no caso brasileiro de mercado convencional (SCHNEIDER, 2016), são considerados a comercialização dos alimentos da AFC com os agentes privados empresariais, tais como supermercados, minimercados, pontos varejistas e exportações, haja vista a centralidade deste último tema para o Chile.

Inicialmente, cabe destacar o Programa de Alianças Produtivas proposto pelo INDAP inserido no objetivo estratégico da comercialização e agregação de valor dos produtos da AFC. Trata-se de uma proposta de integração comercial entre os agricultores familiares e

²⁸ Trata-se de uma classificação da legislação chilena das empresas com caráter social, ou seja, são empresas que declaram que seus objetivos econômicos não podem estar sobre os objetivos sociais e ambientais (nota do autor).

camponeses às diferentes modalidades empresariais. Os dados do INDAP (2014) sobre o Censo Agropecuário Chileno de 2007 destacam que apenas 17% dos agricultores familiares e camponeses possuem relações com mercados convencionais (exportação, agroindústria e agricultura de contrato), o que justifica a realização desse programa.

O Programa de Alianças Produtivas é um instrumento de fomento produtivo, destinado a articular iniciativas de encadeamentos produtivos entre um poder comprador e fornecedores de produtos e serviços de beneficiários do INDAP. O programa permite acessar a incentivos econômicos destinados à financiar assessorias técnicas especializadas e outros serviços que respondem às exigências do poder comprador e permitem um acesso à mercados de maior valor agregado do setor silvo agropecuário e atividades conexas (PLATAFORMA DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL, 2019).

Köbrich, Bravo e Macari (2016) destacam que a pequena interação da AFC chilena com os mercados convencionais está relacionada, dentre outros aspectos, ao baixo volume de produção e altos custos de transação. Assim, o associativismo, a integração nas cadeias produtivas agroindustriais e as alianças produtivas são algumas propostas que se complementam para alterar esse panorama. Entretanto, a busca de economias de escala, a liberalização dos mercados, a concentração da indústria e o fenômeno da supermercadização, criaram barreiras de entrada ainda mais fortes para a AFC (REARDON; BERDEGUÉ, 2002; WILKINSON, 2008). Nesse cenário, o Programa de Alianças Produtivas proporciona ações de assistência técnica que buscam alinhar os produtos da AFC chilena às exigências dos mercados, em relação às condições sanitárias, tributárias, armazenamento etc., bem como ações específicas voltadas à comercialização, como os processos de negociação, distribuição e promoção da produção, que se articulam com os créditos voltados à melhoria das infraestruturas de produção e comercialização (INDAP, 2014).

Box 9- A COOPEUMO

A Cooperativa Campesina Intercomunal Peumo Ltda. (COOPEUMO) é uma cooperativa da AFC chilena, localizada na comuna de Peumo, 150 km ao sul de Santiago de Chile. Trata-se de cooperativa de prestação de serviços aos seus associados por meio da venda de insumos agrícolas, créditos, prestação de assistência técnica, comercialização, desenvolvimento de projetos, entre outros (COOPEUMO, 2019).

Foi fundada em março de 1969, como resultado das ações do Governo de Eduardo Frei Montalva em prol da reforma agrária. Suas atividades iniciais estavam baseadas na disponibilização de crédito rotativo aos agricultores associados, assim como a venda de insumos para a produção por menores preços. A cooperativa resistiu aos processos de perseguições às organizações cooperativas da ditadura comandada pelo regime militar, graças ao apoio de entidades internacionais e de integrantes da igreja católica.

Atualmente, a COOPEUMO se dedica à comercialização de insumos para a produção agrícola (agrícolas, ferragens, automotivo e combustível), o qual representa 95% do seu faturamento anual. Além disso, possui outras unidades associadas à produção de mudas 3% e serviços (elaboração de projetos) que expressam 2% do faturamento. Como projetos futuros, buscam a melhoria da internet sem fio, bem como o fortalecimento das exportações. Sua visão empresarial expressa: “Pequenos agricultores organizados sob o modelo cooperativo, inseridos em mercados internos e externos, produzindo alimentos com alto valor agregado, inócuos, cuidando do meio ambiente, com boas práticas agrícolas e usando tecnologias de ponta”. A cooperativa possui 360 sócios, dos quais 85% se mantêm ativos. Seu território de atuação abrange as comunas de *San Vicente de Tagua Tagua, Peumo, Pichidegua e Las Cabras*. A atividade agrícola desse território se concentra em três cultivos principais: milho (50%), frutas (25%) e hortaliças (20%).

De acordo com entrevistas realizadas com um dos diretores da COOPEUMO, a cooperativa fornece alimentos da AFC chilena para a exportação, especialmente ameixas. Além disso, são fornecedoras de indústrias alimentícias multinacionais como a Carozzi e Agrosuper, com destaque para o trigo e o milho. Em relação às compras públicas, a venda de batatas, cebolas, abóboras e tomate, ocorre de forma indireta, ou seja, uma empresa intermediária abastece a alimentação escolar com os seus produtos. Porém, objetivam futuramente abastecer as compras públicas diretamente (EM11).

Enfrentar o fenômeno da supermercadização exige habilidades gerenciais e estruturas organizacionais e de capital que são diferentes das feiras diretas e pontos varejistas. Tais questões, via de regra, representam vulnerabilidades da agricultura familiar no mercado convencional. Como esperado, os supermercados, minimercados e pontos varejistas possuem uma lógica comercial e industrial. Ou seja, seus dispositivos institucionais estão baseados na eficiência e maximização de resultados econômicos (NIEDERLE, 2017b; SCHNEIDER, 2016). As ações do INDAP buscam criar essas habilidades, o que implica na idéia de profissionalização empresarial da AFC. Cabe notar que, diferentemente do caso brasileiro do MST, as organizações da AFC chilena nem sempre se expressam em cooperativas, mas podem assumir outras personalidades jurídicas, como as empresas limitadas. Esse aspecto é importante de ser ressaltado, pois representa um dos resultados da trajetória institucional chilena que “instalou uma massa crítica neoliberal no pensamento econômico chileno e se tornou uma força cultural de ser chileno hoje”, relata um dos professores entrevistados (EA7).

Além dos programas voltados a melhorar a inserção da AFC chilena nos mercados internos, o governo chileno também realiza esforços para a inserção nos mercados internacionais. Vale recordar que na gestão do Presidente Ricardo Lagos (2000-2006) foi criado o programa “Chile Potencia Agroalimentaria” pela ODEPA (GLATZ, 2017). No

INDAP, especificamente, essa ênfase da articulação da AFC chilena com os mercados internacionais ocorre a partir dos anos 2000. A partir desse período, os orçamentos da PRODESAL e PDTI são ampliados tendo em vista aperfeiçoar os fatores críticos de sucesso para a competitividade da exportação da AFC chilena, com ênfase na gestão de excelência e especialização das cadeias produtivas (INDAP, 2014).

Nesse sentido, o crescimento das exportações silvoagropecuárias no período 2004-2013 foram significativos, pois passaram da ordem de US\$7.500 bilhões para mais de US\$15.500 bilhões, o que representa uma média de crescimento anual de 10,7%. Os principais productos da pauta exportadora silvoagropecuária são os produtos florestais, as frutas frescas, os vinhos e os álcools, os quais em conjunto representam 73% do valor setorial exportados. Além disso, a participação dos produtos primários na cesta exportadora, tem continuamente perdido espaço para os produtos processados (INDAP, 2014). Em outras palavras, o processo de agregação de valor das NTAE's e suas estratégias exportadoras, demonstram o dinamismo empresarial constituído pela classe média rural chilena formatada durante a trajetória institucional do país (KAY, 2002), os quais abrem brechas para a inserção da AFC nas oportunidades de negócios.

4.3.2.4 Mercados Públicos e Institucionais: PAE e *fair trade*

Por fim, a última modalidade de mercado da agricultura familiar proposto por Schneider (2016) são os mercados públicos e institucionais. No Chile, a temática dos mercados públicos, ou seja, operacionalizados pelo Estado, é muito recente, iniciou apenas em 2017 (ET10 e ET11). Nesse contexto, vale destacar o papel desempenhado pela REAF no sentido de oportunizar aos países membros do MERCOSUL, um intercâmbio das experiências de políticas públicas inovadoras para a agricultura familiar, a qual tem no Brasil um dos exemplos de referência (NIEDERLE, 2017).

Além de realizar a compra pública dos produtos locais da AFC chilena, outra motivação do governo do Chile, mediante a articulação do INDAP e da Junta Nacional de Auxílio Escolar e Bolsas (JUNAEB), está na busca por oferecer segurança alimentar e nutricional junto à população chilena, especialmente de crianças e jovens. O Programa de Alimentação Escolar (PAE) busca enfrentar problema da obesidade infantil que atingiu grau preocupante no país, representando um dos piores indicadores no contexto latino-americano (FAO, 2017; INDAP, 2019). O objetivo do PAE é alcançar que ao menos 15% das compras

da JUNAEB sejam fornecidas pela AFC reconhecida pelo INDAP (FIDA MERCOSUR, 2019).

De acordo com o FIDA MERCOSUL (2019), são múltiplos os resultados esperados dos mercados públicos chilenos, que incluem desde uma oportunidade de mercado para a agricultura familiar que oferece bens de confiança, associa as políticas públicas estímulo da produção e da alimentação escolar, promovem o desenvolvimento local e contribuem para a conformação de uma dieta saudável para a população escolar, na medida em que oferece uma maior diversidade de alimentos frescos e sem processamento. No entanto, dados do INDAP (2019) apontam que apenas uma pequena parcela da AFC chilena - em torno de quatro mil agricultores, de um universo de cento e setenta mil - está em condições de fornecer seus produtos para as compras públicas, o que significa que há ainda um longo caminho a percorrer nesse processo para a adequação desses agricultores ao que exige a legislação chilena, especialmente no tocante às condições da segurança do alimento, a escala de produção e os sistemas de distribuição.

A segunda modalidade desta tipologia de mercado da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2016) são aquelas que se caracterizam pela busca do comércio justo (*fair trade*). O *Fair Trade* é um movimento internacional (*International Federation of Alternative Trade*) que busca pela parceria comercial baseada no diálogo, transparência e respeito, que almeja maior equidade no comércio internacional. Seus dispositivos institucionais são baseados em princípios, tais como:

1. Transparência e corresponsabilidade na gestão da cadeia produtiva e comercial;
2. Relação de longo prazo que ofereça treinamento e apoio aos produtores e acesso às informações do mercado;
3. Pagamento de preço justo no recebimento do produto, além de um bônus que deve beneficiar toda a comunidade, e de financiamento da produção ou do plantio, ou a antecipação do pagamento da safra, quando necessário;
4. Organização democrática dos produtores em cooperativas ou associações;
5. Respeito à legislação e às normas (por exemplo, trabalhistas) nacionais e internacionais;
6. O ambiente de trabalho deve ser seguro e as crianças devem frequentar a escola;
7. O meio ambiente deve ser respeitado (SEBRAE, 2016).

O cumprimento dos regramentos é assegurado por órgãos de conformidade, associados ao *Fair Trade*. Os licenciados são empresas que têm o direito de usar o selo de *Fair Trade* mediante o pagamento de licenças, concedidas pelas iniciativas nacionais ou pela *Fairtrade Labelling Organizations International (FLO)*. A iniciativa dos Vinhos Lautaro ilustra uma das experiências mais conhecidas da AFC chilena de *fair trade* (Box 10).

Box 10- Os Vinhos Lautaro

A Sociedade Vitivinícola Sagrada Família S. A., cujo nome fantasia é Vinhos Lautaro, é uma empresa produtora de vinhos localizada nos vales da Comuna da Sagrada Família, Província de Curicó, aproximadamente 200 km ao sul de Santiago. Representa um caso de bastante notoriedade por envolver uma organização econômica AFC chilena e, por conta disso, é amplamente relatado pelo INDAP, CEPAL e FAO.

A organização foi criada como uma pessoa jurídica empresarial no ano de 1997 por 16 viticultores, todos beneficiários da reforma agrária chilena. O objetivo do INDAP, que apoiou a iniciativa, era o fomento da comercialização e agregação de valor dos pequenos agricultores da região, dado que até então os mesmos vendiam suas diferentes produções sem processamento para atravessadores (INDAP, 2014). O diretor entrevistado ressalta que a questão do associativismo foi reprimida até o final da ditadura (EM12). Em função de uma oportunidade de negócio proposta pela OXFAM Weweldwinkels, proveniente da Bélgica, a empresa se envolveu no *Fair Trade*²⁹ voltado à exportação, e pôde desenvolver um modelo de negócios que promove a produção ecológica e sustentável, sob regras do ‘Comércio Justo’, o qual busca garantir condições justas aos produtores e consumidores (SPENCER; ROJAS, 2013).

Atualmente, a empresa é composta por 23 pequenos viticultores e suas famílias, os quais possuem cerca de 200 hectares de diferentes tipos de uvas. Apesar de ser formalmente uma empresa, segundo um dos diretores entrevistados (EM12) a organização funciona como uma cooperativa, onde todos os sócios possuem um peso paritário nas decisões da assembleia geral. No entanto, a Vinhos Lautaro produz a uva, mas não o vinho. A vinificação atualmente é terceirizada, por conta dos altos investimentos necessários para esse processo produtivo. Está nos planos futuros uma planta agroindustrial para o processamento das uvas e o engarrafamento dos vinhos.

Segundo pesquisas de Spencer e Rojas (2013), quando a exportação dos vinhos alcançar 2 milhões de litros por ano, será possível uma planta agroindustrial própria (atualmente a produção anual está em torno de 1.000.000 litros/ano, sendo 60% é a granel e 40% engarrafado). Enquanto esse volume não é alcançado, a Vinhos Lautaro se utiliza da capacidade ociosa de parceiros da região, evitando assumir custos fixos que onerariam a produção. Esse aumento de produção virá, conforme entrevista com o atual Diretor Geral, com uma possível ampliação de número de produtores familiares sócios da empresa e o consequente aumento do volume de produção. Vale destacar que em torno de 75% do total comercializado vai para os canais do *Fair Trade*, especialmente a exportação para a Europa, condição facilitada pelos diversos Tratados de Livre Comércio do qual o Chile é signatário

Dentre os 23 produtores sócios da Vinhos Lautaro, apenas 2 produtores são orgânicos e representam 15% da produção, apesar do preço adicional de 20%. De acordo com o Diretor Geral da Vinhos Lautaro, a agroecologia é um caminho necessário, mas ao mesmo tempo é mais complexa e mais cara. “É muito difícil vender o vinho orgânico com preço de vinho orgânico” (EM12). Em virtude disso, apesar de uma remuneração mais alta que a uva convencional, os produtores não almejam se transformar em produtores orgânicos dada a falta de consolidação do mercado de orgânicos, ao mesmo tempo que os sócios observam as maiores dificuldades na sua produção, que segundo entrevista, resulta em um aumento de 30% nos custos de produção em média, concentrados principalmente na mão-de-obra.

No caso chileno, como um dos resultados de sua trajetória institucional, o *fair trade*, está mais desenvolvido do que os mercados públicos, na medida em que se adequa mais com uma perspectiva liberal da economia. Nesse contexto, o Ministério das Relações Exteriores, em parceria com o INDAP e outras institucionalidades da agricultura chilena, desenvolvem o ProChile, um programa voltado à exportação dos produtos da AFC chilena que possui ênfase no desenvolvimento territorial, inclusão dos povos originários, aspectos de gênero e geração, foco com organizações associativas, realização do comércio justo (*fair trade*) e vias de

²⁹ A Sociedade Vitivinícola Sagrada Família S. A. está inserida internacionalmente junto à *A Coordinadora Latinoamericana y del Caribe de Pequeños Productores y Trabajadores de Comercio Justo (CLAC)*, criada em 1996, que é uma rede latino-americana e caribenha que aglutina e representa as organizações de pequenos agricultores e associações de produtores e trabalhadores sob o sistema *Fair Trade International*. Trata-se de mais uma organização que perpassa pela AFC chilena (nota do autor).

comercialização sociais e sustentáveis³⁰, com prioridade para os mercados latino-americanos (CHILE, 2019).

É interessante observar diferenças das exportações dos mercados institucionais nos casos apresentados do Brasil e do Chile. No caso brasileiro do MST que realiza uma parcela de suas exportações mediadas pela Via Campesina, seus objetivos buscam fortalecer as bandeiras da SOBAL e da agroecologia, através de uma relação solidária e política, a qual gera essa oportunidade de negócio. Por outro lado, no caso chileno dos vinhos Lautaro, o interesse central é a conformação de um nicho de mercado europeu que valoriza as qualidades diferenciadas do vinho produzido pela AFC chilena e, portanto, paga mais por isso, mediante o *fair trade*. Neste último caso, não há o tensionamento com o regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016), mas uma estratégia capitalista de nicho adaptada de convencionalização (BASTIAN, 2018).

4.3.3 Como as lideranças das organizações dos movimentos sociais chilenos interpretam os mercados alimentares

Como destacamos anteriormente, a ANAMURI nasceu, em 1998, como uma resposta das mulheres rurais e indígenas para constituir espaços autônomos com o intuito de estabelecer resistências em face do modelo econômico neoliberal. Sua trajetória enquanto organização camponesa, não possui nenhum objetivo que vise diretamente a interação com os mercados, embora sejam explícitas as bandeiras de luta contra a privatização e a mercantilização capitalista de todas as formas de vida. Segundo entrevistas realizadas com dirigentes (EP11 e EP13) o tema mais próximo dessa questão ocorre no debate da ‘Soberania Alimentar’ que, para a ANAMURI, vai muito além da segurança alimentar e nutricional e está diretamente relacionado à defesa da “Mãe Terra” e à proteção das sementes crioulas como um patrimônio dos povos à serviço da humanidade, onde as mulheres camponesas possuem centralidade nesse processo. Isto se expressa nas Feiras de Biodiversidade realizadas pelos povos do campo, e que possuem o intuito central de celebrar e compartilhar a diversidade cultural e a biodiversidade proporcionada pelas sementes crioulas. Conforme Schneider (2016), tais iniciativas da ANAMURI se enquadram como mercados de proximidade, onde os

³⁰ De acordo com dados da ODEPA (2017), desde 2014 foram beneficiados produtores dos setores apícola, hortícolas, frutos secos, artesanatos, vinícolas, flores, frutícolas, ovinos. Estes produtores tiveram a oportunidade de passar por cursos de capacitação, visitar feiras internacionais do setor e receber assessoria técnico-gerecncial tendo em vista o desenvolvimento das capacidades da organização para as exportações.

dispositivos institucionais estão ancorados no enraizamento das relações sociais de reciprocidade e confiança (POLANYI, 2000; SABOURIN, 2009).

A visão da ANAMURI expressa uma noção bastante articulada com os conceitos de bem viver, a qual representa uma ética do cuidado de todas as formas de vida. Isso implica estar em comunhão com a Pachamama (Mãe Terra), com a energia do Universo e com Deus (ACOSTA, 2008). Nesse sentido, de acordo com uma das dirigentes da ANAMURI (EP13), “a soberania alimentar deixa de ser um conceito para se converter em um princípio, mediante uma produção agroecológica que proporcione redes e alianças sociais solidárias”.

De outro modo, o MAELA atua como um contramovimento ao modelo capitalista que promove a agricultura industrial baseada nos pacotes da revolução verde e que coloca em risco a vida dos territórios e das comunidades (PETERSEN, 2013). Diferentemente da ANAMURI, este movimento possui ações mais claramente orientadas aos mercados, haja vista que uma de suas linhas de ação estratégica objetiva ‘fortalecer o desenvolvimento dos mercados locais agroecológicos desde os princípios da economia solidária’ (MAELA, 2019). Crítico à mercantilização capitalista, o MAELA considera que a dimensão da economia necessita passar por importantes alterações quando se associam as bandeiras da agroecologia, do bem viver e da soberania alimentar. De acordo com MAELA (2012), a produção agroecológica não interroga somente as formas de produzir, mas também o porquê e para quem. Também interroga as formas de comercialização, intercâmbio, complementação e aquisição de alimentos saudáveis. Nesse sentido, os mercados locais são considerados espaços que dão conta das formas mais democráticas de pensar a economia, onde a participação, ajuda mútua, a cooperação, a complementação e outros elementos contra hegemônicos constroem e fortalecem novas relações sociais, fortalecendo uma economia solidária. De acordo com a tipificação de Schneider (2016), os mercados alimentares defendidos pelo MAELA se inserem nos mercados de proximidade e nos mercados locais e territoriais, onde os dispositivos institucionais ancorados na reciprocidade e confiança assumem centralidade, porém coexistem com os preços e contratos sob uma perspectiva da economia solidária (ROVER, 2011).

Por fim, o tema dos mercados aparece com frequência na trajetória discursiva das lideranças do MUCECH, especialmente a partir da proximidade com as políticas públicas executadas pelo INDAP, atuando “como um parceiro estratégico do Estado”, conforme relata um dos dirigentes entrevistados (EP9). Isso significa que o MUCECH corrobora com a visão de formação empresarial, organizacional e comercial da AFC chilena propostas pelo INDAP

(MUCECH, 2003) e o processo de ‘*reconversión*’ (KAY, 2002) que buscou modificar a estrutura produtiva tradicional da agricultura, pastagem e pecuária para outra voltada a mercados mais lucrativos e dinâmicos, particularmente NTAE’s, representadas pelas frutas e produtos florestais. Em alguma medida, o discurso deste movimento se aproxima daquele da COPROFAM, da qual o MUCECH é integrante, para quem o tema dos mercados e da organização comercial possui centralidade, especialmente na medida em que considera os mercados internacionais como uma oportunidade para a AFC chilena (COPROFAM, 2019; MUCECH, 2019). Seguindo a classificação dos mercados da agricultura familiar de Schneider (2016), o MUCECH se insere em todas as modalidades propostas: de proximidade; locais e territoriais; convencionais e públicos/institucionais, representando a coexistência de distintos dispositivos institucionais e o consequente tensionamento dessas variáveis em face das pressões do regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016).

A partir da compreensão da temática dos mercados por essas três organizações da AFC chilena, denota-se uma espécie de “gradiente de mercantilização” (PLOEG, 2009). Ou seja, em um polo se situa a ANAMURI, a qual possui um discurso de recusa a qualquer noção de mercado, especialmente pela interpretação de similaridade ao capitalismo. No outro polo está o MUCECH, o qual apresenta uma integração maior às diferentes modalidades do mercado, inclusive a capitalista, mas sem negar a importância da autonomia e da soberania alimentar da AFC chilena. Por fim, numa posição intermediária, mais próxima da ANAMURI, se situa o MAELA, com um discurso de construção de mercados locais baseados na perspectiva da economia solidária. São concepções diferentes sobre a temática dos mercados alimentares e que vão gerar discursos e interpretações distintas sobre as ações do INDAP para a comercialização e agregação de valor da AFC chilena.

A defesa dos mercados de proximidade, sobretudo das feiras de agricultores, é o elemento de maior convergência nos discursos das lideranças das três organizações, embora ela também ocorra de forma heterogênea. Uma das dirigentes da ANAMURI entrevistada relata que “acreditamos em mercados camponeses populares e não em mercados inseridos em cadeias produtivas. O objetivo não é alimentar uma elite, mas a população massivamente” (EP13). Nesse sentido, as Feiras da Biodiversidade, que expressam a celebração e o compartilhamento dos frutos da colheita, especialmente pelas mãos das mulheres camponesas, representariam a forma ideal de intercâmbio entre os povos. Assim, observa-se nos discursos da ANAMURI uma visão não-mercantil das feiras agroecológicas, na qual as relações de reciprocidade assumem centralidade (SABOURIN, 2009).

As feiras são celebrações coletivas, a festa da comunidade que ocupa espaço público para agradecer, compartilhar, intercambiar, celebrar, expressar seu poder criativo, sua presença, seu aporte social, cultural e econômico. [...] [No entanto,] as feiras estão em perigo de extinção pela ação dos grandes empresários capitalistas, que no seu afã inumano e irracional de acumulação e concentração das riquezas pretendem destruí-las através da instalação de grandes supermercados e de cadeias alimentares (ANAMURI, [2019]).

O MAELA considera que a difusão, expansão e desenvolvimento da agricultura ecológica passa principalmente pelo desenvolvimento dos mercados de proximidade, onde se comercializa toda a diversidade de alimentos que vai permitir a conexão rural/urbana amparado pelo direito à alimentação adequada e os debates da soberania e segurança alimentar e nutricional (MAELA, 2017). Nesse sentido, as discussões do MAELA não buscam a construção destes mercados locais como um fim exclusivamente econômico, mas

[...] como estratégia com saberes acumulados pelos povos e as comunidades, que junto à outros processos tem desenvolvido entrelaçados socio produtivos, culturais, econômicos, espirituais, resgatando valores que fortalecem a construção social e a identidade, com um melhor aproveitamento das energias (humanas, ambientais, recursos naturais) contribuindo à uma outra economia social e solidária (MAELA, 2017, p.3)

Uma das integrantes do MAELA entrevistada ressalta que eles “atuam no mercado interno com foco nas cadeias curtas dos mercados territoriais, sendo a agroecologia o guarda-chuva conceitual” (EP14). Nesse sentido, as feiras organizadas pelos agricultores, expressas pelas feiras agroecológicas, assumem centralidade enquanto redes alimentares alternativas (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2017).

Por fim, o MUCECH também considera relevante o papel das feiras de agricultores, mas o mesmo possui uma compreensão mais ampla e irrestrita das possibilidades de mercados, desde que atendidos os critérios para a competitividade da AFC chilena. Para MUCECH (2003), a competitividade da AFC está vinculada aos fatores endógenos e exógenos. Por fatores endógenos, são considerados a inovação tecnológica e a qualidade dos recursos humanos. E por fatores exógenos, são consideradas as macropolíticas públicas, a organização dos mercados internos, a infraestrutura, e as interfaces com os mercados internacionais. Conforme um dos dirigentes entrevistado: “queremos que o setor da AFC se desenvolva” (EP9). Denota-se uma visão gerencialista do MUCECH e a sua busca pela integração aos mercados.

Em relação à estratégia de criação de pontos varejistas próprios pelo INDAP (*Las Tiendas Mundo Rural*), ou seja, de mercados locais e territoriais, há uma diversidade dos discursos das lideranças da ANAMURI, MAELA e MUCECH que nem sempre convergem. Por um lado, o MUCECH, apesar de não operar nenhuma das experiências atuais, corrobora essa estratégia do INDAP, uma vez que, de acordo com um dos dirigentes entrevistados, “os consumidores querem um produto diferenciado com uma história por trás e isso não se dá sem uma AFC” (EP9). Por outro, a ANAMURI e o MAELA não possuem participação e nem interesse em se envolver nas *Tiendas Mundo Rural*. Representantes do MAELA não se expressaram especificamente sobre essa política do INDAP. No entanto, de acordo com os discursos de suas lideranças com relação aos mercados locais e solidários, e suas bandeiras de luta pela agroecologia, soberania alimentar e bem viver, pode-se depreender que esta estratégia de comercialização não representa um caminho possível para o MAELA.

No caso da ANAMURI uma das dirigentes entrevistadas relatou que: “Nós lutamos pelos mercados locais e não uniformes. O INDAP está fazendo mercados uniformes e *gourmet*. Estão terminando com a vida alegre dos camponeses. Queremos feiras em espaços públicos e sem travas” (EP13). No mesmo sentido, outra dirigente da ANAMURI entrevistada comenta que “O INDAP nos convidou para uma loja Mundo Rural, mas não aceitamos. As organizações estão se descaracterizando com a loja Mundo Rural e nós não queremos entrar nessa dinâmica. Está muito voltado à elite e à questão *gourmet*.” (EP11). Com efeito, observa-se nos discursos da ANAMURI a reprovação da política de comercialização e agregação de valor realizada pelo INDAP, e uma tensão entre as críticas ética e estética. Para as dirigentes, essa iniciativa do INDAP descaracteriza a agricultura familiar camponesa e elitiza o consumo de alimentos agora *gourmetizados* para atender uma demanda específica. Ou seja, a diferenciação das qualidades específicas dos alimentos com origens da AFC se trataria de uma estratégia capitalista que não corrobora com a identidade camponesa.

Como uma consequência dessas visões, os mercados convencionais desenvolvidos pelo INDAP por meio de seu programa de ‘Alianças Produtivas’, que incluem os supermercados, as agroindústrias, bem como as exportações, não são apoiados pela ANAMURI e tampouco pelo MAELA. Para este movimento, o foco está nos circuitos curtos de comercialização onde se comercializa a diversidade de alimentos da agricultura familiar camponesa, e não necessariamente na possibilidade de acessar as prateleiras dos supermercados ou os mercados internacionais (MAELA, 2017). De forma similar, para a ANAMURI,

[...] os supermercados são uma armadilha para os camponeses. Alta quantidade de alimentos são perdidos e desperdiçados nesse modo de distribuição [...] os supermercados começam a questão de comercializar alimentos limpos para uma elite e nós estamos falando de recuperar nossas práticas ancestrais camponesas, que estão de acordo com as nossas sementes e nossos saberes para alimentar os povos e não para uma elite que paga mais caro por isso (EP13).

Se, por um lado, observa-se o conflito entre as políticas públicas do INDAP de fomento à comercialização e agregação de valor, as quais possibilitam as alianças com os supermercados, agroindústrias e mercados internacionais, e os discursos e práticas da ANAMURI e do MAELA, que defendem as bandeiras da agroecologia, soberania alimentar e bem viver, por outro lado, o MUCECH se identifica com as políticas públicas do INDAP, inclusive porque optou por considerá-lo como parceiro estratégico da AFC chilena (EP9). De acordo com um dos dirigentes entrevistados, “Muitos pequenos produtores são fornecedores de empresas, mas são esmagados pela cadeia de valor [...] O Chile tem um mercado interno muito pequeno e por isso tem uma vocação para a exportação” (EP9). Conforme já explicitado, a preocupação central do MUCECH é inserir a AFC chilena de forma competitiva e garantir renda para as famílias.

Cabe destacar, contudo, que as escalas de produção, bem como os níveis de tecnificação e agroindustrialização da AFC chilena são baixos. A própria temática do empreendedorismo no campo chileno também é incipiente e, quando presente, está relacionada à atuação dos neo-rurais. Com efeito, nenhuma das três organizações camponesas possui experiências em *e-commerce*. A rigor, as próprias iniciativas do INDAP com o *e-commerce* se iniciaram apenas no final de 2017 e, portanto, são muito recentes.

Em suma, no caso dos movimentos agrários chilenos, há entendimentos muito distintos sobre os mercados alimentares. Em geral, identifica-se nos discursos das lideranças da ANAMURI uma visão do alimento e das feiras camponesas como mecanismos de resistência à mercantilização ensejada pelas políticas do INDAP. Nota-se um culto à um passado em que as relações de intercâmbio não eram sequer monetizadas, quem dirá “desenraizadas” da vida social (POLANYI, 2000). Outra dirigente reforça o desafio a que a ANAMURI se propõe: “queremos resgatar os sistemas alimentares ancestrais e o papel das sementes crioulas para resgatar e preservar a nossa biodiversidade e a nossa soberania alimentar” (EP11).

Por sua vez, o MAELA incorpora em suas discussões conceitos de mercados locais, comercialização, economia solidária, cadeias curtas etc., os quais emergem como

contramovimentos às mazelas do regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016). Um dos seus dirigentes comenta que “O capitalismo privatiza os lucros e socializa as crises. Persistem as injustiças sociais como a pobreza e a deterioração ambiental na América Latina como regra geral do modelo de desenvolvimento atual” (EP7). Ou seja, ao não considerar o alimento como uma mercadoria pura, a construção de mercados pelas agriculturas familiares e camponesas possibilita o redesenho das relações de produção, abastecimento, processamento e consumo de alimentos, de forma a reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo e fazendo uma aproximação entre agricultores e consumidores, o que, em última instância, promove sistemas de produção agroecológicos (PEREZ-CASARINO; FERREIRA, 2013; PETERSEN, 2013).

Finalmente, o MUCECH representa uma visão mais próxima da profissionalização empresarial da AFC chilena. De acordo com um dos dirigentes do MUCECH: “Hoje, produzir alimentos é um dos melhores negócios. Mas os pequenos agricultores estão sendo excluídos disso pela questão das normas institucionais voltadas à grande agricultura”. O objetivo central do MUCECH, portanto, está em inserir a AFC chilena de maneira competitiva nos mercados, seja interno ou internacional.

Em síntese, o caso chileno apresentado demonstrou como a trajetória política-econômica pós-1973 influenciou no lugar da agricultura e dos movimentos sociais do campo. Foram analisados os governantes e os modelos econômicos adotados. O Chile foi comandado por mão de ferro por apenas um militar durante 17 anos. No período democrático, que no Chile se expressa de 1990 aos dias atuais, o país realizou eleições gerais a cada quatro anos e todos os governantes concluíram seus respectivos mandatos. No campo econômico, Pinochet impôs o modelo neoliberal a ferro e fogo, na medida em que se assentou em um estado terrorista que, para governar, dizimou a oposição. Portanto, não houve travas para regular o laboratório neoliberal do mundo. Com o retorno da democracia no país, os *enclaves autoritários*, impediram que os governos de centro-esquerda da ‘*Concertación*’ pudessem alterar a rota do neoliberalismo, mas permitiram uma face mais humana desse modelo, onde a busca pelo crescimento econômico esteve associada com a busca pela equidade social.

Em relação aos impactos da trajetória político-econômica na agricultura no Chile, a partir do golpe militar de 1973, o país vinha de um conturbado processo de transformação no meio rural gerada pela realização da reforma agrária iniciada no governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e aprofundada no governo de Salvador Allende (1970-1973). Uma das motivações centrais do golpe militar chileno foi a realização da reforma agrária, os quais

geraram ações revanchistas na perseguição e morte de lideranças camponesas e repressão aos modelos coletivos de organização econômica. Com isso, o Chile extirpou o sistema da *hacienda*, instituição assentada no latifúndio e nas relações sociais de produção pré-capitalistas. A partir do golpe militar, a abertura econômica do modelo ultraliberal de Pinochet gerou uma dinâmica capitalista que impediu que o sistema de *hacienda* retornasse, mas inviabilizou também uma porcentagem importante dos *parceleros* - em geral, beneficiários da reforma agrária -, e com isso possibilitou a criação de uma burguesia rural de proprietários de médio porte, que se especializaram crescentemente nas NTAE's, sendo o vinho uma das suas maiores expressões. Com o retorno da democracia no Chile, o neoliberalismo pragmático continuou, mas maior ênfase foi dada à agricultura familiar camponesa, categoria política considerada pelo INDAP a partir dos anos 1990. Nesse período, o país consolidou sua trajetória agroexportadora por meio dos inúmeros tratados de livre comércio.

O objetivo central do exercício macro analítico realizado nas duas primeiras seções deste capítulo (4.1 e 4.2) foi apresentar os grandes contornos que influenciam na atual ação coletiva das organizações das agriculturas familiares e camponesas para a construção de mercados alimentares no Chile. Esse pano de fundo possibilitou a realização da análise em nível meso proposta na metodologia deste estudo. Assim, o foco do estudo voltou-se às organizações das agriculturas familiares e camponesas selecionadas (ANAMURI, MAELA e MUCECH). A própria necessidade de se escolher três organizações da agricultura familiar camponesa chilena para se comparar com a realidade do MST, representa um resultado importante deste estudo, na medida em que a trajetória institucional chilena reprimiu violentamente a capacidade de atuação dos movimentos sociais e os fragmentou. Por conta dessas diferenças importantes da capacidade de mobilização das organizações dos movimentos sociais entre o Brasil e o Chile, denota-se diferenças significativas dos níveis de organização dos mercados das agriculturas familiares e camponesas de cada país. Enquanto no Brasil, o MST mobiliza e desenvolve uma diversidade de ações produtivas e comerciais, no Chile denota-se a dificuldade em constituir os mesmos avanços. Assim, os mercados alimentares da AFC hoje operacionalizados pelo INDAP e tensionados com as organizações selecionadas para esta tese – ANAMURI, MAELA e MUCECH - são os resultados das dependências de trajetórias ocorridas no país. O próximo capítulo apresentará a análise institucional comparada entre os casos do Chile e do Brasil.

5 OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA ANÁLISE INSTITUCIONAL COMPARADA DO BRASIL E CHILE

Este capítulo apresenta e discute os principais resultados da tese a partir da análise institucional comparada entre os casos do Brasil e do Chile. Esta análise foi constituída a partir das três dimensões propostas no *framework* teórico:

- a) dimensão macro;
- b) dimensão meso; e
- c) dimensão micro.

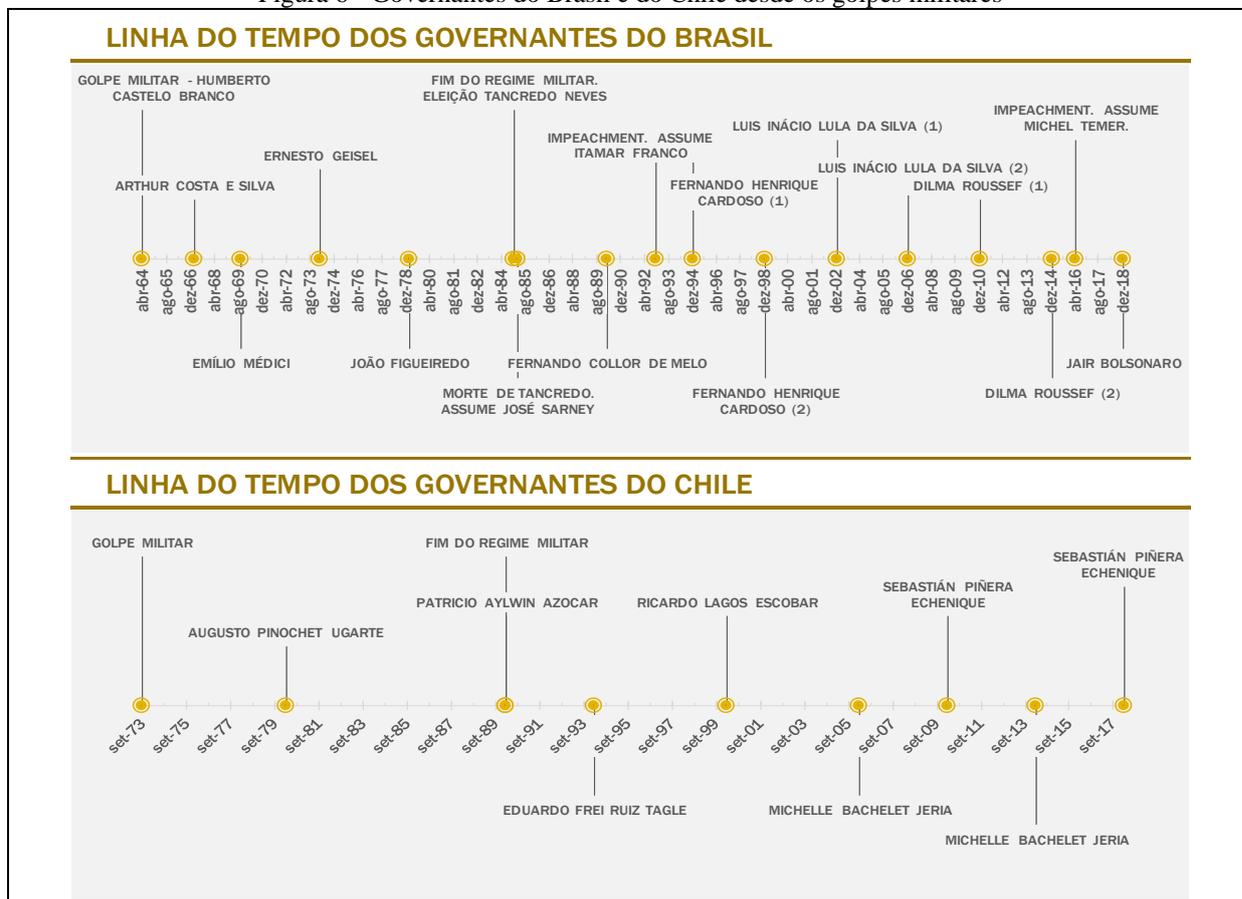
Assim, nas duas primeiras seções se estabelecem uma análise macro analítica comparada das trajetórias político-econômicas e os lugares das agriculturas do Brasil e do Chile no período pós-golpes militares, evidenciando as principais diferenças e semelhanças entre os países. Na dimensão meso, são analisados de forma comparativa os mercados das agriculturas familiares e camponesas construídos pelas organizações dos movimentos sociais do Brasil e do Chile. Estes atores são contextualizados como os desafiantes no campo de ação estratégica, destacando sua estrutura, visão de mundo e estratégias mobilizadas para a construção social de mercados. Na dimensão micro, foram analisadas iniciativas de mercados das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile, a saber: feira, ponto varejista; *e-commerce*, cooperativa agroindustrial e mercados institucionais. Por fim, a última seção apresenta as compreensões comparadas das lideranças das organizações das agriculturas familiares e camponesas a respeito dos mercados alimentares constituídos.

5.1 AS TRAJETÓRIAS POLÍTICO-ECONÔMICAS

Desde os golpes militares no Brasil e Chile, ocorridos respectivamente em 1964 e 1973, as trajetórias político-econômicas dos dois países apresentam semelhanças e diferenças que buscaremos apresentar nesta seção sem o intuito de esgotar o assunto. O primeiro aspecto que chama a atenção é a evidenciada maior organização e estabilidade dos governos no Chile em relação ao Brasil. De 1964 a 2018, o Brasil teve 16 governos, representado por 13 governantes. Por sua vez, de 1973 a 2018, o Chile teve 8 governos representados por 6 governantes. Caso se considere o período de 1964 a 1973 no Chile para igualar o período histórico, haverá a adição de mais dois governos e dois governantes - representados pelos

Presidentes Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973), mas não se altera a evidência da maior estabilidade governamental chilena (Figura 6).

Figura 6 - Governantes do Brasil e do Chile desde os golpes militares



Fonte: Elaboração própria (2019).

Brasil e Chile também possuem diferenças importantes no que tange aos períodos ditatoriais. Durante o regime militar brasileiro, que durou 21 anos, a presidência da república se alternou entre cinco governantes (Humberto Castelo Branco, Arthur Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo), os quais realizaram governos que se assemelharam pela repressão e autoritarismo, mas se diferenciaram pelos modelos econômicos adotados. Por sua vez, o regime militar chileno, que durou 17 anos, foi governado apenas por Augusto Pinochet, que manteve com ‘mão de ferro’ o mesmo projeto durante todo o tempo: a imposição de uma economia neoliberal – apesar de ajustes no sentido da maior ou menor intervenção do Estado para promovê-la.

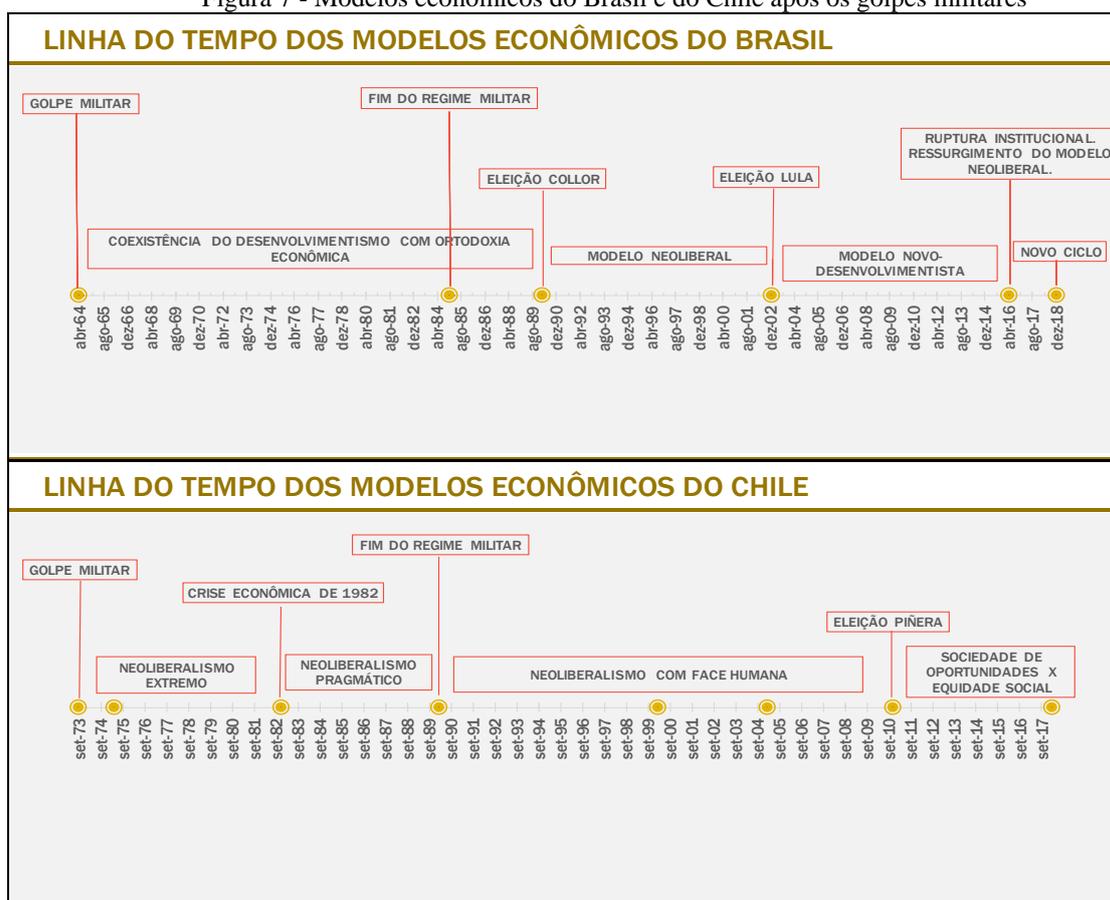
No período democrático, novamente diferenças importantes. No Brasil, os vice-presidentes possuíram um protagonismo que não existiu no Chile. Foram três vice-presidentes brasileiros que assumiram o governo após o retorno da democracia –sendo, por coincidência

(ou não), todos do PMDB – em função de mandatos interrompidos por duas causas distintas: morte de Tancredo Neves, em 1985, e impeachments de Fernando Collor de Melo, em 1992, e Dilma Roussef, em 2016. A falta de legitimidade desses vice-presidentes gerou sérios problemas de instabilidade institucional. No contexto chileno, desde o retorno da democracia, o país realizou eleições gerais a cada 4 anos e todos os governantes eleitos concluíram seus mandatos. Outro aspecto a destacar dessa trajetória de governantes é a semelhança de que apenas uma mulher governou em cada país (Dilma Roussef no Brasil e Michele Bachelet no Chile), demonstrando que as mulheres ainda possuem baixa representatividade no comando das políticas nacionais.

A dicotomia organização/estabilidade versus desorganização/instabilidade do quadro de governantes do Chile e do Brasil vai se expressar também nos modelos econômicos desenvolvidos pelos dois países (Figura 7). Após o golpe militar comandado pelas forças do general Augusto Pinochet, o Chile foi submetido a um modelo econômico neoliberal. As transformações institucionais foram tão severas – tais como as ‘*siete modernizaciones*’ e a Constituição de 1980, elaborada sem respaldo popular – e a extirpação da oposição tão violenta, que não houve travas para regular o laboratório neoliberal do mundo (VARGAS, 2012). As perseguições, sequestros, torturas, desaparecimentos e/ou mortes de líderes civis alinhados com o governo socialista de Salvador Allende representaram uma profunda – e não sarada – ferida do período recente da história chilena. Tal aspecto impactou profundamente a capacidade de organização e ação coletiva dos movimentos sociais chilenos.

Com o retorno da democracia no Chile, os chamados ‘*enclaves autoritários*’ (GARRETON, 2012) impediram que os governos de centro-esquerda da ‘*Concertación*’ pudessem alterar significativamente o modelo político-econômico neoliberal. Conforme Kay (2002), o que ocorreu a partir do retorno da democracia no Chile foi a criação de um “neoliberalismo com face humana”, onde o crescimento econômico esteve mais associado com a equidade social (PORTILLA, 2000). No entanto, com o fim do período de governos da ‘*Concertación*’, que durou 20 anos, o Chile voltou a ter um governo de direita representado por Sebastian Piñera e que se alternou com a socialista Michele Bachelet no comando do país e de suas políticas entre, respectivamente, a “sociedade de oportunidades” de Piñera, e a “equidade social” de Bachelet.

Figura 7 - Modelos econômicos do Brasil e do Chile após os golpes militares



Fonte: Elaboração própria (2019).

Desde 1973, o Chile consolidou sua abertura econômica, estabeleceu tratados de livre comércio com diferentes blocos econômicos e países, o que lhe proporcionou uma macroeconomia estabilizada, baseando-se na especialização produtiva para exportação. No que tange às demandas dos movimentos sociais, há conflitos sociais e ambientais que nunca receberam a devida atenção por parte do Estado chileno, mas representam questões latentes em um contexto que apresenta grande desigualdade social e deterioração ambiental (JAUMOVICH *et al.*, 2018).

No caso brasileiro, seja por uma diferença de tamanho entre os dois países, pela permeabilidade de suas fronteiras, a incapacidade do Estado de reprimir com a mesma veemência os movimentos sociais, fez com que o regime militar não tivesse capacidade de gerar os mesmos resultados vistos no Chile. Isso vai se expressar na coexistência de modelos econômicos diferentes no Brasil. Desde Getúlio Vargas, o Estado brasileiro vinha em uma trajetória nacional-desenvolvimentista, a qual não foi interrompida pelos militares tendo em vista a industrialização e o crescimento econômico. Apesar da abertura para o capital

estrangeiro em *joint ventures* com empresas nacionais, o governo militar brasileiro não foi neoliberal e o mercado brasileiro permaneceu muito fechado. Pelo contrário, o Estado enquanto indutor da economia brasileira manteve um papel preponderante durante o regime militar, o que se expressou no ‘milagre brasileiro’ (MACARINI, 2011). No entanto, isto gerou efeitos colaterais na economia, acarretando desestabilizações macroeconômicas, com destaque para o descontrole da inflação e da dívida externa, os quais foram cruciais para o fim do regime militar.

Com o retorno da democracia no Brasil, há marcos sociais importantes como a promulgação da Constituição de 1988, considerada como cidadã, e que vai permitir espaços crescentes para a participação da sociedade civil nos rumos do país, como a livre manifestação dos movimentos sociais, que passam a assumir uma posição de protagonismo, sobretudo aqueles oriundos do meio rural. Apesar disso, é preciso ressaltar que, de forma distinta ao Chile, que instalou Comissões da Verdade e Reconciliação para julgar e punir os abusos cometidos pelo regime militar, o Brasil não conseguiu avançar nesse aspecto. No campo econômico, diferentemente do Chile que adentrou o período democrático com uma relativa estabilidade econômica após agudas crises, o Brasil não apresentou o mesmo padrão. Com as crises econômicas crônicas do país, o Brasil optou por iniciar o modelo neoliberal a partir do governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, o que gerou graves crises nos setores econômicos nacionais pela falta de inovação e competitividade de seus produtos.

A criação do Plano Real³¹ se tornou um divisor de águas da trajetória institucional brasileira. A partir de então, o país realizou uma série de privatizações de setores estratégicos, abertura comercial e enxugamento do Estado (SANTANA, 2007), os quais foram aprofundados durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, buscando um ‘choque de eficiência’ conforme os preceitos da doutrina neoliberal (ESCHER, 2016). No entanto, os efeitos desejados das políticas neoliberais não foram alcançados do ponto de vista macroeconômico e social, de modo que o país decidiu alterar os rumos de sua agenda nacional com a eleição do presidente operário Luiz Inácio Lula da Silva. A plataforma de governo de Lula teve por base resgatar as dívidas sociais fundamentais que o país tem com a

³¹ A título de comparação entre 1964 e 2018, o Brasil mudou 8 vezes de moeda, a saber: Cruzeiro (1942-1967), Cruzeiro Novo (1967-1970), Cruzeiro (1970-1986), Cruzado (1986-1989), Cruzado Novo (1989-1990), Cruzeiro (1990-1993), Cruzeiro Real (1993-1994) e Real (1994 aos dias atuais). Por sua vez, o Chile trocou apenas uma vez de moeda. O peso chileno foi estabelecido em 1817, ano da Independência do Chile. Ele se manteve como moeda do Chile até dezembro de 1959. Entre 1959 e 1975 a moeda do Chile passou a se chamar Escudo. Porém, através de um decreto de lei de agosto de 1975, o peso foi retomado, ficando como moeda do Chile até os dias de hoje (SUA PESQUISA, 2019).

grande maioria do povo brasileiro, combinando elementos do estado de bem-estar social com a ortodoxia econômica (TEIXEIRA; PINTO, 2012). O modelo neodesenvolvimentista foi replicado durante os governos de Dilma Roussef, porém já apresentava sinais de esgotamento, o que implicou na fratura da própria composição governista. Após um polêmico e controverso processo de impeachment, o vice-presidente assumiu, junto com ele, retorna a plataformaneoliberal.

Em suma, diferentemente do Chile onde o modelo liberal foi imposto e, em seguida, incorporado à cultura do povo chileno, que passou a reproduzir uma perspectiva fortemente individualista, o que se observou no Brasil, foi a coexistência conflituosa de diferentes modelos econômicos (desenvolvimentista, liberal, neoliberal, novo desenvolvimentista), os quais se revelaram hegemônicos em diferentes momentos do país em função das mudanças nas coalizões políticas à frente do Estado. Mesmo assim, apesar dessas diferenças destacadas institucionais entre Brasil e Chile, também ocorrem importantes semelhanças (Quadro 6).

Quadro 6 - Semelhanças das trajetórias institucionais do Brasil e do Chile após os golpes militares

<p>Período anterior às Ditaduras</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Economias instáveis e frágeis ❖ Crises econômicas e descontrole inflacionário ❖ Industrialização e transição rural/urbana ❖ Economia fortemente dependente da exploração dos recursos naturais
<p>Período das Ditaduras</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Golpes Militares para barrar o avanço socialista no contexto da Guerra Fria ❖ Estado-terrorista implantado pelos militares para reprimir a oposição ❖ Processos de resistência da sociedade civil e luta armada ❖ Conflitos com os povos originários ❖ Conflitos sociais e ambientais são secundários ❖ Inserção subordinada na economia internacional ❖ Dependência do capital internacional ❖ Modernização econômica sem valores democráticos ❖ Transições conservadoras e pactuadas com a ditadura para a democracia ❖ Economia fortemente dependente da exploração dos recursos naturais
<p>Período das Democracias</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Persistência de entraves autoritários ❖ Importantes políticas pela equidade social ❖ Persistência da grave desigualdade social ❖ Conflitos com os povos originários ❖ Conflitos sociais e ambientais são secundários ❖ Economia fortemente dependente da exploração dos recursos naturais ❖ Desarticulação entre as dimensões econômicas e sociais

Fonte: Elaboração própria (2019).

Assim como outros países latinoamericanos, Chile e Brasil apresentam uma desarticulação crítica entre as dimensões econômicas e sociais (ROUQUIÉ, 1991). Ou seja, enquanto os macro-indicadores (inflação, renda percapita, desemprego, balança comercial etc.) apontam para uma economia pujante e um setor agroexportador dinâmico, os indicadores sociais desvelam a enorme desigualdade social e concentração de renda. Outro aspecto a se destacar desse quadro, são as transições conservadoras e pactuadas com os regimes militares. Tanto no Chile, quanto no Brasil, mesmo com o retorno da democracia, as Forças Militares mantiveram uma série de privilégios criados durante os períodos ditatoriais, o que impediu o desenvolvimento de democracias plenas.

5.2 AS TRAJETÓRIAS DAS AGRICULTURAS

A presente seção analisa como as agriculturas de Brasil e Chile foram influenciadas pelas trajetórias institucionais e pelos modelos econômicos adotados em cada país. A Figura 8 sintetiza as principais transformações mencionadas nos capítulos anteriores, sem a intenção de esgotar o tema. Antes do golpe militar, o debate agrário no Brasil destacava a necessidade da reforma agrária para vencer a realidade dualista da agricultura: por um lado, a grande propriedade com monoculturas para a exportação e, por outro, a pequena propriedade com uma heterogeneidade de produções de subsistência e excedentes voltados para o mercado interno (FURTADO, 1987). No entanto, a partir do golpe de 1964, o debate sobre a reforma agrária foi suprimido e os movimentos sociais perseguidos, dentre eles os movimentos camponeses. O pensamento conservador impôs o debate exclusivo em torno das questões relativas à oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior (MACARINI, 2006; DELGADO, 2005).

agraria chilena, que se iniciou no Governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) e foi radicalizada no Governo de Salvador Allende (1970-1973), alterou profundamente a propriedade da terra e, por consequência, a estrutura de poder das oligarquias rurais. Diferentemente do caso brasileiro, a classe dos latifundiários chilena foi expropriada e perdeu sua hegemonia pela primeira vez desde a época colonial. Além disso, a organização dos camponeses aumentou notavelmente.

Após o golpe militar de 1973, o regime de Pinochet perseguiu e sufocou os movimentos sociais camponeses, aplicando ações revanchistas (GÓMEZ; ECHENIQUE, 1988). Uma das primeiras ações do regime militar no campo da agropecuária foi a criação da ODEPA já em 1973, vinculada ao Ministério da Agricultura (OLIVARES, 2006), a qual teve o papel de coordenar o processo conservador de contra-reforma agrária. Mesmo assim, a situação jamais retornou ao formato original. Dessa forma, consolidaram-se as seguintes mudanças no contexto rural chileno:

- a) a liquidação definitiva do sistema de *haciendas*,
- b) a formação de uma burguesia rural e;
- c) a formação de um setor de *parceleros*³².

A partir desse momento a agricultura chilena passou de uma relação subordinada à indústria para uma situação com maior autonomia e privilégio, na medida em que as ‘vantagens comparativas’ se tornam cruciais na política para exportação do país de ‘commodities agrícolas não-tradicionais’ (KAY, 1980). Vale destacar a separação da propriedade da terra e da água, o que gerou uma nova mercadoria agrícola no Chile e excluiu uma parcela significativa de pequenos agricultores de ter acesso a esse bem natural. A questão da água no Chile é representativa do grau de privatizações realizado pelo regime militar, o qual Kay (2002) denominou de ‘neoliberal dogmático’. No entanto, a partir da crise econômica de 1982, o regime militar adotou uma postura mais pragmática, protegendo alguns setores agrícolas e subsidiando a aplicação de pacotes tecnológicos da revolução verde para setores empresariais da agricultura, os quais haviam apoiado o golpe, mas deixando de lado a pequena agricultura (BERDEGUÉ; PIZARRO, 2014; BOYER, 1999).

Com o retorno da democracia no Brasil, a correlação de forças dos anos 1990 abandonou a estratégia de industrialização por substituição de importações (VIEIRA FILHO;

³² A questão dos *parceleros* no Chile pode ser comparado com a atual iniciativa do INCRA no Brasil em emitir a titulação individual dos lotes de reforma agrária, buscando com isso enfraquecer a ação coletiva do MST e suas estratégias de cooperação agrícola (nota do autor).

FISHLOW, 2017) e passou a adotar o modelo neoliberal e privatista, o que exigiu um ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada. À agricultura coube o papel de gerar crescentes saldos comerciais mediante a exportação de commodities (DELGADO, 2005; ESCHER, 2016). Consolidou-se um padrão de acumulação de capital baseado na produção de commodities, sustentado na aliança entre a grande propriedade fundiária e os complexos agroindustriais internacionalizados e afiançado pelas políticas financeiras do estado (ESCHER, 2016). Como um reverso dessa moeda, o país foi exposto ao perigo de especialização regressiva e desindustrialização diante da falta de mudanças estruturais e macroeconômicas (DELGADO, 2012), sendo o complexo soja-carne voltado para a exportação ao mercado chinês uma das suas maiores expressões atuais.

Mesmo assim, a agricultura não-empresarial, notadamente representante da pequena agricultura, conseguiu conquistar avanços importantes diante da mobilização de seus atores sociais, o que permitiu a criação da ‘agricultura familiar’ como uma nova categoria política portadora de direitos sociais. O marco desse processo será a criação do PRONAF em 1996, o qual consolidou o reconhecimento da nova categoria social pelo Estado e permitiu a diversificação das políticas públicas rurais (MATTEI, 2012; GRISA; SCHNEIDER, 2015).

No Chile, com a transição para a democracia, o neoliberalismo pragmático continuou. Segundo Kay (2002), no que tange à agricultura, três aspectos representam a continuidade dos Governos da Concertación em relação ao governo ditatorial:

- a) manutenção das políticas de estabilidade macroeconômica, tendo em vista a atração de investidores estrangeiros;
- b) manutenção do viés de exportações agrícolas que visavam geração de divisas na balança comercial e;
- c) aumento da exposição do Chile para a criação de novos mercados internacionais que se expressaram nos diversos tratados de livre comércio.

Os objetivos principais das políticas agrícolas chilenas estavam na busca da agregação de valor nos processos produtivos e comerciais com uma clara orientação exportadora e na redução das desigualdades no campo (TORRES; NAMDAR-IRANÍ; ISAMIT, 2017). O processo de ‘reconversión’ (KAY, 2002) tinha em vista o direcionamento do país para mercados mais lucrativos e dinâmicos, particularmente das *non-traditional agricultural export* (NTAE’s), representado pelas frutas e produtos florestais.

Também no Chile foi dada maior ênfase à agricultura camponesa e às políticas sociais a partir dos anos 1990, sendo relevante destacar o papel desempenhado pelo INDAP na

construção de instrumentos de fomento produtivo voltados à AFC, especialmente aos estratos populacionais mais pobres. De acordo com Berdegué e Pizarro (2014), o termo ‘agricultura familiar camponesa’ começa a ser utilizado em meados dos anos 1990, apesar de coexistir os termos de pequeno produtor e camponês nos documentos do INDAP até os dias atuais. Em face da fragmentação dos movimentos sociais agrários como um dos resultados diretos do Estado terrorista chileno desenvolvido durante o regime militar, a expressão da agricultura familiar chilena se organiza em 17 representações nacionais, os quais possuem uma mesa de diálogo que possibilita importantes interações entre as organizações dos movimentos sociais e o Estado. Entretanto, as lutas e mobilizações são dificultadas pela ação coletiva fragmentada.

No Brasil, a partir dos governos petistas (2003-2016), a dinâmica das produções de commodities foram aprofundadas (DELGADO, 2012). No entanto, houve espaços e apoios importantes voltados ao segmento da agricultura familiar camponesa e povos indígenas, marcados pela proximidade e permeabilidade dos movimentos sociais do campo junto ao Estado brasileiro (FERNANDES, 2015; GRISA; SCHNEIDER, 2015). A questão agrária assumiu novos significados, de modo que a luta pela terra também dividiu espaço com legitimidade dos diferentes modos de vida nos territórios. Ou seja, não se trata apenas de uma relação econômica, mas também da manutenção da cultura dos povos do campo e das florestas. As disputas entre esses modelos se tornaram evidentes, bem como as diferenças expressivas de institucionalidades e recursos econômicos em favorecimento da economia do agronegócio. Com efeito, como desdobramento das rupturas no plano político, após o impeachment da presidenta Dilma Roussef, o vice-presidente que assumiu em 2016 mudou por completo a direção do modelo econômico e desmontou a institucionalidade das políticas públicas para a agricultura familiar, sendo a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário emblemática.

A partir da volta da alternância do poder no Chile, as políticas neoliberais – que jamais saíram de cena, incluídas as relacionadas com a agricultura – foram aprofundadas (GÓMEZ, 2018). Não obstante, não deixa de surpreender que, apesar dessa agenda programática, o INDAP obteve um crescimento real de seu orçamento para trabalhar com a categoria dos ‘*agricultores familiares campesinos*’, tendo como foco principal mitigar a pobreza rural e agregar valor aos bens e serviços da agricultura, com uma clara orientação exportadora. Assim, enquanto uma pequena parte da agricultura familiar empresarial foi incorporada às cadeias globais de frutas frescas, a *Coordinación de Organizaciones Nacionales Campesinas* (2017) ressalta que o modo de vida camponês, sua função, cultura e tradições populares foram

colocados em risco diante das profundas desigualdades sociais da economia de mercado chilena. As zonas de maior pobreza se encontram nas regiões agrárias e dos povos originários. Essa questão ainda é potencializada pela mercantilização da água e da terra pela dinâmica capitalista chilena, os quais podem possuir ser de propriedades diferentes, dificultando o acesso da AFC.

Apesar dessas diferenças no que tange ao lugar da(s) agricultura(s) nas trajetórias institucionais do Brasil e do Chile, também se notam importantes semelhanças (Quadro 7). Conforme destaca a teoria dos regimes alimentares (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989), tais semelhanças representam os contornos do contexto latinoamericano de inserção subordinada na economia internacional no processo de formação econômica dos países. No primeiro regime alimentar, também conhecido como Imperial-Colonial, o projeto britânico de *workshop of the world* buscava sustentar a emergente classe industrial europeia e o seu proletariado com as matérias-primas e os alimentos baratos importadas dos estados coloniais, que eram incentivados ou compelidos a aderir à ideologia do imperialismo do livre comércio (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016). Isso se denota tanto no Brasil, quanto no Chile.

Quadro 7 - Semelhanças do lugar da agricultura nas trajetórias institucionais do Brasil e do Chile

<p>Antes dos golpes militares</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Desabastecimento alimentar ❖ Necessidade de importação de alimentos ❖ Baixo uso de tecnologias na agricultura ❖ Baixa produtividade na agricultura ❖ Condições degradantes de vida e trabalho das famílias camponesas ❖ Exportadores de commodities ❖ Camponês como cidadão de 2a. Classe
<p>Período das ditaduras</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Perseguição aos movimentos sociais ❖ Modernização agrícola e pacotes tecnológicos da revolução verde ❖ Criação de complexos agroindustriais ❖ Utilização de tecnologias exógenas na agricultura ❖ Competitividade da agricultura assentada na exploração da mão de obra ❖ Mão de obra rural temporária, com baixa qualificação e remuneração ❖ Exploração dos recursos naturais para exportação
<p>Período das democracias</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Agricultura empresarial exportadora como polo dinâmico ❖ <i>Boom</i> das commodities ❖ Agricultura familiar, camponesa e indígena como polo atrasado e marginalizado, embora com maior valorização governamental ❖ Reconhecimento da diversidade dos modos de vida das ruralidades

Fonte: Elaboração própria (2019).

O segundo regime alimentar se concretiza nos anos 1950, após a recuperação e expansão da economia mundial capitalista no período pós-guerras mundiais e o surgimento dos Estados Unidos e da União Soviética como “superpotências globais”. Tal período representou também o início da Guerra Fria e a disputa entre as ideologias capitalista e comunista, a qual marcou praticamente todos os países do globo. Durante o segundo regime alimentar, os Estados Unidos assumiram uma posição estratégica no redirecionamento dos excedentes da superprodução de alimentos para os países ‘subdesenvolvidos’ alinhados sob sua hegemonia. Isso se deu por meio de políticas agrícolas subsidiadas e das ajudas alimentares (*food aid*) ancoradas no discurso da segurança alimentar para regiões que sofriam o desabastecimento alimentar. Schneider, Schubert e Escher (2016) ressaltam que essas supostas ajudas alimentares, se constituíam na prática como uma forma de *dumping* visando a exportação de produtos alimentícios ao passo que desestimulava a produção nacional. No caso dos países latino-americanos, a ‘Aliança para o Progresso’ expressou os interesses estadunidenses pelo controle do território e concomitante ‘auxílio’ político-econômico, o que

foi marcante tanto no Brasil, quanto no Chile (McMICHAEL, 2016; NIEDERLE, 2017b; FRIEDMANN; McMICHAEL, 1989; ROUQUIÉ, 1991).

Com o retorno das democracias nos dois países, denota-se a estruturação do regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016) conforme a agricultura empresarial assume o polo dinâmico das políticas agrícolas, amplamente inseridas nas cadeias agroalimentares globais. No regime alimentar corporativo, os processos de produção e consumo de alimentos estão amplamente integrados aos complexos agroindustriais coordenados por empresas multinacionais globalizadas controladas pelo capital financeiro. Trata-se do regime alimentar adaptado para a ideologia de globalização neoliberal, que permite aos Impérios Alimentares (PLOEG, 2008) construir estratégias que rompem os limites das fronteiras nacionais, em estreita relação com o capital financeiro que influencia diretamente no controle das regras, na especulação dos preços agrícolas e na utilização de novas tecnologias (CABEZA, 2010; TETREAULT, 2015). Tais características representam o fenômeno que Harvey (2013) denomina de ‘acumulação por espoliação’, na medida em que há um alto custo social e ambiental não internalizado nas atividades econômicas empresariais.

5.3 AS ORGANIZAÇÕES DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS

Um aspecto a se ressaltar na trajetória institucional dos dois países foi a criação da categoria política da agricultura familiar como portadora de direitos durante o período democrático pós-regime militar. Tanto no Brasil, quanto no Chile, a construção desse enquadramento interpretativo, graças às lutas e mobilizações das diferentes expressões dos movimentos sociais relacionados às agriculturas familiares e camponesas, abriu importante ‘janela de oportunidade’. Ou seja, a legitimação estatal da agricultura familiar (no Brasil) e da *agricultura familiar campesina* (no Chile), possibilitou que grupos com interesses diferentes pudessem cooperar e se engajar em causas comuns, acarretando em importantes coalizões políticas. Desse modo, criou-se um campo de ação estratégica coordenado pelos atores sociais hábeis das diferentes expressões das agriculturas familiares e camponesas, o que permitiu influenciar nas políticas públicas e fortalecer contramovimentos desafiantes ao regime alimentar corporativo (FLIGSTEIN; MCADDAM, 2012; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017; POLANYI, 2000; McMICHAEL, 2016).

Assim, as ações coletivas promovidas pelos movimentos sociais agrários que se agrupam sob as bandeiras da agroecologia e da soberania alimentar têm ganhado força no

campo dessas alternativas possíveis. Suas propostas destacam os papéis das agriculturas familiares e camponesas, seja denunciando as contradições do regime dominante, seja construindo estratégias de sobrevivência adaptadas à sua realidade. Nesse sentido, esta seção compara as organizações das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile selecionadas neste estudo, com vistas a identificar as motivações de suas origens, seus atores centrais, as principais bandeiras de luta, os principais repertórios de contenção e os enquadramentos interpretativos.

O quadro 8 apresenta de maneira sintetizada uma série de variáveis selecionadas que ajudam a analisar as organizações das agriculturas familiares e camponesas, as quais conformam as organizações dos movimentos sociais no Brasil e no Chile. A primeira variável selecionada é o ano de criação. No caso brasileiro, o MST foi criado em 1984, no bojo da luta contra a ditadura e transição para o período democrático. No caso chileno, o MUCECH foi criado em 1987, também no bojo do encerramento da ditadura e transição para a democracia do país. Já o MAELA e a ANAMURI são organizações criadas no período democrático chileno, nos anos de 1992 e 1998, respectivamente.

Quadro 8 - Características das organizações das agriculturas familiares camponesas do Brasil e Chile

Organização	Criação	Motivação da origem	Raízes	Ator Central	Principal bandeira
MST	1984	Lutar por um pedaço de terra para viver e produzir	Origem das lutas camponesas vinculadas aos partidos políticos de esquerda e a oposição ao sistema capitalista	Trabalhadores rurais sem terra	Reforma Agrária
ANAMURI	1998	Defender os interesses das trabalhadoras rurais flexíveis (<i>temporeras</i>)	Origem das lutas camponesas vinculadas aos partidos políticos de esquerda e um recorte de gênero importante para evidenciar a luta pelo feminismo e a oposição ao sistema capitalista	Mulheres trabalhadoras rurais	Feminismo
MAELA	1992	Articular diferentes atores sociais pela agricultura familiar agroecológica	Origem junto à atuação das ONGs ambientais e ao ativismo acadêmico; suas demandas estão mais próximas da consolidação de uma agricultura sustentável que se expressa pela agroecologia	Agricultores e Indígenas	Agroecologia
MUCECH	1987	Articular atores sociais do campo chileno para a melhoria da qualidade de vida	Origem junto ao sindicalismo rural; suas demandas são de representação dos interesses de seus integrantes	Agricultores e Indígenas	Desenvolvimento rural

Fonte: Elaboração própria (2019).

O quadro 8 evidencia também as diferenças nas origens, motivações, atores principais e bandeiras centrais de cada organização. No caso brasileiro, o MST surge pela questão agrária jamais resolvida. Sendo um país que não realizou uma reforma agrária, o Brasil convive com um contingente expressivo e indecente de famílias de agricultores e trabalhadores rurais sem um ‘pedaço de chão’ para viver e produzir, os quais se submetem às relações pré-capitalistas dos latifúndios. Essa motivação das lutas camponesas de trabalhadores rurais sem terra e/ou pequenos agricultores com pouca terra, dependentes das relações sociais do latifúndio, deu origem ao MST. Além disso, é importante destacar que o MST se fortaleceu nas agendas programáticas dos partidos políticos de esquerda que vislumbravam a reforma agrária como uma condição *sine qua non* de desenvolvimento nacional, bem como buscavam o enfrentamento ao capitalismo tendo em vista a mudança para

o socialismo como modelo ideal de organização da sociedade. Portanto, a bandeira principal do MST é a reforma agrária e os atores sociais centrais são os trabalhadores rurais sem terra.

No caso chileno, as três organizações das agriculturas familiares e camponesas selecionadas neste estudo, ANAMURI, MAELA e MUCECH, possuem origens, motivações, atores principais e bandeiras centrais distintas entre si e em relação ao MST. A ANAMURI nasceu a partir da necessidade de representar os interesses das mulheres trabalhadoras rurais temporárias.³³ Vale destacar que o Chile é um país com uma diversidade de culturas agrícolas permanentes para exportação e que exigem um trabalho sazonal, de baixa qualificação e baixa remuneração em que a realidade das mulheres se caracteriza como mais precária que a dos homens, de acordo com entrevistas com suas lideranças (EP11 e EP13). Isso motivou a criação dessa organização representativa para lutar por melhores condições de vida e de trabalho no meio rural, com um enfoque muito explícito na questão de gênero. Por conta disso, pode-se afirmar que a principal bandeira da ANAMURI é o feminismo, na medida em que, por detrás de cada ação que visa promover os direitos das mulheres, está a necessária desconstrução da visão patriarcal dominante, nas quais as trabalhadoras rurais assumem o protagonismo das lutas. Além disso, a ANAMURI se insere, assim como o MST, nas lutas camponesas que se fortalecem nas agendas programáticas dos partidos políticos de esquerda que fazem enfrentamento ao capitalismo. Vale destacar que ambos se inserem na Via Campesina, movimento agrário transnacional (BORRAS JÚNIOR; EDELMAN; KAY, 2008).

Por sua vez, o MAELA tem sua origem vinculada à articulação internacional de organizações camponesas, de pequenos e médios produtores familiares, comunidades indígenas, comunidades sem-terra, de mulheres e jovens rurais, de consumidores, universidades, ONGs e organizações sociais, que defendem a agricultura camponesa e familiar agroecológica da América Latina. Sua origem está vinculada ao papel desempenhado por acadêmicos e ONG's latinoamericanas voltadas à agricultura sustentável nos anos 1980. Seus atores centrais são os agricultores familiares, camponeses e indígenas da América Latina e Caribe, os quais possuem como principal bandeira a agroecologia.³⁴

Por fim, a origem do MUCECH está vinculada à retomada do sindicalismo rural chileno que foi perseguido e reprimido pelo regime militar. Importante destacar que o regime militar chileno perseguia as cooperativas dos camponeses com o intuito de não dar margem

³³ Em boa medida, a ANAMURI guarda semelhanças com o Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil (nota do autor).

³⁴ No Brasil, organizações do movimento agroecológico tais como as inseridas na Rede Ecovida possuem características e pautas de luta similares ao MAELA (nota do autor).

para o ressurgimento de suas organizações e movimentos sociais (KAY, 2002). Suas motivações originais estavam vinculadas com a necessidade de representação dos diferentes interesses das distintas organizações camponesas e indígenas que a compõem. Nesse sentido, suas bandeiras são mais genéricas e se caracterizam pela promoção do desenvolvimento rural, a qual se expressa pela melhoria da qualidade de vida dos agricultores camponeses e indígenas por meio da organização produtiva.

As diferenças entre MST, ANAMURI, MAELA e MUCECH definem diferentes repertórios de contenção (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017). O quadro 9 evidencia uma clara convergência entre as organizações das agriculturas familiares camponesas do Chile: ANAMURI, MAELA e MUCECH são organizações de representação que visam promover os interesses de seus associados, embora cada uma dessas organizações tenha públicos distintos. Todas atuam como uma associação, a qual se caracteriza como uma pessoa jurídica de direito privado constituída pela união de ideias e esforços de pessoas que se organizam para fins não econômicos, quer dizer, não buscam o lucro. Importante destacar este caráter legalista do Chile, o qual implica a necessidade de formalização das organizações dos movimentos sociais agrários para dialogar com o Estado.

Quadro 9 - Principais repertórios de contenção do MST, ANAMURI, MAELA e MUCECH

Organização	Repertórios de Contenção
MST	Ocupação de latifúndios improdutivos, manifestações massivas e estruturação produtiva e social dos assentamentos rurais
ANAMURI	Representação, defesa e promoção dos direitos das mulheres camponesas e indígenas latino-americanas
MAELA	Representação, defesa e promoção da agricultura familiar agroecológica
MUCECH	Representação, defesa e promoção da agricultura familiar e indígena chilena

Fonte: Elaboração própria (2019).

De forma completamente distinta, o MST se trata de uma organização informal sem personalidade jurídica, embora o mesmo se valha de associações e cooperativas diretamente administradas por suas lideranças. Seu repertório de contenção envolve ocupações, acampamentos e manifestações massivas com o intuito de democratizar o acesso à terra.

Conquistada a terra, a luta se concentra então em desenvolver modelos de assentamentos amparados pela lógica da cooperação agrícola e os princípios da agroecologia. Assim, diferente das organizações camponesas chilenas, o MST não é uma organização de representação social, mas um híbrido de movimento social pela reforma agrária e uma diversidade de organizações formais (associações e cooperativas) que visam organizar o complexo modelo de ação social militante.

Apesar dessas importantes diferenças, estes movimentos convergem em suas bandeiras secundárias, objetivos complementares e representações sociais. Ou seja, temas mais amplos como a defesa da agroecologia, da soberania alimentar, da construção de relações solidárias, questões de gênero, do modo de vida camponês, pelo desenvolvimento rural sustentável etc., são pontos em comum que permitem estabelecer interfaces importantes entre suas ações. Nesse sentido, todos se inserem na *Alianza por la Soberanía Alimentaria de los Pueblos de América Latina y Caribe*.³⁵ A *Alianza* é o resultado das articulações internacionais das mais diversas organizações e redes de movimentos sociais latinoamericanos, representantes de camponeses, pescadores, povos indígenas, ambientalistas, de mulheres, que questionam o modelo hegemônico da mercantilização dos alimentos e o poder desmesurado das grandes corporações frente aos interesses dos povos do campo.

Esta articulação se constituiu em 2009 a partir das transformações do Comitê Internacional de Planejamento das Organizações não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil (CIP) inserido no Comitê de Segurança Alimentar (CSA) das Nações Unidas. No entanto, o que seria apenas uma conferência paralela à FAO, que visava elencar as posições centrais dos atores da sociedade civil organizada para as Assembleias Gerais da ONU para combater a fome no mundo, tornou-se uma aliança internacional de movimentos sociais com o intuito de proporcionar um crescente espaço de lutas e articulações políticas relacionadas ao universo latinoamericano e caribenho das agriculturas familiares e camponesas (FAO, 2019; SALGADO, 2013).

De acordo com um dos dirigentes entrevistados, a *Alianza* “não é uma entidade representativa, mas uma ponte entre a FAO e a sociedade civil organizada que representa

³⁵ A *Alianza por la Soberanía Alimentaria de los Pueblos de América Latina y Caribe* é conformada por: Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo da Via Campesina (CLOC-VC), a Confederação de Produtores Familiares do Mercosul (COPROFAM), Amigos da Terra de América Latina e do Caribe (ATALC), o Movimento Agroecológico da América Latina e Caribe (MAELA), a Confederação de Pescadores Artesanais da América Central (CONFEPESCA), o Conselho Internacional de Tratados Indígenas (CITI), o Fórum Latino-americano de Pescadores Artesanais, a Marcha Mundial de Mulheres (MMM), a Regional Latino-americana da União Internacional de Trabalhadores da Alimentação (UITA) e a Rede de Ação contra os Praguicidas da América Latina (RAP-AL) (Salgado, 2013).

camponeses, indígenas, mulheres, jovens, pescadores e ONGs comprometidas com esse processo” (EP10). Entrevistas realizadas com participantes da *Alianza* destacam a grande heterogeneidade das organizações e redes de movimentos sociais (SILVA, 2009), o que implica em desafios permanentes para alcançar entendimentos comuns. Além disso, por se tratar de uma instância que também participa das discussões da FAO nas mais diferentes temáticas ligadas à agricultura e à alimentação, por vezes há choques de interesses e diferenças conceituais importantes entre os integrantes (EA8, EP9, EP10, EP11e EP13).³⁶

A figura 9 evidencia as interfaces entre as organizações das agriculturas familiares camponesas selecionadas para o presente estudo. É interessante observar que, com exceção do MAELA³⁷, todas as organizações se inserem em uma organização representativa maior. O MST e a ANAMURI estão inseridos na *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC), que é uma organização de articulação continental de luta social dos trabalhadores do campo, indígenas e afrodescendentes da América Latina. Em tese, a CLOC é uma representação continental que, por sua vez, se insere na Via Campesina, que expressa uma representação global de camponeses. Já o MUCECH³⁸ está inserido na *Confederación de Organizaciones de Productores Familiares del MERCOSUL* (COPROFAM), uma coordenação supranacional que engloba sete países (Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Perú e Bolívia) e que visa articular as ações sindicais para as agriculturas familiares e camponesas no âmbito do MERCOSUL.

³⁶ Nesse aspecto, é importante ressaltar a nova fase da FAO. Desde 2002, de forma inédita, a FAO vem se tornando mais aberta e permeada pelas organizações da sociedade civil e proporcionando diálogos e alianças crescentes entre as mais distintas organizações e movimentos sociais. Vale destacar o papel desempenhado pelo Professor José Graziano da Silva que chefiou o Escritório Regional da FAO/RLC de 2006 a 2011 e desde 2012 está Diretor Geral da FAO com um mandato até julho de 2019. Em última instância, sua gestão vem influenciando nas recomendações internacionais sobre as agriculturas familiares e camponesas, sendo o Chile um dos epicentros desse processo em função de sediar o escritório regional da FAO para a América Latina e o Caribe (nota do autor).

³⁷ A rigor, a Federação de Agroecologia e Consumo Responsável (FACR), deverá desempenhar um papel similar ao da ANAMURI e MUCECH. No entanto, à época do processo de coleta de dados, a FACR estava em estágio embrionário e, portanto, sem ação concreta, de maneira que para este estudo comparativo foi considerado o MAELA (nota do autor).

³⁸ Com efeito, as pautas do MUCECH são mais próximas daquelas que, no Brasil, vêm sendo defendidas pela CONTAG, confederação de agricultores familiares protagonista na organização da COPROFAM (nota do autor).

Figura 9 - As interfaces entre MST, ANAMURI, MUCECH e MAELA



Fonte: Elaboração própria (2019).

Tendo em vista a crise civilizatória gerada pelo regime alimentar corporativo, as coalizões em nível internacional dos diferentes movimentos sociais em torno de pautas comuns têm o potencial (e a necessidade) de transformar os sistemas alimentares contemporâneos. No entanto, isto exige uma capacidade de negociação de consensos pelos atores sociais hábeis em face da diversidade de bandeiras políticas, repertórios de contenção, atores sociais e raízes históricas. Não é tarefa simples alcançar entendimentos comuns diante de tantas diferenças. Por outro lado, há uma identidade comum à todas essas organizações e movimentos sociais integrantes da *Alianza* que é a marginalidade ao regime alimentar corporativo. Portanto, esse aspecto pode desencadear a conformação de um campo de ação estratégico desafiante transnacional ao regime alimentar corporativo e que trafegue na direção de sistemas alimentares sustentáveis (McMICHAEL, 2016; FLIGSTEIN; McADAM, 2012; FAO, 2017; SILVA, 2014; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017). A próxima seção compara como os mercados alimentares construídos pelas organizações dos movimentos sociais selecionados neste estudo se desenvolvem dentro de seus contextos institucionais.

5.4 OS MERCADOS DAS AGRICULTURAS FAMILIARES E CAMPONESAS COMPARADOS

Com vistas a compreender a atuação das organizações das agriculturas familiares e camponesas no Brasil e no Chile na construção de mercados alimentares, a presente seção utiliza as tipologias sugeridas por Schneider (2016) para classificar e comparar os mercados da agricultura familiar: mercados de proximidade; mercados locais e territoriais; mercados convencionais e; mercados públicos e institucionais. Além disso, realiza uma análise comparativa das iniciativas de comercialização (feira, ponto varejista, cooperativa agroindustrial, *e-commerce* e institucional) articuladas pelas organizações das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile, destacando os atores-chave das iniciativas; a participação do Estado; o papel desempenhado pela organização de movimento social; os principais dispositivos institucionais e; as dinâmicas organizacionais. O quadro a seguir sintetiza os mercados alimentares objetos de estudos do Brasil e do Chile (Quadro 10).

Quadro 10 - Mercados alimentares objetos de estudos do Brasil e do Chile

	Brasil	Chile
Mercados de proximidade	Feiras Locais; Organizações de consumidores;	<i>Ferias Locales;</i>
	Experiência selecionada 'Feira de Orgânicos & Coloniais' do Shopping Iguatemi, Porto Alegre.	Experiência selecionada <i>Ecoferia de La Reina', Santiago</i>
Mercados locais e territoriais	Feiras da Reforma Agrária; Armazéns do Campo; <i>e-commerce;</i>	<i>ExpoMundoRural;</i> <i>Tiendas Mundo Rural;</i> <i>e-commerce;</i>
	Experiências selecionadas Loja da Reforma Agrária, Porto Alegre Aromas e Sabores, Viamão (<i>e-commerce</i>)	Experiências selecionadas <i>Tienda Mundo Rural da Estación Escuela Militar, Santiago</i> <i>Mi Huerto Web (MHW), Valdivia (e-commerce)</i>
Mercados convencionais	Vendas para agroindústrias; supermercados, minimercados, pontos varejistas e exportação;	Programa de alianças produtivas para a venda junto às agroindústrias, supermercados, pontos varejistas e exportação;
	Experiência selecionada Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN)	Experiência selecionada <i>Cooperativa Campesina Intercomunal Peumo Ltda. (COOPEUMO)</i>
Mercados públicos e institucionais	PAA e PNAE; Exportação 'política'.	<i>Fairtrade;</i> <i>PAE.</i>
	Experiência selecionada Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN)	Experiência selecionada <i>Sociedade Vitivinícola Sagrada Familia S. A (Vinos Lautaro)</i>

Fonte: Elaboração própria (2019).

As iniciativas do MST apresentam um relativo grau superior de organização dos mercados em relação às aquelas das organizações camponesas chilenas. Com a experiência adquirida ao longo de seus 35 anos de existência, o MST foi conseguindo, entre descompassos e incompletudes, organizar suas produções agropecuárias e agroindustriais nos assentamentos de reforma agrária por meio da constituição de associações e cooperativas, o que gerou uma demanda concreta de organização mais qualificada de seus processos comerciais. Importante ressaltar as diferentes gerações de políticas públicas voltadas à agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015) que permitiram um suporte estatal fundamental à estruturação dos assentamentos da reforma agrária, dentre os quais destacam-se o PRONAF, a Assistência Técnica, Ambiental e Social à Reforma Agrária (ATES), o PNAE, o PAA, o Programa de Desenvolvimento Territorial e o Programa de Fortalecimento das Agroindústrias – Terra Forte.

No caso chileno, o protagonismo na construção de mercados alimentares é desempenhado pelo próprio Estado, via INDAP, e não pelas organizações das agriculturas familiares e camponesas. O paradoxo do protagonismo estatal em um país marcadamente neoliberal se dá em função da trajetória institucional chilena após a ditadura militar. Vale lembrar que a implantação de um estado terrorista acarretou na destruição do tecido social chileno e, portanto, na capacidade de ação dos movimentos sociais, dentre os quais aqueles que reúnem os camponeses. Desse modo, diferentemente da realidade brasileira em que o MST assumiu protagonismo dos seus mercados alimentares com uma interação próxima ao Estado; no caso chileno, as organizações das agriculturas familiares e camponesas vieram a reboque do INDAP, apesar de possuírem experiências pontuais, especialmente relacionados aos mercados de proximidade.

No caso do MST, os mercados de proximidade são formados pelos circuitos representados pelas feiras e as organizações de consumidores. No caso chileno, estes mercados são representados apenas pelas feiras. Vale destacar que no caso chileno, a maior parte das feiras é realizada por intermediários que adquirem os alimentos em centros atacadistas, os quais são abastecidos principalmente pelos pequenos produtores (TEJADA, 2013). Essa situação também ocorre no Brasil, mas no caso específico do MST, são os próprios agricultores que comercializam suas produções. Este também é o caso das feiras que analisamos no Chile (Quadro 11).

Quadro 11 - Síntese das feiras selecionadas no estudo

1. Cidade/País: Santiago, Chile.	1. Cidade/País: Porto Alegre, Brasil
2. Organização de movimento social que mobiliza: MAELA	2. Organização de movimento social que mobiliza: MST
3. Ano de criação: 2010.	3. Ano de criação: 2016.
4. Descrição síntese: A <i>'Ecoferia de la Reina'</i> possui atualmente 33 feirantes, com os mais variados produtos: alimentos <i>in natura</i> , artesanato, cosméticos naturais, alimentos minimamente processados, itens para agricultura urbana, livros e produtos industrializados importados. Além disso, possui uma lanchonete com produtos naturais e conta sempre com alguma atividade artístico musical. Trata-se de um agradável espaço de convivência e trocas comerciais.	4. Descrição síntese: A Feira <i>'Orgânicos e Coloniais'</i> possui 10 bancas de feirantes e é realizada todas as terças-feiras nas dependências do shopping Iguatemi, das 10h às 16h. Além de frutas e verduras orgânicas, o público também pode encontrar produtos naturais, como sucos, néctar de gengibre e pães, bolos e biscoitos integrais.
5. Atores-chaves: iniciativa privada, agricultores familiares e camponeses, e consumidores	5. Atores-chaves: Gerência do <i>Shopping Iguatemi</i> e agricultores familiares e camponeses da região metropolitana de Porto Alegre e consumidores.
6. Papel do Estado: As políticas públicas desempenhadas pelo INDAP que visam valorizar a AFC chilena dão o suporte indireto para essa iniciativa. Além disso, a feira se localiza na <i>'Aldea del Encuentro'</i> , que é um espaço fechado da comuna de <i>La Reina</i> mantido em parceria público-privada.	6. Papel do Estado: O INCRA proporciona o suporte das políticas públicas para as organizações econômicas dos assentados, que por sua vez amparam suas iniciativas.
7. Papel da organização de movimento social: A atuação do MAELA ocorre de forma bem pontual, pelo envolvimento de feirantes que são integrantes desse movimento. Entrevistas apontam que o suporte dado pelo MAELA é no sentido de oportunizar a formação na temática da agricultura orgânica e agroecologia, a troca de experiências com outros agricultores, bem como na representação de suas demandas em nível nacional.	7. Papel da organização de movimento social: Fruto da iniciativa comercial do shopping, encontrou nas organizações dos assentados da reforma agrária uma estrutura que facilitou muito sua operacionalização. A atuação do MST ocorre por meio do <i>'Grupo Gestor de Hortas e Frutas da Região Metropolitana de Porto Alegre'</i> .
8. Perfil dos consumidores: A <i>'Ecofeira de La Reina'</i> é uma feira de produtos orgânicos localizado em um bairro de alto poder aquisitivo de Santiago e atrai um perfil elitizado de consumidores, caracterizado por serem de alta renda, alto nível educacional e a maioria são mulheres.	8. Perfil dos consumidores: A <i>'Feira de Orgânicos & Coloniais'</i> do Shopping Iguatemi é uma feira de produtos orgânicos localizado no município de Porto Alegre, em uma área nobre. De acordo Bortolomiol e Niederle (2019), destaca-se a presença de uma maioria dos entrevistados do gênero feminino, entre os 25 e 60 anos de idade, com escolaridade superior, frequência de compra semanal e com um período de tempo de consumo de orgânicos inferior à 3 anos.
9. Dispositivos institucionais: Para que os feirantes possam comercializar alimentos orgânicos ou seus derivados na <i>Ecoferia de La Reina</i> , é preciso se enquadrar segundo os critérios de certificação da Lei 20.089 que criou o Sistema Nacional de Certificação de Produtos Orgânicos. Além disso, como uma associação, os integrantes da <i>Ecoferia de La Reina</i> possuem um Regimento Interno com os direitos e deveres de cada associado.	9. Dispositivos institucionais: Por se localizar em um ambiente comercial privado, os feirantes necessitam respeitar a política corporativa do <i>shopping center</i> . Pelo lado dos feirantes assentados da reforma agrária, os mesmos devem respeitar as determinações do <i>'Grupo Gestor de Hortas e Frutas da Região Metropolitana de Porto Alegre'</i> - uma organização informal que está vinculada às associações e cooperativas da reforma agrária no Rio Grande do Sul e que coordena o funcionamento de 15 feiras no município de Porto Alegre envolvendo diretamente cerca de 50 famílias de agricultores assentados. Dentre os alimentos comercializados, alguns possuem os selos identificador de <i>'alimentos limpos'</i> da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (Coptec) que tem a finalidade de divulgar alimentos cultivados sem agrotóxicos.

Fonte: Elaboração própria (2019).

O quadro 11 destaca as variáveis comparadas das feiras selecionadas para a pesquisa no Chile e no Brasil. Enquanto o caso da feira ecológica chilena ocorre em um centro de convivência cultural, ambiental e esportiva, o caso selecionado da feira ecológica brasileira, ocorre em um *shopping center*. Sobre os atores-chave, ambas as experiências contaram com a

iniciativa privada para se constituírem e se amparam na participação ativa dos consumidores. A diferença é que, no caso brasileiro, os agricultores assentados já tinham um grau de organização mais avançado. O Estado participa de maneira indireta nessas experiências, na medida em que diversas políticas públicas permitem que os grupos de agricultores familiares e camponeses tenham condição de produzir e comercializar suas produções agropecuárias.

No que tange ao papel desempenhado pelas organizações das agriculturas familiares e camponesas, denota-se uma diferença significativa. No caso chileno, o MAELA atua de forma pontual, com um apoio complementar aos agricultores-feirantes que se envolveram individualmente na Ecofeira. No caso brasileiro, o MST, representado pelo Grupo Gestor das Hortas e Frutas da Região Metropolitana de Porto Alegre, desempenha um papel primordial na gestão desse processo.

A principal semelhança entre os dois casos está no perfil do público consumidor, que é de alta renda e instrução, com destaque para o papel das mulheres consumidoras. Ainda assim, diferenças desse perfil decorrem do local de realização da feira. Ou seja, no caso chileno vão à feira ecológica os consumidores que centralmente buscam o alimento saudável; por outro lado, no caso brasileiro, além desse perfil de consumidor, estão os consumidores de ocasião que são clientes do *shopping center* ou que circulam pelas suas adjacências.

Por fim, a última variável destaca os princípios dispositivos institucionais. No caso chileno, a feira ecológica se constituiu em uma associação, que possui um regimento interno com os direitos e deveres dos associados, que devem estar enquadrados no Sistema Nacional de Certificação de Produtos Orgânicos. No caso brasileiro, a feira dos orgânicos e coloniais deve se submeter à política corporativa do Shopping Iguatemi, bem como às definições do Grupo Gestor de Hortas e Frutas da Região Metropolitana de Porto Alegre. Vale destacar também o selo de alimentos limpos desenvolvidos pela COPTec para evidenciar a não utilização de agrotóxicos em determinados alimentos.

O que é interessante notar nessa modalidade de mercado de proximidade (SCHNEIDER, 2016) são as semelhanças existentes entre as experiências dos dois países, o que pode ser representado pelo isomorfismo institucional que se dá pela homogeneidade em termos de estrutura, cultura e resultados (DiMAGGIO; POWELL, 2005). Ambas as feiras mobilizam os discursos da alimentação saudável, a valorização da agricultura familiar e camponesa e as produções orgânicas e agroecológicas. Do ponto de vista organizacional, os mercados de proximidade exigem pouca infraestrutura física, os quais, grosso modo, são representadas por kits de feiras, que dentre outros equipamentos, incluem barracas

desmontáveis, balanças, uniformes, caixas plásticas, além de veículo para o transporte dos alimentos e dos agricultores-feirantes. Em última instância, o capital mobilizado para a operacionalização das atividades é baixo. Basicamente, as duas se utilizam dos mesmos recursos estruturais para uma banca de feira ecológica, assim como almejam alcançar os mesmos resultados: a eliminação do atravessador na relação produtor-consumidor. Essa modalidade de mercado de proximidade se caracteriza pelo enraizamento das relações sociais que se baseiam na amizade, solidariedade e confiança. Ademais, nestes mercados de proximidade há um forte componente ético na ação econômica (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012; CUCCO; FONTE, 2015), de modo que tais mercados representam uma resistência à lógica utilitarista do regime alimentar corporativo.

Mesmo assim, a lógica destes mercados cívicos é tensionada na medida em que, por exemplo, no caso brasileiro as feiras realizadas nos *shoppings centers* de Porto Alegre repercutem uma articulação com justificativas comerciais e estéticas. Ou seja, os consumidores que tendem a frequentar tais mercados, podem ser motivados por questões que Guivant (2003) denominou de “ego-trip” – conceito que representa uma busca individual pela saúde e bem-estar – e/ou são consumidores de ocasião devido à facilidade e conveniência de frequentar *shoppings centers*.

Esse improvável encontro pode proporcionar importantes transformações nos mercados. De acordo com os estudos de Darolt (2012) e Rover (2011), nestes mercados de proximidade a relação consumidor-vendedor vai além da pura troca mercantil. Também se expressa no compartilhamento de experiências de produção, experiências de vida, expectativas de novos alimentos e formas de preparo, o que em última instância gera a construção da confiança mútua, questão chave para a reciprocidade das ações coletivas (SABOURIN, 2009). Assim, o que seria apenas uma transação comercial e impessoal de mercadorias, pode gerar novos significados para a compra e venda de alimentos, potencializando e fortalecendo a construção social desses mercados, bem como o papel dos consumidores enquanto agentes ativos do processo de transformação dos sistemas agroalimentares contemporâneos. Esta é a expectativa dos movimentos sociais engajados nestes mercados.

O segundo tipo de mercado analisado foram os mercados locais e territoriais. No caso do MST, estes referem-se aos pontos varejistas próprios (Armazéns do Campo), à participação em eventos e ao *e-commerce* desenvolvido pelos grupos de agricultores. No caso chileno, se referem aos grandes eventos da Expo Mundo Rural, às Lojas Mundo Rural e ao *e-*

commerce (Campo *click*). Estes mercados locais e territoriais se caracterizam como um híbrido entre as lógicas cívica e estética. No caso da Loja da Reforma Agrária de Porto Alegre e da *Tienda Mundo Rural* nas estações de metrô de Santiago, por se localizarem em pontos comerciais com um fluxo significativo de pessoas, ambas atraem perfis heterogêneos de consumidores. Alguns têm poder aquisitivo relativamente alto e seguem uma lógica individualista de consumo. Mas também há consumidores que se identificam com distintas bandeiras políticas como a reforma agrária e agroecologia no caso brasileiro ou a valorização da AFC no caso chileno, e procuram o estabelecimento por questões ideológicas, representando práticas de consumo politizado (Quadro 12).

Quadro 12 - Síntese dos pontos varejistas selecionados no estudo

1. Cidade/País: Santiago, Chile.	1. Cidade/País: Porto Alegre, Brasil.
2. Organização de movimento social que mobiliza: CONAGRO	2. Organização de movimento social que mobiliza: MST
3. Ano de criação: 2017	3. Ano de criação: 2002
4. Descrição síntese: A rede de lojas Mundo Rural é uma iniciativa do Programa Nacional de Comercialização do INDAP que tem como proposta que cada uma das lojas seja administrada por uma Empresa Associativa Camponesa. O formato do programa pressupõe o financiamento de todo o investimento inicial e o custeamento do primeiro ano de atividades pelo INDAP, ao passo que cada loja passará por um período de incubação de aproximadamente 3 anos, quando se estima que a mesma esteja consolidada e capaz de manter-se de maneira autônoma.	4. Descrição síntese: A Loja da Reforma Agrária se caracteriza como uma loja de alimentos orgânicos, sem agrotóxicos e livres de transgênicos, sendo os produtos oriundos dos Assentamentos de Reforma Agrária organizados pelo MST, bem como de organizações parceiras de agricultores familiares. O objetivo central de sua criação foi a abertura de um espaço físico permanente de relacionamento e diálogo com os consumidores urbanos, ao mesmo tempo em que ampliava as possibilidades de escoamento das produções dos assentamentos do Estado do Rio Grande do Sul.
5. Atores-chaves: INDAP, organizações da AFC chilena e consumidores.	5. Atores-chaves: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, organização dos assentados da reforma agrária do Rio Grande do Sul e consumidores.
6. Papel do Estado: É o protagonista desse processo por meio da concepção, estruturação, assessoria e financiamento para a incubação desse empreendimento econômico.	6. Papel do Estado: O INCRA proporciona o suporte das políticas públicas para as organizações econômicas dos assentados, que por sua vez amparam suas iniciativas.
7. Papel da organização de movimento social: A CONAGRO atua como a organização econômica incubada. Sua ação ocorre no sentido de criar as condições possíveis para a consolidação da loja, auxiliando na mobilização dos agricultores para fornecerem produtos à loja, bem como administrando o funcionamento da mesma.	7. Papel da organização de movimento social: A Loja da Reforma Agrária, é responsabilidade da Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) e, desde 2008, é administrada pela Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN). São as organizações econômicas inseridas no contexto do MST que possuem a tarefa de estruturar e gerenciar o ponto varejista.
8. Perfil dos consumidores: O estudo foi realizado na loja Mundo Rural, localizado na estação de metrô 'Escuela Militar', localizada na <i>Comuna de Las Condes</i> , uma das regiões mais nobres da região metropolitana de Santiago. A estação do metrô possui um enorme fluxo de pessoas, sendo muito frequentada pela classe alta que reside no bairro, mas também por trabalhadores que transitam diariamente pelo local e que não vivem no bairro.	8. Perfil dos consumidores: A Loja da Reforma Agrária está localizado em um dos pontos mais movimentados e populares da cidade de Porto Alegre, o Mercado Público, com um enorme fluxo de pessoas em razão dos modais de transporte que se encontram naquela região: ferroviário, rodoviário e fluvial. Desse modo, atrai um diversificado público consumidor, desde moradores da região, passando pelos trabalhadores públicos e privados, estudantes, bem como turistas.
9. Dispositivos institucionais: A CONAGRO necessita seguir todo o regramento estabelecido pelo INDAP para o processo de incubação. O objetivo principal do empreendimento econômico é ser uma referência de alimentos e produtos saudáveis, artesanais, locais e camponeses que contribuam para sustentar e fortalecer as economias camponesas, bem como garantir a alimentação saudável dos habitantes da cidade. Nesse sentido, vale destacar o selo 'Manos Campesinas' que simboliza a presença de atributos diferenciadores da produção da AFC chilena.	9. Dispositivos institucionais: A Loja da Reforma Agrária se insere dentro das estratégias da Frente de Comercialização, a qual está vinculado ao Setor de Produção, cooperação e meio ambiente do MST.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Assim como no caso das feiras, é possível notar semelhanças entre as duas experiências de mercado locais e territoriais, destacando aspectos do isomorfismo institucional (DiMAGGIO; POWELL, 2005). Ambos os pontos varejistas mobilizam os discursos da alimentação saudável, a valorização da agricultura familiar e camponesa e as produções orgânicas e agroecológicas. No entanto, há diferenças importantes nos modelos de negócios desenvolvido. No caso chileno, há uma preocupação central em se desenvolver uma

marca da AFC chilena que favoreça os circuitos curtos de comercialização, aproximando os consumidores dos atributos de qualidade dos alimentos camponeses, representado pelo selo ‘Manos Campesinas’ do INDAP. Por outro lado, no caso brasileiro, a principal motivação da loja da reforma agrária foi estabelecer um canal permanente de diálogo com a sociedade e escoar a produção dos assentamentos da região para o consumo de alimentos saudáveis pela população.

Em relação ao tempo de existência, denota-se que o caso chileno analisado é muito mais recente do que o brasileiro. Ambos os pontos varejistas se localizam em pontos comerciais de grande afluxo de pessoas, o que é uma necessidade dessa modalidade de mercado. Sobre os atores-chave de cada experiência, denota-se um arranjo institucional das políticas públicas com as organizações da agricultura familiar e camponesa, os quais se amparam em uma parcela de consumidores para se desenvolverem. Apesar dessa similaridade de arranjo institucional, há uma diferença significativa na forma em que ambas ocorrem. No caso chileno, as experiências das *Tiendas Mundo Rural* são uma iniciativa do INDAP que incuba as organizações da AFC chilena, como neste caso da CONAGRO, para a constituição do ponto varejista. Por outro lado, no caso brasileiro, quem demandou e construiu as condições para que o ponto varejista se tornasse uma realidade, foram as próprias organizações econômicas dos assentados da reforma agrária da região metropolitana de Porto Alegre articuladas com o MST, ainda que amplamente amparadas pelas políticas públicas.

No que tange ao perfil dos consumidores, a localização dos pontos varejistas influencia sobremaneira esse aspecto. No caso chileno, a loja está localizada em um dos bairros mais nobres da região metropolitana de Santiago, em uma estação do metrô que possui enorme afluxo de pessoas, sendo muito frequentada pela classe alta que reside no bairro, mas também por trabalhadores que transitam diariamente pelo local e que não vivem no bairro. No caso brasileiro, a loja está localizada em um dos pontos mais movimentados e populares da cidade de Porto Alegre, o Mercado Público. Desse modo, atrai um diversificado público consumidor, desde moradores da região, passando pelos trabalhadores públicos e privados, estudantes, bem como turistas.

Do ponto de vista organizacional, os mercados locais e territoriais representam uma complexificação em relação aos mercados de proximidade. Diferentemente de uma banca semanal de feira, um ponto varejista implica um grau de complexidade significativamente maior. Desde os gastos com aluguel do ponto físico, manutenção mensal, alvarás e impostos, passando pela contratação de funcionários, exigência de assessorias contábeis e gerenciais,

contas a pagar, a receber, juros, capital de giro, relacionamento com fornecedores, logística, motivação e relacionamento interno dos funcionários até o relacionamento externo com os clientes e a busca de sua satisfação ou a proteção contra assaltos, representando o que Niederle (2017) denomina de lógica comercial e industrial, os quais serão regulados por questões como confiança, reputação, procedência e preços (SCHNEIDER, 2016). Ou seja, um ponto varejista requer uma racionalidade gerencial – com valores baseados na eficiência e maximização de resultados econômicos - para garantir a viabilidade econômica que se tenciona permanentemente com a lógica das agriculturas familiares e camponesas (PLOEG, 2009) e com a dimensão política do movimento social (BORRAS JÚNIOR; EDELMAN; KAY, 2008).

Nos casos da Expo Mundo Rural (Chile) e da Feira da Reforma Agrária (Brasil), a natureza das trocas e modelos de negócios é um híbrido entre interpessoal e concorrencial. Por um lado, nota-se práticas de consumo politizado que valorizam uma lógica cívica de mercados enraizados, destacando valores como confiança, reciprocidade e cooperação. Por outro, simultaneamente, uma porcentagem significativa do consumo está atrelada à uma lógica estética, na qual os valores estão associados ao hedonismo e individualismo da tomada de decisão (NIEDERLE, 2017b). Em última instância, estes representam os segmentos mais exclusivos e elitizados do regime alimentar corporativo, os quais têm sido alvo dos conglomerados da agricultura orgânica.

A última modalidade de canal de comercialização considerados nos mercados locais e territoriais são as inovadoras experiências de *e-commerce*. O quadro 13 destaca as variáveis comparadas dos *e-commerce* selecionados para a pesquisa no Chile e no Brasil. As duas experiências apresentadas são recentes. A utilização das TIC's junto às agriculturas familiares e camponesas ainda é baixo em face de outros segmentos.

Quadro 13 - Síntese dos *e-commerce* selecionados no estudo

1. Cidade/País: Valdivia, Chile.	1. Cidade/País: Porto Alegre, Brasil.
2. Organização de movimento social que mobiliza: Iniciativa de dois empreendedores sociais que possui interfaces com cooperativas da AFC.	2. Organização de movimento social que mobiliza: MST
3. Ano de criação: 2015.	3. Ano de criação: 2016.
4. Descrição síntese: <i>Mi Huerto Web</i> (MHW) é uma iniciativa de dois empresários do Sul do Chile que visualizaram uma oportunidade de negócios envolvendo a AFC chilena e que incorporasse as novas tecnologias e ferramentas da internet. Partindo dessa motivação, os empresários buscaram apoio de técnicos da FAO e de especialistas em projetos sociais, constituindo uma empresa B (específica da legislação chilena, que busca incorporar o valor social e ambiental que existe por de trás da alimentação).	4. Descrição síntese: Entrega de cestas de alimentos ecológicos realizado pela organização informal ‘Aromas & Sabores do Campo’. A página do facebook indica a seguinte organização: ‘Aromas & Sabores do Campo: alimentos livres de agrotóxicos’. Apesar de ser um canal bastante exclusivo e limitado, trata-se de mais uma estratégia de comercialização das organizações dos assentamentos da reforma agrária na região metropolitana de Porto Alegre e com a utilização essencial das Tecnologias de Informação e Comunicação.
5. Atores-chaves: iniciativa privada, agricultores familiares e camponeses, e consumidores.	5. Atores-chaves: agricultores assentados da reforma agrária e consumidores.
6. Papel do Estado: As políticas públicas desempenhadas pelo INDAP que visam valorizar a AFC chilena dão o suporte indireto para essa iniciativa.	6. Papel do Estado: O INCRA proporciona o suporte das políticas públicas para as organizações econômicas dos assentados, que por sua vez amparam suas iniciativas.
7. Papel da organização de movimento social: Não se aplica. A MHW tem buscado estabelecer parcerias com o INDAP, a PRODESAL e Cooperativas da AFC, mas tratam-se de iniciativas incipientes.	7. Papel da organização de movimento social: A atuação do MST ocorre por meio do ‘Grupo Gestor de Hortas e Frutas da Região Metropolitana de Porto Alegre’.
8. Perfil dos consumidores: Segue o padrão dos consumidores de alimentos orgânicos, que valorizam o alimento, e via de regra possuem maior nível de renda e educacional. A diferença principal em relação aos consumidores de feiras e pontos varejistas está no fato de que estes valorizam a comodidade da intermediação desempenhada pela tecnologia e a consequente diminuição dos custos de transação.	8. Perfil dos consumidores: Segue o padrão dos consumidores de alimentos orgânicos, que valorizam o alimento, e via de regra possuem maior nível de renda e educacional. A diferença principal em relação aos consumidores de feiras e pontos varejistas está no fato de que estes valorizam a comodidade da intermediação desempenhada pela tecnologia e a consequente diminuição dos custos de transação.
9. Dispositivos institucionais: O modelo de negócios proposto pela MHW vai além de uma página online para a venda de cestas de verduras e preconiza entregar produtos frescos, diretamente do produtor, sem intermediários e em menos de 6 horas desde a sua colheita. Para tanto, os consumidores financiam o metro quadrado de determinada produção alimentícia por meio de um crédito comprado pela internet. A MHW oferece assistência técnica e realiza a comunicação entre os consumidores e os produtores. Quando os alimentos estejam disponíveis para o consumo, em um local previamente acordado com o consumidor (moradia, trabalho ou outro), a empresa entregará os alimentos encomendados e com nota fiscal.	9. Dispositivos institucionais: Assim como no caso das feiras, a Aromas e Saboresse insere no ‘Grupo Gestor de Hortas e Frutas da Região Metropolitana de Porto Alegre’ - uma organização informal que está vinculada às associações e cooperativas da reforma agrária no Rio Grande do Sul e que coordena o funcionamento de 15 feiras no município de Porto Alegre envolvendo diretamente cerca de 50 famílias de agricultores assentados. Dentre os alimentos comercializados, alguns possuem os selos identificador de ‘alimentos limpos’ da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (Coptec) que tem a finalidade de divulgar alimentos cultivados sem agrotóxicos.

Fonte: Elaboração própria (2019).

Uma das diferenças entre as experiências brasileira e chilena, é que enquanto a primeira é resultado da ação das próprias organizações econômicas da reforma agrária assessorados por técnicos financiados pelas políticas públicas, a experiência chilena é uma

iniciativa privada de dois empreendedores com visão socioambiental e que buscam envolver a AFC chilena. Em ambos os casos, as políticas públicas voltadas às agriculturas familiares e camponesas permitem o suporte para que esse tipo de iniciativa ocorra. Apenas o caso brasileiro possui o envolvimento de uma organização de movimento social, o MST. No caso chileno, não há envolvimento direto de nenhuma organização da AFC, embora a MHW tenha buscado estabelecer parcerias com o INDAP, a PRODESAL e Cooperativas da AFC, mas tratam-se de iniciativas incipientes. Em relação ao perfil dos consumidores, ambas as experiências se amparam no consumo consciente de uma parcela da população que valoriza a AFC, os alimentos orgânicos e a relação com a terra, e que geralmente são caracterizados pelo alto nível de instrução e de renda. A diferença principal em relação aos consumidores de feiras e pontos varejistas está no fato de que os consumidores do *e-commerce* valorizam a comodidade da intermediação desempenhada pela tecnologia. Ou seja, a não necessidade de deslocamento físico para a aquisição de alimentos, a confiança nos agricultores para a seleção dos alimentos, as formas de pagamento digitais, a comunicação via redes sociais, a praticidade de compra por intermédio de uma TIC, dentre outros, são critérios que contribuem para diferenciar este perfil de consumidores de *e-commerce*.

No que tange aos principais dispositivos institucionais dos *e-commerce*, no caso brasileiro, assim como no caso das feiras diretas, a Aromas e Sabores se insere no ‘Grupo Gestor de Hortas e Frutas da Região Metropolitana de Porto Alegre’ - uma organização informal que está vinculada às associações e cooperativas da reforma agrária no Rio Grande do Sul e que coordena o funcionamento de 15 feiras no município de Porto Alegre envolvendo diretamente cerca de 50 famílias de agricultores assentados. No caso chileno, denota-se um grau mais complexo de plataforma tecnológica associado aos dispositivos institucionais. O caso brasileiro se apropria das redes sociais virtuais como o *facebook*, *e-mail*, *youtube* e o *whats app* para estabelecer as relações com os consumidores e operacionalizar o negócio. Por sua vez, o caso chileno também utiliza as mesmas ferramentas para se comunicar com os consumidores, mas para operacionalizar o seu modelo de negócios, foi criado uma plataforma virtual específica que realiza a gestão entre produção, distribuição e consumo. Os principais desafios da MHW estão na organização dos territórios que una as dimensões da produção e do consumo de alimentos, por meio de uma logística viável e coordenados por gestores territoriais.

No que se refere ao isomorfismo institucional (DiMAGGIO; POWELL, 2005) destaca-se a importância crescente da apropriação das TIC’s para a realidade das agriculturas

familiares e camponesas, o discurso da alimentação saudável de produtos orgânicos e agroecológicos e o papel dos consumidores pró-ativos nesta modalidade de mercados locais e territoriais (SCHNEIDER, 2016). No que tange aos aspectos organizacionais, a estrutura física se aproximará da realidade das feiras, embora não sejam necessariamente expositores semanais. Por outro lado, a principal diferença será a necessidade dos agricultores gerenciarem minimamente os recursos das TIC's, bem como a importância de se criarem plataformas virtuais específicas e adequadas à realidade dos *e-commerce*. Este último aspecto certamente exigirá um relativo grau de investimento. Em suma, trata-se de compreender o mercado de outra forma e sua proposta permite conformar trajetórias inovadoras de desenvolvimento nos mercados alimentares constituídos pelas agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

A terceira tipologia de mercados da agricultura familiar sugerida por Schneider (2016) refere-se aos mercados convencionais. Tanto no caso brasileiro do MST quanto no caso chileno do INDAP, este grupo é formado pelas vendas nos supermercados, minimercados, pontos varejistas, agroindústrias e exportação. Como esperado, o mercado convencional possui uma lógica comercial e industrial predominante por conta de sua dinâmica de funcionamento. Ou seja, seus valores estão baseados na eficiência e maximização de resultados econômicos, bem como suas formas de regulação estão amparadas pelos contratos privados e a dinâmica concorrencial dos preços. O quadro 14 sintetiza duas cooperativas das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile que abastecem os mercados convencionais.

Quadro 14 – Síntese das cooperativasque abastecem os mercados convencionais

1. Cidade/País: Peumo, Chile	1. Cidade/País: Nova Santa Rita, Brasil.
2. Organização de movimento social que mobiliza: A COOPEUMO possui sua própria agenda, com bastante interfaces com o INDAP. Está inserida na UNAF (Unión Nacional de la Agricultura Familiar Campesina Cooperativa).	2. Organização de movimento social que mobiliza: MST
3. Ano de criação: 1969	3. Ano de criação: 1995.
4. Descrição síntese: A <i>Cooperativa Campesina Intercomunal Peumo Ltda.</i> (COOPEUMO) é uma cooperativa de prestação de serviços aos seus associados, tais como: crédito facilitado para a produção agropecuária, habitação, social etc.; venda insumos agrícolas, materiais de construção, combustíveis etc. com preços diferenciados; assistência técnica na propriedade rural; informações de apoio à tomada de decisão comercial; serviços contábeis; capacitações; assessorias; apoio à comercialização; e outros benefícios sociais. Foi criada em 1969 como resultado das ações do Governo de Eduardo Frei Montalva em prol da reforma agrária e resistiu às perseguições do regime militar. Atualmente possui 360 sócios e atua na perspectiva de reunir os pequenos agricultores para a inserção qualificada no mercado interno e externo.	4. Descrição síntese: A Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN)foi fundada em 30 de junho de 1995, por um grupo de famílias que acreditaram na forma coletiva de organização econômica e social da produção, agroindustrialização e comercialização dos frutos de seu trabalho. Atualmente trabalha com a produção de arroz orgânico, suínos e atividade leiteira. A produção de arroz orgânico começou a ser desenvolvida em 1999, nos assentamentos da reforma agrária na região metropolitana de Porto Alegre sob a coordenação da COCEARGS. Para a safra 2016-2017, a estimativa de colheita foi de aproximadamente 550 mil sacas (mais de 27 mil toneladas) do grão, numa área plantada de mais de 5 mil hectares. O cultivo é realizado por 616 famílias, em 22 assentamentos e 16 municípios gaúchos.
5. Atores-chaves: Agricultores beneficiários da reforma agrária e INDAP.	5. Atores-chaves: INCRA e organizações econômicas dos assentados da reforma agrária.
6. Papel do Estado: O INDAP participa como parceiro da COOPEUMO desde o seu processo de criação. Atualmente, mais de 90% dos agricultores associados são usuários das políticas públicas do INDAP.	6. Papel do Estado: O Estado possui um papel central em possibilitar as políticas públicas para a estruturação do assentamento e da produção agropecuária, bem como os apoios técnicos e científicos das instituições de ensino, pesquisa e extensão.
7. Papel da organização de movimento social: Conforme entrevistas com um dos diretores (EM11), a COOPEUMO está inserida na UNAF, uma das 17 organizações pertencentes à mesa de diálogo nacional do INDAP. A UNAF objetiva representar os interesses em nível nacional das cooperativas associadas de maneira a apoiar a agricultura familiar no seu desenvolvimento produtivo eaumentar a visibilidade para abrir novos caminhos comerciais (UNAF, 2019).	7. Papel da organização de movimento social: Coordenada pela Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS), organização econômica vinculada ao MST, busca construir alternativas ao processo de integração industrial baseados em pacotes agroquímicos.
8. Perfil dos consumidores: De acordo com entrevistas realizadas com um dos diretores da COOPEUMO, a cooperativa fornece alimentos da AFC chilena para a exportação, especialmente ameixas. Além disso, são fornecedoras de indústrias alimentícias multinacionais como a Carozzi e Agrosuper, com destaque para o trigo e o milho. Em relação às compras públicas, a venda de batatas, cebolas, abóboras e tomate, ocorre de forma indireta, ou seja, uma empresa intermediária abastece a alimentação escolar com os seus produtos (EM11).	8. Perfil dos consumidores: Em 2016, mais de 70% da produção do arroz foi destinada às compras governamentais por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O grão também é exportado, especialmente para a Venezuela. Além disso, as organizações dos assentados mantêm canais de comercialização com grandes redes supermercadistas, minimercados, pontos varejistas, feiras e <i>e-commerce</i> .
9. Dispositivos institucionais: Os dispositivos institucionais da COOPEUMO vão se diferenciar no caso dos produtos comercializados e/ou	9. Dispositivos institucionais: Atualmente o arroz orgânico é certificado de duas formas: via uma entidade de inspetoria externa (Instituto do Mercado Ecológico -

serviços prestados. No caso das ameixas para exportação, a COOPEUMO, desenvolve os padrões de qualidade para a ameixa natural e desidratada, os formatos de transporte e armazenagem, os critérios de rastreabilidade e estabelece sua marca.	IMO), garantindo a certificação por auditoria. E via um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC) vinculados à COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul), garantindo a certificação participativa.
---	--

Fonte: Elaboração própria (2019).

Conforme o quadro 14, as cooperativas que abastecem os mercados convencionais são a COOPAN no caso brasileiro e a COOPEUMO no caso chileno. Há uma diferença significativa do tempo de existência entre as cooperativas. A experiência chilena possui 50 anos, por conta de ser oriunda das estratégias da reforma agrária do governo de Eduardo Frei Montalva. Isso implicou um importante processo de resistência às perseguições do regime militar que não aceitavam as organizações coletivas no campo com receio da possibilidade de organização dos camponeses e ser contrário aos valores neoliberais impostos. Por outro lado, a COOPAN é uma experiência que data do período democrático brasileiro, com aproximadamente 25 anos de existência e é fruto da luta do MST pela conquista da terra e organização cooperada da produção.

Apesar de ambas as cooperativas atuarem com beneficiários da reforma agrária, há uma diferença importante na sua forma de atuação. A COOPAN é uma cooperativa de produção, agroindustrialização e comercialização da produção de um assentamento de reforma agrária. Por sua vez, a COOPEUMO é uma cooperativa de prestação de serviços aos agricultores familiares camponeses da região de Peumo, centro-sul do Chile. Os atores-chave de ambas as experiências são o Estado e os beneficiários da reforma agrária. Ou seja, o Estado possui um papel central de apoio no processo de construção e manutenção das cooperativas.

No que tange ao papel desempenhado pelas organizações de movimentos sociais, o caso brasileiro do arroz orgânico é resultado das estratégias das cadeias produtivas desenvolvidas pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente inseridos no MST. Dentro das estratégias de agroindustrialização do MST, cada Cooperativa de Produção Agrícola possui um produto agropecuário considerado como o ‘carro chefe’ da produção e que irá nortear seus processos produtivos e será o principal produto destinado à comercialização e, portanto, gerador de renda. No caso da COOPAN, os produtos principais são o arroz orgânico, a produção de suínos e a atividade leiteira. No caso chileno da COOPEUMO, a mesma possui proximidade com o INDAP e está inserida na UNAF, que é uma das organizações que participa da mesa de diálogo nacional com o INDAP, a qual

contribui para difundir o modelo cooperativista. Entretanto, conforme entrevista com um dos diretores (EM11), a COOPEUMO possui agenda própria e denotou-se pouca influência da UNAF em suas atividades.

No que tange ao perfil dos consumidores, tanto a COOPEUMO, quanto a COOPAN abastecem as diferentes tipologias de mercados da agricultura familiar sugerido por Schneider (2016). Especificamente aos mercados convencionais, a experiência brasileira lida com vendas para agroindústrias; supermercados, minimercados, pontos varejistas e exportação, enquanto a experiência chilena se concentra nas vendas para exportação e agroindústrias. Ou seja, há pouco processamento da produção e conseqüente agregação de valor no caso chileno. Na COOPEUMO, o destaque se dá para a exportação de ameixas para os Estados Unidos e o abastecimento de trigo e milho para indústrias multinacionais com marcas famosas no Chile. No caso da COOPAN, o destaque está no arroz orgânico exportado para os Estados Unidos e China, devido à alta escala de produção e conseqüente necessidade de escoamento.

Sobre os dispositivos institucionais, a experiência da COOPEUMO das ameixas para exportação, aponta que a cooperativa desenvolve os padrões de qualidade para a ameixa natural e desidratada, os formatos de transporte e armazenagem, os critérios de rastreabilidade e estabelece sua marca. Já a experiência brasileira do arroz orgânico, um dos dispositivos institucionais ocorrem pela certificação que se dão de duas formas: via uma entidade de inspeção externa, garantindo a certificação por auditoria. E via um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC) vinculados à COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul), garantindo a certificação participativa. Ainda assim, vale ressaltar que as estratégias de produção dos assentamentos da reforma agrária do Rio Grande do Sul se inserem no complexo modelo de organização do MST, o qual possui suas diretrizes determinadas pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente.

Os aspectos organizacionais de agroindústrias de médio e grande porte exigem uma outra maneira dos agricultores se organizarem. Além da gestão das unidades agropecuárias, é necessário a gestão dos negócios agroindustriais. Isso significa uma estruturação interna dos principais setores empresariais – processos produtivos, pessoas, finanças, marketing, estratégia empresarial – e uma interface crescente com diferentes partes interessadas, como fornecedores, clientes, bancos etc. (RÉVILLION; BADEJO, 2011). Esse aspecto ressalta o isomorfismo institucional dessas experiências econômicas (DiMAGGIO; POWELL, 2005). Como esperado, estes mercados convencionais (SCHNEIDER, 2016) possuem uma lógica comercial e industrial predominante por conta de sua dinâmica de funcionamento e seus

valores estão baseados na eficiência e maximização de resultados econômicos (NIEDERLE, 2017b).

Por fim, a última modalidade de mercados da agricultura familiar proposto por Schneider (2016) são os mercados públicos e institucionais que abastecem os equipamentos públicos de saúde, educação e segurança. No caso brasileiro do MST, os mercados institucionais expressam o principal objetivo conforme os discursos de suas lideranças, especialmente pelo PAAe o PNAE, os quais tiveram uma queda abrupta após a consumação do processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef em 2016. Juntamente aos mercados públicos, o MST exerce uma modalidade de exportação “política” mediadas pela Via Campesina e FAO, por exemplo. Ou seja, vendas de produtos agroindustriais das organizações econômicas do MST em função de relações solidárias e ideológicas e, portanto, não se caracterizam como um mercado convencional.

No caso chileno sobre mercados públicos e institucionais, estão desenvolvendo um Programa de Alimentação Escolar (PAE), em que agricultores beneficiários do INDAP possam abastecer a Junta Nacional de Auxílio Escolar e Becas (JUNAEB) com pelo menos 15% da produção. Vale destacar que a temática das compras públicas ainda é muito recente no país, data de 2017, e ocorre em função das ações da REAF, a qual tem no Brasil um dos exemplos de referência (NIEDERLE, 2017). Além das compras públicas, o INDAP também dá suporte a experiências de *Fair Trade* conforme apresentado na experiência da Vinícola Lautaro. Nesta tipologia de mercado, os modelos de negócios são intermediados por processos licitatórios e as formas de regulação se dão mediante leis e regras que visam corrigir as imperfeições dos mercados, especialmente pela busca de uma remuneração mais justa aos pequenos agricultores como no caso do *Fair Trade*. O quadro 15 sintetiza as variáveis comparativas do caso brasileiro³⁹ e chileno.

³⁹ Conforme apresentado no capítulo 3, a experiência do arroz Terra Livre abastece todas as tipologias de mercado das agriculturas familiares e camponesas, de modo que, neste caso, será repetido a mesma experiência da COOPAN para fins de comparação (nota do autor).

Quadro 15 - Síntese das cooperativas que abastecem os mercados públicos e institucionais

<p>1. Cidade/País: Curicó, Chile</p>	<p>1. Cidade/País: Nova Santa Rita, Brasil.</p>
<p>2. Organização de movimento social que mobiliza: CLAC – <i>Coordinadora Latinoamericana y del Caribe de Pequeños Productores y Trabajadores de Comercio Justo.</i></p>	<p>2. Organização de movimento social que mobiliza: MST</p>
<p>3. Ano de criação: 1997.</p>	<p>3. Ano de criação: 1995.</p>
<p>4. Descrição síntese: Em função de uma oportunidade de negócio proposta pela <i>OXFAM Weweldwinkels</i>, proveniente da Bélgica, a empresa se envolveu no <i>Fair Trade</i> voltado à exportação, e pôde desenvolver um modelo de negócios que promove a produção ecológica e sustentável, sob regras do ‘Comércio Justo’. Atualmente, a empresa é composta por 23 pequenos viticultores e suas famílias, que possuem ao redor de 200 hectares de diferentes tipos de uvas plantadas para o vinho tinto (<i>cabernet sauvignon, merlot e carmenere</i>) e branco (<i>sauvignon blanc e chadornay</i>).</p>	<p>4. Descrição síntese: A Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN) foi fundada em 30 de junho de 1995, por um grupo de famílias que acreditaram na forma coletiva de organização econômica e social da produção, agroindustrialização e comercialização dos frutos de seu trabalho. Atualmente trabalha com a produção de arroz orgânico, suínos e atividade leiteira. A produção de arroz orgânico começou a ser desenvolvida em 1999, nos assentamentos da reforma agrária na região metropolitana de Porto Alegre sob a coordenação da COCEARGS. Para a safra 2016-2017, a estimativa de colheita foi de aproximadamente 550 mil sacas (mais de 27 mil toneladas) do grão, numa área plantada de mais de 5 mil hectares. O cultivo é realizado por 616 famílias, em 22 assentamentos e 16 municípios gaúchos.</p>
<p>5. Atores-chaves: Agricultores beneficiários da reforma agrária, INDAP e OXFAM.</p>	<p>5. Atores-chaves: INCRA e organizações econômicas dos assentados da reforma agrária.</p>
<p>6. Papel do Estado: A organização foi criada como uma pessoa jurídica empresarial por 16 viticultores - beneficiários da reforma agrária chilena- como uma alternativa de agregação de valor aos pequenos agricultores da região assessorados pelo INDAP, dado que até então vendiam suas diferentes produções sem processamento para atravessadores.</p>	<p>6. Papel do Estado: O Estado possui um papel central em possibilitar as políticas públicas para a estruturação do assentamento e da produção agropecuária, bem como os apoios técnicos e científicos das instituições de ensino, pesquisa e extensão.</p>
<p>7. Papel da organização de movimento social: A vinícola não tem relação com nenhuma das organizações da AFC chilena pertencente à mesa de diálogo junto ao INDAP. Atualmente, a empresa está inserida internacionalmente junto à CLAC, criada em 1996, que é uma rede latino-americana e caribenha que aglutina e representa as organizações de pequenos agricultores e associações de produtores e trabalhadores sob o sistema <i>Fair Trade International</i>.</p>	<p>7. Papel da organização de movimento social: Coordenada pela Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS), organização econômica vinculada ao MST, busca construir alternativas ao processo de integração industrial baseados em pacotes agroquímicos.</p>
<p>8. Perfil dos consumidores: 75% do que se vende vai para os canais de comercialização do <i>Fair Trade</i>, especialmente a exportação para a Europa, condição facilitada pelos diversos Tratados de Livre Comércio do qual o Chile é signatário. Trata-se, portanto, de um perfil de consumidor exclusivo.</p>	<p>8. Perfil dos consumidores: Em 2016, mais de 70% da produção do arroz foi destinada às compras governamentais por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O grão também é exportado, especialmente para a Venezuela. Além disso, as organizações dos assentados mantêm canais de comercialização com grandes redes supermercadistas, minimercados, pontos varejistas, feiras e <i>e-commerce</i>.</p>
<p>9. Dispositivos institucionais: Para a participação nesse mercado é exigido uma adequação às normas e princípios definidos pelo <i>International Federation of Alternative Trade</i>, os quais organizam os produtores, os importadores e os</p>	<p>9. Dispositivos institucionais: Atualmente o arroz ecológico é certificado de duas formas: via uma entidade de inspetoria externa (Instituto do Mercado Ecológico - IMO), garantindo a certificação por auditoria. E via um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade</p>

revendedores. Isso dá direito à um selo Fair Trade que certifica esse processo.	(OPAC) vinculados à COCEARGS.
---	-------------------------------

Fonte: Elaboração própria (2019).

O quadro 15 evidencia as variáveis comparadas das cooperativas selecionadas para a pesquisa no Chile e no Brasil, as quais abastecem os mercados públicos e institucionais. As duas cooperativas têm início muito próximo, ocorrido no final dos anos 1990, sendo a experiência chilena com a produção de uvas e posterior transformação em vinhos e a experiência brasileira de produção de arroz orgânico e posterior beneficiamento. Outra semelhança importante, é que ambas experiências são oriundas de assentados da reforma agrária, que receberam apoio estatal significativo para estruturar-se organizacionalmente para fomentar a produção agropecuária e buscar a agregação de valor. A diferença central nessa experiência está na presença de um terceiro ator-chave no caso chileno, representado pela OXFAM, a qual vai inserir a Sociedade Vinícola Sagrada Família no movimento do *Fair Trade*. A partir disso, o caso chileno vai se envolver em um mercado de qualidades específicas e com um grupo exclusivo de consumidores europeus, centralmente localizados na Bélgica. Neste caso, a organização de movimento social que irá fazer a mediação com a sociedade vinícola será a *Coordinadora Latinoamericana y del Caribe de Pequeños Productores y Trabajadores de Comercio Justo (CLAC)*, que é uma rede latino-americana e caribenha que aglutina e representa as organizações de pequenos agricultores e associações de produtores e trabalhadores sob o sistema *Fair Trade International*. Vale destacar que nenhuma das 17 organizações da AFC chilena participantes da mesa de diálogo do INDAP possui interfaces com esta experiência.

No caso brasileiro, o MST desempenha o mesmo papel que o relatado nos mercados convencionais. Diante das escalas e do volume de produção, os canais de comercialização do arroz orgânico do MST são diversos, sendo que até 2016 o mercado institucional possuía uma preponderância. A partir do desmantelamento das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional que conformavam o mercado público e institucional no Brasil, o MST se viu obrigado a diversificar sua forma de escoamento. Nesse sentido, além de abastecerem os mercados de proximidade e os mercados locais e territoriais, suas relações com os mercados convencionais cresceram. Por se tratarem de cooperativas de médio e grande porte, assim como nos mercados convencionais, os aspectos organizacionais são semelhantes (RÉVILLION; BADEJO, 2011).

Ambas experiências se utilizam da exportação para os seus canais de comercialização, mas de forma distinta. O caso chileno, institucionalizado pelo movimento do comércio justo e o caso brasileiro submetido às variações das políticas públicas do mercado institucional e à solidariedade em apoiar a instável economia Venezuelana. Outra semelhança das experiências das cooperativas está com a imposição de estruturas organizacionais que exigem uma racionalidade instrumental no que tange aos processos comerciais, o que por sua vez vai acarretar uma profissionalização da direção das cooperativas, representando o isomorfismo institucional dessa modalidade de mercado (DiMAGGIO; POWELL, 2005).

5.5 COMO AS LIDERANÇAS DAS ORGANIZAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS INTERPRETAM SUAS PRÁTICAS DE CONSTRUÇÃO DE MERCADOS

Por fim, esta última seção analisa de forma comparada como as lideranças das organizações de movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas interpretam os mercados alimentares constituídos no Brasil e no Chile. O quadro a seguir sintetiza os “enquadramentos interpretativos” (FLIGSTEIN; MCADDAM, 2012; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017) identificados pela pesquisa a partir do estudo de documentos disponíveis de cada organização, bem como pelas entrevistas com suas respectivas lideranças. De modo geral, todos convergem na idéia de que o Mercado (*sic*) representa um mecanismo por meio do qual o capital se apropria do resultado do trabalho social dos camponeses. No entanto, notam-se diferentes molduras interpretativas no que tange às modalidades de mercados desempenhados, as escalas e objetivos de comercialização e à inserção dos agricultores familiares e camponeses. (Quadro 16)

Quadro 16 - Enquadramentos interpretativos dos mercados alimentares

MST	Há uma posição ambígua. Por um lado, os mercados são demonizados por serem o sinônimo do capitalismo. Por outro, diante da necessidade de escoamento da produção, os mercados representam espaços de comercialização para alimentos saudáveis produzidos sob os princípios agroecológicos e da cooperação agrícola com o intuito de abastecer a classe trabalhadora.
ANAMURI	Os mercados capitalistas são demonizados. O entendimento mais próximo vai se expressar pelas Feiras de Biodiversidade realizadas pelos povos do campo, as quais possuem o intuito central de celebrar e compartilhar a diversidade cultural e a biodiversidade proporcionada pelas sementes crioulas.
MAELA	Os mercados capitalistas são demonizados. Uma de suas linhas de ação estratégica objetiva ‘fortalecer o desenvolvimento dos mercados locais agroecológicos desde os princípios da economia solidária’. Nesse sentido, trabalha a dimensão dos mercados com a compreensão de circuitos curtos de comercialização e mercados territoriais solidários.
MUCECH	Os mercados capitalistas não são demonizados, mas consideram que os mesmos exploram os agricultores familiares e camponeses. O desafio está em proporcionar condições de competitividade aos agricultores familiares campesinos e indígenas.

Fonte: Elaboração própria (2019).

O quadro 16 evidencia a postura ambígua do MST em face dos mercados. Por um lado, devido à forte influência da teoria marxista, a qual considera mercado como sinônimo de capitalismo, o MST demoniza os mercados (ABRAMOVAY, 2004). São notórios os discursos de suas principais lideranças contra o capitalismo e a relação, direta ou indireta, ao mercado como a fonte de todos os males da atual sociedade. De outro modo, pela necessidade de escoar as produções agropecuárias dos assentamentos, como no caso relatado do arroz Terra Livre, uma parcela dos dirigentes do MST – a maioria inseridos no ‘Setor de produção, cooperação e meio ambiente’ – vislumbram os mercados como um mecanismo de distribuição que abastece a classe trabalhadora com alimentos saudáveis, produzidos agroecologicamente, de forma cooperativa e com lastro social da reforma agrária (MARTINS, 2017). Em outras palavras, apesar do discurso anti-mercado, o MST na prática realiza todas as modalidades de mercados sugeridas por Schneider (2016) para a agricultura familiar, ou seja, os mercados de proximidade, os mercados locais e territoriais, os mercados convencionais e os mercados públicos e institucionais.

No caso chileno, as organizações das agriculturas familiares e camponesas objetos de estudos se expressam de distintas formas. A ANAMURI não gosta do conceito de mercado em seus objetivos por considerá-lo como expressão do liberalismo (EP13), o que a aproxima retoricamente do MST. Para esta organização, as colheitas realizadas pelos povos do campo, especialmente pelas mulheres, devem ser celebradas e compartilhadas nas feiras da

biodiversidade e que, por princípio, constituem a soberania alimentar. Desse modo, a ANAMURI se opõe claramente aos mercados capitalistas e considera viável apenas os mercados de proximidade (SCHNEIDER, 2016) como expressões das agriculturas familiares e camponesas, o que se distancia da prática do MST. Por sua vez, o MAELA também demoniza os mercados capitalistas, mas considera a possibilidade de outras modalidades de mercados. O MAELA entende os mercados alimentares como expressões de circuitos curtos de comercialização, onde uma mesma base territorial proporciona a produção e o consumo de alimentos agroecológicos sob a perspectiva da economia solidária. Por conta disso, o MAELA busca inserir-se nas redes alimentares alternativas que visam escapar ao controle direto do capital, o que, via de regra, significam baixo grau de processamento e agregação de valor de seus produtos, bem como uma limitada escala de produção. Assim, conforme a tipificação de Schneider (2016), o MAELA apoia – retoricamente - todas as modalidades de mercados da agricultura familiar, com exceção dos mercados convencionais. Por fim, o MUCECH não demoniza os mercados capitalistas, como o MST, ANAMURI e MAELA, mas compreende que os mesmos exploram os agricultores familiares e camponeses em função da organização das cadeias de valor (GEREFFI *et al.*, 2001; RÉVILLION; BADEJO, 2011). Para o MUCECH, o desafio está em inserir de forma competitiva os agricultores familiares, camponeses e os indígenas e busca somar-se às iniciativas do INDAP na construção dos mercados alimentares. Ou seja, o MUCECH, assim como o MST, na prática apóia discursivamente todas as tipificações de mercados da agricultura familiar sugerida por Schneider (2016).

No que se refere à compreensão das lideranças entrevistadas sobre esse fenômeno, o quadro a seguir ilustra, a partir de suas falas, as diferentes interpretações:

Quadro 17 - Trechos de entrevistas das lideranças sobre mercados alimentares

CASO BRASILEIRO	
MST	“São camponeses, não são comerciantes e você mudar isso não é fácil, porque o mais simples é você entregar a sua produção para o primeiro atravessador que passar na sua casa. O MST avançou muito da porteira para dentro. O desafio agora é da porteira para fora para ter acesso qualificado aos mercados “(EP6).
	“[...] o sonho é que as políticas públicas garantam que o Estado absorva toda a produção ou pelo menos 80%” (EP6); “[...] defendemos que o Estado, através da CONAB, deveria ter o mercado na mão (EP3)”. “Quando se estava no auge das políticas públicas, ninguém queria saber do restante das linhas de comercialização (EP5)”. “O sentido maior da reforma agrária popular é que é preciso disputar o mercado institucional. Ou seja, levar comida para o povo, PAA compra antecipada e PNAE merenda escolar para crianças” (EP9).
	“É a nossa produção ‘gourmet’ [...] é um produto que vai para a classe média e faz a propaganda de toda a cadeia produtiva. Há uma ‘gourmetização’ de uma parte do mercado e aqui o preço vai lá nas alturas. Exemplo das cachaças melhoradas e cervejas artesanais. Isso te dá uma receita adicional impressionante. Qual o risco desse processo? É o MST se tornar o produtor de produtos chiques para a nossa classe média alta. Por isso que a gente não quer embalar com mala e cuia nisso aqui, porque com isso aqui a gente pega gosto, é sedutor “(EP6).
	“O fato de buscarmos o mercado convencional, não tira de nós o sonho de ter uma sociedade diferente” (EP3); “os mercados precisam ser ocupados, mas deve-se cuidar com a dependência e a submissão à lógica dos supermercados. Mas são contradições necessárias para a geração de divisas para os empreendimentos econômicos e às lutas políticas [...] “não se trata de disputar um mercado capitalista e reproduzir a lógica do capital e da acumulação infinita por meio do lucro” (EP2).
	“Onde queremos chegar? 1º. queremos que se escoar toda a nossa produção, de modo que a comida limpa e sadia possa chegar na mesa do trabalhador; 2º. A disputa pelo mercado não é para se fazer igual ao que estavam fazendo. A via solidária e justa é um caminho a ser seguido. O rumo deverá ser aquele que a demanda nossa se sustente com as estruturas de mercados existentes e o consumidor possa ter acesso a ela” (EP3).
	“[...] qual o papel dos camponeses para a humanidade? É produzir o alimento saudável [...] o cuidado que o MST precisa tomar é que não seja apenas produtor de alimentos saudáveis e os outros componentes da luta política fiquem de lado. [...] Nosso objetivo é dar melhores condições para os pobres do campo poderem disputar. Sem o Estado não tem disputa [...] queremos que as famílias tenham renda e que não seja só financeiro, mas possam estar satisfeitas. Queremos que se faça propaganda do MST para que a reforma agrária avance. Por último, é preciso ter uma sobra para as famílias [...] a necessidade de viabilidade econômica tenciona o tempo todo a dimensão política” (EP6).
CASO CHILENO	
ANAMURI	“acreditamos em mercados camponeses populares e não em mercados inseridos em cadeias produtivas. O objetivo não é alimentar uma elite, mas a população massivamente” (EP13); “queremos resgatar os sistemas alimentares ancestrais e o papel das sementes crioulas para resgatar e preservar a nossa biodiversidade e a nossa soberania alimentar” (EP11).
	“Nós lutamos pelos mercados locais e não uniformes. O INDAP está fazendo mercados uniformes e gourmet. Estão terminando com a vida alegre dos camponeses. Queremos feiras em espaços públicos e sem travas” (EP13).
	"Atuamos no mercado interno com foco nas cadeias curtas dos mercados territoriais, sendo a agroecologia o guarda-chuva conceitual" (EP14).

MAELA	De acordo com MAELA (2012) a produção agroecológica não interroga somente as formas de produzir, o porquê e para quem. Também interroga as formas de comercialização, intercâmbio, complementação e aquisição de alimentos saudáveis, intercâmbio de sementes e saberes. Nesse sentido, os mercados locais são considerados espaços por excelência de construções sociais que dão conta das formas mais democráticas de pensar a economia, onde a participação, ajuda mútua, a cooperação, a complementação e outros elementos contra hegemônicos constroem e fortalecem novas relações sociais, fortalecendo uma economia solidária.
MUCECH	“Muitos pequenos produtores são fornecedores de empresas, mas são esmagados pela cadeia de valor [...] O Chile tem um mercado interno muito pequeno e por isso tem uma vocação para a exportação” (EP9)
	“Hoje, produzir alimentos é um dos melhores negócios. Mas os pequenos agricultores estão sendo excluídos disso pela questão das normas institucionais voltadas à grande agricultura”; “queremos que o setor da AFC se desenvolva” (EP9).

Fonte: Elaboração própria (2019).

No caso brasileiro do MST, há uma clareza que a importância crescente de se discutir mercados alimentares advém da necessidade de se qualificar os processos comerciais da ‘porteira para fora’ dos assentamentos. As lideranças do MST são enfáticas em afirmarem a centralidade do mercado institucional originado pelas políticas estatais em garantirem o escoamento da produção tendo em vista o abastecimento de equipamentos públicos de saúde, educação, segurança etc. Entretanto, diante da trajetória institucional recente do país, a necessidade de se diversificar os canais de comercialização dos produtos da reforma agrária para além dos mercados públicos, tornou-se uma estratégia de sobrevivência. Assim, o MST criou mecanismos para atuar nos mercados de proximidade, locais e territoriais, e os mercados convencionais, conforme classificação de Schneider (2016). Essa diversidade dos mercados alimentares operacionalizados pelo MST acarretou no inevitável tensionamento com os arranjos institucionais de cada modalidade de mercado. Conforme uma das lideranças da secretaria nacional do MST entrevistada: “a necessidade de viabilidade econômica tenciona o tempo todo a dimensão política” (EP6). Apesar disso, as lideranças apontam que os mercados alimentares precisam ser ocupados para massificar o acesso da classe trabalhadora aos alimentos saudáveis produzidos sob as estratégias da agroecologia e da cooperação agrícola, permitir a reprodução social das famílias agricultoras e de suas organizações econômicas, e com isso também garantir a luta política pela bandeira central da reforma agrária.

No caso chileno, as lideranças entrevistadas da ANAMURI, MAELA e MUCECH revelam uma diversidade de interpretações dos mercados alimentares a partir de seus respectivos enquadramentos interpretativos (FLIGSTEIN; MCADDAM, 2012; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017), o que marca um gradiente de compreensões. Como um dos

resultados da trajetória institucional chilena em que se impôs uma matriz econômica neoliberal, a atuação das organizações dos movimentos sociais camponeses chilenos se deu de forma fragmentada. As lideranças da ANAMURI são enfáticas em rechaçarem o modelo atual do regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2016) e, apesar de não ser objetivo da organização a construção de mercados alimentares, consideram que os mercados realizados pelos camponeses não devem estar inseridos em cadeias produtivas. Assim como as lideranças do MST, as lideranças da ANAMURI acreditam que os camponeses não devem alimentar uma elite, mas a população massivamente. As lideranças do MAELA, por sua vez, defendem a construção de mercados territoriais agroecológicos amparados nos princípios da economia solidária. Em certa medida, o MAELA, o MST e a ANAMURI, possuem compreensões semelhantes sobre a importância das sementes crioulas, dos saberes ancestrais dos agricultores e a importância da produção de alimentos saudáveis para a população como um todo. Por fim, para as lideranças do MUCECH, a produção de alimentos é um negócio em que a agricultura familiar, camponesa e indígena necessita ter condições de viabilidade nas cadeias de valor (GEREFFI *et al.*, 2001), o que em outras palavras significa a busca pela crescente profissionalização e especialização produtiva (RÉVILLION; BADEJO, 2011). Segundo as lideranças do MUCECH, para que haja uma produção agropecuária de qualidade, a AFC é essencial. Desse modo, o desafio está em se desenvolver a inserção competitiva dos agricultores familiares, camponeses e indígenas tendo em vista as diferentes oportunidades de negócios, incluída também aquelas relacionadas à vocação agroexportadora do país.

Estes são, portanto, os principais resultados desta tese de doutorado. Com efeito, a partir das análises realizadas por este estudo, todas as hipóteses inicialmente propostas para este estudo se confirmaram, não sem um grau de disputas internas dentro de cada organização de movimento social pesquisado para a definição dos enquadramentos interpretativos, o que revela um tema dinâmico e mutante. Posto isso, é interessante ressaltar também que cada organização de movimento social das agriculturas familiares e camponesas desenvolve modelos específicos de negócios nas diferentes modalidades de mercados alimentares, por mais que, retoricamente, isso não seja um objetivo explícito.

Portanto, a novidade teórica exposta por esta pesquisa ressalta que as organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile selecionadas neste estudo estão assumindo novos papéis como agentes econômicos nas diferentes modalidades de mercados alimentares. No entanto, isso vai exigir novas compreensões sobre o conceito de mercado e a necessidade de superar dogmas ideológicos do

mainstream da teoria econômica (escola neoclássica) e de sua principal oposição (a escola marxista). Considerando o contexto de crise civilizatória do regime alimentar corporativo, há uma janela (ou precipício) de oportunidade, onde as organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas podem ser protagonistas de um campo de ação estratégico desafiante que, conjuntamente com outros atores conscientes dos estados-mercados-sociedade civil, possam desestabilizar o campo dominante e construir soluções adequadas de produção-abastecimento-consumo das sociedades crescentemente urbanizadas, as quais trafeguem em direção à sistemas alimentares sustentáveis (FAO, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os atores dominantes dos sistemas alimentares enfatizam um discurso de sucesso dos seus modelos de produção e consumo modernos e que se expressam pelas enormes escalas de produção, pelas tecnologias de ponta, pelos sistemas logísticos e pelos inúmeros canais de distribuição que ofertam mercadorias a ‘qualquer hora’ e em ‘qualquer lugar’ para os seus clientes. Tais aspectos são frequentemente citados como exemplos de eficiência, produtividade e competitividade desenvolvidos pelos arranjos institucionais vinculados aos sistemas alimentares contemporâneos, os quais permitiram que a oferta de alimentos excedesse o crescimento populacional e a fome crônica diminuisse.

Apesar dessa aparente narrativa de sucesso, ao se analisar o fenômeno de forma mais aprofundada, é possível observar importantes questões invisibilizadas nesses discursos economicistas: a dilapidação dos ecossistemas, privatização dos bens comuns, oligopolização econômica, concentração de renda e riquezas, problemas de saúde pública, uso abusivo de agrotóxicos, continuidade da fome e crescimento dos problemas de obesidade em função dos alimentos ultraprocessados e baixa qualidade nutricional são algumas das principais externalidades não consideradas do mesmo modelo ‘bem sucedido’ [sic] de produção e consumo de alimentos.

Essa é a leitura proporcionada pela teoria dos regimes alimentares, a qual apresenta um quadro geral de referência histórica das transformações do capitalismo, entendida a partir da perspectiva da agricultura e alimentação. Considera-se que o atual período se insere no regime alimentar corporativo, o qual representa o projeto de globalização neoliberal. Em face desse cenário, que apresenta elementos de uma crise civilizatória, inúmeras organizações de movimentos sociais são constituídas como um dos repertórios de ação coletiva das agriculturas familiares e camponesas. Tais ações coletivas possuem a perspectiva de representarem resistências e novas possibilidades ao *modus operandi* do regime alimentar corporativo. Suas pautas se expressam pela visibilidade dos direitos humanos, da reforma agrária, da segurança alimentar e nutricional, da agroecologia, da soberania alimentar e do bem viver.

A partir desse contexto, esta tese de doutorado partiu da seguinte questão norteadora: *como as lideranças das organizações vinculadas aos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas do Chile e do Brasil interpretam suas experiências de construção social de mercados?* Para responder à essa questão, realizou-se uma análise multidimensional

e multi-ator de ambos países. A leitura macroinstitucional foi delineada pela teoria dos regimes alimentares, a qual foi articulada com uma leitura mesoanalítica da teoria dos campos de ação estratégica, onde as lideranças das organizações dos movimentos sociais desempenham o papel de atores hábeis na construção dos mercados alimentares, razão pela qual justificou a importância de suas interpretações sobre o fenômeno de estudo. Na dimensão micro, foram analisadas iniciativas de mercados das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile - feira, ponto varejista; *e-commerce*, cooperativa agroindustrial e mercados institucionais – os quais conformam os mercados de proximidade; mercados locais e territoriais; mercados convencionais; e mercados públicos e institucionais.

As hipóteses iniciais desta tese consideravam que:

- a) as trajetórias de Brasil e Chile criaram diferentes condicionantes institucionais e organizacionais para a ação dos movimentos sociais em cada contexto, o que implica que suas iniciativas de construção de mercados sejam heterogêneas;
- b) apesar disso, as organizações dos movimentos sociais agrários brasileiros e chilenos convergiriam no que tange à compreensão dessas iniciativas como contramovimentos das agriculturas familiares e camponesas ao regime alimentar corporativo;
- c) ademais, os mesmos compreenderiam que a ação coletiva das agriculturas familiares e camponesas no que tange à construção de novas relações econômicas pode ser um elemento de desestabilização dos campos de ação estratégica (mercados) controlados pelo regime alimentar corporativo.

Para testar tais hipóteses, foi constituído o seguinte objetivo geral: analisar a construção social dos mercados das agriculturas familiares e camponesas no Brasil (Região Sul) e no Chile (Região Centro-Sul) por meio da atuação das organizações dos movimentos sociais agrários em face das transformações do regime alimentar corporativo. Para a realização desse objetivo, foram constituídas e comparadas as trajetórias macro-institucionais do Brasil e do Chile pós-golpes militares ocorridos em 1964 e 1973, respectivamente, as transformações desencadeadas e o *'path-dependency'* nas agriculturas e movimentos sociais de cada país; foram elencadas e comparadas as compreensões das lideranças das organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas sobre as transformações dos sistemas alimentares e os seus posicionamentos como atores desafiantes ao regime alimentar corporativo; e, por fim, foram caracterizados e comparados os mercados das agriculturas

familiares e camponesas do Brasil e do Chile, identificando seus atores, infraestruturas e dispositivos institucionais.

Diferenças importantes entre os países se deram em função do modelo de capitalismo adotado. No Brasil, o Estado permaneceu com uma presença relativamente forte na condução estratégica do país, embora de maneira autoritária durante a ditadura militar. De outro modo, no Chile, o estado terrorista da ditadura militar aplicou à ‘sangue e fogo’ uma versão ortodoxa do neoliberalismo, que especializou a agricultura chilena para a exportação de produtos relacionados à fruticultura, sendo o vinho uma de suas maiores expressões. Esse aspecto é central para compreender por que as organizações dos movimentos sociais no Chile possuem uma baixa capacidade de protagonizarem ações em prol das agriculturas familiares e camponesas. No Brasil, por sua vez, as commodities agrícolas receberam (recebem) apoio estatal fundamental para a sua consolidação como pauta exportadora, com destaque para o complexo soja-carnes. O que não fosse agricultura empresarial foi basicamente ‘esquecido’ até 1996, quando ocorreu a criação do PRONAF, o qual inseriu de forma paulatina e marginal a categoria política da agricultura familiar nas políticas públicas. Isso não significou que a ditadura civil-militar brasileira não tenha perseguido e desmantelado os movimentos sociais do campo. Pelo contrário, a repressão também ocorreu junto às lideranças camponesas. No entanto, seja por uma diferença de tamanho entre os dois países e de suas populações, pela permeabilidade de suas fronteiras, a incapacidade do Estado de reprimir com a mesma veemência os movimentos sociais, fez com que o regime militar brasileiro não tivesse capacidade de gerar os mesmos resultados vistos no Chile. Estes são, portanto, os principais condicionantes dos dois países no que se refere às suas trajetórias institucionais.

A partir desse contexto, e conforme a teoria dos regimes alimentares, as agriculturas de ambos os países desempenharam uma modalidade de inserção subordinada na economia internacional. Atualmente, a leitura do regime alimentar corporativo se aplica aos dois países, na medida em que as agriculturas empresariais assumem centralidade no modelo agroexportador no Brasil e no Chile e reproduzem a dinâmica de complexos agroindustriais coordenados por empresas multinacionais dependentes do capital financeiro, os quais determinam as regras do jogo, na especulação dos preços agrícolas e na exploração dos bens comuns. Frente à essa realidade, as heterogeneidades das agriculturas familiares e camponesas (ademais das indígenas, não consideradas neste estudo, por uma limitação de capacidade de pesquisa, tempo e recursos) buscam resistir com os seus modos de vida em seus territórios e ensaiar diferentes expressões de alternativas econômicas adaptadas às suas realidades.

Nas duas últimas décadas, contramovimentos à expansão do regime corporativo abriram espaços para a construção de redes alternativas de produção e consumo. A proliferação de circuitos curtos de comercialização, feiras livres, grupos de consumo, associações e cooperativas descentralizadas, experiências de agricultura urbana, de consumo local e de valorização de alimentos tradicionais, dentre outros, permitiu conformar trajetórias inovadoras de desenvolvimento, os quais conformam mercados cívicos. Nestes novos mercados circulam mais do que mercadorias. Circulam valores que emanam de uma construção política reunindo uma série de movimentos sociais que, cada vez mais, direcionam suas pautas para a construção de novas práticas alimentares, as quais destacam a necessidade crescente da participação efetiva de consumidores. Estas práticas colocam em evidência novos significados para os alimentos e, mais amplamente, para o meio rural, os quais estão associados às demandas societárias por equidade, justiça, participação social e sustentabilidade.

No entanto, muitas dessas louváveis iniciativas não conseguem transbordar os resultados extremamente limitados e, via de regra, de consumidores elitizados. Tal aspecto ganha relevância no contexto latino-americano. Diante de um cenário de concentração de renda e riqueza, as populações da América Latina vivem em um crescente estado de insegurança alimentar e nutricional, falta de soberania alimentar e crescentemente dependentes de alimentos produzidos com o uso descontrolado de agrotóxicos e ultraprocessados pelas indústrias alimentares. Tais aspectos estão correlacionados com os baixos níveis de renda das populações deste território – a comida tem que ser barata para compor a cesta de bens de uma família média, o que, por sua vez, acarreta em um alimento de baixa qualidade, gerando um ciclo vicioso - motivo pelo qual as taxas de obesidade da população latinoamericana cresceram tanto nos últimos anos, especialmente da obesidade infantil. Por estas razões, este estudo buscou analisar não apenas os mercados alternativos, como também os mercados convencionais, tendo em vista o abastecimento em larga escala de alimentos saudáveis para o conjunto das populações em países urbanizados.

Assim, o foco do estudo voltou-se às organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas no Brasil e no Chile, tendo em vista a construção de mercados alimentares. É importante destacar que não houve a intencionalidade de generalizar os resultados das pesquisas para nenhum dos dois países. Ou seja, partiu-se das experiências econômicas desenvolvidas pelo MST no Brasil, para então buscar o comparativo com a realidade no Chile, mas há uma clareza que tais experiências representam apenas uma amostra

das heterogêneas realidades das agriculturas familiares e camponesas nos dois países. A própria necessidade de se escolher três organizações das agriculturas familiares e camponesas do Chile (ANAMURI, MAELA e MUCECH) para se comparar com a realidade do MST, representa um resultado importante deste estudo, na medida em que a trajetória institucional chilena reprimiu violentamente a capacidade de atuação das organizações dos movimentos sociais e, em virtude disso, os fragmentou. Por conta dessas diferenças importantes da capacidade de mobilização das organizações dos movimentos sociais entre o Brasil e o Chile, denotam-se diferenças significativas dos mercados das agriculturas familiares e camponesas de cada país. Enquanto, no Brasil, o MST mobiliza e desenvolve uma diversidade de ações produtivas e comerciais – muito relacionado também ao próprio tamanho de seu mercado interno -, no Chile, revela-se a dificuldade das organizações dos movimentos sociais em constituir os mesmos avanços, embora as condições de renda percapita da população sejam melhores que o Brasil. Isso acarretou em uma alteração importante do caso chileno, onde o INDAP, institucionalidade do Estado para o desenvolvimento da AFC, assumiu centralidade nos mercados alimentares e as organizações das agriculturas familiares e camponesas chilenas vieram a reboque. Este paradoxo, ou seja, o modelo econômico neoliberal chileno possuir uma institucionalidade pública que capitaneia as ações das agriculturas familiares e camponesas, se explica, em parte, pela necessidade de integrar os agricultores familiares e camponeses à dinâmica econômica do país, bem como pelos alarmantes indicadores de insegurança alimentar e nutricional da população e das taxas de obesidade adulta e infantil, o que exige por parte das autoridades públicas um comportamento mais assertivo para proporcionar alimentos frescos e de qualidade ao conjunto de sua população.

O Brasil e o Chile representam duas realidades desproporcionais e muito distintas: tamanho territorial, tamanho populacional, culturas, ecossistemas, modelos econômicos, principais produtos agropecuários ou mesmo o grau diferenciado das ações coletivas dos atores sociais das agriculturas familiares e camponesas. Comparar tais realidades tão discrepantes se apresentou como um grande desafio para este estudo. Desse modo, conforme o constructo teórico desenvolvido, a comparação central ocorreu entre os mercados alimentares selecionados – mercados de proximidade; mercados locais e territoriais, mercados convencionais; e mercados públicos e institucionais. Dentro de cada tipologia de mercado, foi dado ênfase para os atores-chave das iniciativas; a participação do Estado; o papel desempenhado pelas ações coletivas dos atores sociais das agriculturas familiares e camponesas; os principais dispositivos institucionais desenvolvidos; as dinâmicas

organizacionais e elementos de isomorfismo institucional. É a partir desse núcleo comparativo, que foram analisadas as interfaces com as organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas, com destaque para os discursos de suas lideranças. Estas organizações conformam um campo de ação estratégica desafiante ao regime alimentar corporativo, o qual está inserido em um contexto político-econômico mais amplo representado pelas trajetórias institucionais do Brasil e do Chile.

Os resultados das análises dos mercados das agriculturas familiares e camponesas no Brasil e no Chile apontaram para a diversidade de arranjos institucionais das diferentes modalidades de mercados realizadas – mercados de proximidade; mercados locais e territoriais; mercados convencionais; e mercados públicos e institucionais -, os quais expressaram diferentes modelos de negócios desenvolvidos de acordo com os enquadramentos interpretativos de cada organização das agriculturas familiares e camponesas. Isso implica num conflito permanente entre diferentes lógicas sociais e econômicas. Cada um desses mercados e modelos de negócios desenvolvidos exige uma postura diferenciada no que se refere à dinâmica organizacional, ao relacionamento com os consumidores, volume de capital, mobilização de estruturas físicas, conhecimentos e dispositivos institucionais. As entrevistas realizadas com as lideranças indicam que não se trata apenas da disputa de um mercado empresarial *per se*, conforme apregoado pelo *mainstream* da teoria econômica. Trata-se da construção social de mercados que garantam a viabilidade multidimensional (social, econômica, ambiental e cultural) dos modelos de negócios, ao mesmo tempo em que se articula com os princípios políticos que organizam as organizações dos movimentos sociais. Isso significa que a centralidade das bandeiras da agroecologia, da soberania alimentar e do bem viver nestes novos mercados pode contribuir para o re-enraizamento dos mercados alimentares.

Além disso, os resultados demonstraram que, desde a perspectiva dos produtores, existe uma dinâmica de eticização dos mercados. Assim, as relações sociais e econômicas que se estabelecem nesses modelos de negócios não estão unicamente associadas à lógica utilitarista que apregoa uma maximização dos lucros e resultados mediante a aplicação ortodoxa dos princípios de eficiência, oportunismo e competitividade. Nos mercados alimentares das agriculturas familiares e camponesas, estes elementos não são desprezados, mas perdem centralidade, pois precisam se articular com outros princípios e valores das organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas. Esta é a dimensão ética.

No entanto, esta dimensão tem se demonstrado insuficiente em face das transformações dos consumidores e da alteração de seu papel passivo de consumo para agente proativo. Emerge uma diversidade de perfis de consumidores que englobam desde os ‘consum-atores’ que encaram suas responsabilidades como um ato político, bem como daqueles que valorizam uma busca individual pelo cuidado com a saúde e o bem-estar pessoal e/ou são consumidores de ocasião devido à facilidade e conveniência do ato de comprar. Diante de um momento de culturalização da economia e de lutas simbólicas de reordenamento social, os diferentes estilos de vida dos consumidores não vêm sendo contemplados pela dinâmica industrial hegemônica dos sistemas alimentares que reproduzem processos de homogeneização do consumo. Desse modo, desde a perspectiva dos consumidores, destaca-se um apelo estético relacionado à saúde que, gradativamente, também incorpora práticas éticas de consumo politizado, onde os mercados das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile representam elementos de convergência desses processos de eticização e estetização.

Desse modo, os mercados representam uma interessante categoria analítica intermediária na compreensão da dicotomia atores-estruturas, tão comum nas ciências sociais. Suas análises permitem a elaboração de teorias de médio alcance. Entretanto, lidar com o universo dos mercados exige a transcendência dos dogmas da teoria neoclássica, bem como de sua principal opositora, o marxismo. Ou seja, o mercado exclusivamente como o encontro abstrato da oferta e demanda e autorregulado pelo sistema de preços. Ou o mercado como necessariamente diabólico e perverso para a classe trabalhadora. Os mercados existem antes do capitalismo e podem se expressar de distintas maneiras para além do mercado capitalista convencional da oferta e demanda impessoal. Historicamente, os mercados estiveram enraizados nas relações sociais dos indivíduos que intercambiavam.

Considerando o contexto de crise civilizatória gerado pelo regime alimentar corporativo, há uma janela (ou precipício) de oportunidade para a sociedade como um todo. Assim, as organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas na América Latina podem assumir novos papéis como agentes econômicos nos mercados, mas com outros e necessários níveis de compreensões. Ou seja, é preciso transcender a lógica da maximização do lucro empresarial e acumulação infinita de capital, institucionalizado pelo *mainstream* da teoria econômica.

Os resultados das pesquisas apontaram a presença de todas as tipologias em relação aos mercados das agriculturas familiares - de proximidade; locais e territoriais; convencionais;

e públicos e institucionais desempenhados pelo MST e pelo MUCECH, o qual considera o INDAP como um parceiro estratégico e, portanto, corrobora com suas políticas públicas de construção de mercados. De outro modo, para o MAELA, apenas os mercados convencionais não são considerados como possíveis e desejáveis. Por sua vez, a ANAMURI é que mais restringe as experiências de mercados, considerando possíveis e desejáveis, ao menos discursivamente, apenas os mercados de proximidade.

Portanto, os novos papéis de agentes econômicos dos atores sociais das agriculturas familiares e camponesas já são uma realidade e ocorrem de forma híbrida nas diferentes modalidades de mercados, inclusive como um resultado não projetado dos seus repertórios de ações coletivas. Apesar dessa constatação, é imperioso reconhecer que apenas tais ações coletivas são incapazes de imprimirem transformações significativas nos sistemas alimentares globais, diante das assimetrias de poder entre os agentes econômicos. Nesse contexto, as alianças entre as diferentes organizações dos movimentos sociais são primordiais, sejam conformando conglomerados de cooperação (como o caso do MST) e/ou sejam conformando redes de cooperação entre diferentes organizações de movimentos sociais. Assim, destaca-se a crescente atuação em redes internacionais – por meio da FAO, Via Campesina, *Fair Trade*, movimentos socioambientais, entre outros – que permitem uma maior troca de experiências e conhecimentos entre os atores sociais, por meio da habilidade social de suas lideranças. Parece não haver alternativa para realizar contramovimentos viáveis ao regime alimentar corporativo e desestabilizar esse campo de ação estratégica, a não ser pelas alianças entre as diferentes organizações dos movimentos sociais para constituir sinergias, apesar das heterogeneidades, classes sociais, territórios, etnicidades e bandeiras políticas.

Um aspecto a se ressaltar, é que o presente estudo constatou um estado de ‘ebulição’ do repertório de ações coletivas geradas pelo encontro de movimentos sociais camponeses e movimentos pela agroecologia. Por uma lado, os movimentos camponeses possuem uma trajetória muito mais antiga de luta pela terra, pelo fim das relações sociais pré-capitalistas, por modelos políticos e econômicos de desenvolvimento adequadas às lógicas camponesas; por outro lado, os movimentos pela agroecologia, se inserem em movimentos sociais mais recentes pela questão ambiental e da agricultura alternativa, onde a luta também ocorre no plano das representações sociais e por estilos diferentes de vida, os quais também envolvem uma diversidade maior de atores sociais, especialmente consumidores das sociedades crescentemente urbanizadas. O fato é que esse encontro vem ocasionando tensionsamentos

entre os repertórios de ação coletiva, os quais nem sempre convergem, mas que necessitam dialogar e criar coalizões.

De todo modo, está claro que, uma transformação mais expressiva dos sistemas alimentares passa também pela capacidade das organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas em construir novos mercados alimentares, sejam eles oriundos dos movimentos camponeses clássicos, sejam oriundos dos novos movimentos pela agroecologia mais recentes. Os Estados Nacionais necessitam ser parceiros estratégicos nesses processos, assim como o são para os setores mais dinâmicos da agricultura industrial. Sem o apoio de políticas públicas será muito mais difícil fazê-lo. Mas isto não altera o fato de que a construção de novos circuitos de produção e consumo precisa fazer parte do repertório de ação coletiva das organizações dos movimentos sociais que possuem a agroecologia, a soberania alimentar e o bem viver como bandeiras. Esse contexto oportuniza à América Latina dar respostas inovadoras à crise civilizatória do regime alimentar corporativo. Importante ressaltar que tal crise está fortemente ancorada nas concepções europeias de desenvolvimento, a qual foi aprofundada pelo modelo estadunidense de *'american way of life'*. Ao mesmo tempo, os mercados alimentares das organizações das agriculturas familiares e camponesas podem contribuir para superar velhos problemas do subdesenvolvimento latinoamericano. Em última instância, tudo isso contribui para os desafios da Agenda 2030 da ONU, e a construção de soluções adequadas de produção-abastecimento-consumo das sociedades crescentemente urbanizadas, na medida em que também geram externalidades que impactam positivamente nos bens comuns.

Como sugestão para futuros estudos, há uma urgente, importante e interessante agenda de pesquisa interdisciplinar relacionada às temáticas deste trabalho. Sugere-se a incorporação de atores sociais, organizações sociais e outros países que não foram contemplados nesta pesquisa por limitações do pesquisador, assim como de tempo e dos recursos disponíveis. Uma das limitações deste estudo foi a não incorporação efetiva de diferentes atores sociais que não se enquadram na categoria sociopolítica das agriculturas familiares e camponesas, tais como os povos originários e/ou quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais etc. Existem especificidades de seus modos de vida que a dinâmica produtiva da agricultura familiar/camponesa não consegue compreender, mas que também apresentam experiências importantes com mercados alimentares, os quais igualmente diferem do regime alimentar corporativo.

Outra das limitações desta pesquisa foi com a própria diversidade existente das organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas que não foram contempladas no Brasil, tais como: o Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento de Mulheres Camponesas, das organizações inseridas na Rede Ecovida, das inúmeras experiências proporcionadas pelo sindicalismo rural coordenada pela Contag e pela Fetraf. No plano internacional, as organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares e camponesas do Brasil e do Chile contempladas neste estudo também se inserem em redes de cooperação mais amplas. Assim, o MAELA, a Via Campesina e a COPROFAM, participam da ‘Alianza por la Soberanía Alimentaria de los pueblos de América Latina y el Caribe’, que conjuntamente com as iniciativas da FAO, movimento *fair trade*, movimentos ambientalistas, movimento da economia solidária, para destacar alguns, são compostas por uma infinidade de outras organizações dos diferentes países do mundo, que expressam especificidades que podem ser compartilhadas com outras experiências e gerar sinergias não imaginadas.

Uma terceira sugestão de agenda de pesquisa está na melhor compreensão dos modelos de negócios desenvolvidos pelas ações coletivas relacionadas às temáticas da alimentação saudável. Cada organização econômica inserida nas diferentes tipologias de mercados das agriculturas familiares e camponesas analisadas desenvolve um modelo de negócio específico, o que, em última instância, busca garantir a sua viabilidade multidimensional, ao mesmo tempo em que se articula com os princípios políticos que norteiam as organizações dos movimentos sociais. Compreender como suas dinâmicas organizacionais se constituem e impactam no processo de gestão pode gerar experiências interessantes que tem o potencial de serem adaptadas e escalonadas por meio dos processos de isomorfismo institucional para outros movimentos sociais que possuam interfaces com os sistemas alimentares.

A quarta sugestão para estudos futuros se refere à maior e melhor compreensão sobre como as novas tecnologias estão impactando nos diferentes elos dos sistemas alimentares. As inovações tecnológicas e sociais podem ser importantes aliadas na luta contra a crise civilizatória do regime alimentar corporativo, na medida em que racionalize o uso dos recursos naturais e a eficiência dos sistemas de produção-distribuição-consumo, desde que conexas às bandeiras da agroecologia, soberania alimentar e bem viver.

Por fim, a última sugestão de estudos está na melhor compreensão dos consumidores enquanto agentes decisivos nas transformações dos mercados alimentares em função de seu comportamento consciente e engajado, os quais também podem conformar movimentos

sociais. O papel dos consumidores ganha relevância quando observadas as taxas mundiais de urbanização, que exigem também a adaptação da resiliência das cidades para dar conta das mudanças dos fenômenos da agricultura, alimentação, abastecimento e consumo.

O desafio que tem se apresentado de maneira cada vez mais relevante está em articular a coexistência e a complementariedade das estratégias das organizações dos movimentos sociais das agriculturas familiares, camponesas e indígenas, por um lado; e dos movimentos de consumidores conscientes e engajados, por outro, para possibilitar o crescimento da produção-distribuição-consumo dos alimentos saudáveis e de qualidades diferenciadas ao conjunto da população. Nesse aspecto, se destaca a função social da Universidade Pública no Brasil que, por meio de seu tripé indissociável (ensino-pesquisa-extensão), pode desempenhar um papel relevante ao analisar cientificamente a questão alimentar e subsidiar as agendas políticas das organizações da sociedade civil, dos Estados e dos mercados. Dessa forma, serão possíveis contramovimentos efetivos ao desenraizamento dos mercados, conformando ações integradas dos atores desafiantes desse campo de ação estratégica, os quais trafeguem em direção à sistemas alimentares sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interações humanas nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimento sociais. *In*: CONFERÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ECONOMIA ALIMENTAR E INDUSTRIAL, Londrina, 2007. **Anais [...]**. Londrina, 2007.
- ACOSTA, A. El buen vivir, una oportunidad para construir. **Revista Ecuador Debate**, [s.l.], n. 75, p. 33-48, dic. 2008.
- AGENDA 2030. **Plataforma dos objetivos do milênio da ONU**. [S.l.], 2019. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 26 jun. 2019.
- AGGIO, A.; QUIERO, G. C. Chile: processo político e controvérsias intelectuais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 49, p. 87-111, 2000.
- ALDEA DEL ENCUENTRO. **Corporación Aldea del Encuentro**. La Reina, 2019. Disponível em: <http://aldeaencuentro.cl/aldea-encuentro>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- ALLAIRE, G. A crítica social dos mercados: o caso do valor dos alimentos locais. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p.49-86, 2009.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALTIERI, M. A. Impactos de la agroecología en algunos países latinoamericanos: una aproximación histórica. **LEISA** – Revista de Agroecología, Lima, v. 32, n. 3, p. 5-8, sept. 2016.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **Agroecología**: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica: una contribución a las discusiones de Rio+20 sobre temas en la interface del hambre, la agricultura, y la justicia ambiental y social. [S.l.]: SOCLA, jun. 2012.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Agroecology: transitioning organic agriculture beyond input substitution. *In*: ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture**. México: PNUMA, 2005.
- ALVES, G. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. *In*: BOITEMPO EDITORIAL. **Blog da Boitempo**. São Paulo, 8 jun. 2016. Disponível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: 16 nov. 2018.

ALVIM, V. **Economia agrícola**. Florianópolis: UFSC, 2009.

ANDRADE, D. P. Os ‘novos movimentos sociais’ e o paradigma das classes: é possível conciliá-los? **Estudos de Sociologia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, Recife, v. 13, n.2, p. 139-151, 2007.

ANKARLOO, D.; PALERMO, G. Anti-Williamson: a Marxian critique of new institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 28, n. 3, p. 413-429, 2004.

ARBAGE, A. P. **Fundamentos da economia rural**. Chapecó: ARGOS, 2006.

ARRATE, J. Aciertos y errores de la unidad popular. **La Nación**, Santiago, 3 oct. 2003. Disponível em: <http://lanacion.cl/2003/10/03/aciertos-y-errores-de-la-unidad-popular>. Acesso em: 2 maio 2018.

ARRATE, J. Aciertos y erros de la Unidad Popular. **La Nación**, Santiago, 3 oct. 2003. Debate moderado por los periodistas de La Nación Richard Miranda y Jorge Escalante. Disponível em: <http://lanacion.cl/2003/10/03/aciertos-y-errores-de-la-unidad-popular/>. Acesso em: 16 dez. 2018.

ASOCIACIÓN NACIONAL DE MUJERES RURALES Y INDÍGENAS – ANAMURI. **Asociación Nacional de Mujeres Rurales y Indígenas**. Santiago, 2019. Disponível em: <http://www.anamuri.cl>. Acesso em: 8 fev. 2019.

ASOCIACIÓN NACIONAL DE MUJERES RURALES Y INDÍGENAS – ANAMURI. **Folder de divulgação**. Santiago, [2019]. Recebido em visita à sede de Santiago, Chile.

AVENDAÑO, O. A. P. Las reformas políticas en el gobierno de Sebastián Piñera Chile, 2010-2013. **Nueva Época**, [s.l.], v. 63, n. 218, p. 167-191, mayo/agosto 2013.

AVENDAÑO, O. A. P.; ESCUDERO, M. C. Elitismo y poder gremial en la Sociedad Nacional de Agricultura (SNA). **Revista CS**, Cali, n. 20, p. 37-74, 2016.

AZEVEDO, P. F. Emergência de instituições de mercado: a criação de mercados como política para a agricultura: *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BAN, C. Brazil’s liberal neo-developmentalism: new paradigm or edited orthodoxy? **Review of International Political Economy**, London, v. 20, n. 2, p.1-34, 2013.

BARBOSA, L. A. A ética e a estética na alimentação contemporânea. *In*: CRUZ, F.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (org.) **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

- BARCELOS, S. B. As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária. **Mundo Agrário**, [s.l.], v. 12, n. 23, p. 1-20, 2011.
- BARRERA, M. A. Agricultura campesina: visiones en la sociedad chilena sobre su rol, espacios y desarrollo futuro. *In*: PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO. **Informe de desarrollo humano para el mundo rural**. Santiago, 2007.
- BARROS, J. R. M. O passado no presente: a visão do economista. Prólogo. *In*: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da., NAVARRO, Z. (org.) **O mundo rural no Brasil no século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.
- BASTIAN, L. **Transição no regime sociotécnico alimentício dominante**: o processo de convencionalização dos mercados de orgânicos. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- BATALHA, M. O.; LUCCHESI, T.; LAMBERT, J. L. Hábitos de consumo alimentar no Brasil: realidade e perspectivas. *In*: BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão do agronegócio**: textos selecionados. São Carlos: EDUFSCar, 2014.
- BELIK, W. Perspectivas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003.
- BELIK, W.; MALUF, R. **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: Unicamp, 2000.
- BENGOA, J. **El campesinado chileno después de la reforma agraria**. Santiago: Ediciones SUR, 1983. Disponível em: <http://www.sitiosur.cl/r.php?id=105>. Acesso em: 4 dez. 2018.
- BERDEGUÉ, J. A.; PIZARRO, F. R. **La agricultura familiar en Chile**. Grupo de Trabajo Desarrollo con Cohesión Territorial, Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Santiago: RIMISP, 2014. (Serie documento de trabajo, 152).
- BERSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BORRAS JÚNIOR S; EDELMAN, M.; KAY, C. Transnational agrarian movements: origins and politics, campaigns and impact. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 8, n. 2-3, p. 169-204, 2008.
- BORTOLOMIOL, M.; NIEDERLE, P. A. **As motivações dos consumidores de alimentos orgânicos e da reforma agrária em Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/obema/2019/01/02/as-motivacoes-dos-consumidores-de-alimentos-organicos-e-da-reforma-agraria-em-porto-alegre/>. Acesso em: 5 jan. 2019.

BOYER, R. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? **Economia e Sociedade**, Campinas, v.12, p. 1-20, jun. 1999.

BRANDENBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 13, p. 417-428, 2010.

BRANDENBURG, A. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 126-148, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimento e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n.3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BUAINAIN, A. M. *et al.* (org.) **O mundo rural no Brasil no século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

CABALLERO, L. Mercados, agroecología y economía solidaria. *In*: MOVIMIENTO AGROECOLÓGICO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - MAELA. **Hoja a hoja**: boletín digital mensual del MAELA, [s.l.], v. 2, n. 10, p. 9-14, sept. 2012.

CABEZA, M. D. El sistema agroalimentario globalizado: impérios alimentarios y degradación social y ecologica. **Revista de Economía Crítica**, [s.l.], n. 10, 2010.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA, SAF, DATER-IICA, 2007.

CHALLIES, E. R. T. **Agri-food globalization and rural transformation in Chile**: smallholders livelihoods in the global values chain for raspberries. 2010. Thesis (Doctorate of Philosophy in Geography) - Victoria University of Wellington, Wellington, 2010.

CHILE. Ministerio de las Relaciones Exteriores. **Agricultura familiar campesina**. Santiago, 2019. Disponível em: <https://www.prochile.gob.cl/landing/afc/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CHILE. **Ley 20089, de 30 de maio de 2015**. Crea sistema nacional de certificación de productos orgânicos agrícolas. Santiago, 2015. Disponível em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=246460&idParte=0&a_int_=True. Acesso em: 4 fev. 2019.

CHILE. **Ley 18910, de 13 de fevereiro de 1990**. Sustituye ley organica del INDAP. Santiago, 1990. Disponível em: https://www.leychile.cl/Consulta/m/norma_plana?idNorma=30282&org=nxc2%3Fid_c%3D1032. Acesso em: 4 fev. 2019.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

COASE, R. **The nature of the firm**. The firm, the market and the law. Chicago; London, University of Chicago Press, 1988.

COLLINS, R. **As quatro tradições sociológicas**. São Paulo: Vozes, 2009.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE - CEPAL **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2017.** (LC/PUB.2018/2-P). Santiago, 2018.

CONCEIÇÃO, O. A. C. A teoria da regulação e o meio ambiente institucional. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 4., 1999, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia Política, 1999.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez. 2002.

CONFEDERACIÓN DE ORGANIZACIONES DE PRODUCTORES FAMILIARES DEL MERCOSUR – COPROFAM. **Lineas de acción estratégica.** [S.l.], 2019. Disponível em: <https://maela.org/lineas-de-acci%C3%B3n>. Acesso em: 15 fev. 2019.

COOPERATIVA CAMPESINA INTERCOMUNAL PEUMO - COOPEUMO. **Cooperativa Campesina Intercomunal Peumo.** Peumo, 2019. Disponível em: <https://www.coopeumo.cl>. Acesso em: 30 abr. 2019.

COORDINACIÓN DE ORGANIZACIONES NACIONALES CAMPESINAS DE CHILE. La reforma agraria y el campesinado chileno. **Revista Anales**, [s.l.], séptima serie, n. 12, p.173-182, 2017.

COSTA, M. B. B. da *et al.* Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015. **Agroecología**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 63-75, 2015.

CRUZ, F.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos: desafios e novas estratégias.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

CUCCO, I.; FONTE, M. Local food and civic food networks as a real utopias project. **Socio.Hu**, [s.l.], n. 3, p. 22-36, 2015.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores.** Londrina: IAPAR, 2012.

DAROLT, M. R. *et al.* Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. 19, n. 2, p. 1-22, abr./jun. 2016.

DÉLANO, M. Chile reconoce a más de 40.000 víctimas de la dictadura de Pinochet. **El País**, Santiago, 20 agosto 2011. Disponível em: https://elpais.com/diario/2011/08/20/internacional/1313791208_850215.html. Acesso em: 12 abr. 2018.

DELANO, M.; TRASLAVIÑA, H. **La herencia de los Chicago boys.** Santiago: Las Ediciones del Ornitorrinco, 1989.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In:* JACCOUD, L. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p.157-172, 2001.

DELGADO, G. C. Questão agrária hoje. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas para o futuro**. Brasília: NEAD, 2017. p. 12-21.

DELGADO, L. de A. N. O governo de João Goulart e o governo de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. **Revista Grafia**, [s.l.], v. 9, p. 175-191, jan./dez. 2012.

DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DINIZ, E. Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento em países emergentes. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INCT – PPED, Rio de Janeiro, 2009. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2009.

DUGGER, W. Radical institutionalism: basic concepts. **Review of Radical Political Economics**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

ECOFERIA DE LA REINA. **Ecoferia de La Reina**. La Reina, 2018. Disponível em: <http://ecoferia.cl>. Acesso em: 3 maio 2018.

EDGELL, S.; TOWNSHEND, J. Marx and Veblen on human nature, history, and capitalism: vive la différence! **Journal of Economic Issues**, Sacramento, v. 27, n. 3, p. 721-739, Sept. 1993.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: Editora Agropecuária, 1999.

ESCHER, F. **Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural: uma análise institucional comparativa de Brasil e China**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LINHA do tempo da resistência à ditadura militar no Brasil (1960-1985). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 153-184, jan. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura**. Roma, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. **Reflexiones sobre el sistema alimentario y perspectivas para alcanzar su sostenibilidad en América Latina y el Caribe**. Santiago, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. **Rol de la FAO en la reforma agraria chilena: principales apoyos**

de la FAO en Chile durante los años de implementación de la reforma agraria. Santiago, 2017b.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FFRENCH-DAVIS, R. **Chile en la economía internacional**: trayectoria reciente y desafíos. Santiago: Facultad de Economía y Negocios, Universidad de Chile, 2016. (Serie de documentos de trabajo, 427).

FIANI, R. Teoria dos custos de transação. *In*: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (org.) **Economia industrial**: fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

FILIPPI, E. E. **Reforma agrária**: experiências internacionais de reordenamento agrário e a evolução da questão da terra no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e teoria dos campos. **RAE**, Rio de Janeiro, p. 61-80, abr./jun. 2007.

FLIGSTEIN, N. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, 1. sem. 2001.

FLIGSTEIN, N.; McADAM, D. **A theory of fields**. New York: Oxford University Press, 2012.

FONDO INTERNACIONAL PARA EL DESARROLLO AGRÍCOLA DEL MERCADO COMUM DEL SUR - FIDA-MERCOSUR. **Fondo Internacional para el Desarrollo Agrícola del Mercado Comum del Sur**. Montevideo, 2019. Disponível em: <http://fidamercosur.org>. Acesso em: 30 abr. 2019.

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo**: a construção do conceito. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2015. (Texto para discussão).

FOSTER, A.; CARDAMONE, E. **O que o blockchain tem a ver com o que chega na sua mesa?** São Paulo: Centro de Estudos da Sustentabilidade de Fundação Getúlio Vargas, 2018. (Texto de discussão). Disponível em: <http://www.p22on.com.br/2018/11/02/o-que-o-blockchain-tem-ver-com-o-alimento-que-chega-sua-mesa/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

FOWEAKER, J. **Grassroots movements, political activism and social development in Latin America**: a comparison of Chile and Brazil. New York: United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), 2001.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FRIEDMANN, H. Uma economia mundial de alimentos sustentável. *In*: BELIK, W.; MALUF, R. **Abastecimento e segurança alimentar**: os limites da liberalização. Campinas: Unicamp, 2000. p. 1-21.

FRIEDMANN, H. Commentary: food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 43, n. 3, p. 671-692, 2016.

- FRIEDMANN, H.; McMICHAEL, P. Agriculture and the state system: the rise and fall of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, London, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- GARCÉS, M. Los movimientos sociales populares en el siglo XX: balance y perspectivas. **Política**, Universidad de Chile, Santiago, n. 43, p. 13-33, 2004.
- GARRETÓN, M. A. Del post pinochetismo a la sociedad democrática. **Debate Progresista**, Santiago, p. 21-23, 2007.
- GARRETÓN, M. A. **La transición chilena**: una evaluación provisoria. Santiago: FLACSO, 1991. (Serie estudios políticos, 8).
- GARRETÓN, M. A. **Neoliberalismo corregido y progresismo limitado**: los gobiernos de la concertación en Chile, 1990-2010. Santiago: Editorial ARCIS-CLACSO-PROSPA, 2012.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- GEELS, F. W. The multi-level perspective on sustainability transitions: responses to seven criticism. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, [s.l.], v.1, p. 24-40, 2011.
- GEHLEN, I.; MOCELIN, D. G. (org.). **Organização social e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- GEREFFI, G. *et al.* Introduction: globalisation, value chains, and development. **IDS Bulletin**, [s.l.], v. 32, n. 3, p. 1-8, 2001.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GLATZ, P. **Becoming an agri-food super power**: exploring the politicization of the Chilean food system. 2017. Dissertation (Master of Science in Human Ecology: Culture, Power and Sustainability) - Faculty of Social Sciences, Lund University, Lund, 2017. Disponível em: <http://lup.lub.lu.se/student-papers/record/8908350>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GÓMEZ, S. E. El caso de Chile. **La Revista Agraria**, Publicación del Centro Peruano de Estudios Sociales, Lima, n. 186, p. 26-29, 2018.
- GÓMEZ, S. E. **La “nueva ruralidad”**: que tan nueva? Santiago: LOM Ediciones, 2002.
- GÓMEZ, S. E. Organización campesina en Chile: reflexiones sobre su debilidad actual. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, Valdivia, n. 6, p. 3-18, 2002b.
- GÓMEZ, S.; ECHENIQUE, J. **La agricultura chilena**: las dos caras de la modernización. Santiago: Flacso-Agrária, 1988.

GONÇALVES, R. **Conjuntura internacional, falhas nacionais e crescimento econômico: falhas de governo, mercado e modelo explicam a queda da renda per capita no Brasil (2011-16)**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. (Texto para discussão, 1).

GONZALES, B. C. de R. G.; COSTA, S. M. A. L. C. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. **Teor. Evid. Econ.**, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 7-35, maio 1998.

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, New York, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. **Alternative food networks: knowledge, place and politics**. London: Routledge, 2011.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **ERA**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **O que é questão agrária brasileira**. 10. ed. São Paulo: Braziliense, 1985.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUERRERO, N. S.; VEGA, J. A. Reflexiones teóricas sobre discurso político e ideología: un análisis preliminar de las políticas de emprendimiento del gobierno de Piñera (Chile 2010-2014). **Revista Uruguaya de Ciencia Política, ICP**, Montevideo, v. 24, n. 2, p. 105-120, 2015.

GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 63-81, 2003.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERRERO, R. **Mercado institucional: avaliação de programas no Brasil**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento Sem Terra, 2014.

HETCH, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. *In*: ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

HODGSON, G. M. A abordagem da economia institucional. *In*: SALLES, A. O. T.; PESSALI, H. F.; FERNÁNDES, R. G. **Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

HODGSON, G. M. From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions. *In*: INTERNATIONAL SEMINAR “INSTITUTIONS AND ECONOMIC DEVELOPMENT: TOWARDS A COMPARATIVE PERSPECTIVE ON STATE REFORM”, Rio de Janeiro, 1997. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

HODGSON, G. M. Institutional economics: surveying the ‘old’ and the ‘new’. **Metroeconomica**, Oxford, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

HODGSON, G. M. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal of Economics**, London, v. 27, n. 2, p. 159-75, 2003.

HOLT-GIMENEZ, E. Food movements united! **Journal on Food, Agriculture and Society**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 85-87, 2013.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema de Recuperação Automática SIDRA**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 15 jan. 2019.

INSTITUTO DE DESARROLLO AGROPECUARIO – INDAP. **Balance de gestión integral**. Santiago, 2017.

INSTITUTO DE DESARROLLO AGROPECUARIO – INDAP. **Instituto de Desarrollo Agropecuario**. Santiago, 2019. Disponível em: <https://www.indap.gob.cl>. Acesso em: 6 fev. 2019.

INSTITUTO DE DESARROLLO AGROPECUARIO – INDAP. **Lineamientos estratégicos 2014-2018: por un Chile rural inclusivo**. Santiago, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Reforma agrária**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagraria>. Acesso em: 28 jan. 2019.

JAIMOVICH, D. *et al.* Conflictos sociales y ambientales en Chile. **Iberoamericana**, [s.l.], v. 18, n. 67, p. 206-230, 2018.

KAGEYAMA, A. *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais (CAIs). *In*: DELGADO, G. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1996.

KAY, C. Chile's neoliberal agrarian transformation and the peasantry. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 2, n. 4, p. 464-501, Oct. 2002.

KAY, C. Estructura agraria y violencia rural en América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 220-248, jul./dez. 2003.

KAY, C. Transformaciones de las relaciones de dominación y dependencia entre terratenientes y campesinos en Chile. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 42, n. 2, p. 751-797, 1980.

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, 2001.

KÖBRICH, C.; BRAVO, F.; MACARI, D. **Desarrollo de un modelo de negocios de comercio electrónico para la AFC**. [S.l.]: INDAP, 2016. (Serie estudios y documentos de trabajo, 8).

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LASSO, L. A. G. **Agroecologia e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária: ação coletiva e sistemas locais de conhecimento e inovação na região metropolitana de Porto Alegre**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

LUNA, P. Chile: ¿cómo recordará la historia a Michelle Bachelet? Un análisis de su legado. **France 24**, [s.l.], 11 marzo 2018. Disponível em: <http://www.france24.com/es/20180311-chile-historia-legado-michelle-bachelet>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MACARINI, J. P. A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. **R. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 453-489, set./dez. 2006.

MACARINI, J. P. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987)**. Campinas: IE/UNICAMP, mar. 2009. p. 1-63. (Texto para discussão, 157).

MACARINI, J. P. **Crise e política econômica: o Governo Figueiredo (1979-1984)**. Campinas: IE/UNICAMP, jun. 2008. p. 1-54. (Texto para discussão, 144).

MACARINI, J. P. Governo Geisel: transição político-econômica? Um ensaio de revisão. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 30-61, jan./abr. 2011.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MANÇANO, B. F. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MANCEBO, D. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 141, p.875-892, out./dez. 2017.

MANRÍQUEZ, T. R. **Consumo de alimentos orgânicos em Santiago**: estilo de vida, riesgos & lujo. 2011. Memoria (Título de Antropóloga Social) - Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, Santiago, 2011. Disponível em: <http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/112682/sc39tmr974.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MARSDEN, T.; FRANKLIN, A. Replacing neoliberalism: theoretical implications of the rise of local food movements. **Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainable**, Abingdon, v. 18, n. 5, p. 635-641, 2013.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 25, p. 7-36, mar. 1991.

MARTINS, A. F. G. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre**: apropriação do espaço geográfico como território de resistência ativa e emancipação. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MARTINS, P. H.; CATTANI, A. D. Sociologia da dádiva. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 36, p. 14-21, maio/ago 2014.

MATHEUS E SILVA, L. F. D. Desposeer para acumular: reflexiones sobre las contradicciones del proceso de modernización neoliberal de la agricultura chilena. **Mundo Agrario**, [s.l.], v. 17, n. 34, 007, p. 1-28, abr. 2016.

MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-325, 2012.

MATTEI, L. F. As políticas agrária e rural atuais: retrocessos à vista. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 55., 2017, Santa Maria. **Anais [...]** Santa Maria, 2017. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/1/7465.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

MATTEI, L. F. Considerações acerca das teses sobre a pertinência da reforma agrária no Brasil. In: MATTEI, L. **A questão agrária no desenvolvimento brasileiro contemporâneo**. Florianópolis: Insular, 2013.

MATTEI, L. F. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez. 2014.

MATTEI, L. F. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. Brasília: MDA, 2006.

MAZOYER, M. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

McMICHAEL, P. **Food regime for thought**. Colloquium Global governance/politics, climate justice & agrarian/social justice: linkages and challenges. [S.l.]: ISS, 2016.

McMICHAEL, P. Peasants make their own history, but not just as they please. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 8, n. 2-3, p. 205–28, 2008.

McMICHAEL, P. Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question. **Revista Nera**, [s.l.], n. 10, p. 57-71, 2007.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: UNESP; Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MEDEIROS, L. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MENDES, J. T. G. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Education, 2007.

MERCADANTE OLIVA, A. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. 2010. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

METCALFE, J. S. Institutions and progress. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 10, n. 3, p. 561-586, 2001.

MI HUERTO WEB – MHW. **Mi huerto web**. [S.l.], 2019. Disponível em: <http://mihuertoweb.cl>. Acesso em: 11 maio 2018.

MILONE, P.; VENTURA, F. A mão visível na construção de novos mercados para as economias rurais. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MIOR, L. C. **Agricultura familiar, agroindústria e redes no desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. [S.l.], 2019. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MOVIMIENTO AGROECOLÓGICO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – MAELA. **Agroecologia: la visión de los movimientos sociales**. [S.l.], 2017. (Documento de trabalho do MAELA).

MOVIMIENTO AGROECOLÓGICO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – MAELA. **Bienvenido a MAELA**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://maela.org>. Acesso em: 8 fev. 2019.

MOVIMIENTO AGROECOLÓGICO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE – MAELA. **Hoja a hoja: boletín digital mensual del MAELA**, [s.l.], v. 2, n. 10, sept. 2012.

MOVIMIENTO UNITARIO CAMPESINO Y ETNIAS DE CHILE – MUCECH. **Estrategia de desarrollo para la agricultura familiar campesina: bovinos de carne**. Santiago, 2003. Disponível em: <http://www.mucech.cl>. Acesso em: 8 fev. 2019.

MOVIMIENTO UNITARIO CAMPESINO Y ETNIAS DE CHILE – MUCECH. **Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile**. Santiago, 2019. Disponível em: <http://www.mucech.cl>. Acesso em: 8 fev. 2019.

MOYANO, E. E.; SEVILLA-GUZMÁN, E. Sobre los procesos de cambio en la economía campesina. **Agricultura y Sociedad**, Madrid, n. 9, p. 257-271, 1978.

MUÑOZ, E. F. P. **Utilização da biomassa pela agricultura camponesa na perspectiva da produção consorciada de alimento e energia: o caso da COOPERBIO, RS**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MUÑOZ, E. F. P.; RIBAS, C. C. E. D. Construção de práticas administrativas autogestionárias nas agroindústrias da reforma agrária. *In*: CONGRESSO DA SOBER, 45., 2007, Londrina. **Anais [...]** Londrina, 2007.

MURDOCH J.; MARSDEN T.; BANKS J. Quality, nature, and embeddedness: some theoretical considerations in the context of the food sector. **Economic Geography**, Worcester, v. 76, n. 2, p.107-125, 2000.

MURRAY, W. E. The neoliberal inheritance: agrarian policy and rural differentiation in democratic Chile. **Bulletin of Latin American Research**, Oxford, v. 21, n. 3, p. 425-441, 2002.

NELSON, R. Recent evolutionary theorizing about economic change. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 33, p. 48-90, Mar. 1995.

NIEDERLE, P. A. A institucionalização da agricultura familiar no Mercosul: da definição normativa aos sistemas nacionais de registro. **Novos Cadernos NAEA**, [s.l.], v. 20, n. 1, p. 67-94, jan./abr. 2017.

NIEDERLE, P. A. A pluralist and pragmatist critique of food regimes genealogy: varieties of social orders in Brazilian agriculture. **Journal of Peasant Studies**, London, p. 1-23, 2017b.

NIEDERLE, P. A. Política de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 162-189, 2014.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

NODARI, D. E.; MUÑOZ, E. F. P. **A sustentabilidade da atividade turística no assentamento “Conquista na Fronteira”**. 2004. Monografia (Graduação em Ciências da Administração) - Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Adm295395.PDF>. Acesso em: 8 fev. 2019.

- NOORGARD, R. B.; SIKOR, T. O. Metodologia e prática da agroecologia. *In*: ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- NORTH, D. C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter 1991.
- OLIVARES, M. G. El estado de la agricultura chilena y sus transformaciones y modernización. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, [s.l.], n. 62, p. 1-18, jun. 2006.
- OLIVEIRA, G.; HECHT, S. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 43, n. 2, p. 251-285, 2016.
- OOSTERVER, P.; GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G. Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. *In*: GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. (org.). **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.
- OSTROM, E. Institutional arrangements for resolving the commons dilemma: some contending approaches. *In*: NATIONAL CONFERENCE OF AMERICAN SOCIETY FOR PUBLIC ADMINISTRATION, 46., 1985, Indianapolis. **Proceedings** [...] Indianapolis, 1985. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10535/2274>. Acesso em: 30 ago. 2017.
- PARDO, D. Elecciones en Chile: cuál es el legado de Michelle Bachelet y por qué es más valorado en el extranjero que en su país. **BBC Mundo**, Santiago, 13 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-41923937>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- PEIXER, Z. I. *et al.* Autonomia e empoderamento social: experiências de agricultura urbana e periurbana no planalto catarinense, SC. *In*: Congreso ALAS, 30., 2015, Costa Rica. **Anais** [...] Costa Rica, 2015.
- PEREZ-CASARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de agroecologia. *In*: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.
- PERRET, G. De exiliados a migrantes: una aproximación a la experiencia migratoria de exiliados políticos chilenos en Argentina. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 51, p. 161-172, enero/marzo 2015.
- PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. *In*: NIEDERLE, P.A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.
- PICOLOTTO, E. L. Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo. **Otra Economía**, [s.l.], v. 2, p. 74-92, 2008.

PICOLOTTO, E. L.; PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e questões ambientais: positividade da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, UFSM, Santa Maria, v. 15, n. 16, p. 5-36, jul./dez. 2008.

PLATAFORMA DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL. **Programa de Alianzas Productivas**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://plataformacelac.org/programa/440>. Acesso em: 13 fev. 2019.

PLEIN, C. **Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar**: uma abordagem institucional da pobreza rural. Curitiba: CRV, 2016.

PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo: Editora UNESP; Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTILHO, F. Os novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, out. 2009.

PORTILHO, F.; BARBOSA, L. A adesão à “causa” rural e da agricultura familiar por consumidores e seus movimentos organizados. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

PORTILLA, B. R. **La política agrícola en Chile**: lecciones de tres décadas. Santiago: CEPAL, 2000. (Serie documento productivo, 68).

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PREISS, P. V. Grupo de integração agroecológica: um coletivo de alimentos. In: CRUZ, F. T; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Produção, consumo e abastecimento de alimentos**: desafios e novas estratégias. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

QUIJANO, A. O. Los movimientos campesinos contemporáneos en América Latina. In: LIPSET, S. M.; SOLARI, A. E. (org.). **Elites y desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1967.

RAMOS, P. Uma história sem fim: a persistência da questão agrária no Brasil contemporâneo. In: BUAINAIN, A. M. *et al.* (org.). **O mundo rural no Brasil no século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (org.) **O pensamento de Ignácio Rangel**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1981.

- REARDON, T.; BERDEGUÉ, J. A. The rapid rise of supermarkets in Latin America: challenges and opportunities for development. **Development Policy Review**, London, v. 20, n. 4, p. 371-388, 2002.
- REIS, D. A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. *In*: MOTTA, R. P. S.; REIS, D. A.; RIDENTI, M. (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, Pullman, v. 19, n. 3, 2012.
- RÉVILLION, J. P. P.; BADEJO, M. S. **Gestão e planejamento de organizações agroindustriais**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- RODRÍGUEZ MUÑOZ, F. B. Regímenes, sistema y crisis agroalimentaria. *In*: GOMEZ, F. O. (org.). **El sistema agroalimentario: mercantilización, luchas y resistencias**. Bogotá: ILSA - Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos, 2010.
- ROSSET, P.; TORRES, M. E. M. Agroecología, territorio y recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales**, Revista de Investigación Científica, [s.l.], v. 25, n. 47, p. 275-299, 2016.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ROUQUIÉ, A. **O extremo-ocidente: introdução à América Latina**. São Paulo: Editora da USP, 1991.
- ROVER, O. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da rede Ecovida de agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 47-63, 2011.
- ROVER, O. J.; RIEPE, A. de J. A realização entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas da reforma agrária do Paraná/Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 38, p. 663-682, ago. 2015.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Garamond: Rio de Janeiro, 2009.
- SADER, E. **Democracia e ditadura no Chile**. Brasília: Brasiliense, 1984.
- SALGADO, M. N. Surge la Alianza por la Soberanía Alimentaria. **América Latina em Movimento**, Quito, 1 agosto 2013. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/active/66127>. Acesso em: 24 maio 2018.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Ser. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTANA, M. A. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SAUER, S.; BORRAS JÚNIOR, S. 'Land grabbing' e 'Green grabbing': uma leitura da 'corrida da produção acadêmica sobre apropriação global de terras. **Campo-Território**, [s.l.], v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016.

SAUER, S. LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n.3, p. 503-524, 2012.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (org.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SCHAMIS, H. E. Piñera, en Chile y América Latina. **El País**, [s.l.], 23 dic. 2017. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2017/12/23/actualidad/1514069417_961392.html. Acesso em: 4 fev. 2019.

SCHMITT, C. J.; SILVA, M. K. Das relações Estado/mercado/sociedade civil aos campos de ação estratégica: uma análise das organizações de movimentos sociais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O CERRADO, 9., SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE SAVANAS TROPICAIS, 2., 2008, Brasília. **Anais [...]** Brasília: Embrapa, 2008. p. 35-60.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M.; ESCHER, F. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-20, 2016.

SCHUBERT, M.; SCHNEIDER, S. Construção social de mercados e as tendências de consumo: o caso do pavilhão da agricultura familiar da EXPOINTER (RS). **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 52, n. 3, p. 373-382, 2016.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SCHUSTER, S.; MORALES, F. La dimensión ideológica de las políticas públicas en el gobierno de Sebastián Piñera. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, ICP, Montevideo, v. 24, n. 1, p. 47-70, 2015.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVA, M.; ANDION, C. Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um diálogo interdisciplinar. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 10-21, abr./jun. 2006.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **O que é fair trade (comércio justo)**. [S.l.], 7 jan. 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-fair-trade-comercio-justo,82d8d1eb00ad2410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 7 mar. 2019.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertário**. Bolívia: Plural, 2011.

SILVA, M. K. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatária? *In*: CATTANI, A. D. (org.) **#protestos: análises das ciências sociais**. Porto Alegre: Tomo, 2014.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, p. 2-9, 2010.

SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; PEREIRA, M. M. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 25, n. 61, p. 143-164, mar. 2017.

SILVA-MAZON, M. A construção social do mercado olerícola na ótica da Nova Sociologia Econômica: estudo de caso em Urubici - SC. *In*: ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais [...]** São Paulo: ANPOCS, 2006.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SPENCER, E. R.; ROJAS, G. A. **El caso de vinos lautaro, Sociedad Vitivinícola Sagrada Familia S.A.** Santiago: Facultad de Economía y Negocios, Universidad de Chile, 2013. (Série estudios).

STÉDILE, J.P. "Está em curso, no Brasil, uma concentração da propriedade da terra". **Revista Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo**, n. 443, 19 maio 2014. Entrevista concedida a Patrícia Fachin e Luciano Gallas. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/531351-as-eleicoes-presidenciais-nao-tem-como-proposito-recolocar-a-questao-da-reforma-agraria-entrevista-especial-com-joao-pedro-stedile>. Acesso em: 15 maio 2018.

STÉDILE, J.P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2012.

SUA PESQUISA. **Pesquisas escolares, artigos, resumos, imagens, dados, definições, exemplos e textos educacionais.** [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com>. Acesso em: 21 fev. 2019.

SZNAJDER, M. **¿Adaptando el estado al mercado, o el mercado al estado?: reformas constitucionales en Chile, Brasil y Argentina hacia fines del siglo XX.** [S.l.], 2017. (Texto de discussão). Disponível em: <http://www7.tau.ac.il/ojs/index.php/eial/article/view/963/998>. Acesso em: 12 abr. 2018.

TANAKA, J.; PORTILHO, F. (Re)conexões entre produção e consumo no sistema agroalimentar: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e a politização da alimentação. *In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO EM SOCIEDADES URBANIZADAS*, 3., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre, 2018.

TARROW, S. **Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. *In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2012. p. 1-35. (Textos para discussão, 6).

TEJADA, H. **Venta directa en ferias locales: el proceso de modernización de las ferias libres en Chile.** Agricultura familiar y circuitos cortos. Nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición. Santiago: CEPAL, 2013. (Serie seminarios y conferencias, 77).

TELES, E. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. *In: TELES, E.; SAFATLE, V. (org.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2010.

TETREAULT, D. Interrogando a la soberanía alimentaria: una reseña del libro regímenes alimentarios y cuestiones agrarias de Philip McMichael, 2015. **Estudios Críticos del Desarrollo**, [s.l.], v. 5, n. 9, p. 229-243, 2015.

TONACCA, L. D. S.; RAMÍREZ, C. A. D.; KÖBRICH, C. J. G. Cadeias curtas: experiências e oportunidades no Chile e em outros países da América Latina. *In: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

TORRES, H. M.; NAMDAR-IRANÍ, M.; ISAMIT, C. S. Las políticas de fomento en agroecología en Chile. *In: SABOURIN, E. et al. Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe.* Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, Red PP-AL: FAO, 2017.

TRAMARIM, E. **Constituição promulgada em 1967**: Constituição que buscou legitimar o governo militar autoritário. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-ISTORIA/339391--CONSTITUICAO--PROMULGADA-EM-1967--CONSTITUICAO-QUE-BUSCOU-LEGITIMAR-O-GOVERNO-MILITAR-AUTORITARIO-%28-07-55-%29.html>. Acesso em: 15 maio 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TROSTER, R. L.; MOCHÓN, F. **Introdução à economia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

UNIÓN NACIONAL DE LA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPESINA COOPERATIVA – UNAF. **Unión Nacional de la Agricultura Familiar Campesina Cooperativa**. Santiago, 2019. Disponível em: <http://www.unafchile.cl>. Acesso em: 30 abr. 2019.

VARGAS, V. B. Neoliberalismo, protesta popular y transición en Chile, 1973-1989. **Política y Cultura**, México, v. 37, p. 85-112, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26723182005>. Acesso em: 12 abr. 2018.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898.

VERGARA, S. M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VIA CAMPESINA. **Soberania alimentária**. Harare, 2017. Disponível em: <https://www.viacampesina.org/es/>. Acesso em: 25 mar. 2017.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; FISHLOW, A. **Agricultura e indústria no Brasil**: inovação e competitividade. Brasília: IPEA, 2017.

WANDERLEY, M. de N. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, suppl. 1, p. 25-44, 2014.

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume I. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, [s.l.], v. 29, p. 503-515, Dec. 2009.

WILKINSON, J. Os mercados não vêm mais do “Mercado”. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e funcionamento dos mercados: os inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *In*: WILKINSON, J.

Mercado, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2008.

WILKINSON, J.; RAMA, R. **Estudo de sistema produtivo agroindústria.** Brasília: IEL/NC, 2018.

WILLIAMSON, O. E. Transaction cost economics and organization theory. **Industrial and Corporate Change**, Oxford, v. 2, n. 2, p. 107-156, 1993.

WINN, P. **A revolução chilena.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.